UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação

Notícia impressa *versus* história de vida: o jornalismo e o relato de testemunhas do regime militar em Piracicaba.

Caio Rodrigo Albuquerque

APOIO: FAPESP

UNESP
Setembro / 2002
Bauru - SP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
Seção de Pós Graduação em Comunicação

Notícia impressa *versus* história de vida: o jornalismo e o relato de testemunhas do regime militar em Piracicaba

Caio Rodrigo Albuquerque
(ORIENTANDO)
Maximiliano Martin Vicente
(ORIENTADOR)

APOIO: FAPESP

UNESP
Setembro / 2002
Bauru – SP

Piracicaba. Jornalismo História Memória

T/UNESP
A 299

CAIO RODRIGO ALBUQUERQUE

Número de chamada
Clas. T/UNESP
PHA A 299m
Tombo n.º 1037

"NOTÍCIA IMPRESSA *VERSUS* HISTÓRIA DE VIDA: O JORNALISMO E O RELATO DE TESTEMUNHAS DO REGIME MILITAR EM PIRACICABA"

BIBLIOTECA UNESP CAMPUS BAURU

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC – da Universidade Estadual Paulista, Campus Bauru, para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente

APOIO: FAPESP

UNESP
Bauru
2002

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

AGRADECIMENTOS

• O desenvolvimento deste trabalho só foi possível com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo. Agradeço a FAPESP por acreditar na pesquisa nacional.

•Aos meus pais e irmãos, por saberem esperar a minha vez.

•Ao professor Max, pela orientação e sabedoria.

•Aos demais professores que gentilmente aceitaram fazer parte desta banca.

•Aos meus entrevistados, que me ensinaram história como se deve.

•A Ana, pelo amor e por acreditar em mim.

RESUMO

Esta pesquisa se apresenta como um estudo das representações sociais, tendo como cenário o período do regime militar, que vigorou no Brasil entre os anos de 1964 e 1985. Mais precisamente, nossa análise caminhou em duas linhas para apresentar a realidade da cidade de Piracicaba durante o período histórico em questão. Para isso, direcionamos nosso objeto no discurso jornalístico e na fala de testemunhas da época.

No discurso jornalístico, trabalhamos com o Jornal de Piracicaba, observando sua abordagem em relação aos principais fatos que marcaram a trajetória militar no poder. Dentre os acontecimentos nos quais foram analisados as respectivas coberturas jornalísticas, estão a sucessão de generais na Presidência da República, os seqüestros de embaixadores, resultantes do processo de luta armada que surge a partir de 1968, a abertura política, que tem início a partir de 1974 e o processo de redemocratização, que culmina com a campanha para eleições diretas, em 1984 e a eleição para presidente do civil Tancredo Neves, em janeiro de 1985.

Ao mesmo tempo, estivemos em contato com religiosos, políticos, estudantes, professores, jornalistas e militares que viveram este período em Piracicaba. As suas falas constroem um cenário particular que, em muitos momentos, diverge do discurso do Jornal de Piracicaba. Enfim, buscamos a partir do confronto entre o discurso da imprensa e o discurso de testemunhas do período, construir a história das relações entre a cidade de Piracicaba e o regime militar pós 1964.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

ABSTRACT

This research presents a social representations study, concerning the scenery of the military system period, which was in force in Brazil among the years of 1964 and 1985. More precisely, our analysis went through to present the reality of the city of Piracicaba during the historical period in subject. For that, we addressed our object in the journalistic speech and in the witness speech of the period.

In the journalistic speech, we worked with the Newspaper of Piracicaba, observing its approach in relation to the main facts that marked the military trajectory in the power. Among the events in which the respective journalistic coverings were analyzed, are the succession of generals in the Presidency of the Republic, the ambassadors' kidnappings, resultants of the armed combat process that started in 1968, the political opening, that began in 1974, and the redemocratizacion process, that culminated with the campaign for direct elections, in 1984 and the election for the civilian's Tancredo Neves president, in January of 1985.

At the same time, we were in contact with religious persons, politician, students, teachers, journalists and military that lived this period in Piracicaba. Their speeches build a private scenery that, in many moments, diverges of the speech of the Journal of Piracicaba. Finally, we looked for starting from the confrontation between the press' speech and the witness' speech of the period, to build a history concerning the relationships between the city of Piracicaba and the military system after 1964.

unesp

ÍNDICE

Introdução.....07

Capítulo 1

Representações, jornalismo, memória e contexto

1.1. Representações 12
1.2. Jornalismo como memória 18
1.3. Oralidade como memória 25
1.4. Contexto: a cidade e o jornal 36

Capítulo 2

A legitimação do novo regime

2.1. A "revolução" em Piracicaba 55
2.2. AI-1, AI-2, AI-5.. Jornal de Piracicaba.....67
2.3. De general em general 76
2.4. Jornal de Piracicaba e a cassação do prefeito Salgot:
imparcialidade ou cautela? 96
2.5. Onda de seqüestros: a luta armada no Jornal de Piracicaba.....101
2.6. Motivos para festa? 115

Capítulo 3

A construção de uma nova ordem

3.1. Salão de Humor: o riso nas páginas do Jornal de Piracicaba.....122
3.2. Anistia sem destaque 130
3.3. O Jornal de Piracicaba sobe no palanque das Diretas 134
3.4. Jornal de Piracicaba e *happy end* 147

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Capítulo 4

Personagens sociais: vozes da história

4.1. O início: impressões e incertezas.....160
4.2. Política: a cassação do prefeito, banquete aos generais e 'socialismo' 166
5.3. Lideranças cassadas 197
4.4. Jornalistas: conservadores x contestadores.....211
4.5. Religião: o bispo na passeata e o padre vermelho 226
4.6. Cultura: o riso a serviço do social.....240
4.7. A educação e a onipresença do regime 250
4.8. Militares: revolução necessária e continência ao GCan.....294
4.9.Por que contar?.....308

Considerações finais 315
BIBLIOGRAFIA
ANEXOS

INTRODUÇÃO

Durante três décadas, o Brasil teve sua democracia ameaçada pelos governos militares. De Castelo a Figueiredo, mais do que a frágil democracia, o país viveu um período obscuro, talvez um dos mais complicados de sua história. Se o período colonial ou as épocas imperiais são até hoje "mal contadas" ou pela falta de documentação segura ou mesmo porque "sempre estivemos" preocupados mais em construir heróis e mártires do que refletir sobre a nossa história, o período do regime militar pós-64, ainda muito vivo na memória de muitos brasileiros, esconde acontecimentos passíveis de serem contados.

Logo não haverá mais testemunhas vivas dessa época e estaremos sujeitos à predominância das versões oficiais, que poderão ser capazes de mitificar generais e torturadores. As lembranças que hoje se fazem presentes do período militar provêm, em sua maioria, das grandes capitais e gravitam em torno do prédio do DOPS, das Marchas da Família, da morte de estudantes e sindicalistas, da prisão de professores, dos desaparecidos e assim por diante. Histórias com cenários das grandes cidades.

Neste contexto, cabem então alguns questionamentos. E nas outras cidades? E no interior paulista, por exemplo, onde já havia na época significativas concentrações urbanas como Ribeirão Preto, Campinas e Piracicaba? Como se deu a implantação do regime militar? Mais particularmente na cidade de Piracicaba, onde a concentração de operários metalúrgicos e de universitários era significativa na época, não houveram prisões, interrogatórios e manifestações pró ou contra o regime militar? Como a imprensa piracicabana, especificamente o Jornal de Piracicaba (JP), se comportou? De que forma a abordagem do Jornal de Piracicaba sobre as questões da política nacional buscou influenciar seu leitor?

Esta dissertação parte desses questionamentos focalizando a cidade de Piracicaba e o JP, durante a vigência do regime militar. Assim, pretendemos destacar alguns personagens envolvidos nos acontecimentos deste período. Buscamos observar se os movimentos sociais surgidos nos grandes centros

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

urbanos, influenciaram e ou incentivaram manifestações semelhantes em Piracicaba. Como descreve Eder Sader[1], o período militar, marcado por uma crise da Igreja, da esquerda nacional e do sindicalismo, produziu também uma reformulação no cotidiano popular, entendida por Marilena Chauí, no prefácio da mesma obra, como a transição da apatia e do silêncio para a resistência. Portanto, pretendemos observar se o mesmo ocorreu em Piracicaba.

De maneira mais específica, buscamos encontrar, no contato entre a realidade da população e a realidade produzida no Jornal de Piracicaba, personagens construídas a partir desse momento político. Como destaca Lucrécia D'Aléssio Ferrara, na apresentação da obra de Maria Rosa de Oliveira[2], "*...a vida constrói personagens tão inusitadas que parecem irreais e, em conseqüência, passam a povoar a própria História*". Oliveira produz um estudo semelhante ao que propomos aqui, embora não privilegiemos uma única personagem. Oliveira analisa o processo de transformação do presidente João Goulart de personalidade em personagem da história, a partir de uma reconstrução proporcionada pela linguagem jornalística. Como descreve Lucrécia Ferrara, ainda na obra de Oliveira, "*o jornal poderá ser o construtor de crenças, se não houver, do outro lado da notícia, a leitura atenta*".

Na estruturação do trabalho, optamos por utilizar os métodos do jornalismo e da história com o intuito de organizar e analisar as informações obtidas no transcorrer da pesquisa. As relações e intersecções do jornal e da história acabaram constituindo-se no primeiro capítulo da dissertação. Nele, abordaremos as representações, o jornalismo e a oralidade como memória, procurando estabelecer parâmetros e referenciais teóricos utilizados nos capítulos seguintes. Ainda nos pareceu oportuno introduzir o cenário no qual se desenrolariam os acontecimentos, cidade e o JP. Como o trabalho o jornalismo, nossa ênfase recairá nas representações do referido jornal. Para isso, optamos por recortar fatos históricos componentes do cenário para que, ao final da análise,

---

[1] SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329 p.

[2] OLIVEIRA, Maria Rosa de. **João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem**. 1. ed. São Paulo: Anna Blume, 1993. 149 p.

possamos ter uma visão ampla do caminho pelo qual trilhou o jornal. Assim, inicialmente cuidamos de encontrar e ter em nossas mãos o material desejado.

A Biblioteca Municipal de Piracicaba tem em seu domínio o acervo do Jornal de Piracicaba microfilmado, no que ajudou pelo fato de poder centralizar a coleta dos dados num único local. O período e o número exato de edições analisadas foram sendo estabelecidos à medida que o Jornal de Piracicaba abordava cada acontecimento selecionado para avaliação.

No segundo capítulo privilegiamos o momento da consolidação do regime militar, dando destaque aos instrumentos usados pelo regime na sua legitimação e sua tradução expressa nas páginas do JP. Os Atos Institucionais, a onda de seqüestros, a luta armada, a retórica da comunização e os generais, entre outros, desfilam por este capítulo.

O que parecia estar construído em bases sólidas, aos poucos deu sinais de descontentamento. As contradições emergiam, assim como manifestações contrárias ao regime em vigor. Apareciam claros sinais de decomposição impulsionados por padres, professores, estudantes e jornalistas. Este cenário e esses acontecimentos alocam-se no terceiro capítulo, bem como todo o processo. de desmontagem do regime militar realizado pelo JP dando espaço para notícias que cobriam eventos contrários ao *status quo*, anunciando a necessidade de mudanças. Destacamos o Salão do Humor, a anistia, as 'Diretas já!', tudo convergindo para o que denominamos de *happy end.*

Mas, se o JP assumia e defendia uma representação do regime militar, outras manifestações ocorreram. Desta maneira, no quarto e último capitulo, o espaço está reservado para os personagens criadores de outras representações não encontradas nas páginas do jornal. Optamos nesta última parte por não analisar, mas sim selecionar trechos capazes de criarem questionamentos sobre o trajeto analisado nas partes anteriores. Apenas salientamos que para selecionar os entrevistados, buscamos justificativas simples e suficientes para que tais pessoas pudessem contribuir para o relato do período histórico na cidade. Como principais critérios, não impomos a necessidade de terem nascido em Piracicaba. Além disso, o(a) entrevistado (a) deveria se encaixar numa das categorias que

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

mais foram envolvidas pelos fatos políticos e sociais entre os anos de 1964 e 1984. A saber, são as seguintes categorias profissionais: educação, religião, cultura, política, jornalismo, militar e operariado. No mais, consideramos que um mesmo (a) entrevistado (a) poderia ter suas declarações inclusas em mais de uma categoria e também não restringimos quantitativamente os (as) entrevistados (as) quanto a sexo, faixa etária e categoria profissional.

Assim, acreditamos que, ao pesquisarmos as edições do Jornal de Piracicaba durante a regime militar, a partir de um recorte e, num mesmo momento, ao entrarmos em contato direto com operários, jornalistas, professores, religiosos, militares e universitários da época, pudemos trazer à tona uma realidade mais verossímil. Desta forma, de um confronto entre a abordagem do Jornal de Piracicaba (verificando se este veículo produziu personagens, heróis e vilões da História, a partir de sua própria linguagem) e histórias contadas por testemunhas da época, pudemos então retratar o cenário pós 64, em Piracicaba, de modo senão mais humano e verdadeiro, mas certamente mais seguro.

Capítulo 1

Representações, jornalismo, memória e contexto

1.1. Representações

Para apresentar as bases teóricas que norteiam esta pesquisa optamos, num primeiro momento, em destacar alguns conceitos de "representação". Conceitos que funcionaram como pontos de partida tanto para a análise dos jornais como dos relatos históricos. A partir desta introdução, partimos para as duas frentes em questão: comunicação e história.

No desenvolvimento desta pesquisa, nos balizamos em alguns conceitos oriundos da história, da sociologia e, claro, dos estudos de comunicação. Por termos trabalhado com certa dose de interdisciplinaridade, acreditamos que deveríamos buscar em áreas diversas conceitos e definições que viriam se completar, resultando num instrumento suficiente e necessário de análise.

Trabalhar com história e jornalismo requer atenção redobrada. São disciplinas que contam com seus métodos específicos de pesquisa. História oral, teorias da comunicação, análise de enquadramento, histórias de vida, enfim, tínhamos um norte a seguir, mas com duas frentes a percorrer.

Respeitando as particularidades conceituais das áreas do conhecimento em questão, procuramos conceitos que possibilitassem um elo entre história e comunicação. Buscamos definições que pudessem ser utilizadas com segurança em ambas as análises.

A princípio, temos como sustentação da análise, as teorias e conceitos de "representações sociais". Foi de grande validade os escritos de Sá (1996), por se tratar de um minucioso estudo das várias definições sobre representação social. Sobre a origem do termo representação, Sá (1996) registra:

> *"O termo representações sociais designa (...) um vasto campo de estudos psicossociológicos. Foi inaugurado por Sergi Moscovici, através de sua obra seminal, 'La psychanalyse, son image et son public' (1961, 1976), sobre a representação social da psicanálise mantida pela população parisiense em fins dos anos cinqüenta"*[3].

[3] SÁ, Celso Pereira. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996. p.29.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

O conceito de "representações" nos auxilia por se tratar de um conceito abrangente. Este caráter de abrangência das representações pode ser ilustrado quando Sá (1996), remetendo-se a Moscovici (1981) diz que entende por representações sociais "*um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais*". Ou seja, desde que não vivam isolados, todos representam, já que todos comunicam. Outra definição significativa de representação apresentada por Sá (1996) refere-se aos estudos de Denise Jodelet (1989):

> *"uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social"*[4].

Com base nessa definição, Sá lembra que "*com relação ao objeto, que pode ser de natureza social, material ou ideal, a representação se encontra em uma relação de simbolização (está no seu lugar) e de interpretação (confere-lhe significados). A representação é, por outro lado, uma construção e uma expressão do sujeito*"[5].

A forma mais imediata de obter significados acerca de um objeto, quer seja este de natureza material ou não, seria então através do relato. Obedecendo esta hipótese, estaríamos em busca das representações contidas no discurso de cada entrevistado referentes a um período histórico, tendo como pano de fundo uma cidade. Diríamos que, ao dar voz a testemunhas de um período histórico, esta pesquisa faz aflorar o que se convencionou chamar nas ciências sociais de "representações coletivas". A definição de Ibañez (1988), reproduzida por Sá (1996), esclarece o propósito das representações coletivas:

> *"(...)grande parte desses materiais provém do fundo cultural acumulado na sociedade ao longo de sua história. Esse fundo cultural comum circula através de toda a sociedade sobre a forma de crenças amplamente compartilhadas, de*

---

[4] Sá, C. P. Op. cit. p. 32
[5] Idem, p.33

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

valores considerados como básicos e de referências históricas e culturais que formam a memória coletiva e até a identidade da própria sociedade"[6].

O que temos que ter em vista é que as representações produzidas, quer pelo discurso jornalístico, quer por um discurso de um religioso ou de um político, são princípios e significados atribuídos a uma dada realidade. Moscovici evidencia que as representações têm como função exclusiva a "*elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos, (...) visto que elas definem ao mesmo tempo a natureza dos estímulos que nos envolvem e provocam a significação das respostas a lhes dar*". Ou seja, representar é comunicar estimulando respostas. É produzir no receptor a aceitação de idéias ou mesmo provocar opiniões contrárias.

Mesmo depois de descrever conceitos e definições, resta ainda responder uma questão: mas como se fazem as representações? De que forma e por quais processos elas se materializam nos discursos?

Moscovici alerta para o fato de que as representações de forma alguma repetem ou reproduzem uma realidade, mas sim a reconstroem. Essa reconstrução da realidade se desenvolve por dois processos: objetivação e ancoragem. Segundo Sá (1996), "*a duplicação de um sentido por uma figura, pela qual se da materialidade a um objeto abstrato, é cumprida pelo processo de objetivação. A duplicação de uma figura por um sentido, pela qual se fornece um contexto inteligível ao objeto, é cumprida pelo processo de ancoragem*"[7].

Por estas duas definições, podemos nitidamente identificar a maneira como os jornais trabalham. Pelo processo de ancoragem, a mídia atribui valores e juízos aos personagens por ela trabalhados. É a busca pela identificação positiva ou negativa ou, como preferem os estudiosos das representações, é a transformação do não familiar em familiar. Aliás, esta transformação também se concretiza pelo processo de objetivação. Para convencer seu público, por exemplo, de que um dado país está passando por um período tenso e que esta tensão tem responsáveis que precisam ser banidos, nada mais indicado para a

---

[6] Sá, C.P. Op. cit. p. 39.
[7] Idem, p. 46.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

mídia do que "duplicar esta tensão em figuras do mal". Enquanto a ancoragem prepara o cenário, a objetivação apresenta os personagens.

A partir disso, podemos então entrar no mérito de como se manifestam as representações diretamente na imprensa e aí se encaixa o conceito de CR-P, ou "Cenário de Representação da Política". Para apresentar este conceito, utilizamos os escritos de Venício A.de Lima (1996)[8], que de início ressalta as duas hipóteses relacionadas ao CR-P: imaginário social e cultura política. Para isso, Lima se reporta a dois outros estudiosos que aprofundam as questões sobre os imaginários sociais e a cultura política. Baczko (1985 e 1991)[9] é a referência do imaginário e Almond (1990)[10] dá base às inferências sobre cultura política. Quanto aos imaginários sociais, Baczko afirma:

> *"(...)são pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através do qual elas se percebe (...) o imaginário social a uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder (...) os mass media fabricam e emitem, para além das informações centradas na atualidade, (...) os imaginários sociais: as representações globais da vida social, dos seus agentes, instâncias e autoridades"*[11].

Em relação à cultura política, Almond discorre:

> *"(...) o conteúdo da cultura política é o resultado da socialização infantil, da educação, da exposição aos mídia e de experiências adultas com a estrutura e o desempenho governamental, social e econômico (...) a cultura política afeta a estrutura e o desempenho político governamental - os constrange mas certamente não os determina"*[12].

---

[8] LIMA, Venício A. de. **Os mídia e o cenário de representação da política**. Lua Nova - revista de cultura e política. nº 38, 1996. p.239-271.

[9] As referências a Baczko são oriundas de duas obras:
- BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. *In* Enciclopédia Einaudi, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.
- BACZKO, Bronislaw. **Los Imaginários Sociales-Memórias y Esperanzas Coletivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.

[10] As referências a Almond são oriundas de:
- ALMOND, Gabriel. **"*The Study of Political Culture*"** in idem, *A Discipline Divided-Schools and Sects in Political Science*; Newbury Park, CA; Sage;1990.

[11] LIMA, V. Op. cit. p. 242.

[12] LIMA, V. Op. cit. p. 243.

Considerando que os conceitos de imaginário e cultura política são vertentes do conceito de CR-P e que este pode ser definido como um espaço de construções simbólicas, acreditamos, para esta pesquisa, por questões de coerência e ao mesmo tempo afinidade, trabalharmos apenas com o imaginário. O critério para trabalharmos com apenas com o imaginário se refere a citação de Almond quando este afirma que a cultura política não determina o desempenho político. Ao partimos do princípio que a mídia é um cenário de representações, buscando a adesão do seu receptor, então ela busca determinar comportamentos. E o faz também através do imaginário, essa forma de representação social caracterizada pelo figurativo, seja este figurativo material ou não. O que rege o imaginário é a metáfora, a emoção. O imaginário é dotado de prazer e fantasia em cada representação criada, seja esta fantasia personificada tanto numa fotografia de forte apelo emocional quanto num artigo opinativo repleto de adjetivos, construtor de um ambiente eufórico ou tenso, por exemplo. Carvalho (1990) discorre sobre o imaginário:

> *"É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo geral, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo".*[13]

Na verdade, imaginário e realidade se completam. Um não se apresenta sem o outro no discurso midiático. Se fundem. O imaginário está na constituição do real apresentado ao público no intuito de cativá-lo:

> *"Assim, em nossa articulação conceitual, representação significa não só re-presentar a realidade, mas também constituí-la. Desta forma, o CR-P é um espaço específico de representação da política nas 'democracias representativas' contemporâneas, constituído e constituidor".*[14]

Portanto, o CR-P é a possibilidade de inserção de significados. Sobre o mesmo tema, sobre o mesmo fato, podem existir versões divergentes. Valores opostos podem ser apresentados referentes à mesma pessoa. Isso é possível através de um cenário constituído de imaginário. Lima aponta:

---

[13] CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. 1.ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990. p. 10.
[14] LIMA, V. Op.cit. p.245.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

"CR-P não se reduz a um significado particular mas, ao contrário, articula o conjunto (...) CR-P é uma construção simbólica vinculada à ação política da 'audiência' que expressa sua 'leitura' da política".[15]

Esse é o grande propósito do CR-P. Possibilitar leituras e tomadas de posição a partir de um dado enredo. Ao simbolizar a realidade, através do imaginário, o CR-P 'enquadra' a realidade e apresenta ao público formas de pensar, idéias a serem compartilhadas. Lília Junqueira (1999) analisa os media e sua "ação representacional":

"(...) a ação representacional dos media dentro desta complexidade do conteúdo das mensagens comportam uma gradação que vai do sentido do controle, até o sentido de uma abertura para o surgimento de novas identificações. Por outro lado, pretende-se chamar a atenção para a complexidade dos mecanismos interpretativos do público, que por sua vez também comporta uma gradação que vai desde a imersão nos simulacros sem nenhuma resistência, até o questionamento subjetivo da realidade apresentada, interpretando as mensagens por códigos próprios ou aleatórios (...) não é mais possível separar o real de sua representação, os dois se produzem interagindo. Assim, por mais que o jornal se limite à transmissão da informação, ele ajudo os acontecimentos a evoluírem da forma como evoluem. A informação, nesta medida, cria realidade. Este é um fato indiscutível, inerente ao trabalho jornalístico, independente de uma discussão sobre a posição que o jornal esteja assumindo no jogo vigente das forças políticas".[16]

Dentro da idéia de construção de cenários de representação, uma das técnicas empregadas pelo jornalismo para conquistar a audiência com eficiência é o chamado "enquadramento da notícia". Entman sintetiza o funcionamento deste recurso:

"(...) os enquadramentos de notícias existem em dois níveis: a) como princípios mentais ou esquemas de processamento da informação e b) como

---

[15] LIMA, V. Op.cit. p.263.

[16] JUNQUEIRA, Lília. **Representações sociais, identificação e cidadania nos media: sexualidade nas novelas e violência nos jornais**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS , GT MÍDIA OPINIÃO PÚBLICA, 23, Brasília, 1999. 16 p.

características do texto noticioso. Neste caso os enquadramentos residem nas propriedades específicas da narrativa noticiosa que encorajam percepções e pensamentos sobre eventos e compreensões particulares sobre ela. Os enquadramentos de notícias são construídos por palavras, metáforas, conceitos, símbolos, imagens visuais enfatizadas na narrativa noticiosa. Fornecendo, repetindo e, portanto, reforçando palavras e imagens que reverenciam algumas idéias, mas não outras, os enquadramentos tornam algumas idéias mais salientes no texto, outras menos e outras inteiramente invisíveis. O enquadramento não elimina toda informação inconsistente, os textos acabam tendo alguns dados incongruentes. Mas através da repetição, da focalização e associações reforçadoras, palavras e imagens do enquadramento tornam uma interpretação básica mais rapidamente discernível e memorável que outras".[17]

Desta forma, estaremos observando a edição completa de cada período da análise. Evidenciaremos as representações construídas pelo Jornal de Piracicaba a partir do enquadramento da notícia. Títulos, editoriais, imagens, legendas e entrevistas são o nosso material de análise. Procuramos observar cada elemento tanto em sua individualidade quanto as relações entre eles, dentro de cada edição, que ao final dão o significado da abordagem. Enfim, o enquadramento.

1.2. Jornalismo como memória

Para saber mais a fundo como os tentáculos do regime militar, que se instalou no Brasil a partir de março de 1964, se embrenharam fora dos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, me reportei, além de relatos de testemunhas da época, às páginas de um centenário matutino do interior paulista. A cidade é Piracicaba. O jornal é o Jornal de Piracicaba. E por enquanto falemos apenas do jornal.

Os jornais do interior, incluindo o Jornal de Piracicaba, desempenham papel fundamental na conquista da população. O jornal do interior tem a convivência próxima com "seu povo", sabe o que o leitor quer ler e saber com precisão e, mesmo revestindo seu discurso de isenção e objetividade, consegue se

---

[17] ENTMAN, Robert M. **Framing US Coverage of International News: contrast in narratives of the KAL and Iran Air incidents**. Journal of Communication, 41 (4), Autumn, 1991.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

identificar justamente pelo que os lingüistas chamam de "conhecimento partilhado". Esse "conhecimento" é um conceito no qual emissor e receptor desenvolvem "caminhos discursivos" semelhantes. Por isso, suas opiniões e suas linhas de raciocínio, convergem.

Em outras palavras, a linguagem jornalística adquire este caráter de verdade utilizando se da palavra escrita como elemento portador e irradiador de um discurso aparentemente neutro e objetivo, que o valida com a segurança que só os cientistas (no caso os comunicadores) transmitem. Sobre os jornais do interior, o professor Dirceu Fernandes Lopes destaca que o meio acadêmico vem relegando essa força da imprensa do interior, "fundamental para a circulação de informações entre os moradores das cidades que produzem boa parte das riquezas deste país". Lopes lembra que:

> *"ao contrário do leitor da capital, que tem outros meios de informação sobre sua comunidade, o habitante do interior escolhe o próprio jornal da sociedade para saber o que ocorre ao seu redor, no seu mundo. É no jornal local que o morador busca encontrar, numa linguagem acessível própria, aquilo que interessa para o seu dia-a-dia".*[18]

Além disso, como afirma João Batista de Abreu, numa situação de regime militar o acesso à informação torna-se restrito, impossibilitando o contraste e o conflito de argumentos, o que facilita a legitimação do discurso midiático.

Em paralelo ao centro nervoso do estudo, corre uma outra discussão interligada na qual giram os jornalistas, historiadores e outros que também se arriscam pelos campos do relato histórico-jornalístico. Diante da infinidade de dados e novidades que a informatização dos meios nos possibilita, cabe mais do que nunca refletir sobre a questão do livro e do jornal impresso. Limito-me aqui a percorrer algumas linhas apenas sobre o jornal, fonte deste estudo.

Deixando um pouco de lado a ditadura militar e Piracicaba, façamos um mergulho em algumas idéias e argumentos que discutem o processo e as formas de se repassar ou preservar o fato histórico. Entramos na essência, no próprio ato

---

[18] LOPES, Dirceu Fernandes. **Em busca de um perfil do jornal do interior de São Paulo (pesquisa)**. In. LOPES, Dirceu Fernandes, SOBRINHO, José Coelho, PROENÇA, José Luiz (orgs.).A evolução do jornalismo em São Paulo. 2ªed. São Paulo: EDICON: ECA/USP, 1998. pp. 103-118.

unesp

de "fazer memória". A discussão que hoje mobiliza comunicadores do mundo todo gira em torno do fim do papel. Estariam fadados ao ostracismo o jornal impresso e o livro com o advento da internet? A questão está em pauta, mas jamais pode ser dado a ela o título de original. Retornamos no tempo e encontramos a fotografia. Com seu surgimento, o decreto de morte foi dado à pintura. A nova técnica de retratar o mundo era por demais exata, mas não significou o fim dos quadros e paletas de tinta. Os expressionistas, surrealistas e dadaístas não nos deixam mentir. Quando o retratar encontrou seu ponto máximo de exatidão sob a forma fotográfica, então esses modernos homens se voltaram para o sentimento e passaram a expressar ou denunciar as mazelas do ser humano de uma maneira muito mais...dolorosa, chocante e porque não, desculpem os fotógrafos, verdadeira.

Outra revolução foi anunciada nas esferas da informação e do conhecimento quando surge a televisão. Era a derrocada do rádio! Era a tragédia do cinema! Ninguém mais investiria num meio limitado à voz como o rádio e as salas de cinema seriam substituídos pelas salas de cada família. Mais uma vez, os alarmistas se equivocaram e as mídias áudio visuais se rearranjaram e mantiveram seus espaços de certa forma preservados.

Até aí se discutiam som e imagem. Até aí a invenção de Gutenberg, a imprensa materializada em papel, não foi questionada. Responsável talvez pela maior transformação no campo das comunicações, a passagem do manuscrito para o texto impresso fez alastrar o conhecimento pela Europa no século XV e contribuiu sobremaneira para a consolidação e a efervescência de momentos como o Renascimento e o surgimento da ciência moderna.

Bom, mas alguns séculos depois, retratando guerras, invenções e a evolução da própria imprensa com o surgimento de novos meios, o papel é posto definitivamente em xeque. A historiadora Elisabeth Eisenstein, na introdução de sua obra "A Revolução da Cultura Impressa", afirma que já na década de 1960 a avalanche de informações causava um certo desconforto em sua atividade:

> *"Era tal a quantidade de dados despejados sobre nós, de tantas direções, e com tamanha velocidade, que nossa capacidade de por ordem e coerência*



> *estava sendo forçada até o ponto de quebrar-se. Se havia uma tecnologia "desenfreada", que estava levando a uma sensação de crise cultural entre os historiadores, não teria ela mais a ver com um aumento na taxa de publicações do que com os novos meios de comunicação audiovisual?"*[19]

Se não informássemos que a citação se remete aos anos 60, alguém negaria o encaixe perfeito aos nossos dias? O pensamento globalizado não se cansa de decretar o fim do papel. Pensadores e apaixonados afins pelo culto à realidade virtual parecem esperar sedentos pelo momento em que receberemos conhecimento e passaremos a contar a história apenas por via *on line*. Então, teremos acesso à informação virtual e, quando a "memória" do nosso computador estiver lotada, sem espaço, apertamos algumas teclas e pronto! Temos novamente a memória vazia, pronta para receber novos dados que serão "deletados" dali a pouco tempo. Diante do "apagão da memória" do nosso computador, pergunto eu, jornalista e admirador da história: o que sobra em nossa mente? Quais registros de memória iremos passar às gerações futuras? Mais do que isso, num mundo em que será mais importante economizar espaço e dinheiro com o fim da produção em papel, serão postos à margem, como objetos do passado, as gráficas e seus operários? O que dizer dos jornaleiros e do entregador de jornais no início da manhã? Onde escrever a história, historiadores? Onde relatar os fatos, redatores? E as imensas bibliotecas, não terão mais sentido?

Diante de questões que se multiplicam e da ansiedade dos "ciberpensadores", proponho refletir sobre a afirmação de Walter Benjamin sobre o esgotamento da memória e da tradição. Tomando a liberdade de interpretar o jornal impresso como representação da tradição no processo de informar, retomo Benjamin e sua inferência de que frente o quadro de esgotamento, "só restam o indivíduo isolado e desorientado", que se identifica apenas nos valores da solidão e individualismo.

---

[19] EISENSTEIN, Elizabeth L. **A Revolução da Cultura Impressa: os primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Ática, 1998. p.8

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Então personificamos no jornal não somente uma importância como fonte para se contar a história. Mais do que isso, atribuimos ao jornal impresso a característica de instrumento de preservação da memória coletiva, mesmo sendo o jornal passível de verificações, negações ou aceites, como é o caso da pesquisa que desenvolvo sobre o regime militar pós-64. Seja ele negado por historiadores ou por quem quer que se habilite a revisitar o passado, mas se apresenta como elemento concreto portador de memória social. Narra os fatos e acredito que deva continuar assim. Leva aos seus receptores a realidade nem sempre de forma coerente, imparcial, com coesão. Devem, portanto, os jornais de qualquer natureza, trabalhar com base na própria dinâmica impulsiva que este mundo global nos impõe, mas jamais perdendo o sentido dos fatos. Isto está representado nas palavras de Carlos Alberto Adi Vieira, quando destaca a importância de se narrar os fatos preservando o conjunto da realidade:

> *"o fato não é algo estático, singular ou episódio, mas um processo, como encadeamento sucessivo de ações que se inter relacionam, que se integram. Portanto, os fatos nunca são simples, singulares, mas são sempre complexos e remetem os seus observadores ao contexto global da sociedade em que afloram. O fato é sempre complexo porque é uma ação deliberada de sujeitos sociais que visa provocar alterações no processo social."*[20]

Partilhamos ainda das palavras de Robert Darnton, professor de história na Universidade Princeton (EUA), quando comenta o livro "*Double Fold*" (Dobra Dupla), de autoria de Nicholson Baker. "*Double Fold*", destinado mais aos bibliotecários, trabalha com a hipótese do desaparecimento dos jornais das bibliotecas e lança a seguinte questão abordada por Darnton: com o desaparecimento dos jornais, a história se esvairia da memória coletiva? Dentre inúmeras críticas às práticas de substituição dos arquivos em papel de centenárias coleções de jornais impressos por arquivos informatizados, Darnton delimita com precisão o papel do jornal:

---

[20] VIEIRA, Carlos Alberto Adi. **O fato jornalístico como fato histórico**. Tese de mestrado apresentado ao departamento de jornalismo editoração da escola de comunicação e artes da universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

> *"(...)os jornais, estudados como fontes, abrem vastas possibilidades de aprofundar nossa compreensão do passado. Não que sejam janelas transparentes para um mundo que perdemos (...) eles são coleções de histórias escritas por profissionais dentro das convenções de seu ofício. Mas, se tomadas como história – notícias, um tipo peculiar de narrativa -, elas transmitem o modo como os contemporâneos explicaram os fatos e encontraram algum significado na confusão fervilhante do mundo ao seu redor".*[21]

Ao me propor em falar em ditadura militar, como jornalista, sem trabalhar com a imprensa, conseguiria eu me distanciar da história já contada por historiadores? Mais do que isso, quando seleciono um objeto de análise que os historiadores locais ainda não resolveram tocar a fundo (nem sei se um dia o farão), me resta outra fonte além de relatos e do arquivo Municipal que guarda o acervo centenário do Jornal de Piracicaba?

Diante da raridade de interpretações sobre o período, peço licença e busco no jornal impresso as possibilidades de escrever ou reescrever a realidade de Piracicaba durante o regime militar pós-64. Novamente retomo o "*frankfurtiano*" Benjamin e concluo que faço do jornal impresso uma história primeira, que "*desencadeia uma outra, que traz uma outra, etc.*" e assim por diante. Ou ainda trato o jornal impresso simplesmente como uma janela, como prefere João Batista de Abreu ao retratar "*As manobras da informação*" durante a mesma ditadura militar:

> *"o jornalismo não representa uma história das mentalidades, no sentido acabado do pensamento. Também não significa um libelo contra uma forma de ver o mundo, embora em alguns momentos passe como tal. Na verdade, o jornal abre janelas para que o leitor veja o mundo, com limitações próprias de qualquer janela e, simultaneamente, com o horizonte que ela nos oferece. Quanto mais janelas, mais horizontes. Observar o objeto conduz à reflexão*

---

[21] DARNTON, Robert. **O grande massacre do papel**. Folha de S. Paulo, Caderno Mais! 20 de maio de 2001, pp. 18-20.

unesp

sobre o cotidiano, o drama social, o sentimento, a expressão, o silêncio, a ideologia, a cultura. Tudo sob a capa da informação".[22]

Antes, um alerta: o jornal se constitui da visão de terceiros sobre uma realidade, um período, um fato. Comporta-se como ícone da verdade, do discurso absoluto, do qual ninguém pode duvidar, mas não o é. Sem dúvida, não passa de uma representação de discursos que o sustentam financeiramente. Não é abuso afirmar que tem mais de econômico do que de ideológico. Uma aglutinação de vontades alheias, sejam estas liberais, conservadoras, esquerdistas, religiosos, etc. Mesmo que essas vozes defendam ou repudiem movimentos sociais pró-minorias. Não importa e por isso mesmo é memória. Memória de alguém sobre algo.Visão de grupos sobre o que os cerca e ponto. Comunicação do aqui, do hoje, que uma vez preservada se reveste de um caráter de memória, qualquer que seja esta memória.

Diz Le Goff em seus escritos sobre a memória que ela é a quinta operação da retórica, vinda depois da '*inventio*' (encontrar o que dizer), da '*dispositio*' (colocar em ordem o que se encontrou), da '*elocutio*' (acrescentar um ornamento das palavras e das figuras) e da '*actio*' (recitar o discurso como um ator, por gestos e pela dicção). E o que fazem os jornais além dessas operações de retórica? A nós cabe a memória, somente ela, memorizar o que lançam as páginas impressas e aí está problema.

Por que falar tanto sobre algo que colocamos como fato, como algo já definido? Acontece que a cautela nesse processo não deve partir do veículo que comunica, seja ele impresso ou "virtual". Vai se construindo a memória de grupos e seu valor será imenso às gerações futuras. Sem titubeios, os jornais, essa memória de que estamos falando, devem ser preservados. Então, a cautela no processo deve sim partir dos analistas.

No presente, quando o jornal está ainda "cheirando à tinta", essa cautela deve pertencer aos leitores. Deve haver um discernimento, para não ficarmos presos na teia discursiva que as representações jornalísticas cuidam de construir.

---

[22] ABREU, João Batista. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil: (1965-1979)**. Niterói: EduFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Mas isso é um outro caso. Aqui discutimos veículos como voz do passado, objetos de estudo fora de seu contexto temporal e por isso o cuidado ao analisar essa tal memória tem de ser redobrado.

Sejam jornalistas, historiadores, sociólogos ou quaisquer profissionais que se atrevam a encontrar essa memória e, mais do que isso, que tenham como meta levar os resultados de sua leitura a sua comunidade, que tenham esses pesquisadores a noção exata de comunicar seus objetivos. Que leve a outros essa memória, mas que a leve com argumentos, fazendo ressalvas, lembretes, assinalando erros e valores para que a memória pelo discurso jornalístico, essa memória do papel, chegue aos "curiosos do futuro" de forma senão mais verdadeira, mas certamente segura.

E que o jornal impresso siga servindo de fonte de pesquisas e, acima de tudo, que ele não se transforme em objeto do passado. Apenas continue contando, sem mesmo se transformar em objeto da verdade. Fica o alerta de Calvino:

> *"para entrar em contato com o mundo exterior, certas pessoas apenas compram um jornal todas as manhãs. Não sou tão ingênuo. Sei que nos jornais só encontrarei uma leitura do mundo feita por terceiros, ou então por uma máquina anônima especializada em selecionar, entre a poeira infinita de eventos, aqueles que podem cair na malha da 'notícia'".* [23]

1.3. Oralidade como memória

Diz-se que o capitalismo marginalizou a oralidade, privilegiando as versões oficiais (ou oficialescas?), construídas, embelezadas, repleta de heróis e vilões. Teria o mundo industrial tachado a oralidade como aspecto intrínseco a tribos longínquas e seus guardiões de tradição e cultura. E de fato assim se fez. O que se diz a partir da escrita e da imprensa é o que já está dito nos documentos devidamente lavrados pelo discurso oficial.

---

[23] CALVINO, Ítalo. **A palavra escrita e a não-escrita**. *In* AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. pp. 139-148.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Mais já dizia Heródoto, o "pai da história", que a "verdade" dos fatos tem base no testemunho, na vivência relatada. Na Grécia antiga, história significava "aquele que viu ou testemunhou", mas os comandantes já haviam descoberto que comandar era também comandar o discurso, impregnando no seu povo retóricas e versões convenientes à manutenção de seu poder. E assim a oralidade dos vencidos se esvaiu. Não era publicada, não era ouvida, nem sabemos mais se era mesmo contada. Contar para que? Contar para quem?

Então, inconteste, mitos se fizeram. Tiranos, ditadores e homens sem habilidade política foram içados ao posto de heróis de seu tempo. E quantos assim se fizeram e ainda irão se fazer? Instituições como a imprensa tentaram ser fiscalizadores, mas de que lado estão estas instituições? Que versões elas defendem? Neste quadro, nada mais seguro que a lição de Heródoto. O relato seria um instrumento valioso na construção da nossa história e isso passou a ocorrer em meados do século XX. Passou a circular no meio acadêmico norte-americano uma corrente de estudos que priorizava justamente o que séculos de discurso oficial se ocupava por silenciar: a história oral

Um excelente instrumento para compreender a evolução desta corrente é o livro "Manual de História Oral", de José Carlos Sebe Bom Meihy. É uma espécie de guia básico e eficiente para entendermos a importância de se usar a oralidade como ferramenta de construção da memória. Diz Meihy:

> *"Na história oral, busca-se um registro da experiência vivencial ou informações. Com elas, constitui-se um documento objetivo que ou vale por si, e neste caso dispensa análise, ou é equipado com outros discursos ou documentos".*[24]

Do livro de Meihy, tiramos a base para utilizar cada entrevista a partir de sua inscrição no contexto das demais histórias. Estamos fazendo nesta pesquisa o que o autor do manual chamou de "*relação entre o ser individual e o mundo que organiza as lembranças e os processos e relevam ou não o significado do repertório armazenado*". Não podemos tratar a memória individual como auto-

[24] MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996. p.96.

suficiente. Assim, a construção de cada personagem é possibilitada a partir do depoimento pessoal e, concomitantemente, a partir das relações que cada vivência individual desenvolveu durante o período que analisamos.

Em outras palavras, destacamos o que Henri Rousso afirmou ser, por definição, a memória:

> *"a memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, no passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda a memória é, por definição, "coletiva", como sugeriu Maurice Halbwachs".*[25]

Fui questionado sobre a validade em desenvolver um projeto como este. Respondo com argumento de que a validade é mais do que justificável, uma vez que uma das mais visíveis conseqüências do regime militar foi a retração nos questionamentos. Meihy lembra que "*enquanto muitos lugares do mundo proliferavam projetos de história oral, retraíamo-nos, deixando para o futuro algo que seria inevitável*". Ou seja, deixaram uma pesquisa como essa para depois, talvez considerando que um dia apenas esqueceriam. Aliás, no caso do regime militar, muito se deixou para o futuro.

Contar a sombria história do temido delegado Sérgio Fleury, por exemplo, resultou em "Autópsia do Medo", do jornalista Percival de Souza. Escrever mais de seiscentas páginas só foi possível porque Percival manteve contato com Leonora Rodrigues de Oliveira, amante do delegado. Ao procurar Leonora, Percival de Souza ouviu a incentivadora frase: "– *Sabia que um dia iria me procurar*". Bastou para que deixasse a oralidade contribuir sobremaneira para a elaboração de um valioso documento. Aliás, Percival já havia desenvolvido outra importante obra em "Eu, cabo Anselmo", descrevendo a biografia de outra figura polêmica do regime militar. Percival lembra que "*o que mais surpreende os pesquisadores que se debruçam sobre este período negro é que os fatos*

---

[25] ROUSSO, Henri. **A memória não é mais o que era**. *In* AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. pp.93-102. p. 94.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

acontecidos, os rostos que emergem desse passado tem registro apenas na memória dos que o viveram na pele".

Pensamos que somente pela oralidade um período como a ditadura militar pode vir à tona com uma dose maior de verdade. Como afirma Percival de Souza, ambos os lados da luta tinham medo do papel. Tudo se fez pelas ordens, pelas palavras de força. Então, não há como contar se não for pelo relato oral. Ou melhor, o depoimento tem validade no processo de construir a história de tantos calados. Nada mais justo que o som de uma voz exteriorizando uma página histórica caracterizada pelo silêncio. Prova do silêncio intransponível da época é a quantidade de livros de memórias, depoimentos e entrevistas compiladas que hoje estão disponíveis no mercado.

Contar o que se passou é, ao mesmo tempo, construir e resistir. Octavio Ianni afirma que "*no que se refere à sociedade, ia enraizando-se a idéia de desproteção, o obscuro temor de que qualquer um, por inocente que fosse, poderia cair naquela infinita caça às bruxas*". Por tanto temor, o silêncio só fora quebrado anos mais tarde. Um valioso exemplo foi publicado na revista Veja de 9 de dezembro de 1998. Numa matéria assinada pelo jornalista André Petry, o ex-tenente Marcelo Paixão de Araújo confessou a tortura de três dezenas de presos políticos quando servia o exército, em Belo Horizonte, entre os anos de 1968 a 1971. Jaime Wright, coordenador do livro "Brasil: nunca mais" deu a seguinte declaração sobre a importância do depoimento de Marcelo Araújo:

> *"Esse depoimento é o limiar de um evento histórico. Vai ajudar a sensibilizar a sociedade para o repúdio à tortura, um método que ainda existe nas delegacias de hoje"*[26].

Enfim, ter a oportunidade de relatar a sua história é uma possibilidade de evitar que outros venham a mentir sobre ela. Talvez isso explique depoimentos como o do cabo Anselmo ou do tenente Marcelo Araújo.

---

[26] WRIGHT, Jaime. **Porão Iluminado**. Revista Veja, 9 dez. 1998. p. 42-53. Depoimento concedido a André Petry.

unesp

Ouvir as testemunhas, as pessoas que fizeram parte do processo político é, antes de tudo, nos dar a chance de compreender que os erros e acertos de um período histórico não podem ser personificados. Como afirmou Robert Kurz, em seu artigo "Populismo histérico", publicado na Folha de São Paulo, deixar fluir a idéia de que o "*erro nunca está no próprio sistema, sempre foi alguém que cometeu algum desacerto ou crime*"[27] é um ponto de vista irracional. Kurz conceitua tal postura como um "*alívio de consciência, porque então ela não precisa mais se dar ao trabalho e provar criticamente as condições da própria existência*". É a eleição do bode expiatório. Entenderemos que o mal não está personificado. Foi o sistema, o regime, quem errou e acertou. Cada sujeito ouvido representou um papel. Com certeza, construiu a história na essência.

Tzvetan Todorov, ao escrever sobre indenizações e reparações de vítimas de tragédias como o nazismo e o apartheid, trouxe razões para se lembrar e de quais maneiras podemos lembrar, reparar e punir. Disse ele que "*a maneira de reparar essas situações não é reprimir o passado, tentar esquecê-lo - a repressão apenas gera neurose, causa frustrações e provoca vingança irracional*". Todorov fala da necessidade que a memória coletiva tem de uma imagem de seu passado:

> *"as vítimas querem que o mau e a injustiça que eles foram infligidos sejam reconhecidos, para que possam reconstruir suas identidades; precisam da solidariedade pública, capaz de conferir algum sentido à experiência atroz pela qual passaram e de transformar a violência que suportaram num ato que sua sociedade condena"*[28].

Talvez por isso todas as pessoas que procuramos se dispuseram a falar. Justamente pela necessidade, pelo sentimento de reparação, de ter voz e expressar o que ocorreu. Precisam colocar sua vivência à disposição da história. No caso desta pesquisa, nossos estudos cumprem um papel não só de contribuírem para que os erros e abusos ocorridos durante o regime militar não mais ocorram. Principalmente, no caso de Piracicaba, procuramos deixar claro

---

[27] Folha de S. Paulo, 18 de março de 2001. Caderno Mais!.
[28] TODOROV, Tzvetan. **Ascensão do homem público**. Folha de S. Paulo, 18 de março de 2001. Caderno Mais!, pp. 4-10.

unesp

que atos ligados a estes erros também simplesmente ocorreram. As histórias contadas completam a história da cidade.

Em entrevista publicada no caderno Mais!, no jornal Folha de São Paulo, o antropólogo Clifford Geertz diz que "*você pára de interpretar quando não tem mais o que dizer*". Ao ser questionado sobre como escapar do niilismo na interpretação, o antropólogo norte-americano acha que "*há uma diferença entre o niilismo e uma simples ausência de certeza*". Este foi o ponto onde nos identificamos. Na realidade de Piracicaba, as poucas publicações encontradas sobre o período do regime militar eram suficientes para produzir um niilismo. Não havia mais o que dizer? Justamente esta ausência de certeza nos provocou a procurar pessoas. Nos instigou a buscar na oralidade a história além dos jornais.

Histórias como a do ex-prefeito Francisco Salgot, um dos políticos locais mais populares de sua história que se "asilou" em seu apartamento após ser cassado em 1969. Não me atrevo a dizer que seu depoimento a mim prestado seja o único do gênero. Mas certamente não há muitos além deste no qual Salgot, mesmo com a saúde debilitada, mesmo com o peso de seus 80 anos, abriu sua caixa de memórias e, surpreendendo a esposa que o acompanhou na entrevista, fez um relato detalhado e lúcido da sua inserção na história da cidade. Salgot veio a falecer um ano depois de seu depoimento e por isso suas palavras são ainda mais valiosas. Enfim, há muito que se interpretar a partir das entrevistas obtidas por esta pesquisa.

A construção de personagens através de relatos orais é a construção da história numa realidade mais segura, longe da oficialidade das páginas jornalísticas e dos impressos didáticos. Contar a história, traduziu um fato, um momento, originando este contar da boca daqueles que vivenciaram e sentiram a história acontecer. É dar voz e vez a sociedade civil. No caso da ditadura militar que se instala no Brasil após 1964, a sociedade civil é sufocada nos primeiros dez anos. Até cerca de 1974, por decretos e atos institucionais, as manifestações de reivindicações foram podadas de forma brutal. Recrudesceu a efervescência cultural, o movimento sindical e a vigorosidade estudantil. O debate político passa a ser um monólogo institucionalizado. Os contrários saboreiam o gosto

unesp

amargo da perseguição nos porões da repressão. Enfim, as relações sociais vivem por uma década sobre imposição militar, que oferece ao seu povo apenas a possibilidade do silêncio.

O que ocorre quando o general Ernesto Geisel assume a presidência, em março de 74 é o início da chamada abertura lenta e gradual, como deixou claro o alto comando das Forças Armadas. Mais bastou. Continuou a repressão, mas o bolo social não se conteve. É a vez das associações de bairro, das comunidades eclesiásticas, das greves operárias, da petulância cultural e, paulatinamente, o embate político ressurgia. Nesse processo, a imprensa se adianta e vem à tona se auto declarando o painel dos acontecimentos. Se ela resiste sob tortura, não deixaria escapar os lampejos de liberdade que se avistavam com a abertura. E de fato se comporta como quadro de representações das transformações sociais.

Na realidade, dentro desse novo panorama, a imprensa é apenas mais um elemento, trazendo em si os mesmos sintomas observados nas demais representatividades do então esgarçado tecido social brasileiro. Por isso, nesta pesquisa, o Jornal de Piracicaba, como um dos principais meios de comunicação local, merece uma análise criteriosa. Mas por enquanto estamos falando de história, na qual os jornalistas não são os únicos construtores de cenários e personagens, mas sim peças componentes do processo. Assim como os jornalistas, padres, trabalhadores, professores, estudantes, políticos e gente da cultura também tem a sua versão. E suas histórias, a princípio individuais, foram ao final se unindo por um poder coesivo e coerente. Formam neste conjunto uma comunidade. É a história dessa comunidade. É a história dessa época, a ditadura militar. É a história desse lugar, Piracicaba.

Para alguns, o relato oral e os trabalhos com esse tipo de fonte informativa, originados a partir da metade do século XX, são meros produtos da união da tecnologia com a ancestral curiosidade do ser humano. Mas que mal tem a curiosidade? E qual imposição metodológica impede que essa curiosidade tome como auxílio a tecnologia, já que esta última é originária de necessidades e da própria curiosidade humana?

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

E foi isso que fizemos. Com gravador, dezenas de fitas K-7 e um estoque considerável de pilhas pequenas, fomos à luta. Ressaltamos mais uma vez que o trabalho com entrevistas se faz necessário pela insuficiência de dados presentes na documentação existente, seja ela originária:

- da imprensa local, já que o período se caracterizou por intensa censura e repressão ao acesso à informação;
- de documentos pessoais referentes a inquéritos policiais aplicados na época. Com relação a esse aspecto, muitos entrevistados processados por subversão e indiciados pela doutrina de Segurança Nacional demonstraram preferência por apenas relatar os fatos. Apenas dois entrevistados mostraram cópias dos processos e apenas um deles forneceu cópia para a pesquisa;
- de obras acadêmicas ou não, relatando a história de Piracicaba durante o período.

Utilizamos como linha de raciocínio que nossos entrevistados eram sujeitos da história de Piracicaba durante o período da ditadura militar (1964-1984). Ao construírem seus relatos, estariam, concomitantemente, construindo a história da cidade.

Num primeiro momento, a partir da obra "Piracicaba Política", de autoria do jornalista e escritor Cecílio Elias Netto, retiramos a maioria dos nomes a serem contatados. Pessoas envolvidas com o período em estudo vindas do meio político, jornalístico, acadêmico, operário, religioso, militar e cultural.

Então, partindo de uma lista de cerca de quinze nomes, o primeiro passo foi localiza-los. Tivemos nossa tarefa facilitada já que todos se encontravam na cidade, trabalhando ou já aposentadas. O único da lista que não foi contatado foi o ex-padre José Maria de Almeida, que segundo alguns colegas estava trabalhando num jornal na cidade de Sorocaba. Foi tentado um contato via e-mail, mas sem sucesso. Optamos então por excluí-lo da pesquisa já que a visão da Igreja Católica foi obtida pelos relatos de outros dois religiosos contemporâneos de José Maria de Almeida e que continuaram a vivenciar a realidade local.

unesp

O primeiro contato foi feito, na maioria, pessoalmente. Essa preferência pela abordagem direta contribuiu para que todos as testemunhas se mostrassem disponíveis para a entrevista. Deixamos sempre claro que cada detalhe era importante e não estávamos dispostos a forçar qualquer declaração incômoda ao entrevistado. Em outras palavras, o primeiro encontro serviu para apresentação pessoal e evidenciar os objetivos da pesquisa.

Depois de concordarem em relatar suas experiências, foram agendadas outras datas para entrevista. Com duração média de cinqüenta minutos (tendo a menor entrevista cerca de 25 minutos e a mais longa aproximadamente duas horas de duração), as entrevistas foram executadas em locais escolhidos pelos entrevistados, com o propósito de deixá-los o mais tranqüilo possível. Assim, as entrevistas foram feitas, basicamente, nas residências das pessoas ou em seus respectivos locais de trabalho, incluindo aí, entre outros lugares, a Prefeitura Municipal, a Igreja da Catedral e salas de departamento em universidades.

No dia da entrevista, após recapitular os objetivos da pesquisa, reforçamos junto ao entrevistado o pedido para que ficasse à vontade para responder as questões, tratando o encontro quase que com um tom de conversa. Além disso, deixamos claro que a "conversa" poderia ser interrompida a qualquer momento, sendo retomada na mesma oportunidade ou em outra data, sempre ficando a critério do entrevistado. Tudo pela tentativa de obter um depoimento espontâneo.

Então era dito ao entrevistado que a entrevista seria gravada para facilitar o trabalho do pesquisador na futura análise dos depoimentos. O fato de a entrevista ser gravada não trouxe qualquer espécie de constrangimento e, por conseguinte, não comprometeu o que Nader chamou de "necessária cumplicidade" entre entrevistador e entrevistado. Mesmo assim, foram feitas declarações em *off*, mas que em sua totalidade não passavam de manifestações pessoais, sem relação com o contexto, ou seja, não trazendo conteúdo significativo para a compreensão do que se passou em Piracicaba durante o regime militar (1964-1984).

Para dar uma sustentação ao entrevistado, afirmamos que seriam feitas questões referentes à sua origem e à trajetória pessoal que o levou a desempenhar

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

determinada profissão. Feito todas as considerações iniciais, era iniciada a entrevista. Todas as declarações foram estimuladas a partir de um questionário, estruturado nas seguintes modalidades:

- 1°: questões de origem pessoal: nome, local e data de nascimento;
- 2°: questões referentes à vida profissional;
- 3°: questões sobre as impressões iniciais da tomada do poder pelos militares;
- 4°: quando o entrevistado não era nascido em Piracicaba, era pedido a data da chegada na cidade e as impressões sobre a mesma;
- 5°: questões específicas de como o período em análise influenciou diretamente nas atividades de cada entrevistado na realidade de Piracicaba.

Para as entrevistas, utilizamos uma ficha contendo as questões a serem feitas e um espaço para anotar o nome da pessoa a ser entrevistada, bem como data, hora e local da entrevista. Ressaltamos que este questionário serviu mais para facilitar a tarefa do pesquisador não perder a linha cronológica e, ao mesmo tempo, não deixar de fazer qualquer apontamento importante para a pesquisa. Em nenhum momento este questionário adquiriu um caráter de roteiro obrigatório a ser seguido, sendo algumas questões preteridas e outras inseridas de acordo com o desenrolar da conversa.

Um bom exemplo foi a entrevista com o Prof. Dr. Rodolfo Hoffmann, professor do curso de Agronomia da ESALQ. Fomos para a entrevista com o propósito de entrevistá-lo como professor acusado de subversão por colegas de departamento em 1975. Durante a conversa, descobrimos ter sido Hoffmann aluno da própria ESALQ, período em que apresentou um engajamento político maior do que em sua experiência como professor, sendo declaradamente perseguido. Assim, a entrevista com Hoffmann toma outro rumo quando das declarações sobre sua vivência como estudante universitário e não somente como professor da instituição. Feita a entrevista, apresentamos então uma carta de cessão dos direitos da entrevista. Seguimos para tanto, um dos cinco modelos trazidos por Meihy em seu "Manual de História Oral". Utilizamos o modelo que cede direitos ilimitados para uso, tanto no que diz respeito a datas e trechos, quanto na utilização da gravação e/ou do texto proveniente da transcrição.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

Segundo o historiador, este tipo de documentação "é fundamental para definir o uso da entrevista". O emprego de uma carta que daria ao pesquisador poderes ilimitados é explicado pelo fato de dar ao entrevistado liberdade justamente para limitar esses mesmo poderes. Foi o que aconteceu, por exemplo, na entrevista com Antonietta Rosalina da Cunha Losso Pedroso, proprietária do Jornal de Piracicaba. Ao se deparar com a carta de cessão, Antonietta Rosalina preferiu assinar fazendo ressalvas quanto ao uso de terceiros, determinando a cessão dos direitos apenas para o pesquisador.

Com exceção do Capitão Alfredo Mansur e do Gal. Yvens Ely Marcondes, todos os outros entrevistados assinaram a carta de cessão. Quanto ao Cap. Mansur, ele argumentou que não poderia assinar devido a questões hierárquicas relativas à corporação militar. Mansur alega que tudo no exército é levado ao comando superior respectivo e então prefere apenas confiar verbalmente seu depoimento ao pesquisador, limitando o uso restrito à referente pesquisa. Mansur solicita também que a fita contendo seu depoimento não venha fazer parte de nenhum acervo de documentação de história oral. Já o Gal. Yvens Marcondes afirma que só poderia assinar a carta de cessão dos direitos após ler a transcrição, mas mostra não ser isso uma condição obrigatória, ou seja, destina também ao pesquisador um voto de confiança apenas verbal.

Enfim, todas as pessoas procuradas se dispuseram a falar. Abriram sua caixa de memória. Reportando ao livro de Percival de Souza, cabo Anselmo disse que "*para outros, a verdade está no fundo de uma cacimba profunda, habitada por cobras, aranhas e escorpiões, e muitos são os que não se dão a oportunidade de olhar para o lado, para cima e principalmente para o próprio interior*". Essa foi a importância. Não pensaram se em suas caixas de memória havia escorpiões. Uma surpreendente boa vontade permeou todas as entrevistas. Abriram sua alma e a cidade de Piracicaba agradece. Parodiando Ítalo Calvino, podemos, a partir das declarações obtidas, levantar os olhos das páginas para sondar a escuridão.

unesp

1.4. Contexto: a cidade e o jornal

Piracicaba. Como apresentá-la? Como definí-la? Optamos por apresentar um pouco de sua história. A cronologia dos fatos nos pareceu útil e objetiva. De extrema validade neste retrato da cidade, é o "Almanaque 2000: memorial de Piracicaba século XX", escrito pelo jornalista Cecílio Elias Netto. Este documento traz as origens, os símbolos e os fatos históricos de Piracicaba. A riqueza na descrição de detalhes se alinha ao nosso objetivo de apenas listar fatos da história e da vida política de Piracicaba principalmente no século XX. Sobre o nome da cidade, Cecílio descreve:

> *"ficou consagrado que Piracicaba significa, na linguagem tupi-guarani, 'o lugar onde o peixe pára', 'lugar onde os peixes se reúnem', ou idéia semelhante."*[29]

No entanto, o próprio escritor aponta para a divergência entre outras opiniões acerca da origem do nome. Sem me estender sobre as várias versões sobre o assunto, resumimos que o significado da palavra Piracicaba é de origem indígena e, obedecendo uma opinião ou outra, converge para a idéia "onde há muitos peixes".[30]

De qualquer forma, este lugar onde os peixes se encontram foi ponto de parada da expansão sertanista do século XVIII. Piracicaba já havia sido concedida como sesmaria a Pedro Morais Cavalcanti no dia 15 de novembro de 1693, mas constam dos registros da história que o capitão Antônio Corrêa Barbosa se deslocou para fundar Piracicaba no ano de 1767. A região era tida como povoação estratégica e a fundação oficial de Piracicaba se deu no dia 1°de agosto de 1767.

---

[29] NETTO, Cecílio Elias. **Almanaque 2000: memorial de Piracicaba século XX**. Piracicaba: Instituo Histórico e Geográfico de Piracicaba; Jornal de Piracicaba e Unimep, 2000. p.19.
[30] NETTO, C.E. Op. cit. p 19-20.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18



Casa do Povoador – a residência de Antonio Corrêa Barbosa, localizada na margem direita do Rio de Piracicaba. A construção é preservada até hoje, abrigando exposições e eventos culturais.

No ano de 1856, acontece a elevação a cidade pela lei nº 542. Sobre a economia da cidade, Cecílio Elias Netto se remete ao século XVIII e aponta os primeiros indícios da cultura canavieira:

> *"Mas com o avanço da fronteira agrícola de Itu no rumo dos sertões do [rio] Piracicaba, chegara o momento de introduzir nos canaviais, os engenhos e a escravaria, de produzir o ouro branco (açúcar), que já começava encontrar colocação no mercado internacional pelo porto de Santos".*[31]

No dia 10 de agosto de 1822, a cidade é elevada a vila, passando a chamar-se Vila Nova da Constituição. O crescimento da região dava a Piracicaba uma nova configuração:

> *"Piracicaba deixa de ser "boca de sertão", experimentando transformações que caracterizavam a chegada das fronteiras agrícolas: crescimento populacional, aumento da escravidão, a multiplicação das propriedades rurais e dos engenhos, valorização da terra e expansão do sistema viário. A fertilidade do solo e a possibilidade de expandir as lavouras atraíram os proprietários de todo o Vale Médio do Tietê, até de Minas Gerais e Portugal".*[32]

No final do século XIX, com a chegada República, Piracicaba se faz representar na política do país com os irmãos Moraes Barros. O médico sanitarista Dr. Paulo de Moraes Barros, junto com seu pai, o senador Dr. Manoel

---

[31] NETTO, C. E. Op cit. p.32.
[32] Idem, p.32.

e com o tio, o presidente Dr. Prudente de Moraes, formavam a trindade perrepista [PRP- Partido Republicano Paulista] de Piracicaba que projetou sua força política até as primeiras décadas do século XX .

O início do século XX marca economicamente Piracicaba. Ao passo que o Brasil optava pelo cultivo do café como principal cultura agrícola, Piracicaba prefere apostar na dobradinha café/cana, e esta opção se mostra decisiva para o desenvolvimento local. Os reflexos em termos urbanos são destacados pela professora Eliana Perci, da Unimep, numa entrevista ao Jornal de Piracicaba:

> *"na economia urbana, a dobradinha café e cana e, principalmente o grande número de engenhos de açúcar, incentivava a proliferação de uma série de pequenas oficinas mecânicas para conserto dos engenhos, até os anos 20, quando surge a empresa Dedini e direciona o investimento para produção de moendas e açúcar".*[33]

A grande vantagem em investir na cultura de cana foi que, quando veio a crise do café no final dos anos 20, o impacto na economia da cidade de certa forma seria amenizado. Com o declínio do café, a cana toma conta de Piracicaba. Aumenta o número de usinas e engenhos, explodindo a produção de açúcar. A empresa Dedini é fundamental nesta expansão do setor canavieiro, já que era a pioneira no conserto de engenhos. Em suplemento especial pelas comemorações do seu centenário, o Jornal de Piracicaba destaca que "A Dedini dinamiza o complexo canavieiro":

> *"Mario Dedini alia-se aos proprietários de engenho criando possibilidades de modernização da produção, associando-se, muitas vezes, a eles. Facilita a modernização da indústria, aceitando dos engenhos os equipamentos usados, como parte de pagamento. Assim, a empresa vai crescer naturalmente. A Dedini acaba ganhando destaque no país com a fabricação de moendas e caldeiras. Para ter acesso à tecnologia importada, Mario Dedini vai para o Rio de Janeiro desmontar um engenho que havia adquirido juntamente com Pedro Ometto, transportando os equipamentos pesados, em lombo de bois, até a indústria instalada em Piracicaba. A partir daí, ninguém mais segura a empresa Dedini.*

---

[33] JORNAL DE PIRACICABA. **100 anos de história**. Piracicaba, 4 de agosto de 2000. Suplemento. p. 3.

O Brasil não precisa mais importar equipamentos para o complexo canavieiro. Segundo análise, a Dedini garante o sucesso do empreendimento dela e dos usineiros e vem contribuir para a consolidação deste perfil açucareiro de Piracicaba, que vai ser a grande vocação agrícola do Estado de São Paulo".[34]



plantação de cana de 1905
fonte: Almanaque 2000



Mario Dedini e Pedro Ometto
fonte: Almanaque 2000

Sob efeito da II Guerra, Piracicaba também sofreu com a falta de alimentos e combustível. Segundo o jornalista Cecílio Elias Netto, *"as notícias da guerra eram anunciadas através de uma sirena que, quando tocava, paralisava a população"*. As informações chegavam através de auto-falantes voltados para a praça central. Com a perseguição na Europa, mais italianos e alemães chegam ao país.

Já os descendentes da primeira leva de imigrantes italianos (que desembarcaram ainda no início do século XX), conseguem ascensão econômica e social em Piracicaba no comando de várias empresas:

"Mário Dedini comanda uma elite de empresários descendente de italianos, nomes que se fortalecem: Ometto, Aldrovandi, Gianetti, d'Abronzo, Perissinoto, Santin, Mantoni, Caldari, Ducatti,. E é um descendente de italianos o primeiro a romper, na prefeitura de Piracicaba, o ciclo dos coronéis: o agrônomo José Viziolli, que é nomeado prefeito em 1941".[35]

---

[34] JORNAL DE PIRACICABA. **100 anos de história**. Piracicaba, 4 de agosto de 2000. Suplemento. p. 4.
[35] NETTO, C.E. Op. cit. p.222

Aliás, nas décadas de 40 e 50, Piracicaba acompanha o crescimento industrial que se verificava em todo país:

> *"em Piracicaba, o crescimento será marcado pela influência do grupo Dedini. O pesquisador Renato Maluf chega a garantir que "o processo de industrialização de Piracicaba e região está profundamente marcado pelo trajetória do grupo: um e outro se confundem e, juntos, explicam o peso da atividade metal-mecânica na cidade". É o período em que se instalam a Codistil (1943), a Mausa (1948) e várias outras indústrias criadas por ex-funcionários do próprio grupo, que irão concorrer na mesma atividade (...)entre os grandes, entretanto, despontam, além do grupo Dedini, em elevados índices de crescimento, a fábrica de tecidos Boyes, o Engenho Monte Alegre e o Engenho Central".*[36]



Codistil – fundada em 1943.
fonte: Almanaque 2000



Engenho Central – anos 40.
fonte: Almanaque 2000

Ainda na década de 40, a política piracicabana verifica a primeira guinada ideológica do século XX. A nomeação de José Vizioli por parte do interventor Adhemar de Barros rompia com o coronelismo, barrava de certa forma os sucessivos governos perrepistas e abalava a influência das elites rurais, personificada em tradicionais sobrenomes como os Moraes Barros. Era o primeiro governo com traços populistas. Ainda mais que Vizioli, um italiano, cientista agrário, vinha do povo, sem bagagem política. A posse de Vizioli se caracterizava como um efeito da ascensão dos imigrantes, que como já citamos, em Piracicaba foram importantes para o processo de industrialização e urbanização.

---

[36] NETTO, C.E. Op.cit. p.225

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

O coronelismo local ainda ficaria longe do poder em Piracicaba entre os anos de 1943 e 1945. Neste biênio, o prefeito foi Jorge Pacheco e Chaves, um homem rico, intelectual, viajado e com perfil democrático. No entanto, a administração de Chaves não trouxe grande projeção política para Piracicaba. Nas palavras de estudiosos do período, Pacheco e Chaves se preocupou demais com a "civilidade" de Piracicaba, investindo na urbanização, em reformas de praças públicas e calçamento de avenidas. Enfim, em beleza urbana, mas sem tanto tino político.

Entre 1945 e 1947, Piracicaba foi governada por Bento Luiz Gonzaga Franco, getulista convicto e representante do PSD (Partido Social Democrático). Enfim, a década de 40 em Piracicaba seria marcada politicamente por governos populistas e trabalhistas. Mesmo assim, embora desgastados, os representantes das elites agrárias reagiriam nas eleições de 1947:

> *"As eleições municipais de 1947 viram, em Piracicaba, a disputa de três candidatos: Luiz Dias Gonzaga, pela coligação UDN-PRP; Lázaro Pinto Sampaio, pela coligação PSP-PTN-PTB, apoiado por Samuel de Castro Neves; o advogado Jorge Coury, pelo PSD e unindo-se a profissionais liberais de diversas áreas (...) Em 1947, as eleições municipais, em Piracicaba, encontraram, novamente, frente à frente, as duas grandes e antagônicas forças políticas locais: os "gonzaguistas" e os "samuelistas". Luiz Dias Gonzaga pertencia a UDN, era um de seus líderes, um partido presidido pelo ex-prefeito Jorge Pacheco Chaves; Samuel de Castro Neves trabalhou pela fundação do PTB. Mais do que os partidos e siglas, valiam o carisma e a influência, ainda, de Luis Dias Gonzaga, o coronel, e de Samuel de Castro Neves, o populista. De um lado, uma aristocracia rural; de outro, o trabalhismo urbano, voltado para a periferia e, também, para os colonos e trabalhadores das fazendas e usinas (...) Quando os votos foram apurados, o resultado da primeira eleição popular pós-Getúlio não deixou margem a dúvidas sobre a influência e a presença viva do antigo PRP em Piracicaba: na união UDN-PRP, Luiz Dias Gonzaga é o vencedor. O eleitorado da zona rural votou coeso no velho "coronel".*[37]

---

[37] NETTO, Cecílio Elias. **Piracicaba Politica: a história que eu sei (1942/1992)**. Piracicaba: Prefeitura Municipal de Piracicaba/Ação Cultural, 1992. p.33-34.

unesp

O perfil conservador, personalista e por vezes truculento do "coronel" Dias Gonzaga se traduziu em seu governo, que se encerrou dois anos depois, em 1950, quando se elegeu deputado e se transferiu ao PSP de Adhemar de Barros. A mudança de legenda foi prática comum em Piracicaba. Aliás, as siglas não tinham a mesma força do respaldo pessoal que cada político carregava diante da população. Por isso, em todas as eleições, coligações sem qualquer coerência ideológica se sucediam.

Nas eleições de 1951, por exemplo, Samuel de Castro Neves fora eleito por uma coligação que uniu os trabalhistas do PTB e os aristocratas da UDN. Samuel não terminou seu mandato, entrando de licença no final de 1955 devido a problemas de saúde. As eleições de 1955 rompiam com mais um ciclo e apresentavam uma nova estrela na cena política de Piracicaba:

> *"Piracicaba parecia não mais suportar o poder e o domínio dos políticos do passado, da velha herança dos "coronéis" do antigo PRP (...)Eem Piracicaba, um novo nome, sem vícios políticos, sem passado partidário, alguém com um perfil de administrador e de progressismo que pudesse empolgar a opinião pública. O nome escolhido foi de Luciano Guidotti (...) Estava nascendo, em 1955, uma estrela de primeira grandeza na vida político-administrativa de Piracicaba. O "gonzaguismo" e o "coronelismo" estavam em vias de ser sepultados. Em seu lugar, viria o tempo dos comendadores. Depois de José Vizioli, um outro "italiano" chegava à prefeitura (...) O novo prefeito, Luciano Guidotti, fechava, com sua vitória, as páginas da história política de Piracicaba onde, até ali, estavam inscritas a vida, a obra e a atuação de Samuel de Castro Neves e de Luiz Dias Gonzaga".*[38]

Guidotti governou Piracicaba anteriormente, entre os anos em 1956 e 1959. Luciano promoveu uma revolução urbana, rasgando avenidas, erguendo pontes e pavimentando as principais vias da cidade. De estilo populista e personalista, Luciano Guidotti é visto até hoje como um dos melhores prefeitos de Piracicaba.

---

[38] NETTO, C.E. Op.cit. 270p.

unesp



vista aérea nos anos 50:
surgem os primeiros arranha céus
fonte: Almanaque 2000



o córrego Itapeva foi coberto:
hoje é a avenida Armando Sales de Oliveira
fonte: Almanaque 2000

No entanto, apesar de extremamente popular, Luciano Guidotti não estava sozinho na liderança política da cidade. Um outro político despontava, o engenheiro Francisco Salgot Castillon. Nas eleições de 1959, Salgot foi eleito numa coligação no mínimo exótica, envolvendo UDN-PSB-PTB-PSD-PTN-PSP, que acabou resultando no que os estudiosos e historiadores chamam hoje de "udenismo populista" ou "populismo udenista".

Salgot permaneceu no cargo até 1962, quando se elegeu deputado estadual. O seu mandato foi marcado por obras urbanas, estradas e, principalmente em infra-estrutura para a zona rural.

Nos anos 60, acompanhando o processo nacional, Piracicaba também saboreava uma inevitável urbanização. Concomitantemente, verificava-se a variação da sua produção, que deixava de ser unicamente agrícola e abria espaço para a indústria, especialmente os setores de siderurgia e metalurgia.

De acordo com um relatório desenvolvido por Walter A. Geraldi, Agente Municipal de Estatística, *"em 31 de dezembro de 1963, Piracicaba contava com 137 mil habitantes, sendo 97 mil na cidade e 40 mil na zona rural. Hoje - 1964 - a cidade possui mais de 100 mil habitantes, tendo a sua frente apenas as cidades de Santos, Santo André, Campinas, Ribeirão Preto, São Caetano do Sul, Sorocaba e Osasco"*[39].

Números ainda do biênio 1963-64, mostravam em Piracicaba 600 estabelecimentos industriais, empregando cerca de 12 mil operários que na época geravam uma riqueza de 30 bilhões de cruzeiros. Existiam ainda cerca de 2000

[39] PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA. **Relatório de Estatística**. [1964].

propriedades agrícolas, que abrigavam 70 mil hectares de lavoura (83% de cana-de-açúcar). Outros números mostravam 1060 estabelecimentos comerciais e 1002 estabelecimentos de serviços em geral. Os piracicabanos já contavam com 17 agências bancárias instaladas e, em 1963 já somavam uma frota de mais de 6 mil veículos. E o relatório seguia:

> *"...Em seus múltiplos aspectos sociais vamos encontrar os números que seguem: 18 mil prédios, onde só o número de residências vai além de 20 mil. Existem 20.102 ligações de água na rede geral da cidade (...) É de mais de 4 mil o número de aparelhos telefônicos (...) Existem 7 hotéis, 20 pensões, 23 restaurantes, 3 hospitais, 48 drogarias, 64 médicos, 124 dentistas, 35 advogados, 40 engenheiros e 150 agrônomos. São 10 os sindicatos (...) Duas estações de rádio difusoras e três jornais diários (...) Em seus aspectos culturais destacam-se 107 unidades escolares do ensino primário, contando 15.713 alunos e 454 professores. Quatro preparatórios ao ginásio com 347 alunos (...) Três escolas de comércio com 940 alunos e 55 professores (...) Quatro estabelecimentos de ensino superior com 1101 alunos e 193 professores (...) O legislativo municipal conta com 21 vereadores. Com mandato que se iniciou em janeiro do corrente ano seu Prefeito atual é o dinâmico Comendador Luciano Guidotti e o vice o professor Nélio Ferraz de Arruda"*[40].

De fato, muitos números conferiam a Piracicaba um cenário de modernidade. O então prefeito, Luciano Guidotti, comandava a cidade pela segunda vez. Tinha um enorme respaldo popular e, ao mesmo tempo, seguia uma linha personalista de governar. Em sua segunda passagem pela prefeitura, Guidotti manteve o estilo de fazer grandes obras e privilegiar o espaço urbano rasgando avenidas e mudando a paisagem com pontes. Quanto ao período específico do golpe militar de 1964, o jornalista Cecílio Elias Neto limita o quadro da repercussão que os acontecimentos nacionais provocaram a nível local:

> *"Se, nos anos 70, como resultado de uma propícia conjunção de fatores, Piracicaba se tornou importante núcleo de oposição ao governo militar, a*

[40] Op. cit.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

realidade é que, em 1964, a cidade - por suas mais expressivas lideranças e pela população como um todo - reagiu com total apoio à chegada dos militares ao poder. Houve poucas exceções, entre as quais o jornal "Folha de Piracicaba", alguns sindicatos, poucas lideranças operárias e estudantes, especialmente os que se congregavam no Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz". Os políticos, de forma geral, apoiaram o golpe militar, alinhados que estavam a todas as manifestações de repúdio ao presidente João Goulart que precederam o 31 de março de 1964 (...) a imprensa piracicabana, com exceção da "Folha de Piracicaba", rejubilou-se com o golpe militar (...) As elites demonstravam euforia e , em Piracicaba, a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", liderada por Odila Diehl, veio ocorrer - ao contrário do que houvera em todo o país - exatamente após a vitória dos militares (...) [41]

Entre os anos de 1964 e 1968, mais uma vez Piracicaba foi governada por Luciano Guidotti, mas era uma Piracicaba diferente, que se transformara em suas características físicas e econômicas:

"Piracicaba, quando Luciano Guidotti assumiu a prefeitura, em janeiro de 1964, era uma cidade que deixara de ter a sua economia apenas voltada para a cana-de-açúcar, mas que crescera, que se desenvolvera, que vivia o início de uma migração urbana irresistível, com as indústrias metalúrgicas e siderúrgicas dando-lhe outra fisionomia econômica. Os metalúrgicos faziam reivindicações, faziam greves. Era uma outra sociedade que Luciano Guidotti, a partir da prefeitura, teria que administrar em seus conflitos". [42]

O estilo empreendedor, de plena construção de obras, mais uma vez se verificou na segunda administração de Luciano Guidotti. No entanto, o dia 7 de julho de 1968 trazia uma tragédia que alteraria os rumos políticos de Piracicaba. Vítima de um ataque cardíaco, o prefeito Luciano Guidotti não resistiu e morreu. O "guidotismo" chegava ao fim. As eleições municipais daquele colocaram no poder o maior rival dos guidotistas, Francisco Salgot Castillon, na época representante da Arena, mas que tinha em Piracicaba um forte respaldo popular,

---

[41] ELIAS NETTO, Cecílio. **Piracicaba Política: a história que eu sei (1942/1992)**. 1. ed. Piracicaba: Prefeitura Municipal de Piracicaba/Ação Cultural, 1992. p.102.
[42] Idem, p.99.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

principalmente entre os trabalhadores e sindicalistas. Pela segunda vez, Salgot assumia a prefeitura. A identificação com a população de Piracicaba, em termos de liderança política, ficava no mesmo patamar de Luciano Guidotti. Salgot era o líder da Arena em Piracicaba. No entanto, mesmo participando do partido do governo, Salgot pagou um preço muito alto por estar ao lado dos trabalhadores. Em vários episódios, Salgot apoiou greves e auxiliou os operários em negociações com os empresários da cidade. Por isso, de certa forma Salgot representava uma ameaça ao empresariado local. Sua adesão junto aos trabalhadores foi um dos, senão o principal motivo que resultaria na sua cassação, em outubro de 1969, dez meses após assumir a prefeitura. Sendo obrigado a dez anos de reclusão política, Salgot nunca mais voltou à cena pública.

Até 1972, Piracicaba ficou sob o comando de Cássio Paschoal Padovani, que morreria naquele ano sem terminar o mandato. Mais uma vez, a cidade, em termos políticos, encerrava um ciclo. Era o fim do "guidotismo" e "salgozismo". Em termos de configuração econômica, nos anos 70 já se verificava uma diversificação industrial em Piracicaba:

> *" ... importante diversificação na estrutura produtiva de Piracicaba, com instalação de alguns estabelecimentos industriais de grande porte, ligados a capitais estrangeiros. É inclusive, no início desta década que se instala o Distrito Industrial Unileste. Destacam-se também, como exemplos das principais indústrias, unidades da Metalúrgica Dedini, Codistil, e Siderúrgica Dedini (todas pertencentes ao grupo Dedini); as fábricas Tatuzinho e Cavalinho, de aguardente; as usinas de açúcar dos grupos Ometto e Brunelli; Cia Boyes, têxtil; Fábrica de Papel do Grupo Simão; Mausa, Santin e Caterpillar e a Philips, estas duas últimas pertencentes ao capital estrangeiro".*[43]

As eleições de 1972 foram vencidas por Adilson Benedito Maluf, um engenheiro recém-formado, de 28 anos, que assume a prefeitura sem qualquer

---

[43] NEGRI, Barjas. **Um estudo de caso da indústria nacional de equipamentos: análises do grupo Dedini, 1920/1975**. Campinas, Unicamp/ IFCH, dissertação de mestrado, 1977.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

experiência política e administrativa. Maluf fora embalado pela juventude, apoiado numa campanha festiva que ganhou as ruas da cidade, ganhando a adesão nas mais variadas classes sociais. O ano de 1972 encerrava um período de desencontros na política de Piracicaba. Em trinta anos, a cidade teve vinte e quatro prefeitos. Uma alta rotatividade no comando do município. Brigas internas, ataques pessoais, mortes, cassações e renúncias resultaram no desaparecimento de lideranças políticas em Piracicaba. Muito se fala que este foi um dos motivos que impediram a projeção econômica da cidade. Não nos atrevemos a precipitar conclusões. Estamos aqui apenas apontando os fatos e não afirmamos que a troca de prefeitos, com certa constância, num curto período, fosse justificativa para impossibilitar o enriquecimento da cidade. Mais em termos políticos, essa alternância no poder construiu o pano de fundo que possibilitou a elevação do MDB ao poder local.

Em pleno regime militar, Piracicaba dava oportunidade ao partido da oposição, mas isto não significou tempos melhores. Ao mesmo tempo que se industrializava, Piracicaba continuava a assistir turbulências políticas. Adilson Benedito Maluf pertencia ao MDB, mas não deixou de ter um bom relacionamento com os militares, promovendo coquetéis em homenagem a generais quando visitavam a cidade. Seu estilo de governar foi empreendedor, talvez incentivado pela própria profissão de engenheiro. Na sua gestão criou o Distrito Industrial Unileste, no qual Adilson Maluf negociou pessoalmente a vinda da Caterpillar. Em seu mandato também surgiram muitas denúncias de beneficiamento próprio com obras da cidade. Dentre tantas denúncias, foi instalada uma comissão de inquérito para apurar "crimes de responsabilidade". Mesmo com tanta turbulência, Adilson Maluf fez seu sucessor. As eleições de 1976 foram vencidas pelo também engenheiro João Herrmann Netto, do MDB.

A administração de João Herrmann Netto significou uma ebulição política em Piracicaba. Quando ainda se discutia a abertura política no país, João Herrmann formou seu secretariado com pessoas ligadas a partidos de esquerda e movimentos de contestação. Naquela época, em Piracicaba, pudemos observar o surgimento de movimentos sociais. A formação de centros comunitários

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

possibilitava discutir os problemas da cidade e fornecia uma oportunidade até então inédita nos últimos anos: a de contestar a situação política e econômica tanto a nível local como nacional. Naqueles anos, Piracicaba foi considerada uma "ilha da democracia", não somente pela administração de João Herrmann, mas também pela gestão do professor Elias Boaventura na reitoria da Universidade Metodista de Piracicaba e também pelos trabalhos desenvolvidos pela Igreja Católica com as comunidades eclesiásticas de base. Outra instituição que contribui para esse cenário de abertura e diálogo foi o jornal "O Diário", que mantinha uma postura crítica em relação aos acontecimentos.

Para se ter uma idéia de como as instituições de destaque em Piracicaba adotavam abertamente uma postura crítica, a Unimep encampou dois Congressos da UNE, entre o final da década de setenta e o início dos anos oitenta. Era a UNE saindo da ilegalidade via Piracicaba.



o Congresso da UNE movimentou Piracicaba.
Fonte: Almanaque 2000.

Mas aqueles tempos não foram só flores. A falta de diálogo com as classes média e alta da cidade dificultavam a administração de Herrmann. As dificuldades de relacionamento com membros das associações comerciais e industriais gerava um desconforto no empresariado local. Pairava um permanente clima de desconfiança em relação ao prefeito. Em meio a denúncias administrativas, que geraram comissões de sindicância na Câmara dos Vereadores, e principalmente por escândalos pessoais, a administração João Herrmann Netto ficou "manchada" pelo que os jornais da cidade tacharam de "mar de lama".

unesp

Entre os anos de 1983 e 1988, Adilson Maluf mais uma vez chega ao comando da cidade. Eram os anos do imbatível PMDB. Quanto a Adilson Maluf, Piracicaba o tem na conta de maior tocador de obras dos últimos 20 anos. Em suas duas administrações, Maluf entregou cerca de 150 quilômetros de ruas e avenidas asfaltadas e investiu significativamente em galerias pluviais e no abastecimento de água e esgoto em bairros afastados. Mais esta é uma outra história. Nossa pretensão, por hora, foi descrever a conjuntura política local dentro do nosso objeto de análise. Evidente que foi necessário apresentar as origens da cidade, mas para limitar a cena política, seguimos como critério a última administração municipal que se fez sob o regime militar.

Segundo o Censo 2000 do IBGE[44], Piracicaba tem pouco mais de 320 mil habitantes. Na área do conhecimento, se destacam universidades como a ESALQ–USP[45], centro de pesquisas agronômicas reconhecido nacionalmente e a Faculdade de Odontologia da Unicamp, além da aplicada Universidade Metodista...Enfim, Piracicaba é uma cidade de médio porte do interior do Estado, que apresenta todas as características de uma cidade grande, inclusive os problemas com violência e poluição do cantado rio que lhe dá nome. Seu maior desafio hoje, em termos econômicos, é utilizar esse mesmo rio como um importante corredor do Mercosul.



Piracicaba 2000: vista aérea e Rio de Piracicaba com Engenho Central ao fundo.
fotos: Caio Albuquerque.

[44] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: características da população e dos domicílios, resultados do universo**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 2001.
[45] ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

unesp

Dentro deste cenário, o Jornal de Piracicaba, que é uma empresa genuinamente local, busca na identificação com seu leitor o discurso para convencê-lo a aderir em causas como a despoluição do rio e na sua utilização como vetor econômico, por exemplo. E desde a sua origem, no dia que 4 de agosto de 1900, a identificação com a cidade é o grande argumento utilizado para conquistar a população de Piracicaba. Na primeira edição de sua história, o JP trouxe um editorial de apresentação assinado pelo primeiro redator chefe, Antônio Pinto de Almeida Ferraz, e logo de início observamos a preocupação em ressaltar este argumento:

> *"(...)o Jornal de Piracicaba não é uma folha política, é puro e simplesmente um orgam (sic.) de interesses locais, tendo principalmente em mira o progresso da cidade e do município em que vê a luz."*[46].

Ferraz segue elogiando a cidade em todos os aspectos para que possa legitimar seu pedido de apoio. Segundo ele a cidade já tinha tudo, só faltando uma imprensa desenvolvida:

> *"Cumpre, portanto, que o povo apóie a imprensa para que esta, a seu turno, apóie o povo, tornando-se o porta-voz do seus interesses perante as autoridades, o echo das suas queixas, a tribuna dos seus protestos, a válvula dos seus desabafos e, sobretudo, propulsora do seu commercio, a alavanca poderosa de suas iniciativas." (sic.)*[47]

Até 1903, o JP fica sob a presidência de seu fundador, o empresário da Fábrica de Tecidos local, Manoel Buarque de Macedo. Depois, o JP ficara nas mãos de uma empresa formada por João Pedro de Meiga e Juvenal Amaral (diretor).

A troca de proprietários e chefes de redação foi constante até o final da década de 30, quando em 19 de março de 1939 a direção do jornal passa a ser responsabilidade da empresa J.R. Losso & Cia., constituída por José Rosário Losso e os irmãos Fortunato Losso Netto e Eugênio Luiz Losso.

Em 1942, em virtude da Segunda Guerra Mundial, José Rosário Losso, italiano, se vira obrigado a deixar a redação nas mãos dos irmãos Fortunato e

---

[46] JORNAL DE PIRACICABA. **100 anos de história**. Piracicaba, 4 de agosto de 2000. Suplemento. p.2
[47] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Eugênio Luiz, nascidos no Brasil, que formaram a empresa "Irmãos Losso". No dia 20 de março de 1943, o JP anuncia a nova fase de realizações, passando suas oficinas por ampla e radical modernização. Em 1967, os "Irmãos Losso" adquirem uma rotoplana, aumentando o número de páginas e cadernos.

No ano de 1970, os primos Antonieta Rosalina da Cunha Losso Pedroso, filha de Fortunato Losso Netto, e José Rosário Losso Netto, filho de Eugênio Luiz Losso, assumem a direção do JP. Era o início de uma reformulação gráfica, substituindo o sistema tipográfico a quente pelo de fotocomposição e impressão em *off set*.

Em janeiro de 1985 morre o diretor Fortunato Losso Netto. Na década de 90, o JP entra na era de informática, cria uma central de atendimento e inaugura uma nova sede em 1995. Em 1998, o JP começa a figurar na Internet. De acordo com um levantamento da própria empresa, no ano de 2000, o quadro de funcionários aproximava-se de 300 pessoas, sendo 25 na redação.

Depois desse levantamento cronológico,vale ressaltar que o JP carrega em seu perfil o fato de ter pertencido durante sua história à empresários locais. O grande nome foi sem dúvida Fortunato Losso Netto, que comandou a empresa e a redação de forma direta e marcante durante quarenta e três anos (1942–1985). O "Dr. Losso", como era conhecido, adquiriu uma representação de liderança local, sendo figura presente nas lutas e campanhas que o jornal encampou. E sua presença poderia tanto ser física, como ser expressada pela força de seus editoriais. O significado e a representação do Dr. Losso podem ser medidos nos depoimentos do jornalista Adolpho Queiroz, do ex-redator José ABC e da própria filha de Fortunato e atual proprietária do JP, Antonietta Rosalina da Cunha Losso Pedroso.

Adolpho Queiroz, jornalista e professor de jornalismo, pode bem falar o que representa o Jornal de Piracicaba e a figura do Dr. Losso. Queiroz trabalhou como correspondente do JP em Brasília durante a campanha das Diretas. Além disso, a tese de doutoramento de Queiroz é dedicado ao centenário do JP. Na conversa que tivemos com Adolpho Queiroz, ele define a postura editorial adotada pelo JP:

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"O Jornal de Piracicaba jamais será um veículo a serviço da esquerda. Ele é um veículo tradicional que tenta dar vez e voz a todos os segmentos. Então, se o Machado [prefeito José Machado, do PT] quiser escrever um artigo, ele escreve, o João Herrmann, o Roberto Morais [deputado estadual pelo PPS-SP], o Thame [Antonio Carlos de Mendes Thame, ex-prefeito de Piracicaba]. O Jornal de Piracicaba presta-se a este papel amplo de ser um porta-voz da cidade. Como foi porta-voz da revolução, em 1964, e foi o porta voz das diretas, em 1984. Quer dizer, se amanhã vier a revolução tecnológica, o porta-voz será o Jornal(...) então ele tem um pouco deste sentimento de ser uma tribuna livre e que todos vão ocupando da forma que acham conveniente. O Jornal tem uma posição de entendimento sobre Piracicaba que eu não sei se outros grupos têm. Eles colocam Piracicaba em primeiro lugar, acima... quer dizer, se vem uma estrada e é bom para Piracicaba, se for o Machado ou o Antonio Carlos Magalhães que trouxer esta estrada, não interessa. Se o dinheiro vem para a Santa Casa e é do governo federal do PSDB, ou do governo municipal, do PT...ele não tem uma preferência ideológica. O objetivo do Jornal de Piracicaba é fazer Piracicaba crescer. E nisso, evidente, ficam escondidas algumas lutas... as organizações populares acabam tendo menos espaço de reflexão. Não é um jornal de reflexão. É um jornal de notícias. O Jornal se presta a ser um jornal que noticia as coisas da cidade. Ele não se pretende ser um jornal opinativo. Os políticos passam e o jornal fica. Está aí há 100 anos cumprindo seu papel e todo mundo acaba respeitando este tipo de postura"[48].

Outro jornalista, José Antonio Bueno de Camargo, o José ABC, foi redator chefe do JP entre os anos de 1968 e 1975. José ABC nos falou do alívio que era trabalhar, em plena ditadura, com o respaldo do Dr. Losso. Perguntado se a presença do Dr. Losso se fazia como que uma sombra, veja o que ele respondeu:

"Eu falo "família Losso", Jornal de Piracicaba, mas entenda-se sempre Dr. Losso Neto (Fortunato Losso Neto). Ele era a alma, o espírito, o corpo e tudo do Jornal de Piracicaba(...)o dr. Losso não costumava escrever diariamente, mas quando ele escrevia, ele vinha para derrubar, não derrubar pela

[48] Entrevista de Adolpho Queiroz concedida exclusivamente para esta pesquisa. 3 de maio de 2001.

unesp

agressividade, derrubar pela credibilidade e pelo respeito que tinham por ele(..). eu sempre dizia que aqui era assim: "Losso falou, a causa finita", quer dizer, "Roma locuta, causa finita"(...)Quanto ao dr. Losso, a sombra do dr. Losso, como você diz, não era uma sombra que se fizesse pesada sobre a turma. Apenas você sabia que existia essa figura e que sabia ponderar, sabia raciocinar, sabia expor e que era uma pessoa muito respeitada na comunidade. Então, você não precisava se preocupar com esse pormenor de analisar e colocar para o povo o que poderia ser. O dr. Losso fazia isso. Na realidade, a responsabilidade nossa, no Jornal de Piracicaba, era menos desgastante"[49].

E o JP vive sob a postura ideológica adotada pelo Dr. Losso. É um jornal que representa a defesa da população local, liderando campanhas e abaixo assinados por duplicação de estradas e afins. Essa representação de defensor do povo pode ser evidenciada na fala de Antonietta Rosalina, filha do Dr. Losso. Perguntada sobre as notícias veiculadas no JP durante o regime militar e sobre o discurso que não comprometia o jornal, Antonietta coloca a defesa da população como argumento:

"(...)não houve essa preocupação de não se comprometer. Somente houve, talvez, um cuidado para não levar a nação ainda para um trauma maior. Ele [o pai] poderia até prejudicar a cidade"[50].

Enfim, esse é o Jornal de Piracicaba. Após destes depoimentos, decidimos por considerá-lo um veículo conservador. Aliás, conservadorismo que auxiliou de maneira fundamental nesse centenário sem grandes traumas. Venceu duas guerras, crises econômicas, censuras e ditaduras. O JP adquire um caráter de palco das representações em termos locais. Finalizando, fica um *slogan* empregado a alguns anos pelo JP em *out doors* pela cidade:

"Jornal de Piracicaba, o melhor jornal do mundo. Por que o seu mundo é aqui".

---

[49] Entrevista de José Antonio Bueno de Camargo concedida exclusivamente para esta pesquisa. 8 de abril de 2002.
[50] Entrevista de Antonietta Rosalina da Cunha Losso Pedroso concedida exclusivamente para esta pesquisa. 25 de julho de 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Capítulo 2

A legitimação do novo regime

2.1. A "revolução" em Piracicaba

De setembro de 1961 até março de 1964, o Brasil viveu um de seus períodos políticos mais conturbados. O presidente João Goulart era acusado de trazer ao poder influências comunistas e um passado de atitudes favoráveis a agitações populares quando ainda era ministro do Trabalho do governo Vargas.

Sempre governando sob eminente ameaça de um golpe militar, Goulart dava início, em 1962, ao seu Plano de Reformas de Base. Figuras da esquerda ganham espaço, as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião se fazem ouvir e, para o desespero dos militares, Jango parece motivado com as novas idéias de reforma no país. Reforma agrária, eleitoral, tributária...Enfim, tenta aplicar projetos que poderiam modernizar o Brasil. De qualquer forma, o Brasil de Jango estava aberto a novas propostas, vindas de onde viessem. Do imperialismo americano ou da Cuba revolucionária. Promovia encontros com representantes da UNE, que reivindicavam a reforma também da universidade. Jango queria aproveitar seu último ano na presidência para colocar de vez suas reformas em prática. A questão é que, ao tentar solidificar o regime populista, Goulart causava uma reação nunca antes enfrentada:

> *"...ao pretender entrar pelos caminhos das reformas de estrutura, Goulart provocou a crise do "regime populista".Crescia em importância uma mobilização popular que, embora muitas vezes dependesse da iniciativa do Estado, tendia a superar os limites institucionais (...) O grande compromisso social em que se apoiava o regime se viu, assim, condenado por todas as forças que o compunham. Condenado pela direita e pelas classes médias que se aterrorizavam ante a pressão popular e crescente; pelos grandes proprietários assustados com o debate sobre a reforma agrária e com a mobilização das massas rurais; pela burguesia industrial temerosa também da pressão popular e já vinculada, por alguns de seus setores mais importantes, aos interesses estrangeiros. E, apesar das intenções de alguns de seus líderes, encontrava-se condenado também pela fragilidade do populismo que se mostrava incapaz não só de se manter o equilíbrio de todas essas forças como também de exercer um controle efetivo sobre o processo de ascensão das massas."* [51]

[51] WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 4ª edição. p.78.

No dia 13 de março de 1964, Jango conclamava a massa para anunciar sua reformas. Cerca de 200 mil pessoas, reunidas na praça da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, assistem um discurso inflamado do presidente naquele que ficou conhecido como "Comício das Reformas". O efeito? Totalmente contrário a Jango. No dia 19 de março, 500 mil pessoas participam da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", no centro de São Paulo. Era a maior manifestação não só contrária ao governo Jango, mas ao próprio populismo, desde a "Era Vargas". Os grandes jornais do eixo Rio – São Paulo já não controlavam seu desejo de ver Jango longe da capital nacional. Os valores da "família" e da "liberdade" tornam-se bandeiras nacionais contra o comunismo, personificado na figura de João Goulart. Oliveira (1993) descreve o processo pelo qual as massas foram envoltas em novas mãos:

> *"...uma sutil manipulação do inconsciente coletivo" do povo brasileiro, reforçando-lhes crenças arraigadas e ingênuas de religiosidade (Brasil = maior país católico) e de união. Consome-se, portanto, um conceito ultrapassado, mas extremamente útil, de "povo brasileiro"- o de uma "grande família hospitaleira"- encobrindo-lhes as diferenças sob uma aparente igualdade. Aliado a isso, a força de ingênuo temor a Deus, restos de uma herança de catequização e medo do diabólico sentido de "estar sem Deus". Esta "infidelidade" acarreta uma punição certa: o inferno vermelho de um Judas-traição cifrada em uma única palavra morcego: COMUNISMO".*[52]

No dia 31 de março, tropas do exército marcham de Minas para o Rio de Janeiro para depor o presidente. As tropas do Rio que num primeiro momento saem em defesa de Jango, acabam aderindo ao movimento. Goulart viaja para Porto Alegre e, no dia 2 de abril de 1964, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assume a presidência. Enfim, no dia 12 de abril, após votação no Congresso, o general Castelo Branco torna-se o novo presidente do Brasil. Tinha início um angustiante período político.

Mas voltemos ao início deste processo para observarmos o cenário de representações no qual o então presidente João Goulart fora inserido nas páginas do JP, Fora o jornal Última Hora, que defendeu até quando pode o conterrâneo gaúcho João Goulart, os jornais do eixo Rio-São Paulo trataram de depositar na

---

[52] OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte. **João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem**. São Paulo: Anna Blume, 1993. p.118

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

figura de Jango toda a fúria de uma nação que queria "expulsar os comunistas". Assim, como destaca Maria Rosa Duarte Oliveira, o presidente Goulart foi abordado por jornais como O Estado de S. Paulo dentro de um processo onde se verificou a mudança de posição da linha editorial. Literalmente, Jango passou de personalidade a personagem da história. De líder nacional, passou a inimigo nº 1. Nossa indagação é se nas páginas do JP foi observado um processo semelhante. Será que Jango passou de personalidade a personagem também para os leitores do JP?

Em linhas gerais, o JP acompanha a imprensa nacional. No dia 14 de março de 1964, um dia após o inflamado Comício da Reformas, o JP parece apoiar Jango:

> *"O presidente João Goulart chegou em meio a ensurdecedora manifestação da multidão, que repetia seu nome incessantemente, como nos melhores tempos do "queremismo" de Vargas."*[53]

No entanto, no dia seguinte, 20 de março, o cenário no qual o personagem Jango é inserido começa a mudar. Expressões que fazem referência direta a uma situação complicada, a um temor por golpe, começam a surgir nas páginas do JP. Em 20 de março, além do anúncio do Centro Acadêmico da Esalq que informava a criação de uma Frente Democrática, o JP traz uma notícia destacando que o jornal francês "Le Monde" considerava preocupante as movimentações políticas ocorridas aqui no Brasil:

> *"PARIS, 19 – Um choque entre o presidente do Brasil, João Goulart, e os elementos direitistas desse país teria graves repercussões na já precária situação econômica e financeira brasileira, diz em sua edição o jornal "Le Monde", em artigo publicado na 1ª página."*[54]

No dia 31 de março, quando estourou o golpe militar, Jango aparece inserido num cenário definitivamente negativo. O JP dessa data traz a notícia de que o presidente fora homenageado num banquete promovido por alguns setores

---

[53] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 14 mar. 1964, 1 cad. p. 1.
[54] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 20 mar. 1964, 1 cad. p. 1.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

militares no Rio de Janeiro. No entanto, a manchete: "Violento pronunciamento do Presidente da República" - choca e pode ser interpretada de forma oposta ao cenário possivelmente festivo da tal homenagem. Nessa mesma edição, outra notícia não deixa margem a qualquer interpretação. Era a notícia de que a bancada udenista na Assembléia paulista, representada pelo então deputado piracicabano Francisco Salgot Castillon, protestou contra o governo. A chamada da notícia e trechos do discurso proferido pelo deputado dão o tom empregado:

> *"BASTA, SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA!" (chamada)*
> *"Incisiva manifestação da bancada Udenista na Assembléia Estadual" (título)*
> *"(...) sente-se no dever de manifestar a sua profunda revolta à forma estranha e impatriótica como o Sr. Presidente da República se portou durante o desenrolar dos acontecimentos, numa patente demonstração de se encontrar diretamente ao lado, senão chefiando o grupo de agitadores que querem a derrubada total das instituições democráticas do país".*[55]

No dia primeiro de abril de 1964, a edição do JP parece confusa diante das mudanças ocorridas no governo federal e não faz maiores referências ao presidente João Goulart. No dia 4 de abril, com os fatos mais esclarecidos, o JP destaca o asilo pedido por Goulart no Uruguai e que suas fazendas no sul do país serão desapropriadas. Traz ainda fala do General Mourão Filho (um dos líderes do golpe):

> *"Não transigirei com a horda de Goulart" (fala do general - ítulo da notícia)*
> *"O general mourão Filho (...) comandante geral de todas as forças que destroçaram o reduto comunista do ex-presidente Goulart, prestou ontem à imprensa declarações da maior importância: - Não quero nenhum envolvimento com o sr. João Goulart, porque ele dirige um governo comunista (...) Não transigirei jamais com os comunistas, especialmente com a horda que sempre teve a cobertura do ex-presidente da República."*[56]

---

[55] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 31 mar. 1964, 1. cad. p.1.
[56] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 4 abr. 1964, 1.cad. p. 1

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

No dia 8 de abril, o JP publica uma coluna de A. Mendes Vollet. O autor não poupa o ex-presidente. Vale lembrar que a coluna é publicada na primeira página, o que certamente aumenta a sua repercussão:

> *"Dois anos e meio de desgoverno foi o suficiente para que esses irresponsáveis desarticulassem o país, anulassem nossa formação democrática, tripudiassem sobre nossos brios (...) Nesse curto período de dois anos e meio, tivemos a suprema infelicidade de ser dirigidos por esse grupo de desadaptados, despreparados moral e intelectualmente para conduzir o país (...) Melancólico fim desses marginais: tão irresponsáveis que não tiveram a hombridade de aguardar com dignidade a presença dos que o combatiam lealmente, fugindo vergonhosamente (...) numa fuga tão própria da sua formação caudilhesca e primária (...)"*[57]

A figura de Goulart foi representada dentro da "retórica da comunização", que se mostrou como uma "estratégia" utilizada pelos grupos que queriam a derrocada definitiva do governo populista e , ao mesmo tempo, afastar de vez o "risco" da ascensão das massas ao poder. O fantasma da comunização tomou o país. A imprensa foi fator básico na disseminação do medo frente ao comunismo. O Jornal de Piracicaba traz, em vários momentos, referências ao "perigo vermelho". Antes da ascensão militar no começo de abril de 64, as manchetes traziam a tensão diante da proximidade com os comunistas, como podemos observar:

> *"É alarmante o processo de comunização do país"*[58]*;*
>
> *"Reunidas em convenção na Guanabara as Associações Comerciais do Brasil decidiram (...) dirigir importante mensagem ao povo brasileiro, alertando-o contra a comunização do país, que se processa aceleradamente (...)"*[59]*.*

O medo era uma constante e aumentava a cada dia. Qualquer ato "suspeito" acabava sendo relacionado à atividades marxistas. O JP destacava que estávamos diante de um processo de "cubanização". Termos de tons negativos

---

[57] VOLLET, Armando Mendes. **E agora, João...** Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 8 abr. 1964, 1.cad. p. 1
[58] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 12 mar. 1964, p. 1
[59] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

foram utilizados para categorizar os tais "comunistas": "agitadores", "invasores", "ativista", "extremistas", "golpistas", e assim por diante. As manchetes e trechos de matérias dão o tom do enquadramento:

> *"Agitadores tentarão invadir propriedades em nosso Estado";*[60]
>
> *"Deputados paulistas advertem: Estamos diante de fatos gravíssimos";*[61]
>
> *"Trote permitiu o desmascaramento de um agitador comunista na "Luiz de Queiroz";*[62]
>
> *"(...) Há poucos dias(...)um fato fortuito veio revelar a presença indesejável de um ativista vermelho, desses que são "estudantes" bem determinados, entre os calouros da "Luiz de Queiroz"(...) encontraram frente a farto material de propaganda subversiva, alguma de origem na China Comunista, e também relatórios de atividades, altamente comprometedores".*[63]

A ESALQ tratou logo de formar sua frente democrática, publicando na edição do JP de 20 de março um informe no qual orientava seus alunos a:

> *"a) defender os princípios democráticos; b) lutar pelas Reformas; c) impedir a ação comunista e extremismos de qualquer espécie; d) tornar público e combater todo e qualquer movimento subversivo notado em nosso meio universitário"*[64].

A Juventude Universitária Católica da Agronomia (JUC), também ligada a ESALQ, publicou um informe no dia 22 de março "alertando" seus colegiados. Entre um texto que ocupava cerca de um quarto da página, constava a advertência:

> *"Há na Escola correntes diversas. Nós como cristãos afirmamos a radical oposição entre comunismo e cristianismo. Porém, notamos a posição inautêntica dos que se acobertando dessa situação usando o Cristianismo para defender seus privilégios. O comunismo ateu explora ativamente a situação".*[65]

---

[60] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 13 mar.1964, 1.cad. p. 1.
[61] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 17 mar. 1964, 1.cad. p. 1.
[62] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 18 mar. 1964, 1.cad. p. 1.
[63] Idem.
[64] Formada a frente democrata na "Luiz de Queiroz". Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 20 mar. 1964. 1.cad. p. 1.
[65] Manifesto da Juventude Universitária Católica (JUC) da Agronomia. Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 22 mar. 1964, 1.cad. p. 2.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Quando os militares assumem o poder, o discurso empregado pelo JP continua falando da comunização eminente, mas que agora já está controlada pelas "forças democráticas" comandadas pelo II Exército. Agora, há um cuidado em legitimar as ações militares que, de acordo com as páginas do jornal, passam a atuar com o objetivo de consolidar a democracia e varrer o comunismo do país:

> *"Ademar e Kruel exigem expurgo dos comunistas: "tudo nos leva a exigir o dos vermelhos e cor de rosa que se infiltram entre nós. Não podemos nos depor as armas enquanto não for feito o expurgo dessa gente"*[66];
> *"Presos no Rio agentes da China Comunista"*[67];
> *"Levante Vermelho estava marcado para 1º de maio".*[68]

Diante dessa turbulência, podemos indagar sobre a repercussão na população. Para validar a retórica da comunização, a imprensa da época tratou de inserir o povo nesta cena. Citando Francisco Weffort, "a massa não atua nesses períodos". É manipulada de maneira que possa se sentir atuando. É mobilizada para sirva aos que pretendem chegar ao poder e não se coloque como um entrave nessa escalada. Assim, do mesmo modo que se viu nas grandes capitais uma mobilização maciça do povo nas chamadas "Passeatas da Família", em Piracicaba esse tipo de manifestação também ocorreu, embora alguns dias depois do golpe de 31 de março.

O Jornal de Piracicaba, como principal veículo de comunicação local, tratou de insuflar a população para que o ato fosse um sucesso. Dias antes publicava chamadas e anúncios de convocação de toda a sociedade piracicabana. Abriu espaço para os convites de sindicatos, empresas, escolas e da própria prefeitura. Entre os dias 5 e 9 de abril (dia da passeata em Piracicaba), nas suas páginas foram publicados cerca de 28 convites e chamadas de inúmeros representantes de classe e da sociedade piracicabana. No dia da Marcha, o Jornal de Piracicaba , o Jornal de Piracicaba publica, na primeira página, uma lista com cerca de 80 nomes de entidades, clubes, instituições de ensino, associações de

---

[66] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 3 abr.1964, 1. cad. p. 1
[67] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 4 abr.1964, 1. cad. p. 1
[68] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 7 abr.1964, 1. cad. p. 1

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

vários setores produtivos e órgãos de imprensa locais que convidavam a população para o ato daquela tarde de 9 de abril de 1964.

Entre os dias 5 e 9 de abril as páginas do JP, principalmente a primeira, estampava o apoio do veículo à Marcha:

> *"Amanhã, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade"*[69] *(manchete);*
>
> *"Empolga Piracicaba a realização da Marcha – adesão de todas as entidades (...) no setor de trabalho de Piracicaba a adesão foi pronta e completa, tanto na zona urbana como na zona rural (...) a Prefeitura concedeu passe livre nas linhas de bondes da cidade e as empresas de transporte não cobrarão passagens a partir das 13 horas"*[70]*;*
>
> *"O Clube da Lady não poderia ficar de fora do empolgante movimento (...) em regozijo pela vitória da democracia (...) associa-se prazerosamente a essa manifestação de ardor cívico do valoroso povo piracicabano"*[71]*;*
>
> *"Piracicaba marchará hoje com Deus e pela Liberdade".*[72] *(manchete)*

Nitidamente, os valores da família, da religião e da democracia tomam conta do discurso. O JP acentua aspectos que certamente impulsionam a massa a aderir ao ato público. O resultado não poderia ser outro, tal como pode ser conferido na primeira página do dia 10 de abril de 1964. Uma foto ocupando praticamente todo o quarto de página superior direito, mostra a multidão reunida na praça da Catedral, convencendo o leitor do sucesso da Marcha. O texto segue a linha e evidencia a grandiosidade da manifestação:

> *"Piracicaba reafirmou em praça pública sua vocação democrática"*[73] *(manchete);*
>
> *"Piracicaba se engrandeceu ontem em praça pública, quando seu povo deu vibrante demonstração de civismo, acorrendo a demonstração ostensiva de seu repúdio ao comunismo e reafirmando inequivocadamente sua vocação democrática (...) O empolgante espetáculo cívico de ontem será página*

---

[69] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 8/4/1964, p. 1.
[70] Idem.
[71] Ibidem.
[72] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 9 abr.1964, 1.cad. p. 1.
[73] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 10 abr.1964, 1.cad. p. 1.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

imorredoura nos fatos históricos da nossa gente. Porque Piracicaba, ontem, reafirmou grandiloquentemente, em praça pública sua invencível vocação democrática."[74]

Pelo texto, já notamos que a Marcha obteve êxito. A adesão massiva fez com que a sociedade piracicabana se confortasse de que teria feito um bom trabalho ao convidar tão insistentemente a população a marchar pela democracia. Nessa insistência, as páginas do Jornal de Piracicaba estiveram sempre à disposição.

Uma vez consolidada a mudança de governo, após o dia 31 de março, o JP aos poucos constrói a sua calmaria. Enfim, pelas páginas do jornal, alinhado com grande parte da imprensa nacional, o país estava "aliviado". Observamos um apoio explícito àqueles que "afastaram o risco de invasão comunista". O II Exército é elogiado sempre, retribuído-se aos militares a consolidação democrática. Enfim, estávamos salvos:

"General Amaury Kruel, categórico: o II Exército está contra o comunismo e a favor da Lei"; [75]

"O Brasil retorna à ordem"[76]*;*

"Piracicaba oferecerá uma Bandeira Nacional ao glorioso II Exército"[77] *;*

"Os três ministros militares sancionaram ontem o Ato Institucional (...) que adota medidas consideradas imprescindíveis à consolidação do regime e dá meios ao governo de enfrentar a situação anormal em que foi levado o país pela conjura comuno-nacionalista".[78]

Ainda sobre o apoio aos militares, o JP publicou, no período analisado, três colunas assinadas. Uma pelo ex-prefeito Salgot Castillon, que mais tarde seria cassado pela ditadura; outro manifesto do Centro Acadêmico da ESALQ e uma coluna de autoria de A. Mendes Vollet. Ambos continham declarações de apoio ao novo regime:

---

[74] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 10 abr. 1964, 1.cad. p. 1.
[75] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 2 abr. 1964. 1.cad. p. 1.
[76] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 3 abr.1964. 1.cad. p. 1.
[77] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 5 abr. 1964. 1.cad. p. 1.
[78] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 10 abr. 1964. 1.cad. p. 1.

unesp

"Conclamo, portanto, os trabalhadores de Piracicaba, nesta hora de decisão, para que nos elevados propósitos da Classes Armadas Brasileiras, fiéis intérpretes dos incontidos anseios do povo, em viver num regime de liberdade e não de escravidão(...)"(Francisco Salgot Castillon);[79]

"(...) O seu apoio às Forças Armadas até o momento em que se mostrem como verdadeiro baluarte na luta contra as ondas subversivas que ameacem a Ordem e as Instituições (...)"; (manifesto do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz, assinado pelo então presidente Cristiano Walter Simon);[80]

"As Forças Armadas, têm um compromisso de honra para com o Brasil e os brasileiros"; (coluna de A. Mendes Vollet)[81].

Com a eleição do general Castelo Branco para presidente do país, o JP explicita sua posição em relação ao que acontecia na política nacional:

"Assim, com a eleição e posse no novo presidente da República, volta o Brasil à normalidade, depois de vitoriosa revolução que varreu do país o comunismo, reencontrando suas tradições históricas de nação cristã e democrática".[82]

Assim, no primeiro instante do regime militar, pudemos observar que a imprensa atua, nesses momentos de efervescência política, como instrumento construtor de cenários de representação do contexto histórico. A construção destes cenários vem respaldar interesses de específicos grupos econômicos. Conseqüentemente, o cenário representado, nas páginas de um jornal reflete, acima de tudo, o ponto de vista enquadrado sob o ângulo de tais interesses.

A partir da descrição do material observado, podemos ressaltar que o Jornal de Piracicaba segue a linha editorial de grande parcela da imprensa nacional. Diante das incertezas do momento político, o JP apóia quem está no comando. Em relação ao então presidente João Goulart, as páginas do JP não hesitaram, a partir do golpe, em disparar o discurso da moda que elegia Jango como chefe da horda de comunistas que ameaçavam o país. De potencial líder de uma reforma inédita nas "bases" da nação, Jango se transformou, também no JP,

---

[79] CASTILLON, Francisco Salgot. **Aos trabalhadores de Piracicaba**. Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 3 abr. 1964. p. 1

[80] SIMON, Cristiano Walter. **Manifesto**. Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 3 abr. 1964 p. 2.

[81] VOLLET, Armando Mendes. **E agora, João...** Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 8 abr. 1964, 1.cad. p. 1.

[82] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 12 abr. 1964. 1. cad. p.1.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

em um dos grandes inimigos do povo e fugitivo internacional devido aos seu "governo subversivo".

Para justificar a mudança na abordagem em relação ao governo Jango, o JP fez uso da mais eficiente ferramenta discursiva da época para angariar o apoio da população. Acatando a "retórica da comunização", o JP se veste de porta voz das "forças democráticas" e trata de assustar a população de Piracicaba com o risco de invasões de terras e demais atos intimidantes, que supostamente seriam promovidos pelos agentes comunistas. Por títulos e expressões repetidos a cada dia, o leitor do JP era levado a ter medo. Sua vida, sua cidade, seu emprego, sua propriedade, sua família, enfim, tudo correria perigo. A situação tornava-se insuportável, principalmente pelo fato do governo federal ser o grande incentivador dessa invasão comunista.

O calabouço vermelho representava o futuro que aguardaria a sociedade brasileira e diante disso, precisávamos nos unir. À nossa frente, liderando o movimento contra o comunismo, valores como a fé, a família e a liberdade, eram diariamente invocados. Numa união *sui generis*, mulheres[83] e militares chamam a população para a Marcha da Família. Para dar corpo a esse movimento, nada mais eficaz do que conclamar a grande massa. Para chamar o povo e fazer com que ele participasse de maneira decisiva ou, para que ele atuasse do modo mais conveniente, o JP foi o grande 'megafone' da sociedade piracicabana. O JP serviu como palanque das chamadas institucionais conclamando a população para a "Marcha da Família Piracicabana". Justificou esse pedido de apoio como sendo fundamental, representando talvez a última esperança de afastar o "fantasma comunista".

No dia seguinte à passeata piracicabana, realizada em 9 de abril de 1964, o JP estampava na primeira página toda sua satisfação pelo dever cumprido. A convocação havia surtido efeito. As principais ruas do centro da cidade apareciam tomadas por uma multidão. Milhares de trabalhadores "caminharam pela democracia". Em plena Praça da Catedral, segundo o JP, a cidade de

[83] Mulheres que participavam principalmente da Liga das Senhoras Católicas e do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Piracicaba reafirmava sua vocação democrática. O chamamento realizado nas páginas do jornal nos dias anteriores culminava com êxito.

Como inevitável conseqüência do desenrolar do momento político, o JP não poderia deixar de apoiar o II Exército. Sem gerar qualquer dúvida ao seu leitor, o JP representava os militares gerenciadores do golpe como líderes democráticos. Mais do que isso, tratava os como salvadores da pátria, representando-os como àqueles que baniram ou iriam banir qualquer manifestação comunista. Ao II Exército caberia estabelecer a ordem e punir todos que promoveram no país a onda subversiva.

Após o dia 31 de março, o apoio aos militares se tornou cada vez mais explícito. Pelas linhas do JP, o susto passara. Tínhamos enfrentado um momento difícil, mas definitivamente ultrapassado. Nada mais seria capaz de abalar a nova ordem, trazida de maneira democrática, pelos mentores do "Novo Regime". O Jornal de Piracicaba construiu o cenário de representação do período em questão de forma nítida. Apresentou os personagens (o governo federal, o povo, as forças democráticas), explicitou os riscos do momento político (comunização, baderna, desordem, invasões...), propôs a solução (a união das massas pedindo o fim da tensão em praça pública), elegeu a figura que deveria ser banida para que se pulverizasse o perigo comunista (João Goulart) e finalmente apontou nossos salvadores, os militares, únicos capazes de estabelecer a ordem e preservar a família brasileira. Finalizando, para acalmar de vez, o Jornal de Piracicaba não se esquece de informar que o já ex-presidente João Goulart estava fora do território nacional logo após ter se retirado da presidência do país. Em tempos ainda incertos, o JP preferiu pregar a calma e a certeza de um período melhor.

unesp

2.2. AI-1, AI-2, AI-5... Jornal de Piracicaba

Os Atos Institucionais (AIs) atuaram, nas mãos dos militares, como válvulas de escape para os momentos em que surgissem qualquer questionamento em relação aos rumos que a "revolução" seguia. Sempre revestidos de um caráter de ajuste sócio-econômico, os "AI" constituíram-se nos instrumentos impostos pelos generais para enquadrar a sociedade em moldes nos quais não se permitiam contestação, oposição e dúvidas. Cada vez que se baixava um Ato, tinha-se a certeza de que, de uma maneira ou de outra, estava se promovendo a concentração de poder nas mãos dos militares.

O Congresso e as Câmaras Legislativas perdiam sua força política. As acusações de subversão, por mínimas que fossem ganham ampla repercussão. Encerravam-se carreiras acadêmicas e públicas com as aposentadorias compulsórias. Muito se pesquisou, mas a exatidão sobre o número de presos e perseguidos variam de 10 mil a 50 mil pessoas. "*Na maior parte dos casos, bastava a acusação de alguém que conhecia algum militar para selar o destino dessas pessoas*", destaca Jorge Caldeira[84].

A construção do cenário destinado a limpar o país dos agitadores começou a ser construído logo após a materialização da "revolução". De fato, três dias antes do general Castelo Branco assumir a presidência, no dia 9 de abril, os novos comandantes baixavam o AI-1, antecipando um futuro sombrio e incerto tal como sustentou Caldeira:

> *"O Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 9 abril de 1964, assinado pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, estabeleceu as primeiras bases do regime autoritário. Fez algumas alterações à Constituição de 1946, que reforçaram significativamente o Poder Executivo, limitando o campo de ação do Poder Legislativo. Além disso, incluiu medidas que abriram espaço para o início da repressão política. Alguns dias depois de publicado o*

[84] CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela história do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. CD-ROM.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

AI-1, realizaram-se eleições indiretas à presidência da República, sendo eleito presidente o general Humberto de Alencar Castelo Branco." [85]

"Anexada" ao AI-1 se encontrava uma lista com cem nomes que a partir daquela data estavam com os direitos políticos cassados por dez anos. A lista, entre outros, incluía nomes relevantes na trajetória do país como o de Luis Carlos Pestes, João Goulart e de Jânio Quadros. Enquadrados no AI-1, foram cassados nos primeiros meses os mandatos de 55 parlamentares e 441 políticos estaduais e federais.

Diretamente com relação ao AI-1, o JP o defende como um instrumento necessário para manter a ordem e afastar de vez o "perigo vermelho". O AI-1 não abala a ordem, não afeta os que "são do bem" e só vem para contribuir com o novo período de paz:

"Os três ministros militares sancionaram ontem o Ato Institucional(...)que adota medidas consideradas imprescindíveis à consolidação do regime e dá meios ao governo de enfrentar a situação anormal em que foi levado o país pela conjura comuno-nacionalista"[86];

"Foram, pelo Ato Institucional, conservadas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais, com modificações que oferecem ao governo meios para efetivar as finalidades da revolução em marcha"[87].

No dia 14 de abril de 1964, o JP publica uma nota na primeira página noticiando a eleição de Castelo Branco, destacando trechos da fala do novo presidente que evidenciam a necessidade do AI-1:

"...a decisão dos comandantes da revolução baixando o Ato Inconstitucional é fatal em qualquer revolução. Esta, feita pelas Forças Armadas com o apoio da esmagadora maioria dos brasileiros, não poderia fugir à regra, sob pena de a revolução não se realizar em todas as suas conseqüências. O Ato

---

[85] CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. documentos do CD-Rom Viagem pela História do Brasil.
[86] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 10 abr. 1964. 1. cad. p.1.
[87] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Inconstitucional atende aos desejos das correntes da opinião pública do nosso país"[88].

Um ano depois, o apoio à revolução se desgastava por vários fatores. Primeiro, a classe trabalhadora sentia no bolso os efeitos do arrocho salarial que reajustava o salário sempre em defasagem com o índice de inflação. Mais do que isso, esses trabalhadores, como destaca Caldeira (1998), encontravam-se desamparados já que os principais sindicatos e líderes trabalhistas estavam sofrendo constante perseguição política. Outro fator de descontentamento vinha da classe política. Medidas econômicas que não baixavam os preços, inúmeras cassações de mandato sem qualquer discussão e denúncias de tortura aos presos políticos faziam com que muitos aliados de 1964 mudassem ou ao menos quisessem mudar de lado:

> *"Quando teve início a campanha para as eleições para governador em 1965, muitos preferiram adotar uma posição oposicionista e demonstrar descontentamento. (...) A preocupação dos militares era manter o governo de dois estados governados pela UDN: Minas Gerais, com Magalhães Pinto, e o Rio de Janeiro, com Carlos Lacerda. Apesar de toda a pressão, a oposição venceu ambas as eleições (e ainda ganhou em Santa Catarina e Mato Grosso). Ficou a impressão de uma grande derrota para os militares"*[89].

Diante do descontentamento que pairava na sociedade e do risco iminente de uma "contra revolução", aos militares não restava outra alternativa a não ser utilizar o seu mais eficiente mecanismo de manutenção de poder. Em 27 de outubro de 1965, o presidente Castelo Branco promulga o Ato Institucional nº 2. Diante do perigo que representavam as eleições de 1966, os generais não hesitaram em extinguir os partidos políticos. O AI-2 adotava o bipartidarismo, promovendo uma divisão nítida de posições: ou contra ou a favor ao governo. De um lado, agrupando os então governistas, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), congregando quase dois terços dos parlamentares (250 deputados e 40

---

[88] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 14 abr. 1964. 1. cad. p.1.
[89] CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. documentos do CD-Rom Viagem pela História do Brasil.

unesp

senadores). De outro, abraçando figuras até mesmo divergentes, mas que naquele momento faziam oposição ao governo militar, formou-se o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reunindo 120 deputados e 20 senadores. Estar neste partido, como evidencia Caldeira (1998), "*era um convite para sofrer a perseguição oficial, enfrentar a ameaça permanente de cassação de mandato e direitos políticos, exercitar a prudência nas críticas*".

Além de "catalogar"os políticos em dois partidos, o novo ato reafirmava, "revogando as disposições em contrário", os poderes do Executivo em poder decretar qualquer medida sem autorização do Congresso, de poder inclusive suspender as atividades parlamentares sem dar satisfação, cassar direitos políticos, prender, aposentar, julgar, intervir, processar, estabelecer...

Frente ao cenário "bem explicado" pelos militares, o JP segue a mesma linha adotada no período do AI-1. Com o clima tenso no país, onde o binômio perseguição/cassação era o carro chefe na maneira de se conduzir a nação, o JP "prefere" receber o novo Ato de forma justificável, animadora e com destaque. Desde o dia 10 de outubro de 1965, quando já se cogitava o AI-2, até o dia 10 de novembro, quando o JP publicou um artigo assinado defendendo abertamente a posição do governo, ficou clara a posição escolhida. Assim, a melhor estratégia, para evitar qualquer descuido, consistiu em publicar sempre textos vindos prontos de Brasília ou outra localidade desde que predominasse o tom oficial. No dia 10 de outubro, o JP publica uma matéria trazendo declarações do general Justino Alves Bastos cogitando o novo Ato para assegurar o clima de "paz e tranqüilidade" e dar continuidade aos objetivos da revolução e aos interesses da nação.

Até a data da edição do AI-2, apareciam publicadas algumas notas da pressão realizada pelo Executivo sobre o Congresso para aprovar algumas emendas que reforçavam os poderes da revolução. A resistência de alguns governadores como o paulista Ademar de Barros a essa pressão do comando militar foi publicada em uma única nota no dia 23 de outubro. Mesmo assim, o grande destaque ficou reservado à edição do AI-2 e suas conseqüentes justificativas. No dia 28 de outubro, dia seguinte ao decreto do AI-2, o JP

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

destinou praticamente a primeira página inteira para anunciar o novo Ato. Fora publicado o Ato na íntegra, acompanhado de uma introdução vinda diretamente de Brasília. Em outras palavras, o JP não precisou se preocupar em elaborar maiores defesas ao AI-2. Não haveria a necessidade de fazer modificações ao publicar o texto oficial, com destaque na primeira página. De fato, essa postura do JP se confirmava nos dias seguintes. Sempre reproduzindo falas e entrevistas diretamente de Brasília, através de matérias originárias do SNI, as justificativas ao AI-2 apareciam de forma nítida:

> *"Segundo o general Gama e Silva, não há previsão de nenhuma intervenção em Estado porque o país está plenamente tranqüilo"*[90];
>
> *"Todas as autoridades militares estão se manifestando sobre o novo Ato e afirmam que ele reacendeu a confiança na Revolução de 31 de março e nos ideais que a inspiram, contra a corrupção e contra a subversão"*[91];
>
> *"AI-2 já está influindo nos preços: O Ato Institucional nº 2 já está surtindo resultados práticos no comércio. Com efeito, os preços de vários gêneros alimentícios baixaram. A baixa geral de preços deverá intensificar-se nas próximas horas, pois o novo ato institucional estabelece cadeia para todos os exploradores do povo".*[92]

Além de abrir inteiramente suas páginas para as justificativas e argumentações oficiais, o JP também não deixa de registrar o envio de um telegrama no qual o então prefeito municipal Luciano Guidotti congratula-se com o Presidente da República em razão do decreto do AI-2. Eis a íntegra do telegrama oficial publicado pelo JP no dia 5 de novembro de 1965. O prefeito abrevia, mas não economiza elogios:

> *"Efusivos parabéns promulgação II Ato Institucional pt Piracicaba inteira acompanha restauração total Brasil vg banindo maus brasileiros vg acabando*

---

[90] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 29 out. 1965. 1.cad. p. 1.
[91] Idem.
[92] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 31 out. 1965. 1.cad. p. 1.

unesp

corrupção e desmandos pt Brasil confia comando seguro e patriótico Vossa Excelência e assessores pt"[93].

Para arrematar com o tema AI-2, o JP publica, no dia 10 de novembro de 1965, um artigo assinado por Armando Mendes Vollet intitulado "O ATO E O FATO". Mendes Vollet tinha constantemente seus textos divulgados pelo JP. Fica difícil contestar que o texto de Mendes Vollet não esteja paralelo à linha editorial do jornal, ou vice-versa. O fato é que a ênfase nas declarações do autor, publicadas na primeira página, com certeza deveriam influir, de uma maneira ou de outra, na opinião do leitor:

> *"O Ato número 2 é uma mensagem de esperança àqueles que jamais compactuaram com a desordem anterior a trinta e um de março e, porque não dizê-lo, com o comportamento dúbio da Revolução nesse "intermezzo" entre o Ato n.1 e o atual (...) Que a Revolução não se contradiga, havendo necessidade, que se estenda o rigor do Ato n. 2 às Câmaras Legislativas do país, dando aos seus componentes uma feria coletiva, que se prolongue por longos e longos meses (...) convenhamos, aqui para nós, e que ninguém nos ouça, a democracia brasileira seria uma bela coisa se não existissem, no momento, vereadores, deputados e senadores"*[94].

Como podemos perceber, Mendes Vollet não economiza. Defende às claras o fechamento das Câmaras Legislativas e quer uma democracia sem eleições. Como se vê também, o JP acolhe a opinião de Vollet.

No final dos anos 60 o país e, principalmente nossa juventude, não resistiam aos encantos de tamanha liberdade e transformações no comportamento saboreadas pelos jovens do mundo todo. A palavra "revolução" começava a ganhar por aqui uma outra denotação distinta daquela imposta em 64. No Brasil, as "jovens tardes de domingo" pregavam uma alegria que ia além da "alegria" militar.

Mudanças, revoluções e atos que mudariam o mundo. O ano de 1968, parodiando Zuenir Ventura, era o auge de uma "década que não terminou".

---

[93] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 5 nov. 1965. 1. cad. p.1.
[94] VOLLET, Armando Mendes. **O Ato e o fato**. Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 10 nov. 1965. 1. cad. p.1.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Jovem Guarda e Woodstock ditavam o som daqueles tempos. Surgiam as músicas de protesto, cantadas nas vozes de Geraldo Vandré, Chico Buarque e Carlos Lyra. Congressos da UNE eram alvos certos da repressão. Aliás, o meio universitário foi palco de um dos momentos mais tensos do ano que não terminou. Estudantes que apoiavam o governo organizaram o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), cujo maior centro de apoio era a Universidade Mackenzie, localizada na famosa rua Maria Antonia, em São Paulo. Na outra calçada, ficava a Faculdade de Filosofia da USP, reduto de estudantes de esquerda. No dia 2 de outubro, a rua virou praça de guerra. Coquetéis molotov, tiros e rojões foram disparados de lado à lado. O prédio da USP ficou semidestruído e um estudante foi morto. Pelo mundo, o movimento era intenso. Em maio de 68, Paris presenciou uma gigantesca greve com o slogan: "É proibido proibir". Em outras palavras, o inimigo visível era menos importante que as idéias que difundia.

Diante de cenário tão conturbado, Piracicaba não ficou imune. Surgiam os "cursilhos" católicos ministrados por padres recém chegados à cidade e com fama de "engajados". Uma parada cardíaca vitimava o então prefeito Luciano Guidotti, líder popular que virou uma lenda política pelo estilo personalista de comandar a cidade. Antes do fim do ano, houve ainda uma acirrada campanha eleitoral resultando na escolha de Francisco Salgot Castillon para prefeito. Salgot era ameaçado até mesmo de não tomar posse devido aos conflitos políticos locais. Prova disso é que não completou um ano no cargo: foi cassado em outubro de 1969.

Para completar o quadro que levaria ao endurecimento do regime, no dia 2 de setembro o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, sugeriu no plenário da Câmara que os brasileiros amantes da liberdade não assistissem aos desfiles militares programados para o dia 7 de setembro. Além disso, pediu que as mulheres se recusassem a dançar com soldados nos bailes. A "sugestão" caiu como uma bomba no Planalto, sendo considerada "provocação irresponsável e intolerável" pelo próprio presidente da República. Como resposta, Costa e Silva decidiu processar o deputado, pedindo uma autorização do Congresso. O pedido

unesp

foi encaminhado no final de outubro, mas a decisão arrastou-se até 12 de dezembro, quando afinal saiu o resultado. Para surpresa geral, apesar de contar com a maioria no Congresso, o pedido foi negado por 216 votos contra 114. No dia seguinte, o Congresso foi fechado pelo Executivo. Instalava-se o AI-5. Mais cassações, mais prisões, em escala até então inédita.

Sintonizado com Brasília, o Jornal de Piracicaba publicou, naquele interminável mês de dezembro, matérias originadas apenas de agências (principalmente Agência Estado) e que continham um caráter explicitamente oficial. Até o dia 13, data da edição do AI-5, o JP publicou textos que anunciavam o exército de prontidão frente ao desgaste do caso Marcio Moreira Alves. Também no dia 13, foi publicado um artigo de Aldrovando Fleury comentava o caso. Pelas palavras do colunista, Marcio Moreira "havia salpicado lama nas instituições, plenamente consciente de seu ato", devendo ser devidamente punido.

Além deste artigo, o texto oficialesco prevaleceu. No dia 14, publicou-se o AI-5 na íntegra, inclusive os discursos oficiais que o justificavam. No dia 17, uma nota trazendo falas do presidente Costa e Silva abria espaço para mais justificativas:

> *"Os derrotados de março procuraram e procurarão reconquistar as posições ilegítimas que desfrutavam (...) usaram e usarão, sem dúvida, a maledicência, a falsidade e a falácia".* [95]

No dia 28 de dezembro, uma outra nota explicitava a abordagem do JP naqueles intermináveis dias. Diante da tensão que tomava o país, o título da nota evidenciava a posição do JP: *"Governo não deseja nem tolera ditadura"*. No corpo do texto, marcas da oficialidade do discurso presidencial:

> *"O marechal Costa e Silva declarou que o ato institucional n. 5 constituiu um instrumento de força legal. Aqueles que não se envolverem em atividades de subversão ou corrupção -disse o presidente- nada tem a temer (...) acrescentou*

[95] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 17 dez. 1968. 1.cad. p. 1.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

que o governo não deseja nem tolera a ditadura, mas fará uso da força quando necessário, no interesse do país"[96].

No último dia de 1968, o Jornal de Piracicaba anunciava a suspensão dos direitos políticos do ex-governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Era mais uma onda de cassações. O JP ressaltava ainda que novas cassações estariam por vir. O ano terminava e, dali para frente, políticos, professores, estudantes, trabalhadores, enfim, homens comuns, passariam a viver cada dia de uma maneira diferente, cercados do medo de não voltar para casa. Essa nova situação enfrentada pela sociedade brasileira, não era, porém, descrita nas linhas dos jornais.OAI-5, publicado em 13 de dezembro de 1968, serviu de base jurídica ao endurecimento da ditadura. Nem o Judiciário escapou ao controle. Além de atribuir ao Executivo o poder de aposentar ou afastar juízes, o AI-5 suspendeu a garantia do *habeas corpus*. O AI-5 prevaleceu até 1979, quando o general Ernesto Geisel o revogou.

Dessa maneira, os atos institucionais ficaram para história como momentos marcantes do regime militar que comandou o país durante mais de duas décadas. Em momentos em que a sociedade civil ansiava questionar, o argumento de fortalecer a economia surgia repentinamente e, sem deixar qualquer brecha legal, enfrentava qualquer impulso que fosse contrário aos interesses do alto comando militar.

O AI-1 veio na esteira do golpe, em março de 64 e portanto, talvez tenha sido o ato institucional que mais tenha tido respaldo popular. O AI-1 aparecia como instrumento necessário para banir do país o perigo da comunização. Assim, as cassações originárias do golpe foram vistas como uma conseqüência natural do processo de banimento daqueles que "eram contra os interesses da nação". Como podemos perceber, apesar de não ter destinado um enorme espaço físico em suas páginas para o AI-1, o JP deu seguimento à postura de apoio ao II Exército e todas as suas respectivas atitudes, dentre elas, o AI-1.

Em 1965, época do AI-2, o JP cedeu um considerável espaço em suas páginas para justificativas e declarações de apoio para essa nova tentativa de

---

[96] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 28 dez. 1968. 1. cad. p.1.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

consolidar os militares no comando do país. Maior prova disso é o artigo "O Ato e o Fato", descrito por um autor que publicava constantemente suas linhas no JP. Se este texto, que apoiava abertamente o AI-2, não era um editorial propriamente dito, ao menos adquiriu um caráter institucional pela publicação na primeira página da edição. Além deste artigo, podemos perceber, nas linhas do Jornal de Piracicaba, uma nova tendência a partir da publicação de textos de agência que mantinham um tom oficial no discurso. Essa tendência de reproduzir o discurso oficial parece ter atingido seu ápice quando da promulgação do AI-5, já que o JP prefere adotar uma postura nitidamente cautelosa. Podemos observar que o JP não vai muito além da publicação do AI-5 na íntegra e algumas poucas declarações do presidente Costa e Silva, que mais uma vez justificava os excessos na repressão política alegando necessidades de ajustes econômicos.

A partir da descrição do material observado, podemos ressaltar que o Jornal de Piracicaba segue a linha editorial de grande parcela da imprensa nacional. Diante das incertezas do momento político, o JP apoiou quem estava no comando. O JP fez seu papel na escala local. Cedeu um grande espaço para as chamadas institucionais no sentido de transparecer ao seu leitor um cenário de tranqüilidade e evidenciar que nossos comandantes estavam atentos em manter a ordem. Assim, os Atos Institucionais foram sempre justificados, sendo representados como artifícios necessários para o ajuste da economia e de caráter urgente para estancar qualquer gesto de oposição. Enfim, "dependíamos" de atitudes como os AI(s) para continuar varrendo os resquícios de subversão e corrupção.

2.3. De general em general

O jornalismo em geral, embora aqui estejamos tratando apenas do jornal impresso, trabalha seu discurso mesclando real e imaginário. Como escreve Edgar Morin em "Neurose"[97], é um "duplo movimento do imaginário arremedando o real e do real pegando as cores do imaginário". É uma "dupla

[97] MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX. Volume 1: Neurose**. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 9ª edição.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

contaminação". Este trabalho dos meios de comunicação tem senão a meta de construir personagens e tornar a realidade mais romanesca. O grande público pode aceitar ou mesmo passar a se interessar por fatos antes deixados de lado desde que esse real lhe seja apresentado por um cenário portador de representações.

Podemos, sem temer, transferir esse princípio para a abordagem jornalística em relação às figuras políticas. As personalidades políticas nos chegam pela mídia trafegando por uma via lingüística revestidas de acordo com o enredo. Então, para envolver e cativar seu público, o enquadramento midiático trabalha com os políticos ou até mesmo com os pseudopolíticos de forma a lhes atribuir caracteres de estadista nato, de pai de família, de salvador da pátria, enfim, um herói de seu tempo. O contrário também é válido, podendo a mídia trabalhar um personagem de modo a desqualificá-lo perante a audiência, atribuindo-lhe valores de ditador, de vilão anticristo, enfim, de acordo com a intenção um candidato à eleição ou mesmo um político já eleito pode ser alvo de campanha que lhe incuta falta de preparo psicológico, administrativo ou mesmo intelectual.

Assim, fica extremamente facilitada a tarefa jornalística de convencer seu leitor. A vida real, o nosso destino, expresso por palavras, fotos e títulos que nos levam a imaginar, a sonhar. São imputados pelo discurso midiático gostos e aversões que produzem um denominador comum de simples identificação. A teia de palavras e imagens é construída minuciosamente, produzindo o efeito desejado com precisão.

Durante o regime militar, vários foram os momentos em que as movimentações políticas resultaram num clima nacional caracterizado por tensão e incerteza. A mídia seguia representando os fatos e muitas vezes enfrentava a censura para gritar diante de um abuso ou de algo que não havia como digerir. Nas duas décadas em que fomos comandados pelos militares, cinco generais se alternaram na presidência de forma tão indiscutível que a imprensa praticamente ou se alinhou ao discurso ou não encontrou meios de questionar a tática que se adotou para a troca de presidentes.

unesp

Quando Jango foi derrubado e baixou a poeira, quem primeiro ocupou a cadeira principal no Planalto foi o general Humberto de Alencar Castelo Branco. O percurso político não foi alterado até 1965, quando ocorreram eleições diretas para governador em onze Estados do país. A preocupação em potencializar as forças em torno do executivo já havia ficado claro com o Ato Institucional nº 1, lançado na esteira do golpe de março de 64, mas o resultado das eleições de 65 alardeou um enfraquecimento do apoio popular e uma futura falta de sustentação do regime. A oposição venceu em Estados de peso como a Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso. A tendência a partir deste momento é apontada por Boris Fausto:

> *"os grupos linha-dura, adversários dos castelistas, viram nele a prova de que o governo era muito complacente com seus inimigos. Eles pregavam a implantação de um regime autoritário com controle militar estrito do sistema de decisões para levar mais longe a luta contra o comunismo e a corrupção".*[98]

A resposta do presidente Castelo Branco chegou em outubro de 65. O Ato Inconstitucional nº2 foi promulgado e apesar de vir revestido de ajuste econômico, ele decretou que as eleições para presidente da República seriam realizadas em sessão pública e nominal, efetuadas pelo Congresso Nacional. Assim, o voto era tirado das mãos do povo e deixava de ser secreto para que não surgisse nenhum imprevisto.

A força política do Legislativo também sofrera um duro golpe com o AI-2 através da extinção dos partidos políticos. Instituiu-se o bipartidarismo, possibilitando um controle sufocante da movimentação política pelo executivo. O processo de concentração de poder continuou em 1966, quando o AI-3 definiu que os governadores passariam a ser conhecidos por eleição também indireta, realizada pelas assembléias estaduais.

Outro instrumento fundamental para a concentração de poder nas mãos do executivo foi a Constituição de 1967, aprovada após uma convocação ao

---

[98] FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000. p.474.

unesp

Congresso que estava fechado. O AI-4 reconvocou os deputados extraordinariamente para aprovar o texto.

Enfim, o método de conquista e manutenção da presidência estava devidamente elaborado. Em essência, a ditadura militar não se caracterizou por uma face individual. A alternância da presidência possibilitava, ao mesmo tempo, a manutenção do Alto Comando das Forças Armadas como principal instituição nacional e trazia, a cada mudança um novo cenário de representações. Era implantado, a cada general, uma espécie de "ideal da renovação". Cada um com seu lema, surgia indicado pelo partido governista, a Arena, e depois era efetivado no poder por um Colégio Eleitoral ao mesmo complacente e asfixiado.

Boris Fausto comparou "nossa" ditadura a "um condomínio em que um dos chefes militares – general quatro estrelas – era escolhido para governar o país com prazo definido". Na aparência, havia eleições.

Quando o general Castelo Branco[99] assume a presidência, o imaginário da vitória sobre o comunismo e a corrupção ainda era responsável por uma onda de euforia nacional. A posse de Castelo veio na esteira do golpe. A queda de Goulart, o movimento das tropas, as passeatas da família, a adesão do empresariado, o apoio da Igreja Católica, o Ato Institucional nº 1 e, por fim, o novo presidente vinha encerrar um quadro de movimentações políticas caracterizado pela tensão e pela incerteza. A abordagem midiática, no qual se inclui o JP, que culminou com a entrada do novo presidente da República, foi assinalada por um tom alarmista, produzindo no receptor uma sensação de terror frente ao "perigo vermelho".

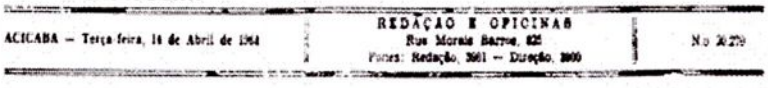
Todo esse processo foi retratado na imprensa de forma a criar um panorama representativo dessa tensão nascida do embate político. Então, diante do fantasma da crise institucional, a chegada do novo comandante é envolvida por um cenário de mudanças.

---

[99] "Humberto de Alencar Castelo Branco (Mecejana, CE, 1900 — Fortaleza, 1967) - Em 1961 assumiu o posto de chefe do Estado-Maior do Exército. Em 1964, depois do golpe militar que derrubou o presidente João Goulart, foi eleito presidente por via indireta, inicialmente com mandato até 31 de janeiro de 1966. Seu mandato, porém, acabou sendo prorrogado até março de 1967. Como presidente da República, lançou as bases do regime militar que duraria até 1985; promulgou uma série de atos institucionais e promoveu a reforma da Constituição (em 1967), usando esses instrumentos legais para iniciar a repressão política e reforçar o Poder Executivo. Morreu em um desastre aéreo no Ceará, poucos meses depois de deixar a presidência" (CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Documentos do CD-Rom).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

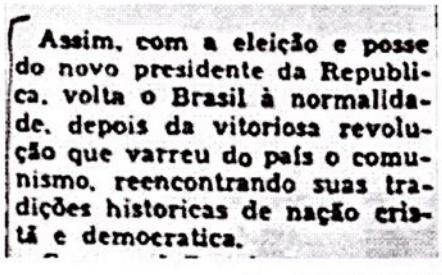
No Jornal de Piracicaba, Castelo Branco era parte do processo e por isso não poderia deixar de ser tratado como fator positivo dentro dos acontecimentos. As linhas do matutino já haviam legitimado as ações militares anteriores e também tentado convencer a população de que mudar era necessário para varrer o comunismo e toda a "carga de satanização" que ele carregava. Então, o que se vê com a chegada dos militares e a conseqüente posse do general Castelo Branco nas páginas do JP é uma abordagem carregada de alívio e confiança.


ACICABA – Terça-feira, 14 de Abril de 1964 | REDAÇÃO E OFICINAS Rua Morais Barros, 625 Fones: Redação, 3681 – Direção, 3800 | No 20.279

Castelo Branco: reformas de bases num clima de ordem

JP – 14/ 04 / 1964

Os elogios ao II Exército são constantes. O JP apóia o oferecimento de uma bandeira por parte dos piracicabanos em homenagem aos "vencedores" da revolução. A "volta" da democracia é creditada aos fardados e o enquadramento favorável a Castelo pode ser observado com facilidade:


Assim, com a eleição e posse do novo presidente da Republica, volta o Brasil à normalidade, depois da vitoriosa revolução que varreu do país o comunismo, reencontrando suas tradições historicas de nação cristã e democratica.

JP – 12 / 04 / 1964

No dia 16 de abril, um dia após a posse de Castelo Branco, o JP destaca o fato no alto de sua capa. As palavras não conseguem conter a euforia e o apoio explícito dado ao novo presidente:

> *"Como um fato que empolgou toda a Nação, tomou posse ontem, às 14 horas, em Brasília, o novo Presidente da República, Marechal Humberto Castelo Branco, eleito pelo Congresso, após os acontecimentos que abalaram todo o país e que culminaram com a fuga do ex- Presidente João Goulart (...) às 15 horas quando foi declarado empossado o Marechal Castelo Branco,, em todo o País as igrejas repicaram os sinos e o povo deu mostras de sua satisfação,*

festejando ruidosamente o acontecimento que marca uma nova era de paz e de progresso para o Brasil".[100]

Enfim, retornávamos à ordem. O cenário representado nas palavras do JP não deixava dúvidas de que podíamos nos aliviar. O "perigo vermelho" havia sido brilhante e devidamente derrotado. Quando Castelo Branco deixou a presidência, em março de 1967, o Jornal de Piracicaba antecipa as esperanças de dias melhores com o próximo presidente, mas não se esquece de publicar, na capa da edição de 15 de março, um balanço repleto de elogios destinado ao "Governo da Revolução":

"Levado à presidência da república, Castelo Branco, nesses três anos de governo, conduziu o país com honestidade, tudo fazendo para tirá-lo do caos em que se afundara, não temendo passar por antipático, confiante e no julgamento da História. As louco passado desapareceram. Muito cedo para ser julgado o período evolucionário que hoje cessa, o mas não há dúvidas de que Castelo Branco sai com saldo positivo, embora críticas de possam ser feitas pois muitos foram seus erros".[101]

Castelo Branco pertencia a um grupo que de certa forma desejava entrar no poder, "arrumar a casa" e depois repassá-lo às mãos civis. Contudo, seu sucessor, o general Arthur da Costa e Silva[102], se aproximava ao chamado grupo "linha dura" e, a partir de seu governo, iniciado em março de 1967, o país passa a ser comandado não mais por um poder, mas sim por uma autoridade. Era o início do autoritarismo centralizador, instrumentalizado e legalizado pelo AI-5, que fechou a cara para a sociedade e assumiu a falta de intenção em promover a passagem do bastão para a classe genuinamente política.

---

[100] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 16 abr. 1964. 1.cad. p. 1.

[101] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 15 mar. 1967.1.cad. p. 1.

[102] "Artur da Costa e Silva (Taquari, RS, 1902 — Rio de Janeiro, 1969) - Costa e Silva foi um dos articuladores do golpe militar de 1964, assumindo a chefia do "comando supremo da Revolução. Durante todo o governo de Castelo Branco exerceu o cargo de ministro da Guerra, sendo escolhido sucessor do presidente pelo Alto Comando das Forças Armadas. Referendada a escolha do órgão militar pelo Congresso, Costa e Silva tomou posse em 15 de março de 1967. Como presidente da República, promulgou em dezembro de 1968 o Ato Institucional nº 5. Em fins de agosto de 1969, sofreu um derrame cerebral que o afastou da presidência da República. Morreu a 17 de dezembro de 1969, no Palácio das Laranjeiras". (CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Documentos do CD-Rom)

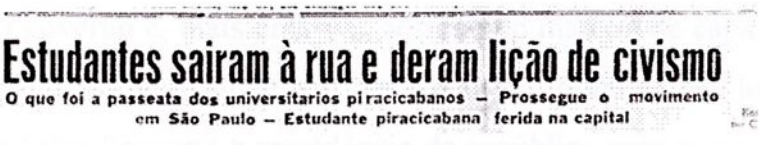
cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Como contraponto, os anos Costa e Silva marcariam o início da luta armada. A oposição, representada e fragmentada entre as mais diversas tendências, enfim entendeu os planos do regime. Extinguiam-se os espaços para a luta democrática.

Na imprensa, ao menos no Jornal de Piracicaba, que é o nosso caso, o apoio irrestrito no discurso quando Castelo Branco assumia a presidência já não apareceu. A situação tanto no país quanto em Piracicaba não era tão tranqüila.

Quando Costa e Silva fora eleito ainda em outubro de 1966, o governo enfrentava uma crise no meio de estudantil.

O Jornal de Piracicaba trouxe, desde o mês de setembro de 1966, notícias sobre passeatas de protesto, greves e confrontos ocorridos entre estudantes de universitários policiais em várias partes do país. Quando os diretórios acadêmicos de Piracicaba estavam envolvidos nas discussões, promovendo até mesmo um ato público local, o JP chamou, em sua capa da edição 22 de setembro, de "uma lição de civismo":



Estudantes sairam à rua e deram lição de civismo

O que foi a passeata dos universitarios piracicabanos – Prossegue o movimento em São Paulo – Estudante piracicabana ferida na capital

Portanto, a abordagem do Jornal de Piracicaba, às vésperas de uma eleição presidencial, mesmo que indireta e sem riscos quanto ao resultado, publicou matérias que se relacionavam diretamente ao regime militar repletas de fotos e expressões que levavam ao descrédito quanto ao futuro da nação desde que continuassem sobre a chefia dos fardados.

Mais de cem feridos na invasão da Medicina

JP – 24 / 09 / 1966.

A partir dessa realidade, quando Costa e Silva foi confirmado como novo presidente, em outubro de 66, a abordagem do Jornal de Piracicaba foi sóbria e objetiva. No dia seguinte à votação no Congresso Nacional, o fato mereceu destaque na primeira página. A abordagem poderia ter sido considerada discreta, retratando como foi a sessão de votação. Um discurso meramente oficial, sem opiniões. Trazia uma foto em close do novo presidente e outra, de perfil, do

deputado Pedro Aleixo, eleito então vice-presidente. Mesmo assim, apesar da aparente discrição, o texto reportando a votação trouxe nos dois últimos parágrafos uma curiosidade que acabou, de certa forma construindo um cenário de desconfiança em relação ao futuro do país. Estes dois últimos parágrafos foram encabeçados por um subtítulo: "o lado anedótico". O texto trazia uma suposta anedota que correu pelos corredores do Palácio:

> *" um deputado se dirigiu ao restaurante do congresso para a refeição e foi informado que havia de ficou churrasco. Ao reclamar pela exigüidade do menu o garçom teria respondido:'estamos de acordo com o dia, excelência: não há mesmo muito o que escolher ..."* [103]

Apesar da então representada falta de opção que Costa e Silva significava quando eleito, quando tomou posse em março de 67, a abordagem do Jornal de Piracicaba muda o tom. O enquadramento agora nada tem de dúvidas. Vai começar um novo governo e, mais uma vez destinando matéria de capa, elogios e esperança são os termos que resumem a mensagem do jornal ao seu leitor. O JP disse que Costa e Silva "assume a presidência da república com inteiro apoio do povo brasileiro. Ressalta também que o novo Ministério de Costa e Silva "é de gabarito" e que Costa e Silva soube conquistar a simpatia do povo:

> *"A data é significativa, por que o Brasil retorna à normalidade democrática (...) Costa e Silva assume o poder cercado de toda a simpatia do povo brasileiro, que têm fé em melhores dias e não acredita que o novo Presidente o decepcione"*[104].

O que fica da abordagem do jornal em relação à eleição e posse de Costa e Silva é que apesar de não declarar paixão ao novo presidente, o jornal não o deixa de representar com novo período, um cenário de esperança. O enquadramento foi sóbrio, mas de forma alguma depreciativo. Deixou claro que Costa e Silva era a única opção, o que poderíamos entender como crítica ao sistema eletivo antidemocrático em vigor, mas acabou por optar por uma linha

---

[103] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 4 out. 1966. 1.cad. p. 1.
[104] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 15 mar. 1967. 1. cad. p.1.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

sem um questionamento direto. Nenhum editorial ou artigo para explicitar a opinião do veículo apareceu, mas o apoio ao novo general-presidente acabou sendo mais evidente.

Costa e Silva teria seu mandato interrompido em agosto de 1969, quando foi vítima de um derrame cerebral. Em seu lugar, ao invés de assumir o vice Pedro Aleixo, os ministros militares se anteciparam, decretaram o AI-12 e assumiram a presidência.

Em outubro de 1969, Costa e Silva já não tinha chances de recuperação. Com o cargo de presidente da república vago, foram marcadas eleições para o dia 25 de outubro de 1969. Uma nova chance se abria para a discussão democrática, mas desprezada totalmente por parte do Alto Comando das Forças Armadas.

Quando ao Jornal de Piracicaba, sua abordagem trilhou mais uma vez o caminho do distanciamento. A possibilidade de qualquer questionamento deu lugar a um tratamento noticioso objetivo e oficialesco quanto à nova troca de presidente.

O AI-5 não havia completado um ano de vigência e a preocupação das esquerdas aumentara quando o general Emílio Garrastazu Médici[105] apareceu indicado como substituto de Costa e Silva. Médici comandava o Sistema Nacional de Informações (SNI) e sua fama de duro bastante conhecida pelos favoráveis à luta armada. De fato, os "anos Médici" tornaram-se os mais violentos e repressivos do regime militar.

A fama de homem duro de Médici, no entanto, se transforma no Jornal de Piracicaba em outro valor: seriedade. Representando a nova troca de presidente num cenário de tranqüilidade, ou seja, mais uma vez sem questionar a ausência de eleições diretas, o JP sugere a sua abordagem logo quando o nome de Médici é indicado para ser o novo presidente ao publicar, no início de outubro de 69, o seguinte título:

---

[105] "Emílio Garrastazu Médici (Bajé, RS, 1905 — Rio de Janeiro, 1985) - Durante o governo de Castelo Branco, Médici foi adido militar em Washington. Posteriormente, já no governo de Costa e Silva, assumiu a chefia do SNI (Serviço Nacional de Informações). Em 1969, foi nomeado comandante do 3º Exército no Rio Grande do Sul. Interrompido o mandato de Costa e Silva por motivo de doença, em 1969, foi escolhido seu sucessor pelo Alto Comando das Forças Armadas. No meio militar, Médici identificava-se com a "linha dura". Seu governo foi o período mais violento do regime militar, quando se tornou comum a prática de tortura e os assassinatos pelos órgãos de repressão. No plano econômico, foi a época do "milagre", com altos índices de crescimento". (CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Documentos do CD-Rom.)

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Nôvo presidente: muita experiência

JP - 8/10/1969.

Na matéria que segue ao título, sobressai a experiência do general Garrastazu em sua carreira militar. Segue uma descrição minuciosa da carreira percorrida dentro do exército, das condecorações e dos cargos ocupados. Além disso, a reportagem que, aliás, é de origem da Agência do Estado de São Paulo (AESP), lembra que o general Médici é pai de família, tem dois netos, gosta de futebol, tem um vasto conhecimento histórico militar e tem como hobby, banhos de mar e equitação.

Em outras palavras, ao publicar uma matéria como esta, o Jornal de Piracicaba ratifica a produção, no imaginário do seu receptor, de um personagem político que, ao mesmo tempo, traz em sua personalidade valores intelectuais de um homem respeitado no seu meio e agrega também características de identificação popular: "pai de família"; "gosta de futebol"; "torce pelo Flamengo e Grêmio"; "pratica esportes e banhos de mar". É a construção do "homem olimpiano". Expõem-se a pessoa pública através de uma dissecação de seu caráter intelectual, bem como de seus gostos privados e hábitos corriqueiros. É o imaginário à serviço do processo de identificação de sentimentos com o futuro presidente da República.

Sempre ocupando a primeira página, as matérias são acompanhadas por fotos do novo presidente. Mais um aspecto positivo em relação à eleição de Médici é anotado pelo JP quando publica que a indicação do nome do general como comandante do país têm repercussão positiva no exterior, mais exatamente nos Estados Unidos, onde ele já havia trabalhado. É mais um ponto favorável que atribui ao general um valor de respeito também fora dos limites territoriais brasileiros.

As honrarias destinadas a Médici pelo jornal dão continuidade quando, no dia 10 de outubro, mais uma vez como destaque de capa, aparece na íntegra um telegrama de congratulações, escrito pelo prefeito municipal, Francisco Salgot

unesp

Castillon, destinado ao futuro presidente. O curioso é que antes mesmo de Médici ser homologado como presidente pelo Congresso, o mesmo prefeito Francisco Salgot fora cassado sob denúncia de corrupção e subversão.

Tanto nos dias anteriores, quanto no dia da votação, como nas datas seguintes, o Jornal de Piracicaba aborda a eleição de Garrastazu Médici com extrema objetividade. Informa a reabertura do Congresso, fechado desde a promulgação do AI-5, descreve com detalhes o dia da votação, os resultados, traz o discurso oficial de Médici e a composição do novo ministério. Digamos que o jornal, nesses dias, permaneceu isento de qualquer opinião. Trazendo várias matérias de agência, bem como textos produzidos pelo Sistema Nacional de Informações, o Jornal de Piracicaba adquiriu circunstancialmente um caráter de agenda oficial do Executivo nacional.

No dia 31 de outubro de 1969, dia seguinte à posse de Médici, a capa do JP é o retrato da oficialidade. Uma enorme fotografia trazendo o presidente Médici, o senador Gilberto Marinho e o vice-presidente Augusto Rademaker. Acompanham a foto textos vindos diretamente de Brasília, escritos pela Agência Estado. Traz a descrição da chegada do presidente ao Palácio e o discurso oficial de posse. Não fazemos aqui nenhuma crítica ao JP. A oportunidade talvez fosse propícia. A falta de equipe de reportagem talvez impedisse que o JP adotasse outra tática de abordagem. Portanto consideramos válida a trilha seguida pelo jornal. Na posse de um presidente da República, nada mais oportuno do que publicar seu discurso.

A questão é o clima de normalidade que perpassa o discurso. A ausência de editoriais ou artigos de opinião dão margem a uma suposta concordância do matutino em relação ao processo político. Podemos afirmar que o enquadramento sobre a chegada de mais um general para nos comandar é aceito pela linha editorial aqui analisada. O cenário já havia sido construído. Um homem experiente vinha presidir a nação. Não há o que discutir. Aliás, a manchete do dia 31 de outubro traz uma fala do discurso de Médici que vem ratificar a confiança recíproca nos rumos do país:

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"Na década de 70, a nossa hora"

JP – 31/10/1969.

O período em que o gaúcho Médici comandou o país também ficou marcado pelo "milagre econômico". O período do milagre se caracterizou por baixas taxas de inflação anual e um crescimento do PIB em média no dia 11% ao ano. Os investimentos estrangeiros no país aumentaram, sendo incrementado, em 1973, cerca de 4,3 bilhões de dólares provenientes do capital estrangeiro. Cresceu a indústria automobilística e se ampliou o crédito ao consumidor. No entanto, o milagre se desenvolveu em termos apenas econômicos. Os programas sociais não tiveram o mesmo desempenho. Delfim Netto, o chefe da equipe econômica, declarava que seu propósito era "fazer crescer o bolo para depois pensar em distribuí-lo". O bolo cresceu, mas minguou com a disparada da dívida externa, antes de ser distribuído.

Com a economia deixando de promover milagres, o ano 1973 não havia passado da metade quando o nome do general Ernesto Geisel[106] fora indicado como sucessor de Médici. Veja bem! Em junho de 73, aconteceu apenas a indicação de que o então presidente da Petrobrás seria o futuro presidente. Para o Jornal de Piracicaba, bastou. Ernesto Geisel recebeu honras presidenciais desde então.

As qualidades administrativas de Ernesto Geisel falaram mais alto na sua indicação. Ao mesmo tempo, Geisel não pertencia ao grupo linha-dura. Na opinião dos historiadores, Geisel representava uma vitória dos "castelistas". De fato, o governo Geisel ficou marcado pelo início do processo de abertura política.

No caso da abordagem em relação a Geisel, o JP promove o que Edgar Morin chamou de informação vedetizada, isto é, um processo discursivo de produção de identificação entre figuras públicas e a massa receptora. É a forma

---

[106] "Ernesto Geisel (Bento Gonçalves, RS, 1908 — Rio de Janeiro, 1996) - Após o golpe militar de 1964, Geisel assumiu a chefia da Casa Militar. Em 1967, foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar, função que exerceria até 1969, quando foi convidado pelo presidente Costa e Silva para assumir a presidência da Petrobrás. Em 1973, foi escolhido sucessor de Médici pelo Alto Comando das Forças Armadas. Eleito pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1974, tomou posse no dia 15 de março. Como presidente, iniciou uma abertura política cheia de idas e vindas, mesclando a liberalização do regime com gestos autoritários. No campo econômico, implantou o Plano Nacional de Desenvolvimento".(CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Documentos do CD-Rom).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

de construção do texto midiático na qual das "vedetes fornecem uma matéria real, mas da mesma estrutura afetiva do imaginário".

Nessa "vedetização", Geisel assume uma personalidade olimpiana, ou seja, é trazido ao público como personagem portador de uma individualidade híbrida. Melhor explicando, os olimpianos são:

> *"(...) figuras que adquirem, pelos meios de massa, uma dupla natureza, humana e sobre-humana (...)são sobre humanos no papel que encarnam, humanos na existência privada. A imprensa, ao mesmo tempo que investe os olimpianos de um papel mitológico, mergulha em suas vidas privadas a fim de extrair delas a substância humana que permite a identificação. Eles realizam os fantasmas que os mortais não podem realizar, mas chamam os mortais para realizar o imaginário".*[107]

Depois dessa definição, fica mais simples compreender a abordagem do JP em relação a Geisel. Lembramos que o nome de Geisel é confirmado como sucessor de Médici em junho. O JP logo publica o fato como manchete do dia 19 de junho, destacando sua antecipação antes da confirmação do nome. A edição desse dia já se encarrega de consolidar a entrada do nome "Geisel" na agenda do noticiário, publicando o "perfil de Geisel".

A página 5 da edição 19 de junho é destinada inteira sobre a notícia da indicação do sucessor de Médici. O caráter positivo com que se dá a abordagem se verifica em vários trechos da matéria reproduzida da Agência Estado:

> *"a indicação do general Ernesto Geisel para presidente da república teve grande repercussão na Sudene, pois ali se acredita que o novo presidente poderá fortalecer o órgão responsável pelo desenvolvimento do nordeste" ;*
>
> *"muitos parlamentares da arena, entre eles o senador Daniel Krieger, manifestam redobrada esperança no governo Geisel. Falam, pelo futuro presidente, o seu passado de revolucionário e as concepções democráticas, conhecidas de todo o país. Se houver em condições, o futuro presidente Geisel*

---

[107] MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX. Volume 1: Neurose**. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 9ª edição. p.106-107.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

certamente aproveitará para aperfeiçoar as instituições e aprimorar a democracia nacional ".[108]

Com mais uma vez, para como fora feito com Médici, o Jornal de Piracicaba descreve a carreira profissional do o presidente construindo o cenário que não deixa dúvidas quanto à capacidade de Geisel:

" após galgar todos os postos da carreira de oficial superior, sempre pelo princípio do merecimento atingiu o generalato aos 53 anos de idade, como natural decorrência da capacidade profissional que demonstrara ao longo de sua atuação no exército brasileiro (...) em reconhecimento seus atributos de chefe militar e de administrador, recebeu o general Ernesto Geisel, além de mais de uma centena de referências elogiosas em sua fé oficial as seguintes condecorações: a capital (...)"[109]

E seguem as condecorações que elaboram um personagem com valores de "Chefe de Estado". Logo em seguida, para projetar no seu leitor uma identificação com o seu futuro comandante, o JP traz sob o subtítulo "A vida de Geisel", uma relação de atributos, fatos e hábitos e por fim resultam num texto indubitável sobre as qualidades da personalidade do gaúcho Ernesto Geisel:

" enquanto seus colegas de escola e um pelos matos para caçar passarinhos, o futuro presidente ficar em casa estudando, cuidando da horta do pai ou passeando pelo quintal de mãos dadas com a mãe";

" o jardim de sua casa era o mais cuidado da cidade e ele sempre foi o melhor aluno da classe, o mais asseado, o mais educado";

" as perseguições de 1914, a honestidade do pai, o jardim, o asseio, as boas notas na escola, essas foram as imagens que Ernesto levou de Bento Gonçalves quando foi estudar no colégio militar de Porto Alegre" [110]

Os textos acima explicitam os valores da "família" e da "educação", e por si só produzem uma identificação eficiente diante de um país que procurava

---

[108] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 19 jun.1973.1.cad. p. 5.
[109] Idem.
[110] Ibidem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

ordenar seu sistema político. Um homem "culto e de família" é o que precisavam. Além o JP traz uma descrição dos hábitos diários de Ernesto Geisel, o que facilita na simpatia que o discurso midiático deseja envolver a figura do novo presidente:

> *"Mora no Leblon, no segundo andar de um prédio de três pavimentos, sem elevador e sem garagem, que comprou na década de 50. Em 1969, quando foi nomeado presidente da Petrobrás, fez a primeira reforma em seu apartamento para colocar esquadrias de alumínio nas janelas. Mesmo nos últimos meses, quando muitos julgavam certa sua indicação para a presidência da República, não mudou de hábitos. Continua indo todo dia à praia do Leblon, pouco depois das 7 horas da manhã. E até um ano atrás, dispensava o corpo de segurança, que só aceitou depois que seu carro recebeu uma estranha "fechada" no aterro do Flamengo. Sabe-se que é torcedor do Botafogo, gosta de teatro, leitura e música, mas nenhum dos seus amigos é capaz de lembrar algum interesse maior que tenha fora de sua carreira militar, dos assuntos relacionados à petróleo e da escola superior de guerra. Os militares que foram seus professores o aluno são unânimes em reconhecer sua dedicação e probidade. Tem apenas elogios a lhe fazer"*[111].

A eleição de Geisel seria em janeiro de 1974, mas ainda em novembro de 1973 fora anunciada uma visita de Ernesto Geisel a Piracicaba. As honrarias foram de Chefe de Estado. A "vedete" viria a Piracicaba. A visita de Geisel foi destaque diariamente. Como destaca Morin, a imprensa "precisa de vedetes, e é nesse sentido que ela exalta a grandeza olimpiana das recepções, das visitas oficiais". Primeiro se especulou, depois foi confirmada a visita, que seria em tom informal na teoria, mas para o JP adquiriu caráter praticamente de festividade. Geisel veio visitar a ESALQ e o jornal não economiza no discurso:

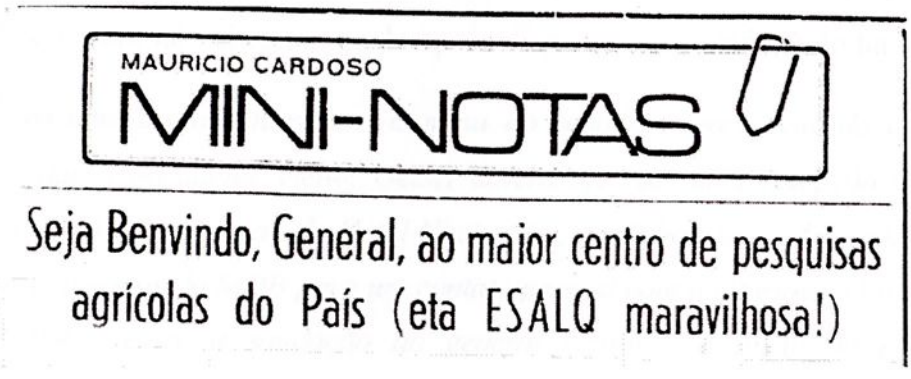
> *"a visita do futuro chefe da nação viria enaltecer o valor do nosso legendário estabelecimento de ensino agronômico, honrando sobremaneira a comunidade piracicabana"* [112]

---

[111] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 19 jun. 1973. 1. cad. p.5.
[112] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 18 dez. 1973. 1.cad. p. 5.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

O colunista Maurício Cardoso destacou na véspera da chegada de Geisel a visita da "ilustre figura". Não se sabia nem ao menos a programação que Geisel cumpriria na cidade, mas o que importava, acima de tudo era a sua "nobre" presença. No dia 19 de dezembro, Geisel chegaria a cidade e mais uma vez o colunista Maurício Cardoso dava as boas vindas:


MAURICIO CARDOSO

MINI-NOTAS

Seja Benvindo, General, ao maior centro de pesquisas agrícolas do País (eta ESALQ maravilhosa!)

Ao final de sua coluna, que foi uma verdadeira agenda oficial do cronograma que o general Ernesto Geisel seguiria naquela data, Cardoso destacou em letras maiores o seguinte slogan:

"Piracicaba confia no Quarto Governo Revolucionário"[113].

A visita do futuro presidente foi destaque até final de dezembro. O Jornal de Piracicaba confirmou que a visita se deu sem recepção especial. Especial mesmo foi a abordagem do próprio jornal. Manchetes, matérias de capa, fotos ao lado de políticos locais, as preocupações declaradas por Geisel quanto ao futuro do país e, acima de tudo, a cogitação de que professores da ESALQ ocupariam postos no governo Geisel, construíram uma abordagem, utilizando um termo da época, "efusiva".

No dia 15 de janeiro de 1974, o Colégio Eleitoral se reuniu para eleger o futuro presidente. Ulysses Guimarães, foi lançado como candidato da oposição. Mais a candidatura do MDB adquiria um caráter meramente simbólico. A certeza do resultado transfere ao discurso do jornal uma passividade quanto aos acontecimentos. Na edição do mesmo 15 de janeiro, o JP publica na capa a notícia da eleição. Diante da falta de opções, já se pode mesmo prever o desenrolar da tarde no Congresso Nacional:

[113] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 19 dez. 1973. 1.cad. p. 4.

" quando Geisel atingir a maioria absoluta, haverá aplausos. Por volta das 15 horas, a apuração estará terminada e o senador Paulo Torres proclamará eleitos os generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos"[114].

A matéria continua no interior da edição trazendo com incrível precisão até mesmo como se daria a entrega de cheques nominais com o "jeton" aos deputados. O tom não chega a ser de apoio. É pura passividade. Não há críticas:

"proclamados os vitoriosos, a mesa do senado e presidente da arena irão saudar o presidente eleito. Geisel deverá oferecer uma recepção ao colégio eleitoral no salão azul do Hotel Nacional e, às 18 horas, e a Arena já convidou os deputados do MDB para um contato pessoal com o vitorioso. O intervalo de 3 horas entre a saudação ao general Geisel e o início da recepção é absolutamente necessário: não só o os membros do colégio eleitoral deverão trocar de roupa, após a exaustiva votação, como os cheques nominais com o "jeton" de dez mil cruzeiros só serão entregues ao parlamentar depois de proferido o voto, para evitar problemas ".[115]

No dia 16 de janeiro, a manchete do JP é:

Gen. Geisel reafirma confiança nos gloriosos destinos da Pátria

Segue-se o discurso oficial do presidente. Nada poderia ser mais oficial. Geisel assumiria dia 15 de março, mas o cenário construído pelo JP já estava finalizado. Em tempos de eleição indireta, o discurso jornalístico não influencia na escolha do vencedor, mas no caso da abordagem do JP, em relação ao quarto general presidente, contribui sobremaneira para a sua aceitação.

O governo Geisel ficou marcado por altos e baixos. A censura e a tortura continuaram a manchar nossa história nos porões da ditadura. Ao mesmo tempo, a abertura lenta e gradual da nossa política teve início. Deu-se voz aos movimentos sociais e possibilidades de manifestações trabalhistas. No governo

---

[114] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 15 jan. 1974. 1. cad. p.1.
[115] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 15 jan. 1974. 1.cad. p. 5.

unesp

Geisel, há que se ressaltar, o termo "redemocratização" entrou no vocabulário nacional. Geisel comandou o Brasil até março de 1979, quando seu sucessor, João Batista Figueiredo[116], o quinto e último general presidente, assume a presidência.

No final da década de setenta, o comportamento da imprensa já era diferente. A censura prévia já não assombrava as redações e as matérias sobre reivindicações estudantis, greves operárias e outras manifestações populares ganharam a agenda na mídia. No Jornal de Piracicaba, a questão ecológica passou a ser destaque, pois se ampliaram as discussões sobre a poluição que ameaçava (ameaça ainda hoje) o cantado rio que atravessa e dá nome da cidade.

Então, o general João Figueiredo teve que "dividir" colunas e manchetes com a preocupação despertada acerca do Rio Piracicaba. A liberdade avistada no processo político nacional talvez não obrigasse mais o discurso jornalístico a "vedetizar a informação" sobre nossos generais presidente. O imaginário agora dá força ao apelo ecológico e em outubro de 78, quando se dá a eleição de Figueiredo, o noticiário do JP girava em torno das campanhas, das lutas locais, das passeatas e atos públicos que se promoveram pela cidade e se traduziram nas páginas impressas aqui analisadas em artigos e editoriais opinativos.

Mesmo assim, claro que uma troca de presidente, por mais habitual e sem qualquer apelo emotivo que pudesse carregar dentro da já desgastada forma de eleição, não passaria em branco. O espaço físico já não foi o mesmo cedido, por exemplo, ao general Geisel. No entanto, João Figueiredo também ganhou seus elogios.

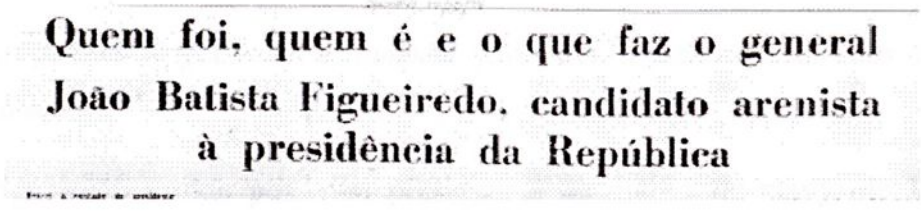
Figueiredo disputou a presidência com outro general, Euler Bentes Monteiro, filiado ao MDB. Mais a candidatura Euler não decolou nem na prática do processo político e nem na imprensa. A abordagem sobre o general Euler no Jornal de Piracicaba passou despercebida, sem qualquer entusiasmo.

---

[116] "João Batista de Oliveira Figueiredo (Rio de Janeiro, 1918, - Rio de Janeiro, 1999.) - Foi um dos conspiradores do golpe de 1964, após o qual tornou-se chefe da agência do Rio de Janeiro do recém-criado Serviço Nacional de Informações (SNI). De 1966 a 1967, comandou a Força Pública de São Paulo. Durante o governo Médici, assumiu a chefia do gabinete militar da presidência. Em 1974 foi nomeado por Geisel para dirigir o SNI, permanecendo no cargo até 1978, quando foi indicado candidato a presidente. Elegeu-se pelo Colégio Eleitoral em 15 de outubro de 1978, ocupou a presidência de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985. Seu governo foi marcado por uma forte crise econômica e pela continuação da abertura política". (CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Documentos do CD-Rom.)

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

No dia 15 de outubro de 1978, dia da reunião do Colégio Eleitoral, o JP dedica duas páginas inteiras encabeçadas pelo título:


Quem foi, quem é e o que faz o general João Batista Figueiredo, candidato arenista à presidência da República

A origem da matéria não está clara. Não podemos afirmar se é texto local ou de agência, mas de qualquer forma a descrição biográfica, profissional e ideológica de Figueiredo, rodeando uma imensa foto do general ao lado da esposa Dulce não deixam dúvidas sobre as intenções do discurso. A legenda da foto na qual o casal presidencial aparece sorrindo, de corpo inteiro, expressando nítida elegância, já dá indícios aos valores positivos atribuídos na representação de Figueiredo:

> *"Pela foto se vê o otimismo do casal Dulce-João Batista Figueiredo, após a indicação do Presidente Geisel. O futuro Presidente da República é conhecido como um bom esportista, um grande companheiro e um democrata convicto"*[117].

O texto da matéria constrói uma personalidade positiva, destacando sua importância nos meios militares, bem como traços que lhe atribuem princípios de intelectualidade, experiência e visão política democrática:
"João Batista de Oliveira Figueiredo, disse então Geisel, "é um nome consagrado dentro das Forças Armadas, e um revolucionário da primeira hora, um homem de sentido altamente humano e larga experiência".

> *"Na infância e na juventude, o general Figueiredo leu os clássicos portugueses, ingleses e franceses. O general fala fluentemente o espanhol, lê e entende inglês e francês";.*

> *"dos tempos de exílio de seu pai, o guarda, segundo seus amigos, o grande aversão a ditadura, segundo eles. Figueiredo considera que toda a ditadura, como a de Vargas, acaba caindo, por mais forte que pareça";*

[117] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 15 out. 1978. 1. cad. p 1-8.

"o general João Baptista de Figueiredo acha que é necessário a elaboração de uma constituição que considere princípios básicos e permanentes de democracia";

"o general Figueiredo é também favorável a uma revisão dos atos de exceção".[118]

Figueiredo tomou posse na presidência no dia 15 de março de 1979. A edição desta data do JP traz um editorial sobre as esperanças do novo governo. Sob o título "O Brasil procura seu grande destino", o editorial é otimista com a posse de Figueiredo. Festeja os ares mais democráticos e a "liberdade de criticar, debater, de sugerir...". A posse de Figueiredo é representada como um sinal concreto da garantia do retorno ao regime democrático:

"com a posse do general João Batista Figueiredo na presidência da república, esperam os brasileiros que se encerre o longo hiato aberto pela Revolução na evolução democrática do povo brasileiros"[119].

O último governo revolucionário durou até 1985, já não convencia a sociedade sob nenhum aspecto. A economia andava de mal a pior. Queríamos escolher nosso presidente de forma direta. Desejávamos que os exilados pelo regime retornassem ao país sem aquela pecha de terrorista, comunista ou algo semelhante. A resistência militar cedeu e abertura deixou de ser tão lenta e gradual. Ainda em 1979, veio a Anistia ampla, geral e irrestrita. Pouco depois, a volta do pluripartidarismo. Já votávamos para prefeito e governador, quando em 1984 nossas praças e avenidas foram tomadas pelo coro das "Diretas já!". Ainda não foi daquela vez. O Congresso rejeitou a emenda Dante de Oliveira, conhecida como "emenda das diretas".

Mas a transição política se efetivou em 1985, quando fora eleito presidente da República Tancredo Neves. Enfim, mãos civis iriam nos comandar, mas não as de Tancredo. José Sarney assumia após a morte de Tancredo e era o fim da sucessão de generais, reproduzida no Jornal de Piracicaba com irritável

---

[118] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 15 out. 1978. 1.cad. p. 1.
[119] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 15 mar. 1979. 1.cad. p. 1.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

naturalidade. Não necessitava mais incutir no público leitor aquela capa de serenidade envolvendo figuras por vezes truculentas e sem tato político. Nosso imaginário agora necessitava ser alimentado pelo desejo da democracia.

2.4. JP e a cassação do prefeito Salgot: imparcialidade ou cautela?

Um dos episódios mais significativos, ocorridos em Piracicaba, com relação direta ao momento político nacional pós 64, envolveu o então prefeito Francisco Salgot Castillon, cassado no dia 17 de outubro de 1969. A abordagem do JP em relação ao fato ficou bem mais restrita do que os dias em que buscamos referências nas edições, mas para manter um certo padrão de sempre verificar dias anteriores e posteriores ao acontecido, assim justificamos nossa procura sobre qualquer menção ao "caso Salgot" em um mês de JP.

Nesta amostra em que focamos nossa análise, partimos antes mesmo do dia da cassação. Lembramos que o prefeito Francisco Salgot Castillon era um dos líderes da Arena em Piracicaba e por isso, logo no início de outubro, quando da eleição do general Emílio Garrastazu Médici para presidente da república, o JP publica, na íntegra, e na primeira página, o telegrama enviado pelo prefeito ao novo presidente. Era dia 10 de outubro de 1969, e o título da nota que continha o telegrama não deixava dúvidas que o prefeito apoiava o general:

PREFEITO CONGRATULA-SE COM O NÔVO PRESIDENTE

JP - 10/10/1969.

O texto só vinha confirmar a adesão a Médici:

"Francisco Salgot Castillon Prefeito de Piracicaba e povo piracicabano, rejubilam-se indicação vossa senhoria ocupar alto posto Presidência da República. Certeza vosso patriotismo, integridade, cultura, serenidade, conduzirá o país destino certo. Aplaudem inequívoco pronunciamento

unesp

dirigido Nação brasileira. Atenciosamente. Francisco Salgot Castillon"[120].

De que de nada adiantara tantas congratulações, ser líder da Arena e ter um alto índice de popularidade. No dia 17 de outubro, Salgot Castillon teria os direitos políticos cassados por dez anos. No dia 18 de outubro de 1969, o Jornal de Piracicaba trazia um texto de agência de notícias onde continha uma lista de nomes de deputados e prefeitos cassados, entre eles o do prefeito de Piracicaba. Na manchete, apenas duas tímidas e decisivas palavras:

"Novas cassações"

Consideramos é claro que a cassação do prefeito Francisco Salgot Castillon havia ocorrido apenas há um dia. O assunto ainda era fresco e naquela época as informações não chegavam aos jornais com a precisão dos dias de hoje. Além disso, ponderamos o fato de que o Jornal de Piracicaba já vinha demonstrando uma postura comedida quando se tratava de questionar o regime militar. E segundo esta postura, nem mesmo a cassação do prefeito da cidade gerou maiores questionamentos.

A abordagem do veículo a partir daquele dia representou um cenário de espera. O enquadramento dado pelo JP não demonstrara qualquer representação contra nem a favor ao prefeito cassado. Diariamente abordando o fato com nítida timidez, se limitou a transmitir um cenário representativo de que a cidade somente aguardava o novo prefeito. Pelo discurso adotado, o leitor do JP dificilmente questionaria as razões que levaram a cassação do seu prefeito. Ainda no dia 18 de outubro, o JP publica uma matéria isentando o representante maior do exército de Piracicaba, o capitão Alfredo Mansur, de qualquer responsabilidade com o acontecido. Destacando as palavras do capitão, o JP lembra que tudo fora "ordem de cima". Esta foi a razão que resumiu o caso da cassação do prefeito nas páginas do Jornal de Piracicaba. Nada mais que "ordem de cima". Não trouxe declarações de políticos da cidade, não levantou o histórico político local, não redigiu nenhuma suposição. Tratou o assunto com

[120] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 10 out. 1969. 1.cad. p. 1

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

surpreendente frieza. Literalmente, o JP restringiu seu discurso no sentido de informar seu público leitor de que o ambiente se caracterizava pela expectativa:

> "AMBIENTE DE EXPECTATIVA
> *Como se vê, a matéria se encontra no terreno das interpretações ainda, não havendo nada concretizado ainda até as primeiras horas da madrugada de hoje, quando encerrávamos esta edição, devendo naturalmente estender se por todo o dia de hoje".*[121]

A edição do dia de 18 de outubro trouxe ainda uma foto contendo alguns vereadores da cidade, acompanhada de uma legenda sem qualquer questionamento:

> *"Na Câmara Municipal procurava-se na noite de ontem encontrar disposições legais para fazer face à situação estabelecida com a vacância do cargo de prefeito"*[122].

A edição de domingo, dia 19 de outubro de 1969, trazia em sua manchete:


JORNAL DE PIRACICABA
Executivo em compasso de espera

JP- 19/10/1969.

Além deste título que resumia a abordagem do jornal, assumindo uma postura de apenas esperar a seqüência dos fatos, o JP publica também dois comunicados oficiais, ambos do então vereador e presidente Câmara, João Fidélis. O vereador lembra que o vice-prefeito, Cássio Paschoal Padovani, não poderia ainda assumir o cargo deixado por Salgot, por ocupar um cargo de presidente de uma empresa de serviço público. O próprio Cássio Padovani também tem um espaço aberto no jornal para lembrar que precisaria se descompatibilizar da função de presidente da Telefônica Piracicaba S.A. para exercer o cargo de prefeito. E esta tramitação construiu um caso inusitado na

[121] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 18 out. 1969. 1.cad. p. 1.
[122] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

história política da cidade. Por um único dia, o então vereador João Fidélis "comandou" Piracicaba.

Ao utilizar o artifício de publicar estes comunicados e ofícios, o Jornal de Piracicaba continua não se posicionando e não questionando, ou seja, nem concorda e nem critica. Representa tudo como um "momento de espera". Nem lembra mais que Piracicaba tivera cassado o seu prefeito.

Indagamos o então diretor da redação do Jornal de Piracicaba, José Antonio Bueno de Camargo (José ABC), sobre essa "timidez" na abordagem do caso Salgot:

> *"**Na época da cassação dele [Salgot], observando as edições do Jornal de Piracicaba, quando o senhor era o redator chefe, eu pude perceber uma abordagem tímida, com pouco espaço. Parece que o jornal estava com receio de falar mais, tanto que não teve nenhum editorial do "dr." Losso, não teve artigo opinativo. Por que não teve uma discussão maior? Por que o dr. Losso estava fora do país, por que o jornal era contra o Salgot?... por que uma cassação de um prefeito deveria repercutir bastante.***
> r: de fato, o dr. Losso estava fora. Estava nos EUA quando houve a cassação, mas logo ele voltou e não se manifestou. Para o jornal, não havia interesse nenhum em mexer no vespeiro. Quer dizer, fato consumado".*

A declaração de José ABC é traduzida na edição do dia 21 de outubro. Apenas quatro dias depois da cassação de Salgot Castillon, o JP informa a posse do novo prefeito, Cássio Paschoal Padovani. Como lembrou José ABC, era "fato consumado", interpretado com marca de objetividade no discurso empregado no primeiro parágrafo, na primeira página:

> *"O Dr. Cássio Paschoal Padovani é o prefeito municipal de Piracicaba, desde as 11 horas de ontem, quando prestou juramento protocolar, fez a declaração de bens, assinou a ata e proferiu um discurso de posse, na sessão extraordinária realizada pelo legislativo, preenchendo assim a vaga aberta com a cassação do mandato do prefeito Dr. Francisco Salgot Castillon, decorrente do ato editado na sexta-feira passada, pelo governo federal"*[123].

[123] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 21 out. 1969. 1. cad. p.1.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

A linguagem solene, apenas registra a posse do novo Executivo Municipal. Além desta matéria, o JP também traz um texto retrospectivo, listando todos os prefeitos da história de Piracicaba e lembra que num curto período, um ano e meio, a cidade foi governada por quatro prefeitos. Em pouco tempo, recorda o JP, morreu em 1968 o então prefeito Luciano Guidotti, que foi substituído pelo vice Nélio Ferraz Arruda. No final de 68, Salgot Castillon vencera as eleições e governaria a cidade até outubro de 1969, quando fora cassado e em seu lugar assume então Cássio Paschoal Padovani. Apenas registros e constatações. Nada de reflexões. Na edição de 22 de outubro, o JP anuncia o novo secretariado que formaria a equipe do novo governo e, no dia 23, o JP publica, em primeira página, o ato que encerraria qualquer menção sobre Salgot Castillon e o final de seu mandato:

T 1037



Francisco Salgot Castillon

Comunica aos seus amigos, que reabriu o seu escritorio de engenharia-civil, no seu antigo endereço à rua Alferes José Caetano, 890, sala 8, estando a disposição de todos, para atende-los, particularmente, nos ramos profissionais em que é especializado: projeto e construção de predios e outras obras civis, calculo de concreto de pequenas e grandes estruturas, topografia e urbanismo, hidraulica e saneamento.

JP – 23/10/1969.

Era o anúncio de que Francisco Salgot Castillon retomaria suas atividades como engenheiro civil. Ao abrir espaço para o próprio Salgot Castillon anunciar a reabertura de seu escritório, no centro da cidade, o JP escreve as últimas linhas de um discurso que procura explicitar que não estava contra Salgot.

As representações acerca da cassação do ex-prefeito, construindo um cenário de expectativa, sem indagar os motivos e as conseqüências do rompimento do mandato de Salgot Castillon só se explicam pelas palavras do jornalista e editor do jornal na época. Como José ABC afirmou, a intenção foi de não "mexer no vespeiro". Em poucas e claras palavras, toda a abordagem tímida e comedida pode ser interpretada como resultado de uma nítida tentativa de proteção contra possíveis atos de censura. Entre promover um debate, o JP opta

pela informação objetiva. Sem editoriais, artigos ou qualquer ensaio que fizesse supor dúvidas, o jornal se escora na argumentação de que o fato era conseqüência de "ordens de cima". Por fim, ao permitir que o ex-prefeito divulgue seu anúncio comercial já na primeira página, menos de uma semana após sua cassação, pode, de certa forma, ser uma marca de imparcialidade. Em tempo, uma imparcialidade que camufla a fuga da censura.

2.5. Onda de seqüestros: a luta armada no Jornal de Piracicaba

O endurecimento político, como conseqüência da chegada ao poder dos generais linha-dura, gerou uma onda proporcional de manifestações de oposição ao regime militar. O presidente Costa e Silva, representante da linha dura, alçado à previdência em março de 1967, promoveria um estrangulamento nas relações políticas e sociais. Era o golpe dentro do golpe. O discurso de transição ao poder civil pregado pelos generais Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva em 1964 iria por terra com a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968.

Enfim, recrudesceram no governo Costa e Silva qualquer esperança de democratização. Um lampejo ilusório de democracia ocorreu com o impedimento do general presidente Costa e Silva. Em agosto de 1969, Costa e Silva fora vitimado por um acidente vascular cerebral e, naturalmente, seu vice, o civil Pedro Aleixo, assumiria o país. No entanto, a incompatibilidade de Aleixo com AI-5 o impede de assumir o comando da nação. O ex-presidente Geisel ilustra o fato com precisão:

> *"Fala-se em um golpe de 64, mas o golpe realmente foi dado quando impediram Pedro Aleixo de tomar posse. Por que Pedro Aleixo não assumiu? Por que era um político, e fora o único membro do governo a votar contra AI-5. Achavam que ele não ia dar conta do problema. A primeira coisa que haveria de querer era derrubar o AI-5. Por isso, concluíram que não podia assumir".*[124]

Portanto, a volta do comando da nação para mãos civis seria adiada. Assume então uma Junta Militar indicada pelo AI-12, composta pelos ministros

---

[124] CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p.210.

das Forças Armadas: Lyra Tavares, do Exército, Augusto Rademaker, da Marinha e Marcio de Souza Mello, da Aeronáutica.

Desenhou-se um cenário de inexistência de diálogo político sustentado por um conjunto de leis que surgiu apenas com o nítido intuito coercitivo. Em 8 de setembro de 1969, é baixado o AI-13, que trazia no seu texto o banimento do território de criminosos em prol da segurança nacional. No dia seguinte, sem descanso, vem o AI-14, que continha a pena de morte e prisão perpétua aos crimes de subversão da ordem política. Finalizando, para não abrir precedentes, em 29 de setembro, surge o Decreto Lei 898, denominado como a "Lei de Segurança Nacional". Ronaldo Costa Couto analisa um alcance do Decreto 898:

> *"Ele define os crimes contra a segurança nacional e a ordem pública e social. Amplia e extraordinariamente o instrumento jurídico à disposição da repressão e sua força. Na prática, permite que o governo intervenha em qualquer atividade social ou pessoal, caso considere que contraria a segurança nacional".*[125]

Como resultante deste panorama sombrio, temos a aglutinação de homens de esquerda, estudantes, sindicalistas excluídos e intelectuais castrados e cassados culminando na luta armada. A via armada foi a válvula de escape encontrada e defendida por inúmeras organizações de oposição. As siglas se multiplicaram país afora: VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), ALN (Ação Libertadora Nacional) MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro). Era a insatisfação institucionalizada.

O argumento tido como propósito da luta armada era buscar a extensão das vias democráticas. A motivação para que se armassem foram as agitações internacionais. As notícias que vinham de Cuba, do Vietnã e principalmente de guerrilhas aqui mesmo na América Latina, serviram de incentivo aos membros das organizações. A motivação e o argumento já estavam claros. Para decidir o modo de ação, o simbolismo foi colocado a serviço da crítica política, econômica

---

[125] COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. São Paulo: Record, 1999. p. 103.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

e social. Os métodos adotados evidenciam este simbolismo: assaltos a bancos e seqüestro de embaixadores.

Os atentados bancários serviram para manutenção financeira das organizações, mas ganhavam a mídia quase sempre como crime comum. Com o seqüestro de embaixadores, nos anos de 1969 e 1970, a mídia observaria a relação deste tipo de crime com a situação econômico e social do país. Não foi por menos, já que os embaixadores foram utilizados como moedas de troca por prisioneiros políticos. O argumento político embutido nesse tipo de ação pode ser medido nas palavras de José Roberto Rezende, membro da VPR, que relatou a Mouzar Benedito suas memórias de guerrilha:

> *"(...)refizemos o plano de seqüestro, procurando tomar todos os cuidados para que não houvesse feridos, pois além de negativa do ponto de vista humanístico, essa circunstância é politicamente desastrosa (...) Nó,s tínhamos que cumprir com vigor e honestidade os nossos acordos. Essa era a nossa moeda. Não podíamos nem postergar a soltura do embaixador, porque a repressão poderiam encontrar o cativeiro e dizer "nós fizemos a nossa parte, eles não cumpriram a deles ", usando isso em outras ocasiões, para não negociar".* [126]

Aliás, o relato de José Roberto Rezende enfatiza a preocupação em tratar cada seqüestro apenas com caráter político. Rezende ressalta os cuidados em não haver feridos, a necessidade de cumprir com a palavra e o bom relacionamento que os membros das organizações tiveram com os seqüestrados. Veja que ele diz sobre o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher:

> *"Ele era um diplomata simpático, bem falante e, segundo consta, o convívio com ele na casa onde ficou escondido foi muito cordial. Chegava até dar palpite sobre as nossas negociações com o governo (...) chegou a ser proposto na VPR que o embaixador fosse eliminado, para mostrar ao governo que falavam sério. Mas felizmente a idéia foi rejeitada, porque nos repugnava a idéia de tirar a vida de alguém (...) eu não fiquei na infra cuidando do embaixador, nem sabiam*

---

[126] BENEDITO, Mouzar. **Ousar lutar: memórias da guerrilha que vivi**. São Paulo: Viramundo, 2000. p. 57.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

onde era, mas as pessoas que conviveram com Bucher tinham por ele a maior simpatia".[127]

A partir deste contexto, propomos uma análise da abordagem do Jornal de Piracicaba em relação a quatro "seqüestros políticos" que repercutiram na mídia. No ano de 1969 observamos o enquadramento e o discurso do JP no seqüestro do embaixador dos EUA, Charles Burke Elbrick, realizado em setembro. Em 1970, foram três os casos analisados: em março, o seqüestro cônsul japonês Nobuo Okuchi; em junho, o seqüestro do embaixador alemão Ehrenfried van Holleben e, por último, o seqüestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, em dezembro.

A justificativa para analisar estes fatos é a presença diária e expressiva que os atos ganharam no jornal. Os seqüestros repercutiram com relevância no cenário nacional e dividiam laudas com a Copa do Mundo de futebol do México. Além disso, a imprensa era o elo inicial de ligação nas negociações entre o governo militar e os membros das organizações:

"o que fazíamos era colocar um bilhete numa caixa de coleta de igreja, em alguma caixa de sugestões qualquer, de telefonar para algum jornal informando". [128]

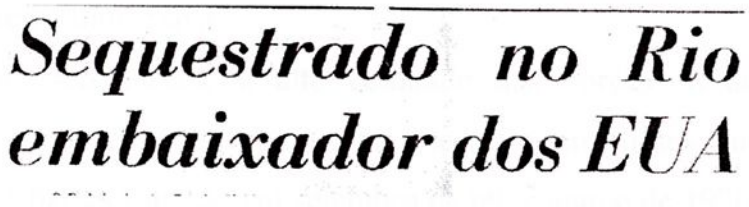
Se pretendiam causar impacto político e chamar a atenção do mundo, os organizados de esquerda acertaram em cheio. Na primeira ação do seqüestro, escolheram o novo embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. A opção para o embaixador se justifica com certa facilidade. Primeiro, pelo fato de os EUA representarem uma força política e econômica mundial, tendo capital aplicado em empresas brasileiras e sendo o ponto de referência político do Brasil nos anos de Guerra Fria. Ou seja, o diplomata americano seria uma boa moeda de troca. Segundo, os Estados Unidos estavam desgastados devido a sofrível guerra do Vietnã, contrariando a opinião pública ao colocar seu exército para morrer na floresta tropical asiática. Aproveitando a baixa popularidade, o seqüestro de

[127] BENEDITO, M. Op. cit. p. 82.
[128] BENEDITO, M. Op. cit. p. 62.

unesp

Charles Burke repercutiu de forma positiva no Brasil, segundo José Roberto Rezende:

Mesmo assim, apesar deste sintoma apontado pelo membro da VPR, o seqüestro de Elbrick repercute na imprensa de forma negativa. Nos quatro dias do seqüestro, o Jornal de Piracicaba abordou diariamente o fato, dando espaço na primeira página:


Sequestrado no Rio
embaixador dos EUA

Jornal de Piracicaba – 5/9/1969.

Para que o fato despertasse o interesse do seu leitor, o JP trabalha o discurso em duas linhas. De início, há uma intenção de qualificar os agentes do seqüestro como terroristas. Mesmo sem padronizar o vocabulário, utilizando para se referir aos seqüestradores os termos "raptores", "terroristas" ou "elementos", o JP acaba produzindo um cenário de crime comum. Não há uma diferenciação no sentido de identificar a ação como política. Ao mesmo tempo, procura direcionar o texto no sentido de evidenciar o esforço do governo brasileiro em solucionar o caso, tratando também de qualificar positivamente a figura do embaixador, lembrando que Charles Burke Elbrick era diplomata de carreira, que já havia sido "titular nas embaixadas dos Estados Unidos, Iugoslávia e em Portugal". Libertado o embaixador, no dia 9 de setembro, o governo divulgou uma nota sobre a "guerra revolucionária". O JP, em tom oficial, publica a nota e "alerta seus leitores":

> *"Guerra Revolucionária (título).*
>
> *A secretaria de imprensa da presidência da república, divulgou a seguinte nota oficial: 'os acontecimentos que acabam de abalar profundamente os sentimentos do povo brasileiro, despertando lhes a mais justa indignação demonstraram de modo inequívoco quanto eram procedentes as razões que determinaram a decisão adotada pelo alto comando das Forças Armadas, por impedimento temporário do presidente da República, em editar o Ato*

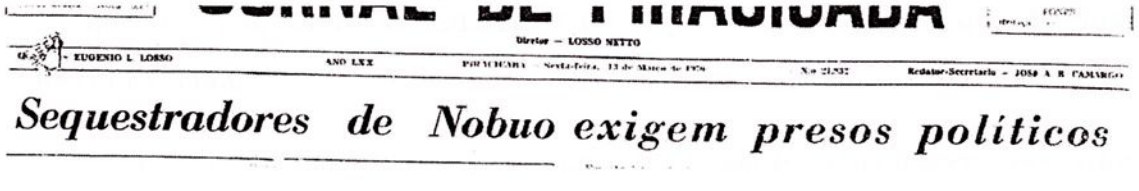
Institucional nº 22. A nação está agora consciente de que se acha em plena evolução a promessa de guerra revolucionária e subversiva (...)".[129]

Enfim, apesar da confusão dos termos utilizados, o seqüestro do diplomata norte-americano foi representado negativamente no JP. A cobertura foi completa, trazendo diariamente fotos e declarações que detalharam o fato e construíram uma representação de forma a desqualifica-lo. A postura editorial resulta no rótulo de "guerra subversiva".

Durante seis meses, o alto comando das Forças Armadas tiveram a sensação de sossego. Pois talvez estes mesmos seis meses que separaram o seqüestro de Charles Elbrick, em setembro de 69, e março de 1970, serviram para que as organizações de esquerda maquinassem outro seqüestro. No dia 11 de março, fora raptado em São Paulo Nobuo Okuchi, cônsul do Japão. De imediato a notícia ganha espaço e reacende a discussão política. Vale destacar o papel da imprensa, já que os jornais eram os primeiros a serem avisados e a forma como repercutia o seqüestro dava sinais de como seguiriam os fatos:

"as exigências saíram na imprensa, o nosso manifesto foi divulgado, e isso para nós foi um sinal de que as negociações seriam fáceis".[130]

Pois seja por textos de agência ou da própria redação, o seqüestro do cônsul japonês teve cobertura completa no JP. Nos quatro dias que pesquisamos este caso, entre es edições de 12 e 15 de março, o seqüestro ganhou três manchetes de capa:


JORNAL DE PIRACICABA
Diretor — LOSSO NETTO
EUGENIO L. LOSSO — ANO LXX — PIRACICABA — Sexta-feira, 13 de Março de 1970 — Redator-Secretário — JOSÉ A. R. CAMARGO
Sequestradores de Nobuo exigem presos políticos

Jornal de Piracicaba – 13/03/1970.

Assim como no seqüestro do embaixador dos EUA, agora também no caso do japonês, o JP desqualifica o tom político da ação. A representação mais uma

[129] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 9 set. 1969. 1.cad. p. 1.
[130] BENEDITO, M.Op cit. p.62.

vez é negativa. Concomitantemente, o JP relata que o governo brasileiro estava agindo para que tudo se resolvesse o quanto antes:

SEQUESTRO:

Govêrno providencia liberação de prêsos

Jornal de Piracicaba – 14/3/1970.

A manchete do dia 13 vem acompanhada de um "conflito oficial". Neste conflito, o JP publica o comunicado da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização autora do seqüestro e outra nota vinda do Palácio do Planalto, que registrava as providências tomadas pelo governo. De certa forma, esta postura bem dotada de imparcialidade, mas de maneira alguma encontramos no JP qualquer justificativa ou representação favorável ao ato da VPR. Ao final, no dia 15 de março, mais uma vez no alto da primeira página, o JP anuncia a libertação de cinco presos políticos em troca do cônsul japonês e que "as autoridades cumpriram assim as exigências dos sequestradores de Okuchi".

Menos de três meses depois do seqüestro do cônsul do Japão, uma nova e surpreendente ação. Em conjunto, militantes da VPR e da ALN sequestraram o embaixador alemão Ehrenfried van Holleben. A ação se deu no dia 11 de junho de 1970, em meio à euforia nacional provocada pela Copa do Mundo de futebol, disputada no México. A surpresa se deu porque os planos sobre o seqüestro do diplomata alemão haviam sido descobertos quando da prisão de um militante da VPR que trazia no carro as estratégias do seqüestro. Mas veja o que diz José Roberto Rezende:

> *"com o plano publicado e a segurança reforçada por dois homens, pensavam que ninguém ousaria seqüestrar o embaixador Ehrenfried van Holleben. Ele era "não sequestrável" e, também por isso, foi o escolhido".*[131]

[131] BENEDITO, M. Op. cit. p. 57.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Aliás, o testemunho direto de Rezende no seqüestro do alemão evidencia a política adotada neste tipo de ação. A intenção era a preservação física, alertar a imprensa e, porque não, aproveitar as ruas vazias durante a Copa do Mundo para agir:

> *"quando a operação foi feita, por volta das 19 horas, já estava escuro, e para melhorar estava sendo televisado direto o jogo da seleção brasileira de futebol. Não havia ninguém nas ruas".*[132]

Como já se tornara prática, mais um seqüestro de diplomata, mais uma abordagem diária na imprensa. O Jornal de Piracicaba segue a linha adotada nos episódios anteriores e depois de informar o ocorrido parte para uma desqualificação do ato, utilizando o termo "repulsa" como marca de negatividade:



Sequestro: Repulsa nacional

EMBAIXADOR MANDOU MENSAGEM: "ESTOU BEM" – REPERCUSSÃO NA ALEMANHA

Jornal de Piracicaba – 13/6/1970.

Para que seu leitor se intere do fato, o JP traz um perfil do embaixador e lista sua carreira profissional. Dentre a lista de cargos e títulos, o JP lembra que o trabalho de Holleben com a indenização de judeus emigrados lhe trouxe muita simpatia. É um forma de legitimar a necessidade da ação do governo brasileiro. Ao mesmo tempo, a representação dos atores da ação é de "terroristas".

Mais uma vez o JP publica diariamente as notas emitidas tanto pelo Planalto quanto pelas organizações autoras do seqüestro. No entanto, novamente as ações do governo são destacadas de forma a passar ao leitor indícios de que estavam trabalhando contra o crime.

A força apelativa do caso de Holleben pode ser medida no dia 16 de junho. Na capa, o JP divide o alto da página com duas notícias: a liberação dos presos políticos que foram levados a Argel em troca do embaixador e a notícia de mais uma vitória da seleção de futebol na Copa do México. Somente o título em

---

[132] Idem, p. 61.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

letras maiúsculas do jogo da seleção diferencia o tratamento. O espaço físico é o mesmo. É a chuva de gols e a onda de seqüestros. É a euforia retratada por mais uma vitória. Uma vitória dupla: futebol e governo brasileiro. É uma representação de final feliz. O JP divide a página para transparecer calma e alívio. Continuamos vencendo no futebol e o governo brasileiro continua trabalhando no combate a criminalidade. É a bola entrando no gol adversário e os terroristas indo embora em troca da liberdade do diplomata alemão:


Boeing levou 40 a Argel

BRASIL VENCE MAIS UM: PERU

Uruguai ameaça abandonar

Na edição do dia 17 de junho de 1970, o JP traz, mais uma vez na capa, o arremate do caso de Holleben. Ao lado de uma foto do embaixador, um texto informando como fora libertado, o seu bom estado de saúde, apesar de abatido e, finalizando, uma declaração de Holleben. A representação final é de tranqüilidade e agradecimento ao governo militar:

> "*revelou-se agradecido ao governo brasileiro, cujas providências possibilitaram o seu retorno são e salvo.*"

O ano de 1970 não podia terminar mais tenso. Mesmo com ações cada vez mais restritivas por parte do regime e com o cerco se fechando aos defensores da luta armada, mais uma ação foi deflagrada no dia 7 de dezembro. João Batista de Abreu descreve o acontecido:

> *" (...) 7 de dezembro de 1970. Nove e quinze da manhã. Um Aero-Willys colide de propósito com o Buick do embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher, na*

rua Conde de Baependi, em Laranjeiras. O agente de segurança Hélio Carvalho de Araújo tenta reagir e leva um tiro que atinge a medula".[133]

A representação negativa do ato neste caso foi intensificada devido ao ferimento do agente Hélio Carvalho. No dia seguinte, a edição do JP traz a notícia em primeira página, na manchete, e um texto com cerca de duas laudas onde podemos observar por seis vezes o termo "terroristas" como referência aos seqüestradores. Até o dia 16 de dezembro, a cobertura do JP mais uma vez foi intensiva. Depois disso, a cobertura esfriou e o seqüestro se arrastou por mais 40 dias. Até o dia 16, foram oito títulos referentes ao seqüestro do diplomata suíço na primeira página:


JORNAL DE PIRACICABA

Carta de Bucher: confiante

Jornal de Piracicaba – 10/12/1970.

Além do tom político, com o jornal publicando as notas oficiais e o discurso do presidente se solidarizando com o povo, o enquadramento adquire um perfil de humanização com a morte do agente Hélio Carvalho. É destacada a coragem do segurança com a publicação do manifesto do presidente da república e fotos da família de Hélio Carvalho. As fotos trazem um forte apelo emocional, mas a legenda que acompanha a imagem da viúva lembra que o falecido foi "vítima do terror". As representações construídas não deixam outro cenário senão o de identificação com a família, o que resulta na legitimação de qualquer atitude tomada pelo governo e numa suposta desqualificação de qualquer intenção política que o seqüestro pudesse denotar:

---

[133] ABREU, João Batista. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil: (1965-1979)**. Niterói: EduFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.



A Sra. Lucia Araujo, esposa do agente Helio de Araujo, que não resistindo aos ferimentos faleceu ontem vitima do terror

Jornal de Piracicaba – 11/12/1970.



O encarregado dos Negocios da Suiça consola a filha e esposa do agente assassinado.

Jornal de Piracicaba – 12/12/1970.

Na edição de 12 de dezembro, o JP define o "personagem" Hélio Carvalho de Araújo. Não há como irmos contra o "herói". "É preciso cassar os terroristas". O título foge de qualquer abordagem política. A emoção prevalece:

Sepultado o agente-heroi

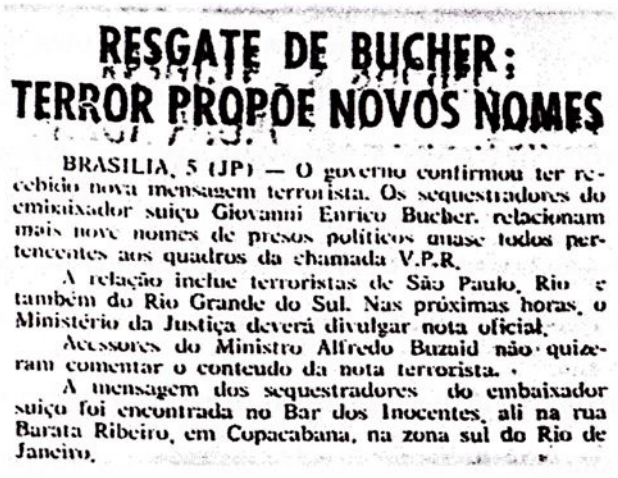
Jornal de Piracicaba – 12/12/1970.

Como já antecipamos, depois de pouco mais de uma semana, a cobertura do seqüestro de Bucher "esfriou". Nada se pode afirmar se foi um pedido do governo, para que não dificultassem as negociações ou se faltavam novidades no caso. O fato é que houve, durante os primeiros dez dias, uma ampliação do acontecido devido a morte do agente de segurança, tendo como marca um forte apelo emocional que desqualificava toda a ação do seqüestro. Mais do que nos outros seqüestros analisados, no caso de Bucher os agentes do ato foram tachados de terroristas sem qualquer argumentação, sem qualquer dúvida.

Com o prolongamento do seqüestro, no final de dezembro a cobertura do JP passa a focalizar as negociações entre governo e seqüestradores. O impasse girou em torno da lista de prisioneiros que seriam libertos em troca de Bucher. Primeiro, vem a lista de nomes para serem trocados pelo embaixador. O governo

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

veta alguns nomes e impõe condições. Vem outra lista, outros vetos, novas condições, chega o novo ano e o JP continua na abordagem diária sobre o "diálogo" entre governo e seqüestradores. Todas as notas oficiais são publicadas, dando ao leitor do JP a representação de que o governo militar trabalha para o final feliz. As notícias se alternam entre a primeira página e a editoria policial. São notas e manchetes colocando a responsabilidade de um final sem tragédias nas mãos dos seqüestradores. Na edição do dia 6 de janeiro de 1971, uma nota na primeira página sintetiza o enquadramento dado aos autores do seqüestro:



RESGATE DE BUCHER: TERROR PROPÕE NOVOS NOMES

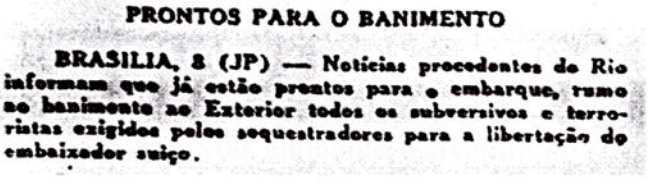
BRASILIA, 5 (JP) — O governo confirmou ter recebido nova mensagem terrorista. Os sequestradores do embaixador suiço Giovanni Enrico Bucher, relacionam mais nove nomes de presos políticos quase todos pertencentes aos quadros da chamada V.P.R.

A relação inclue terroristas de São Paulo, Rio e também do Rio Grande do Sul. Nas próximas horas, o Ministério da Justiça deverá divulgar nota oficial.

Acessores do Ministro Alfredo Buzaid não quizeram comentar o conteúdo da nota terrorista.

A mensagem dos sequestradores do embaixador suiço foi encontrada no Bar dos Inocentes, ali na rua Barata Ribeiro, em Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro.

Enfim, segue a discussão da lista de nomes a serem postos em liberdade em troca de Bucher e observamos, no dia 9 de janeiro, a representação do que devem sentir os leitores acerca dos prisioneiros:



PRONTOS PARA O BANIMENTO

BRASILIA, 8 (JP) — Notícias procedentes do Rio informam que já estão prontos para o embarque, rumo ao banimento no Exterior todos os subversivos e terroristas exigidos pelos sequestradores para a libertação do embaixador suiço.

Esse é o tom. Eles não devem ser simplesmente "libertados" em troca do embaixador. Eles, os terroristas subversivos, devem ser "banidos". "Não queremos estes elementos", subentende o JP. O que confirma esta suposição é a publicação das notas oficiais. É, de certa forma, um alinhamento ideológico entre JP e governo. O discurso é de tal forma afinado que não há a necessidade de produzir outro texto. Bastam as notas do Planalto, carregadas de "terroristas" e pronto. Está dado o recado. Enfim, na edição de 14 de janeiro, o "alívio":

unesp

Setenta banidos no Chile

Agora, só faltava os seqüestradores fazerem a parte deles. Só faltava a libertação de Bucher, que aconteceria alguns dias depois, em 16 de janeiro. A libertação do embaixador suíço ocupou a manchete por dois dias seguidos. O JP trouxe a foto de Bucher, o relato da libertação e o depoimento do diplomata, agradecido ao governo brasileiro. As palavras de José Roberto Rezende são esclarecedoras:

> "*De qualquer jeito, eram mais setenta pessoas saindo das masmorras para o exterior. Setenta em troca do embaixador suíço, quarenta em troca do alemão, quinze em troca do norte americano e cinco em troca do cônsul japonês seqüestrado em São Paulo. Eram 130 pessoas fora da cadeia. Achamos que valeu, porém não havia mais espaço para seqüestros depois desse. E nós nem tínhamos condições materiais ou políticas de fazer outra ação desse porte.*"[134]

O fato é que este tipo de ação ficou desgastada devido ao cerco promovido pelo sistema de segurança oficial. Além disso, as organizações autoras dos seqüestros ficaram desfalcadas numericamente devido a prisões e ou desistências de seus componentes. Outro fator era a falta de garantia que futuros seqüestros pudessem repercutir positivamente de alguma forma, ou seja, a falta de projeção do ato resultaria na impossibilidade de obterem liberdade para mais militantes presos. Em outras palavras, os seqüestrados poderiam não mais serem considerados boas "moedas de troca". Como Rezende sintetiza, faltavam condições materiais e políticas. Mas enquanto estiveram no foco da mídia, o fato é que os seqüestros políticos foram abordados diariamente. A cobertura do JP foi incisiva, resultando uma abordagem repleta de representações. Não faltaram personagens para este cenário. Não faltaram papéis nestas "cenas da política". De um lado, os seqüestradores, de outro, os diplomatas seqüestrados. Para solucionar o problema, outro personagem, com papel fundamental: o governo brasileiro.

---

[134] BENEDITO, M. Op. cit. p.87.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

No caso dos seqüestrados, atores praticamente passivos, foram representados pelo discurso do JP não somente como vítimas da ação maligna. Para obter uma identificação com seu leitor, o JP usou como artifício publicar o perfil dos seqüestrados, listando os títulos e cargos enriquecedores da carreira profissional dos diplomatas. "Não haveriam razões para essas pessoas sofrerem tal ação", representa o discurso analisado. Enfim, "precisam ser libertados o mais rápido possível".

No que se refere ao governo, ator intermediário (mas não menos importante) dessa trama, é representado nas páginas do JP de maneira altamente positiva. Nos quatro casos abordados, a linha editorial representa um governo empenhado em solucionar os problemas. O emprego de adjetivos qualifica favoravelmente qualquer ação oficial. Aliás, nada mais oficial do que publicar todas as notas redigidas diretamente do Planalto. "O governo precisava agir e estava fazendo sempre tudo para resolver cada caso de maneira satisfatória". Enfim, o JP representa a postura do governo brasileiro sempre a legitimando.

Quanto aos autores / atores da ação, estes não tiveram trégua no JP. A alternância dos termos "seqüestradores", "raptores" e "elementos", de início, converge para o emprego constante e marcado do termo "terroristas" para qualificar ou desqualificar os seqüestros. Ao definir os seqüestradores como terroristas, o JP elimina qualquer possibilidade de enquadramento favorável ao ato. Para desqualificar a ação, o jornal desqualifica os autores. Apesar de se tratar de crime político, havendo nesses quatro casos a libertação dos diplomatas com saúde, o discurso do JP representa negativamente cada passo dado pelos seqüestradores. Não há qualquer menção positiva. A humanização das vítimas se contrasta com o desejo de banimento dos seqüestradores. Enfim, a luta armada ganhou as manchetes, diariamente. Fotos, títulos, legendas, textos de agência e matérias da redação. O JP acompanhou cada negociação, cada libertação. E depois de quatro seqüestros e cento e trinta militantes libertos em troca dos diplomatas, as representações nas páginas do JP se evidenciam com nitidez: o governo trabalhou, para livrar homens honestos e honrados, das mãos de terroristas.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

2.6. Motivos para festa?

Dez anos já haviam se passado desde a "Revolução". Muito já se sabia. Sabiam, por exemplo, que os militares andavam governando por decretos e atos inconstitucionais. Sabiam, mesmo que de ouvir falar, das torturas e abusos cometidos nos porões país afora. Em 1974, mais uma vez sabiam que um civil não venceria as eleições indiretas. Ouviam os primeiros ecos de abertura política, mas sabiam apenas que seria lenta e gradual. Em Piracicaba daquele ano, incrivelmente já eram governados pelo MDB, por um prefeito jovem e, mesmo com todos os erros, era a oposição dando sinais de reação.

Mais o que andava permeando o imaginário da classe média nacional era o tal de "milagre econômico". A política implantada pelo ministro Delfim Netto estimulava o consumo e causava a sensação de melhora do poder aquisitivo. De fato melhoraram, mas não sabiam que o milagre não seria eterno e teria um efeito de balão de gás. Quando estourou, vieram a inflação, o descontrole na dívida externa...

Mesmo assim, por conta do "milagre", ou mesmo por conta de apoiar sem restrições o governo revolucionário, em abril de 1974 o JP "comemorou" os dez anos da Revolução. Trouxe um histórico sobre março de 64, fotos da Marcha da Família, ocorrida na Praça José Bonifácio, em Piracicaba e, sobretudo, abriu suas páginas para que o empresariado local também se congratula-se com o governo revolucionário.

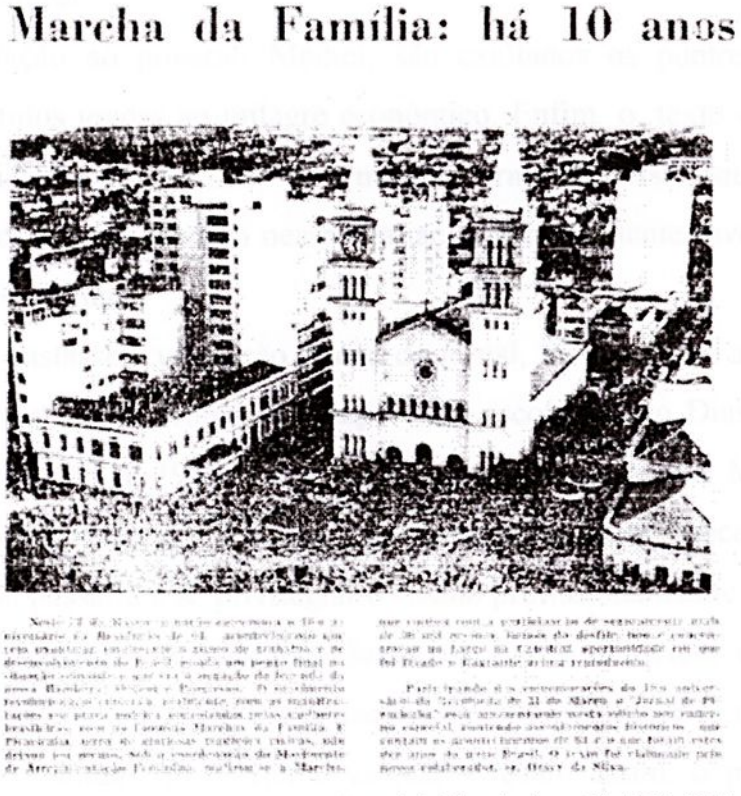
O caminho trilhado pela abordagem do JP nesse aniversário de uma década de regime militar é curioso. Fica complicado interpretar ou desvendar quais os propósitos que levaram o JP a exibir um enquadramento nitidamente festivo diante de um cenário não tão propício a festividades ou "regozijos", termo muito empregado pelo discurso do JP na época.

O fato é que o JP eterniza o momento que representa o triunfo dos "revolucionários". É um *happy end*, um cenário que guarda uma glória do passado, o instante da vitória, lembrado e referenciado com honras de fato histórico. É a história da Revolução acontecendo e o discurso jornalístico

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

trabalhando para que seu receptor se identifique com essa história que ainda caminha. Os generais ainda estão no comando e já são merecedores de lembranças. É o discurso midiático em prol da construção de personagens heróicos. É um fato heróico, traduzido em Piracicaba, na época, pela edição da Marcha da Família. Dez anos depois, o JP conta a história, lembrando que os piracicabanos participaram, ou como queiram, atuaram no enredo revolucionário.

A chamada de capa da edição de 31 de março trouxe uma foto panorâmica na qual milhares de pessoas preenchem a praça José Bonifácio, no centro da cidade, quando da versão local da Marcha da Família. Acompanhando esta foto, o JP lembra que a Revolução de 64 colocou um "ponto final na situação reinante que era a negação da legenda da nossa bandeira: Ordem e Progresso". Nitidamente, observamos aí um argumento característico do discurso patriótico. "Não podemos ser contra um símbolo nacional", quer dizer o JP.


Marcha da Família: há 10 anos

Jornal de Piracicaba – 31 / 03 / 1974.

No interior do primeiro caderno da edição de 31 de março, encontramos um histórico dos acontecimentos ocorridos em 64. O texto é permeado por fotos dos quatro generais presidentes. O discurso volta a legitimar o regime militar desde a sua origem. Pelo texto, somos colocados no túnel do tempo para lembrar que havia naquela época uma realidade subversiva que ia de encontro à democracia. Vale ressaltar, entretanto, que o texto do JP lembra que houveram cassações e prisões por todo país. No entanto, toda a agitação política a partir dali foi justificada com o argumento da necessidade de colocar ordem na nação.

Quando descreve algumas linhas sobre os governos militares, o redator da matéria lembra que os governos de Castelo Branco e Costa e Silva serviram para "limparem a área". Além disso, o JP não esquece de mencionar que Hugo de Almeida Leme, então diretor da ESALQ (Escola Superior Agricultura Luiz de Queiroz) ocupou a Pasta da Agricultura no governo Castelo Branco. Segundo o JP, "Hugo Leme imprimiu nova dinâmica na agricultura, tecnificando-a, fazendo expandir a pesquisa".

Em relação ao governo Médici, são exaltados os pontos positivos da economia, obtidos graças ao milagre econômico. Enfim, o. texto do JP não traz qualquer críticas aos militares. Até mesmo Ernesto Geisel, que acabara de assumir presidência é colocado nessa avaliação extremamente favorável dos dez anos de regime militar.

Se não bastasse a validação oficial do jornal, foi publicado ainda no dia 31 de março um artigo do professor e supervisor escolar Paulo Dias Neme, sob o título "A Revolução de 1964". O artigo é, no mínimo, ufanista. Mais espantoso ainda se tratando de um educador. A educação naquela época sofria várias reformas, onde passaria a se privilegiar o ensino profissionalizante em detrimento das ciências humanas. A educação brasileira inicia um ciclo de valorização técnica, ao mesmo tempo que as disciplinas do saber, como a filosofia e a sociologia são banidas do currículo escolar. Mesmo assim, o professor Paulo Dias não economiza elogios ao "governo revolucionário". Trechos do artigo dizem mais do que qualquer interpretação e são suficientes para que nos embriaguemos com tamanho ufanismo:

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"a maior glória da Revolução de 1964 está na sucessão abençoada de seus chefes governamentais. Como militares e políticos, nossos dirigentes revolucionários foram excelentes estadistas. Nós, educadores responsáveis que somos pela educação do povo brasileiro, sabemos que o período pós-revolucionário que estamos vivendo, tem sido o mais produtivo, fecundo e mais brilhante de toda a história do Brasil. Foi o triunfo de nossas instituições sociais, o triunfo majestoso da Democracia, o triunfou glorioso do povo brasileiro e de sua plena soberania (...) o poder aquisitivo do povo aumentou, sua vida melhorou no consenso geral da Nação, porque as leis sábias brasileiras e a legislação trabalhista nacional têm protegido e melhorado, constantemente, a situação de todos os trabalhadores do Brasil (...) por razões fundamentadas e através de nossos estudos e das estatísticas, podemos, sem sombra de dúvidas, chamar o período pós revolucionário de Áureo, tal a grandiosidade dos acontecimentos realizados nesta época e a pujança indômita de nossos esclarecidos governantes. Diante das considerações supra citadas, fácil é concluímos que o povo brasileiro está usufruindo dos benefícios, todas as vantagens necessárias à sua sobrevivência digna e o direito iniludível de viver dentro da liberdade".[135]

Os dez anos da revolução foram festejados na edição do dia 31 de março de 74 através de inúmeros anúncios de empresas e comércios locais, que vieram parabenizar os "dez anos de progresso que o governo revolucionário havia proporcionado". São anúncios publicitários que variam do pequeno comércio às grandes transportadoras e metalúrgicas locais.

É o mesmo empresariado que de certa forma apoiara a Marcha da Família dez anos antes e que agora ressurge para agradecer as "benesses" recebidas. O tom das mensagens incluída nestes anúncios exaltava a luta para construir um Brasil gigante. Enfim, saudações ao governo revolucionário, "ao trabalho, à paz e à segurança por ele proporcionado". A seguir, apenas alguns destes anúncios, ilustrando o que acabamos de dizer:

---

[135] NEME, Paulo Dias. **A Revolução de 1964**. Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 31 mar. 1974. 4.cad. p. 2

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

CONGER

METALURGICA CONGER S. A.

Construções industriais em geral

•

Aparelhos para Usinas de Açucar, Destilarias.

•

Industria Química

•

CALDEIRARIA EM INOX, COBRE, FERRO E ALUMINIO

Sauda o Governo Revolucionário pelos 10 anos de árduo trabalho, oferecendo ao Brasil condições de Paz e Segurança para o Progresso e Desenvolvimento.

Escritório e Fábrica
Rua Fernando Lopes, 1767 — Fone PBX 3-2211 — Cx. 225
PIRACICABA — S. P.

S. L. Alves S. A.

Indústria e Comércio

Saúda o Governo da Republica pelos 10 anos de paz e patriótico trabalho, que produziram o "milagre brasileiro"

Paz e Desenvolvimento

31 Março 64 — 31 Março 74

31 de Março 1964

Uma nova era de progresso e estabilidade social se instala no Brasil.

10 anos de desenvolvimento consagraram a obra do governo revolucionario

Saudações patrioticas do

Instituto Cultural Italo-Brasileiro

31-Março-1964 — 31-Março-1974

Nestes 10 anos de Governo da Revolução o Brasil atingiu a meta de maoir produtor de açúcar de cana do mundo.

Nós também estamos integrados nessa luta de construir o Brasil, com Trabalho para o Desenvolvimento.

Usina Costa Pinto S. A. — AÇÚCAR E ÁLCOOL

O açúcar piracicabano que adoça o mundo

Enfim, quando a "revolução" completou 10 anos, ainda estávamos sob censura prévia. Era o final do governo Médici, o período apontado por estudiosos como mais truculento e repressor dos 21 anos de regime militar. O que poderíamos exigir de um jornal do interior diante de tamanha incerteza e tensão. Como o JP poderia se colocar frente ao sufocamento que ainda pairava nas redações? Podemos supor, a partir de declarações de Antonietta Rosalina, (filha do então proprietária do JP, Antonio Losso Neto), que afirma que o JP nunca sofreu censura, que o jornal praticou autocensura. Aliás, uma artifício de sabida e eficiência quando se procurava apenas sobreviver.

Mais 10 anos haviam se passado e muito já se sabia sobre as torturas, a repressão e da falta que fazia a democracia. Então, não há como dizer que o JP trata os dez anos do regime militar apenas com a autocensura. Publicando saudações empresariais, notas sobre solenidades do 31 de março e, acima de tudo, abrir espaço para um texto como o do professor Paulo Dias é dar margens a interpretações nada favoráveis à sua postura.

A abordagem do JP fica marcada pela legitimação visivelmente próspera em relação aos feitos militares. O clima de final feliz empregado quando do golpe em 64 é relembrado com entusiasmo. O cenário é repleto de positividade e os generais são revestidos de uma aura estadista da qual não podemos discordar. Os efeitos do milagre econômico ainda contribuem para essa catarse de que estamos no rumo certo.

Ao pregar argumentos nacionalistas e patrióticos, o discurso do JP nada mais é do que a extensão do discurso oficial. O discurso é parcial. Não há questionamentos Não existe nada de negativo. Até o excesso de cassações são justificáveis. Portanto, os dez anos da revolução são tratados apenas como dignos de festejos. A falta de quaisquer críticas nas páginas do JP não nos deixam outra opção de análise.

unesp

Capítulo 3

A construção de um novo cenário

3.1. Salão de Humor: o riso nas páginas do JP

Já se passava uma década desde 1964. O país estava sob o comando de seu quarto general presidente. Ernesto Geisel anunciara a abertura lenta e gradual. Contudo, o imaginário da sociedade não conseguia ainda ser preenchido por novos rumos políticos e econômicos. O "milagre econômico" já não despertava a mesma euforia. A censura à imprensa continuava ditando as regras e parâmetros para se publicar uma nota que fosse. E mesmo diante das incertezas, parte da mídia brasileira abria espaço para as festividades dos "dez anos da revolução". Este foi o caso do Jornal de Piracicaba, que "rejubilou-se" com as comemorações de uma década do regime. Em contrapartida, deste cenário tenso aflorava o sentimento de indignação. A oposição, sob qualquer legenda ou tema que pudesse se respaldar, havia sido sufocada sob várias formas pelo sistema nacional de informações, que comportava em sua larga estrutura os temidos órgãos de segurança.

Mais o que poderia então mudar esse quadro e fazer submergir novamente as vozes da contestação? Alguns defendem a idéia de desgaste do próprio regime, resultado do anúncio de sucessivas crises econômicas. Outros estudiosos levantam o argumento do descrédito político em que os comandantes do país se encontravam diante do "biônico" sistema eleitoral e partidário. O fato é que dez anos de regime militar, sustentados na arbitrariedade e no autoritarismo, aliado o prenúncio da abertura política, fizeram explodir os movimentos sociais. Originados nas instituições que de alguma forma buscavam vias de expressão para as quais pudesse anunciar seu discurso de oposição, os movimentos sociais mostraram numa seqüência de manifestações de cunho artístico, político e comunitário.

Como já observamos em outro capítulo, em termos de cultura, Piracicaba viu surgir neste cenário de dúvidas o Salão de Humor. Desde sua primeira edição, o evento explicita sua linguagem contestadora que, segundo organizadores e admiradores do evento, se dá com uma marca de movimento social. Ele não se mostrou popular, mas se apresentou como forma de expressão

unesp

de uma classe, os cartunistas. Dentro de uma cidade tida por muitos como conservadora, o Salão esculacha os generais de plantão e é prestigiado não somente pelos "homens de cultura" da cidade, mas também por autoridades políticas, acadêmicas e representantes religiosos e empresariais.

Surpreendentemente, o Jornal de Piracicaba, que se mostrava até então conservador como "sua cidade", adesista por festejar o aniversário do regime, abre espaço para o riso deste mesmo sistema político que há dez anos suas páginas representavam de forma positiva aos seus leitores. O "apoio" ao Salão de Humor nas páginas do JP ocorre de forma gradual.

Agosto de 1974. A abordagem tímida do JP em relação ao primeiro Salão de Humor pode ser "justificada" por dois motivos. Primeiro, o evento não é alardeado na cidade com ostensiva campanha publicitária. O salão é aberto na noite do dia 28, depois da correria dos seus organizadores em preparar o local pendurando cartões e caricaturas. Segundo, mesmo não sendo um produto do jornal "O Diário", o Salão de Humor tem na sua primeira comissão[136] organizadora e no conjunto de pessoas que o idealizaram, vários representantes do principal concorrente do JP. Na edição do dia 29 de agosto, o colunista Maurício Cardoso traz nas suas "Mini Notas" o único registro da primeira mostra nas páginas do JP:

> *"a Marisa do "O Diário", colocou um "eta nois" pela promoção do I Salão de Humor. E nós também elogiamos tal empreendimento que vem valorizar ainda mais a cultura piracicabana. Estivemos na inauguração e o povão também estava lá. Formidável. Parabéns Prof. Alceu M. Righetto e Adolfinho pela promoção. Eram 19h55min e o Adolfinho ainda estava colocando quadros em seus painéis para que a inauguração do I Salão de Humor fosse realizada às 20:00h. Não às 20, mas aconteceu com todo vigor às 20h35min"*[137].

O registro é breve, mas agradável. As primeiras impressões e ou representações são favoráveis. Acima das críticas ao regime político vigente, Mauricio Cardoso ressalta um "evento cultural de valor" que aconteceu com todo

---

[136] A primeira comissão organizadora tinha nomes como Adolpho Queiroz, Alceu Marozi Righetto e Carlos Colonese, todos ligados ao jornal O Diário.

[137] CARDOSO, Maurício. **Mini Notas**. Jornal de Piracicaba. Piracicaba, 1.cad. p. 4.

"vigor". Apesar da certa limitação de espaço nos registros da primeira mostra de humor, o JP já dava sinais de simpatia ao evento. E de fato esta aceitação se confirmaria nos anos seguintes. Observamos a abordagem do Jornal de Piracicaba até a quinta edição do Salão de Humor, em 1978. Selecionamos as matérias, fotos, títulos e legendas que fizeram referência ao salão mesmo antes de cada abertura.

O Salão de Humor sempre acontece no final de agosto e já na sua segunda edição ele ganhou destaque na primeira página do JP. Respectivamente, as manchetes do dia 23 e 24 de agosto de 1975 davam conta da abertura do salão e, nitidamente, o jornal já abordava positivamente sua projeção nacional e internacional:



LOBO NETTO
Diretor
EUGENIO L. ROSSO
Gerente (1930-1974)

JORNAL DE PIRACICABA

JOSÉ ROBARIO LOBO NETTO
Diretor Administrativo

Número avulso: Cr$ 1,00 — ANO 74 — SÁBADO, 23 DE AGOSTO DE 1975 — N.o 21665 — Domingo: Cr$ 2,50

Piracicaba, centro nacional de humor



DOMINGO, 24 DE AGOSTO DE 1975 — N.o 21

Aberto
Salão de Humor
com presença
internacional

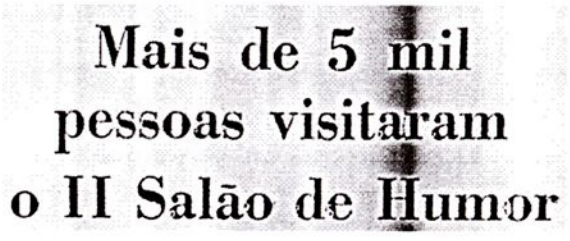
Na edição do dia 24 de agosto, o JP também publica na capa duas fotos. Uma, da comissão organizadora selecionando os trabalhos premiados e outra da fachada do prédio onde ocorrera o evento. A legenda destas fotos traz uma forte marca da aceitação e da repercussão da mostra. É um convite ao evento:

"povo compareceu em massa na abertura do salão de humor"[138].

Na primeira página da edição do dia 26 de agosto, mais um título fazia do Salão algo positivo, ressaltando o prestígio popular:

---

[138] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 24 ago. 1975. 1.cad. p. 4.


Mais de 5 mil
pessoas visitaram
o II Salão de Humor

Enfim, o Jornal de Piracicaba levava ao seu leitor uma mensagem acolhedora, convidativa. Destacava nos seus textos o prestígio das autoridades, a presença da mídia nacional e fazia questão de ressaltar que o evento se tornara "*um acontecimento que se reveste de importância internacional*". Não fazia qualquer restrição aos trabalhos selecionados, mesmo que, entre os premiados, houvesse cartuns criticando a censura e a falta de liberdade de expressão. O JP não só citava como publicava os cartuns.

Em 1976, o Jornal de Piracicaba completava ainda mais sua abordagem em relação ao Salão de Humor. Antes mesmo da abertura, trazia em suas páginas toda a preparação, a programação, os dados da seleção e de premiação do evento. Tudo era motivo para notícia, sempre com um tom afirmativo. Na manchete do dia 22 de agosto, o JP mais uma vez ressalta a relevância que o evento adquiria:



Nenhum detalhe era deixado de lado. A cobertura era caracterizada por lembrar a presença de editores famosos de revistas internacionais, de famosos cartunistas e, além disso, o jornal abriu espaço para as discussões sobre a profissionalização do cartum e das histórias em quadrinho. A importância que o Salão de Humor conquista dentro do cenário local se transporta nas páginas do Jornal de Piracicaba. Manchete do dia 26 de agosto de 1976:



PIRACICABA

Piracicaba terá
Secretaria Permanente
de Humor

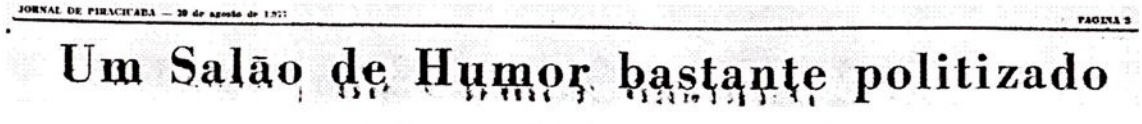
Agosto de 1977. A abertura política, gradualmente se tornava realidade no cenário nacional. A efetivação do Salão de Humor traria também a discussão sobre a politização da linguagem empregada nos trabalhos. A ressonância dessa discussão aparece na manchete do dia 21 de agosto de 1977:



JORNAL DE PIRACICABA

O enfoque muito sério de nosso humor

A edição do dia 30 de agosto, quando o evento chegava no final, trazia um título incontestável :



JORNAL DE PIRACICABA — 30 de agosto de 1977 PAGINA 5

Um Salão de Humor bastante politizado

Acompanhando este título, o JP detalha as mensagens provenientes da mostra, descrevendo um dos trabalhos premiados:

> *"o cartunista Henfil, no intervalo da premiação comentou que "o nível deste salão é bom, com os desenhistas apresentando alto índice de politização, o que demonstra que eles também já não agüentam mais". (...) assim como o trabalho do júri de seleção, os membros do júri de premiação somente deram prêmios aos cartuns que comunicassem humor, e bom número dos desenhos premiados enfocam problemas políticos, como é o caso do desenho de Marcos Coelho Benjamim, que recebeu maior número de votos, que mostra um dos três macacos da conhecida figura (um com os olhos tapados, um outro com os ouvidos tapados e outro com a boca tapada) sendo retirado por dois homens, pois estava em pose de discurso"*[139].

[139] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 30 ago. 1977. 1.cad. p. 3.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17



charge de Marcos Coelho Benjamim, premiada no Salão de Humor de 1977.

Em 1978, o JP traz uma retrospectiva dos cinco anos de Salão de Humor. O discurso é favorável sob todos os aspectos. Numa página inteira, na edição do dia 21 de agosto, o JP publica os cartazes das edições anteriores e dois textos que marcam as festividades e as comemorações de um evento cultural que se efetivava na cena local. A matéria com o título "Quatro salões e uma longa história para contar" resumia os principais aspectos referentes ao evento e lembrava sua origem. Sem economizar nos detalhes e nos elogios, o JP ressalta a postura contestadora, tida como o grande trunfo da exibição de humor:

> *"uma mostra de humor gráfico que deixou Piracicaba conhecida na Europa e no continente americano, nasceu tímida a quatro ou cinco anos na cabeça de alguns jornalistas de "O Diário", tidos como contestadores que queriam provar ser capazes de fazer algo pela cultura e que desse certo. Foi entre um cafezinho e outro, tomado no antigo "Bule", que Carlos Colonese, Roberto Antonio Cera, João Maffeis, Alceu Righetto e Adolpho Queiroz foram dando formas a sugestão e traçando linhas de ação (...) o grande trunfo do Salão era e tem sido rebaixar a censura à inexistência. Desde a primeira exposição nunca houve censura sobre os trabalhos, tanto é que em 74 foram mostrados exatamente os cartuns vetados do Pasquim (...) as mensagens de todas as mostras são de crítica política pela censura, falta de liberdade de expressão, ditadura, violência contra a natureza e contra o homem, poluição, injustiça, pobreza, voto indireto, opressão, fome, influência negativa da televisão, sexo, medicina comercial e outros assuntos tratados com ironia, sutileza e inteligência"*[140].

[140] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 21 ago. 1978. 2.cad. p. 1.

Além de destacar toda a temática e adjetivar as técnicas discursivas, tidas como segredo do sucesso do Salão de Humor, o Jornal de Piracicaba também abre espaço para mais um fato que marcaria as festividades dos cinco anos do evento. Naquele ano, fora lançado um selo comemorativo ao Salão de Humor. O acontecimento também virou manchete no JP do dia 20 de agosto :

V Salão de Humor:
Na agência do Correio
o lançamento de carimbo

O Clube Filatélico e Numismático de Piracicaba estará lançando às 10.30 horas de hoje, na sagüão da agência local da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o carimbo comemorativo do V Salão Internacional de Humor.

Segundo informações colhidas, o carimbo terá como desenho o logotipo do Salão do Humor piracicabano, devendo ser utilizado em toda correspondência local no período de 19 a 25 de agosto.

O acontecimento deverá ser prestigiado por autoridades desta cidade e imprensa, além de associados do Clube Filatélico e Numismático de Piracicaba.



Um carimbo comemorativo para o Salão do Humor

Enfim, o JP seguia com sua abordagem a mais completa possível. Publicava fotos da abertura, informações e dados sobre o evento, as novidades, os trabalhos premiados e as discussões giravam em torno da mostra.

Mais diante de um evento que surgira com um discurso abertamente opositor ao regime político e, sobretudo, nascera do vontade de intelectuais que trabalhavam num veículo de imprensa concorrente ao seu, nos resta questionarmos ou levantar os argumentos que possam justificar tamanha aceitação por parte do Jornal de Piracicaba.

Fica claro que a censura, naqueles anos, se tornara um fator menos amedrontador. Além disso, lembramos das palavras da proprietária do JP, Antonietta Rosalina da Cunha Losso Pedroso afirmando que o jornal não sofreu nenhuma censura, o que nos faz supor uma ausência de qualquer temeridade em divulgar o evento. Levantamos ainda a hipótese deste tipo de evento ter

acontecido numa cidade do interior, ou seja, num local tido como conservador pelos próprios moradores e por isso menos visado pelos órgãos de segurança. Se nem mesmo o então prefeito Adilson Maluf se dera conta na época do que poderia representar aquelas charges contestadoras, porque o JP não iria cobrir o evento?

Acima do seu discurso de oposição, que poderia resultar em problemas de censura e repressão, o Salão de Humor representava para Piracicaba uma novidade. Surgia com um caráter positivo, significando algo de surpreendente num setor que naquela época não contava com grandes manifestações. Enfim, nascia longe de qualquer suspeita. E por isso resolvemos então aceitar a sugestão do jornalista Adolpho Queiroz, que nos relatou as origens do evento, já que fazia parte daquela equipe de intelectuais de "O Diário". Em paralelo às suas palavras, considerando que o JP explicita um discurso "em defesa da cidade", então a representação positiva na abordagem do Salão de Humor desde o seu início se explica. Aceitando a fala de Adolfo Queiroz, buscamos uma resposta possível para a postura do JP:

> *"O Jornal tem uma posição de entendimento sobre Piracicaba que eu não sei se outros grupos têm. Eles colocam Piracicaba em primeiro lugar, acima... quer dizer, se vem uma estrada e é bom para Piracicaba, se for o Machado ou o Antonio Carlos Magalhães que trouxer esta estrada, não interessa. Se o dinheiro vem para a Santa Casa e é do governo federal do PSDB, ou do governo municipal, do PT... Não é um jornal de reflexão. É um jornal de notícias. O jornal se presta a ser um jornal que noticia as coisas da cidade".*[141]

[141] Entrevista de Adolpho Queiroz, concedida exclusivamente para esta pesquisa – 3 de maio de 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

3.2. Anistia sem destaque

A anistia foi colocada como tema preponderante no rol de assuntos a serem observados, nos quais destacaríamos as representações embutidas no discurso jornalístico. A opção por temas como a anistia foi feita previamente, antes mesmo do contato com o material que teríamos à disposição.

Quando partimos efetivamente para análise, o que podemos observar é que o Jornal de Piracicaba aborda o assunto com extrema formalidade. Não estende as discussões, opiniões e muito menos se coloca declaradamente contra ou a favor a promulgação da anistia. Por isso, em relação especificamente a este assunto, não há muito o que ressaltar além de dizer que a marca maior da abordagem do veículo em relação ao tema "Anistia" é a da isenção. Títulos sem qualquer inferência e poucas matérias que trouxessem o assunto durante todo o mês de agosto de 1979. Durante o período em que analisamos o jornal, jamais a anistia foi destaque de capa e nem mesmo merecedora de entrevistas, artigos de opinião e editoriais.

Mas isto não significou que no limiar da década de 80 o Jornal de Piracicaba apresentasse um discurso afinado com a retórica militar. A crise econômica vivida desde o final do milagre econômico, ainda em meados da década de setenta, produzia efeitos irreversíveis na imagem da equipe de governo, influindo para aumentar ainda mais o desgaste do regime. Em outras palavras, já não havia alternativas para a sustentação de um governo que não conseguira consolidar bons índices econômicos e que mais de uma década depois de ter tomado o poder só fazia transbordar casos de repressão, tortura e abusos de poder traduzidos numa sucessão de decretos e atos que só vinham sufocar a sociedade social, econômica e politicamente. Desta forma, se a anistia não despertou uma abordagem mais calorosa, este cenário de abertura política, no qual eram expostas as feridas de um governo já sem popularidade, foi traduzido diariamente nas páginas do JP. Se a Anistia foi abordada com certa timidez pelo Jornal de Piracicaba, as edições nas quais buscamos esta temática pudemos observar a preponderância de matérias referentes a estas "pendências" do regime.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Dentre vários assuntos abordados pelo JP, estavam os movimentos grevistas, que aconteciam principalmente no ABC paulista, a troca do ministro da fazenda Mário Henrique Simonsen pelo "ministro do milagre", Delfim Netto e casos de tortura dentro dos porões dos órgãos de segurança. Todos estes temas receberam forte com significativa carga de negatividade. O clima já era de abertura plena e o jornal abre espaço para criticar não só o desempenho da equipe econômica, mas emprega um discurso que responsabiliza o governo de 64 por toda a dificuldade vivida no final da década de 70.

Em editorial publicado no dia 11 de agosto de 1979, o JP chega a ironizar a visita do então presidente general João Figueiredo a São Paulo logo no título:

EDITORIAL

Presidente viu o óbvio em São Paulo

No texto, que tratava da alta do custo de vida, o editorialista alfineta as intenções do general e afirma que sua conclusão não traz nada de novo:

> *"a visita que o presidente Figueiredo realizou "de surpresa" a São Paulo expressa sua preocupação pelo alarmante aumento do custo de vida, trazendo ansiedade e alarme no principal foco social do país. Não se pode supor que seu intento seria melhorar sua imagem perante o povo, por que seu perfil não é desse molde (...) assim, Figueiredo chegou a enxergar o óbvio em sua viagem de surpresa: concluiu que na raiz do problema da inflação está o aumento da produtividade, que deve ser complementada por uma série de providências de comercialização dos produtos, com atenta vigilância do governo"*[142].

Numa matéria da Agência Estado, publicada no dia 12 de agosto, o tema foi a demissão do então ministro do planejamento Mário Henrique Simonsen. No corpo do texto, a representação negativa do modelo econômico. Não bastava apenas trocar de ministro:

---

[142] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 11 ago. 1979, 1.cad. p. 2.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"As manifestações por todo o país em conseqüência da exoneração do ministro Mário Henrique Simonsen, da pasta do Planejamento, se traduziram mais em críticas ao modelo econômico adotado pelo país desde 1964 e na necessidade de ser substituído do que a pessoa e ao trabalho do ministro"[143].

Ainda na edição do dia 12 de agosto, é publicada a coluna "Dito e Feito", de Fernando Sabino. O colunista aborda com criticidade os casos de tortura que vinham sendo relatados:

"De vez em quando sou levado a tocar nesta seção em certos assuntos que escapam ao seu espírito, em geral voltado para fatos pitorescos ou amenos da vida cotidiana. Um, entre eles, é particularmente chocante, pela revolta que provoca, e só volto abordá-lo por um imperativo de minha consciência de escritor ou mesmo de simples ser humano. Refiro-me à tortura, que tem vindo a público de maneira crescente, através de depoimentos das suas vítimas. Ninguém mais duvida que a tortura foi sistematicamente usada pelas forças de repressão e, se não legitimada, pelo menos tolerada pelas autoridades superiores, sobre o velho pretexto de que os fins justificam os meios. A opinião pública, diante de tantos casos de horror que vem sendo revelados, corre o mesmo risco de atingir aquele grau de saturação no seu sentimento de repulsa, a partir do qual a apatia bloqueia a consciência, como defesa contra a monstruosidade que lhe repugna admitir"[144].

Além disso, Sabino não perde a oportunidade de comentar, com agudo sarcasmo, alguns fatos cotidianos envolvendo os generais:

"Impressão, como simples brasileiro, ao ver nos jornais as fotos de Geisel, Figueiredo e companhia às gargalhadas por ocasião do aniversário do primeiro: -esta a gente está rindo é de mim. Enquanto isso, continuam distribuindo o retrato oficial do presidente para ser dependurado nas repartições públicas. E o outro, o do presidente anterior, que é que se faz com ele?"[145].

---

[143] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 12 ago. 1979. 1.cad. p. 2.
[144] SABINO, Fernando. **Dito e feito**. Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 12 ago. 1979, 1.cad. p. 3.
[145] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Dentro do material que selecionamos para esta análise, no que se refere às discussões que envolveram o projeto da anistia, o JP publicou no dia 22 de agosto uma matéria, também da agência estado, quem informava protestos ocorridos em Salvador. O título da matéria era desfavorável ao governo:

Violenta repressão da PM em Salvador

O texto dava conta das manifestações do comitê brasileiro pela anistia na capital baiana. Vale lembrar que este comitê era contra o projeto que estava em discussão no planalto. Queriam uma anistia na qual fossem isentos da pena todos aqueles que praticaram crimes políticos durante os anos do regime. A matéria da conta de informar a brutalidade da polícia militar contra os manifestantes, citando o caso de um fotógrafo espancado por mais de 20 soldados. Agora emergiam detalhes usados para criticavam a repressão:

> *"Além dos manifestantes, estudantes, jornalistas e até populares sofreram as mais variadas agressões físicas, numa operação que mobilizou cerca de 250 soldados da PM para dispersar a manifestação (...) 'Foi a agressão mais brutal que já presenciei, principalmente por ser tão covarde. Eram mais de vinte homens, armados até os dentes contra apenas um', desabafou o funcionário público Frudilio Alves da Silva.'Pode descer o cacete, à exceção dos jornalistas e daquele cara de paletó azul', bradou um dos oficiais.'Mas o governador faltou com a sua palavra - frisou Leoneli- e eu o responsabilizo pela violência ocorrida aqui, onde poderia ter acontecido até uma chacina"*[146] .

Pela abordagem do Jornal de Piracicaba, os registros são poucos, mas significativos. O fato é que a imagem do governo já não se traduzia em nenhuma popularidade e ou confiança nas páginas do jornal. Sob todos os aspectos, a abordagem do JP representava o governo de forma desgastada, publicando sucessivas e ininterruptas críticas tanto ao sistema político e principalmente no que se referia à economia do país.

Em 28 de agosto de 1979, uma semana depois dos protestos em Salvador, o projeto da anistia foi aprovado.

[146] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 22 ago. 1979, 1.cad. p. 10.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

3.3. O Jornal de Piracicaba sobe no palanque das Diretas

Em 1982, a luta pelo retorno à democracia caminha um pouco mais. Nos principais estados brasileiros, a oposição vencia as eleições diretas para governador e barrava as manobras militares que mantinham o sistema eleitoral biônico. No entanto, a economia nacional apresentava à sociedade o resultado de planos "milagrosos" e metas não cumpridas deixadas pelos governos militares. A dívida externa era cada vez mais impossível de se pagar. Aparecia, assim, o saldo do "milagre econômico" cantado em verso e prosa no início da década de setenta:

> *"Durante o ano de 1984, mesmo destinando US$ 12 bilhões para o pagamento de juros e sem receber quaisquer investimentos novos, o país viu sua dívida externa aumentar de US$ 81 bilhões, no final de 83, para US$ 91 bilhões no fim do ano seguinte - permanecendo portanto com a corda no pescoço. Em menos de cinco anos os planos de construir uma potência econômica desembocaram no oposto: um país em crise, precisando se reorganizar sem nenhuma fonte de financiamento".*[147]

Além da dívida externa, a inflação se tornava o fantasma da economia nacional. Ano a ano, ela disparava e só fazia aumentar a rejeição em relação aos militares. A equipe econômica não conseguia reverter o quadro de tensão avistado quando a Revolução já completava duas décadas. Em 1980, a inflação ultrapassou a marca dos 100% anuais e em 1983 já chegava a 211%. Como conseqüência da política econômica ineficaz, a concentração de renda derrubava os índices sociais. Em 1983, 80% da população participava de 35% da renda nacional, enquanto que apenas 5% ficavam com 34% das riquezas.

Diante da situação insustentável, as vozes da oposição não podiam ser caladas. O desgaste político e econômico resultava num único desejo: eleições diretas para presidente da República. Para isso, a imprensa era o elemento que se apresentava como a grande caixa de ressonância do país. Agora, com o fim da censura, restava a imprensa chamar o povo às ruas para apressar a volta da

---

[147] CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. CD-ROM.

unesp

democracia. O país entrava no ano de 1984 entoando uma única voz: "Diretas Já!".

O deputado Dante de Oliveira, do PMDB do Estado do Mato Grosso, propunha ao Congresso Nacional a votação da emenda que previa o retorno de eleições diretas para presidente da República. O PMDB e o Partido dos Trabalhadores (PT) se encarregaram de promover uma campanha incisiva na luta por eleições diretas. Livre do fantasma da censura, ou seja, com o fim do período de arbítrio, a imprensa escancarou suas páginas para apoiar um passo decisivo na redemocratização. Era a melhor oportunidade: os militares cediam terreno, os políticos já não sofriam com as cassações, a imprensa sentia novamente o prazer do livre pensar e, acima de tudo, a massa de trabalhadores e as famílias sofrendo com os desmandos da economia estavam dispostas a contribuir.

Para grande parte da população, poder votar para presidente representava acabar com a onda de desemprego resultante de vinte anos de abusos de poder e sucessivos planos econômicos desastrosos. Representava também a garantia de uma escola melhor para seus filhos, onde fosse educado para pensar e não apenas para se formar como mão de obra barata numa escola sem cadeiras e com professores mal pagos. Enfim, representava o término de um ciclo que não necessitava repetir.

E lá foram os grandes veículos da imprensa nacional conclamar o povo. E lá foram, seguindo a linha, os jornais do interior do país chamando o "seu povo". Cada jornal, cada emissora de rádio e TV local tratava de construir o cenário no âmbito particular, em cada cidade, para que se fizesse o conjunto e a voz pelas diretas não perdesse a força.

Nesse contexto, os jornais do interior, não fugindo a regra o Jornal de Piracicaba (JP), atuam como um eficiente instrumento para dar respaldo na luta pela democracia. A importância dos jornais do interior, na tentativa de cativar o seu público acerca de uma causa, pode ser medida pelas palavras de Dirceu Fernandes Lopes:

> *"ao contrário do leitor da capital, que tem outros meios de informação sobre sua comunidade, o habitante do interior escolhe o próprio jornal da sociedade*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

para saber o que ocorre ao seu redor, no seu mundo. É no jornal local que o morador busca e encontra, numa linguagem acessível própria, aquilo que interessa para o seu dia-a-dia (...) isso leva o jornal do interior a ser a principal fonte de informação, transformando-o no melhor ponto de encontro (...) nada substitui a visão local. Há um processo natural de identificação do leitor com o jornal".[148]

Nos primeiros dias de janeiro de 1984, já se anunciavam grandes passeatas e manifestações a favor das diretas. O governador do Estado de São Paulo, Franco Montoro, liderava os preparos para comício do dia 25, que aconteceria na capital paulista. Em Piracicaba, o Jornal de Piracicaba publicava diariamente notícias registrando as expectativas pelo retorno à democracia.

A abordagem do JP acompanha a euforia trazida na esperança por eleições diretas. Para conquistar o leitor local, era preciso mostrar a ele o que acontecia pelo país. Aproveitando que o JP já utilizava matérias de agência, principalmente da Agência Estado (AE), a cobertura jornalística relatou amplamente o panorama político, apresentando, de certa forma, os dois lados em questão. Naqueles dias, os nomes de Leonel Brizola, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves e Franco Montoro passeavam nas páginas do JP. Tanto o PMDB (partido da oposição) como PDS (partido do governo) foram abordados.

Dessa maneira, a estratégia adotada pelo JP foi de, num primeiro momento, mostrar ao seu público leitor que havia pelo país um envolvimento em torno de uma campanha indiscutivelmente nacional em prol das eleições diretas para presidente. Matérias com a marca da Agência Estado (AE) vindas das principais capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Brasília) permearam o noticiário evidenciando a maciça adesão na luta pelas diretas.

---

[148] LOPES, Dirceu Fernandes. **Em busca de um perfil do jornal do interior de São Paulo (pesquisa)**. In. LOPES, Dirceu Fernandes, SOBRINHO, José Coelho, PROENÇA, José Luiz (orgs.).A evolução do jornalismo em São Paulo. 2ªed. São Paulo: EDICON: ECA/USP, 1998. pp. 103-118.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Lançada a Campanha Nacional em Defesa das Eleições Diretas

CURITIBA (AE) — "Acho que começamos triunfalmente. Essa é a maior manifestação pública no país depois da visita do Papa". Apesar de um certo exagero, a declaração do presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, representante da direção do PT, que conclamou o povo "tomar o Palácio do Planalto" e "expulsar de lá os que tomaram o poder sem passar por eleições diretas". Depois falou outra atriz, Ruth Escobar, que disse clama por eleições diretas, porque a constituição dispõe que todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido". E acrescentou: "a eleição direta é o grande processo de reorganização nacional. Tem [illegible]

Jornal de Piracicaba – 13 de janeiro de 1984.

Deflagrada a campanha gaúcha pelas eleições diretas

PORTO ALEGRE, (A.E.) — A campanha fim Netto", "FMI fora daqui", entre outras. do PMDB nacional pelo restabelecimento das Ao contrário dos dias de outras manifestações

Jornal de Piracicaba – 14 de janeiro de 1984.

JORNAL DE PIRACICABA

DIRETOR RESPONSÁVEL: LOSSO NETTO

Assinatura Anual — Cr$ 14.508,00 | ANO 84 | PIRACICABA, QUINTA-FEIRA, 26 DE JANEIRO DE 1984 | Nº 27.866 | Número Avulso: Cr$ 300,00

EM PROL DAS DIRETAS

Mais de 400 mil pessoas na Praça da Sé

Vestibular Metodista Unificado

Prova de Ciências I Matemática e Biologia

GABARITO:



Jornal de Piracicaba – 26 de janeiro de 1984.

JORNAL DE PIRACICABA

400 mil, debaixo de chuva, cantando as diretas que estão chegando



A FALA DE LULA E DE ORESTES QUÉRCIA

Jornal de Piracicaba – 26 de janeiro de 1984.

Durante praticamente todo o mês de janeiro de 1984, a primeira página do JP foi ocupada por manchetes que traziam a certeza de que a emenda Dante de

Oliveira seria aprovada. Era a melhor opção para legitimar a campanha no âmbito local e poder assim chamar a população da cidade para uma manifestação própria.

Então, passado os grandes comícios e declarações explícitas de apoio, nas maiores cidades do país, o Jornal de Piracicaba começa a publicar, no início de fevereiro de 1984, chamadas na primeira página para o ato público que aconteceria no final do mês, na praça central da cidade. O apelo popular é evidente. A campanha é legitimada pelo apoio de importantes políticos regionais e só restava ao grande público fazer do ato um sucesso.

07.01.84

Piracicaba se movimenta em prol das eleições diretas

Hoje, às 11 horas, no escritório do sr. Antonio Carlos Mendes Thame, estará acontecendo uma reunião onde se discutirá mais uma vez o problema das eleições diretas para presidente da República e o detalhe que deverá ser mais enfatizado será a emenda do deputado Dante de Oliveira, que propõe as diretas já, isto é para a próxima eleição do novo presidente da República.

Presente a esta reunião estará o deputado federal João Herrmann Neto, que há muito vem se empenhando para o sucesso da aprovação da emenda em prol das diretas e que também está fazendo campanha objetivando a presidência da Fundação Pedroso Horta, um dos órgãos de maior importância dentro do PMDB.

Sobre as diretas conversamos com o deputado Herrmann Neto, que no final da semana concedeu-nos uma entrevista, que estamos publicando hoje, na página 5 desta edição.



Herrmann Neto quando falava ao jornalista Geraldo Nunes, em seu chácara, no bairro da Pompéia.

Jornal de Piracicaba – 7 de janeiro de 1984.



JORNAL DE PIRACICABA

DIRETOR RESPONSÁVEL: LOSSO NETTO

ANO 84 | PIRACICABA, SÁBADO, 25 DE FEVEREIRO DE 1984 | Nº 27.914 | Número avulso: Cr$ 200

Piracicaba pede diretas com passeatas, comício e carnaval

A população foi mobilizada para comparecer na Praça José Bonifácio hoje à noite

Piracicaba marca hoje sua participação na luta pelas eleições diretas para a presidência da República com um comício que deverá reunir 10 mil pessoas na Praça José Bonifácio a partir das 20 horas. O comitê organizador na Praça José Praça José Bonifácio a partir das 20 horas O comitê organizador do comício trabalhou durante um mês na programação do ato, com a confecção de panfletos, adesivos, faixas, convites, telefonemas e muito contato pessoal. Entre os oradores de hoje à noite estão deputados, prefeitos, artistas e representantes de associações populares, estudantis e outros segmentos da comunidade. A grande festa com passeatas, comício e o esperado carnaval na rua do Porto. O comício será apresentado pelos radialistas Atinilo Josp e Xilmar Ulisses. (Todos os detalhes na pág. 4).

AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO

CALQ não concorda com a doação

Segundo o presidente do CALQ, Edmar Furquim Cabral de Vasconcellos, a diretoria da entidade não gostou e não concorda com a decisão tomada pela Congregação da ESALQ, em doar 388 mil m2 de terra da Escola, para a ampliação do Aeroporto de Piracicaba. E para impedir que o fato se concretize já iniciou um movimento na quinta-feira à noite, e, ontem, realizou uma reunião para uma tomada de posição. (Detalhes na página 3)

Jornal de Piracicaba – 25 de janeiro de 1984.

Junto com o comício, o ex-prefeito João Herrmann Neto (MDB) publicava um livro apoiando as diretas e contribuindo para convencer a população de que não havia uma alternativa melhor. E o Jornal abria espaço para Herrmann:

Herrmann Neto: "Tudo pelas diretas"

Jornal de Piracicaba – 18 de janeiro de 1984.

O comício pelas diretas em Piracicaba aconteceu no dia 25 de fevereiro de 1984. O noticiário do dia 26 do JP anuncia que as chuvas impediram que mais pessoas fossem à praça. Mesmo assim, muitas fotos e o anúncio de três mil pessoas garantiam uma abordagem que zelava pelo êxito do ato. A reportagem do jornal destacava o tom democrático da manifestação, que permitiu discursos de políticos, padres e principalmente a fala do presidente da associação dos favelados de Piracicaba.



JP PIRACICABA DOMINGO, 26 DE FEVEREIRO DE 198

Três mil pessoas na praça no comício pelas diretas

Três mil pessoas compareceram na noite de ontem na Praça José Bonifácio, em Piracicaba, para pedir eleições diretas para a Presidência da República, num ato em que eram esperados pelo Comitê Teotônio Vilela, que organizou a manifestação, pelo menos 10 mil pessoas.

Não houve incidentes durante o comício. E um dos fatos de destaque foi a posição do representante da igreja católica, padre Otto Danna que ao fazer uso da palavra devolveu-a ao presidente da Associação dos Favelados de Piracicaba, Luiz João de Souza, que momentos antes tinha sido interrompido pelo comitê organizador quando discursava.

"Democracia tem que começar pelo palanque-disse o padre — por este palanque onde o único representante do povo foi calado (referindo-se ao "Luizinho"), onde a burguesia teve o seu tempo para falar (falaram Orestes Quércia, Ruth Escobar e outros) por isto devolvo o meu tempo que resta ao presidente da Associação dos Favelados".

Representantes de vários segmentos da sociedade de partidos políticos e de comissões para a legalização de partidos clandestinos fizeram uso da palavra.

O presidente da Associação dos Favelados falou duas vezes e foi muito aplaudido.

E a palavra foi única: "diretas já para presidente da República". Entre as colocações mais aplaudidas estavam "fora Delfim", "fim do imperialismo norte-americano", "ninguém segura as diretas", "fora os biônicos e o FMI", e "não aos generais".

Um dos discursos que mais foi interrompido pelos aplausos do povo foi da atriz Ruth Escobar. Falaram também no comício o vice governador Orestes Quércia, os deputados federais João Pacheco e Chaves e João Herrmann Neto, os estaduais Ari Pedroso, Hélio Furlan, José Genoino Neto, Eduardo Jorge e Paulo Diniz, o prefeito Adilson Maluf e o vice Antonio Fernandes Faganelo, vereadores e representantes estudantis, de partidos políticos e entidades populares.

Pacheco Chaves condenou o atual governo.

Jornal de Piracicaba – 26 de fevereiro de 1984.

Além do noticiário informativo, o JP trouxe editoriais e artigos que expressavam opiniões acerca da situação política. Do mesmo modo que na parte informativa, a parcela de jornalismo opinativo também seguia a linha de apoio às

eleições diretas. O artigo de Paulo Pereira, publicado logo no dia 3 de janeiro, trazia no título o que significaria a continuidade das eleições indiretas:

Eleição indireta cassa 130 milhões de brasileiros

PAULO PEREIRA

Após as manifestações do começo do ano, agora o assunto ficara nas mãos do Congresso Nacional. No dia 25 de abril de 1984, seria votada a "emenda das diretas". Então, novamente se aquecem as discussões sobre o tema e toma conta das páginas dos jornais a certeza de que o país enfim viveria a democracia.

Nas páginas do JP, o discurso era afinado na convicção das eleições diretas. O JP publica, no mês de abril, além do notícias vindas da Agência Estado, artigos, editoriais e entrevistas que levavam ao leitor um clima otimista quanto à votação da emenda Dante de Oliveira. A manchete do dia 5 de abril representa o enquadramento dado pelo JP:



JORNAL DE PIRACICABA

DIRETOR RESPONSÁVEL: LOASO NETTO

ANO 84 — PIRACICABA, QUINTA-FEIRA, 05 DE ABRIL DE 1984 — Nº 27.947 — Número Avulso: Cr$ 200,00

O Brasil pára dia 25

Diariamente, o noticiário do JP destacava a atuação dos políticos locais trabalhando em prol das diretas. E até às vésperas da votação, o que se viu foi o Jornal de Piracicaba explicitando incondicionalmente sua abordagem favorável ao clima de democracia que parecia estar voltando. Quando não fala por editoriais, o JP deixava se representar. No dia 10 de abril, o JP publica um artigo do próprio deputado Dante de Oliveira. São linhas e linhas de pura euforia nas quais o deputado não se contém e evoca as conquistas da grande paixão nacional:

"(...) Dia 25 de abril viveremos as 24 horas inteiras do dia como se estivéssemos em decisão de Copa do Mundo. Proponho que a nação volte suas atenções a Brasília e que todos, como se vivêssemos as memoráveis copas de 58, 62 e 70 e suas partidas decisivas, com rádios ligados, televisões ligadas, o coração todinho sintonizado na Capital Federal, torcendo para que a freqüência do Congresso seja a mesma do sentimento nacional"[149].

Diante da importância do fato, o Jornal de Piracicaba também lembra que o exército está preocupado com manifestações nas ruas e que a votação das diretas será transmitida pela TV. De certa forma, trata-se de uma medida de precaução, uma espécie de tentativa de fazer com que as pessoas fiquem em casa e evitem qualquer situação de risco. Mesmo assim, o JP não deixa de publicar notas sobre os comícios que continuam acontecendo pelo país e reunindo milhares de pessoas como o que aconteceu no Rio de Janeiro no dia 10 de abril:

EM PROL DAS DIRETAS

Comício reuniu no Rio mais de 1 milhão de pessoas

Mais de um milhão de cariocas saíram-se ontem em torno de um único objetivo: pressionar o governo para a aprovação da emenda Dante de Oliveira, que será votada no Congresso no dia 25, realizando na Praça da Candelária a maior concentração política do Brasil, num comício que reuniu cinco governadores da oposição, presidentes de partidos políticos e inúmeros artistas. O comício que iniciou às 16 horas terminou após as 22 horas, mas desde às 11 horas da manhã centenas de milhares de pessoas chegaram ao início da concentração.

O movimento popular pelas eleições diretas-já vem crescendo em todo o país. Na próxima segunda-feira São Paulo realiza uma grande passeata com concentração no Vale do Anhangabaú. Em Piracicaba, na noite de hoje, será lançado no Campus da Unimep, no Taquaral, o programa "Ciclo Direto pelas Diretas" com a presença de estudantes das universidades locais, representantes de entidades de classe, sindicalistas e demais pessoas interessadas no restabelecimento das eleições diretas para presidente da República.

Jornal de Piracicaba – 11 de abril de 1984.

Aliás, o comício do Rio de Janeiro provocou uma declaração do presidente Figueiredo, que naqueles dias estava em viagem ao exterior. O presidente disse que se estivesse no Rio, ele seria o milionésimo primeiro brasileiro presente ao comício oposicionista. Era mais um motivo para que o Congresso Nacional não deixasse de respaldar o desejo da nação. No dia 13 de

[149] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 10 abr. 1984. 1.cad. p. 2.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

abril, o JP traz um editorial de Cláudio Lacerda, no qual discorria sobre a principal lição do comício no Rio de Janeiro. Além de evidenciar que "*a maioria absoluta do povo não admite a possibilidade de mais uma vez ficar à margem da sucessão presidencial*", dizia Lacerda que *"a campanha que tomou conta do Brasil prescinde de líderes. Ela é de todo o povo, e o político que tiver qualquer pretensão de sobrevivência ou adere ou se suicida politicamente"*[150].

No entanto, a maior prova de apoio às eleições diretas do Jornal de Piracicaba ocorreu no dia quinze de abril, quando o deputado federal Dante de Oliveira, autor da emenda das diretas, visitou a cidade e se encontrou com a diretoria do JP na redação da empresa. Lá foi recebido pelos diretores do jornal, o administrador responsável Fortunato Losso Netto e sua filha, que mais tarde herdaria a empresa do pai, Antonietta Rosalina da Cunha Losso Pedroso. Na mesma sala, se reuniram para uma confraternização as pessoas que representavam a instituição Jornal de Piracicaba com aquele que trazia em sua figura a própria luta pelas diretas.

---

[150] LACERDA, Cláudio. **A lição principal do comício do milhão**. Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 13 abr. 1984, 1.cad. p. 2.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17



REPORTAGEM DE GERALDO NUNES

O deputado federal Dante de Oliveira, autor da emenda "Diretas Já", que estará sendo apreciada pelo Congresso Nacional no próximo dia 25, neste último domingo, pela manhã, no Salão Nobre da Unimep expôs seus pontos de vista a respeito de sua emenda a políticos, representantes de classe e para um grande público que compareceu ao local.

Dante de Oliveira chegou a Piracicaba acompanhado do deputado federal João Herrmann Neto na noite de sábado e no Restaurante da Flora, na rua do Porto, o autor da emenda deu entrevista exclusiva à reportagem do JP. Esta foi a entrevista:

Dante de Oliveira em visita aos novos diretores, dr. Lozano Netto e dra. Antonietta Rezende da Cunha Lozano Pedroso. Na foto os visitantes quando eram recebidos na residência do dr. Lozano Netto. Da esquerda para a direita o deputado federal Francisco Amaral, Dante de Oliveira, dra. Antonietta, dr. Lozano Netto e deputado João Herrmann Neto.

Jornal de Piracicaba – 15 de abril de 1984.

A emenda das diretas foi votada numa quarta-feira, dia 25 de abril de 1984. O governo passou a controlar os aeroportos, fiscalizando quem chegava à capital federal. O país estava em estado de emergência e o JP trazia na edição, daquele mesmo dia, o noticiário anunciando as expectativas, um editorial favorável e a notícia de que em Piracicaba o Comitê Pró-Diretas iria promover vigília em praça pública aguardando a votação. A mobilização era total, mas o resultado:

> *"Apesar de toda a pressão popular e das adesões recebidas, a emenda que previa a realização de eleições diretas acabou sendo vetada na Câmara dos Deputados. Eram necessários os votos de três quintos dos parlamentares (...) Num Congresso em que a oposição era minoria, faltaram 22 votos. A votação, que entrou noite adentro, foi acompanhada em praça pública por todo o país. Montaram-se telões, que retransmitiam as imagens de televisão da sessão do*

Congresso. No início da madrugada, por todo lado repetiam-se as cenas de choro pelas esperanças frustradas".[151]

Como a votação no Congresso invadiu a madrugada do dia 26, neste dia a edição do JP se limitou a informar a rejeição da emenda em primeira página reproduzindo texto de agência. Sem trazer opiniões e maiores repercussões sobre o fato, trouxe também notas sobre a tensão instalada em Brasília após a votação. As representações sobre a derrota no Congresso só foram aparecer no dia 27 de abril. Não faltaram críticas e pairou um clima de frustração plena:

JORNAL DE PIRACICABA 27.04.84 P.1

As repercussões sobre a derrota das "diretas-já"

Frustrada. Foi assim que a cidade amanheceu, depois de 29 horas de vigília em apoio à emenda Dante de Oliveira, rejeitada pela Câmara dos Deputados numa votação que terminou na madrugada de ontem. As universidades voltaram a funcionar normalmente e a praça central, onde aconteceram as manifestações, shows e discursos políticos pelas diretas, estavam calma. A cor amarela, presente principalmente numa passeata realizada no centro da cidade, foi substituída por outras e nas pessoas restaram a surpresa e a decepção da derrota da emenda, e agora, a esperança de negociações com o governo. Nos meios políticos a repercussão foi grande. Veja aqui as opiniões de algumas pessoas.

27.04.84

A omissão o maior erro

GERALDO NUNES

A Nação toda esteve com suas atenções voltadas, nesta última quarta-feira, para a sessão do Congresso Nacional, oportunidade em que foi votada a emenda do parlamentar Dante de Oliveira, dispondo sobre o restabelecimento das eleições diretas à sucessão presidencial ainda neste ano. Os comícios levados a efeito em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e toda manifestação pública registrada por esse Brasil afora, sem margem para interpretações diferentes, proporcionaram a todos nós a convicção de que o povo deseja mesmo o processo das eleições diretas para a escolha do futuro governante do País.

Na verdade, o certo é que toda a população brasileira já criou uma ojeriza em relação ao atual Governo. Há que se reconhecer o descontentamento geral contra a ação governativa até dizer que não se muda a tripulação de um barco navegando em águas agitadas. Portanto, o resultado não poderia mesmo ser outro — o barco está afundando de modo melancólico, com o timoneiro a realizar manobras desesperadas de última hora.

Se o Executivo federal está falhando, falhando está também o Congresso Nacional. Pois, sejamos honestos, há muita gente em ambas as Casas do Legislativo, preocupada mais com a satisfação de interesses pessoais do que propriamente com a solução dos problemas da Nação e menos ainda com as agruras por que passa a população. Assim sendo, a Câmara Federal não teve peito para aprovar a Emenda Dante de Oliveira. Mas, a nosso ver, o maior erro dos senhores deputados não foi cometido em aprovar ou deixar de

[151] CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. CD-ROM.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

O que é preciso destacar, no geral, é que o Jornal de Piracicaba deu apoio total à campanha pelas eleições diretas. Mas o que fica, como destaque, são as técnicas de enquadramento do fato empregadas pelo JP na busca de convencer seu leitor. E o JP faz isto de maneira muito clara. Sempre cedendo grande espaço físico em suas páginas, o JP inicialmente mostra a movimentação nacional que toma as ruas pedindo eleições diretas. Além do discurso jornalístico, as técnicas de abordagem estão a favor das diretas. Manchetes, títulos, subtítulos, fotos, entrevistas, declarações, artigos de opinião e editoriais dão forma e unidade ao discurso. Forma e conteúdo resultam numa síntese eficiente e atrativa, numa representação maciçamente favorável.

Da mobilização nacional, fica mais simples chamar a população local para manifestações próprias. "Como vamos nos opor ao país", parece dizer o JP ao seu público. Para dar credibilidade ao discurso, o JP também se reporta ao apoio dado às eleições diretas pelos líderes políticos locais, figuras que de certa forma se identificam com seus eleitores / leitores do JP. Finalizando, após a derrota da emenda das diretas no Congresso Nacional, o JP continua seguindo sua postura e representa o momento com frustração e críticas ao Legislativo.

Assim, não podemos deixar de evidenciar a importância dos jornais do interior a partir da análise deste caso específico. O Jornal de Piracicaba desempenhou um papel fundamental para levar à população local um sentimento de luta e de necessidade da volta da democracia no país. Não podemos afirmar se sem o JP a população de Piracicaba se mobilizaria da mesma forma e com a mesma intensidade. Não chegamos aqui para afirmar que o JP agiu sozinho, mas foi peça chave no processo, uma vez que se comportou como porta voz do panorama nacional, em nível local. Também não estamos afirmando que o JP sempre empreendeu um discurso aberto e democrático. O foi naquele momento, no que diz respeito a campanha pelas eleições diretas. Vale como ressalva que, em 1964 e nos anos seguintes, quando da entrada dos militares no comando da nação, as páginas do mesmo JP (que em 1984 clamam por eleições diretas), traziam um apoio explícito aos governantes ditadores.

unesp

3.4. Jornal de Piracicaba e *happy end*

A contra gosto dos milhões que gritaram por eleições diretas, o Colégio Eleitoral se reuniria mais uma vez logo em janeiro de 1985. Mais era uma reunião diferenciada, pois se tratava da última durante a vigência do golpe de 1964. Apesar do desgaste que essa forma de eleição já causara no povo ansioso por votar para presidente, o pleito de 85 trazia algo de inspirador aos desejos democráticos. O candidato da oposição nunca tivera tanta garantia de que se sairia vencedor. A "manipulação" era a mesma que construíra a sucessão de generais, mas desta vez estava prometido e acertado o derradeiro passo da abertura, que de tão lenta e gradual, se arrastou por uma década.

O pluripartidarismo já experimentava o gosto da liberdade e naquele marcante mês de janeiro, Tancredo Neves surge como o "candidato do consenso". Reunia em torno de seu nome e seus objetivos as legendas da oposição e a pressão política de sua candidatura representava um rachava até mesmo no partido do governo, a antiga Arena, reformulada na sigla PDS.



Os líderes do PDS não se entenderam, o partido se desarticulou, e vai ao Colégio sem esperanças. (Foto A.E.)

Jornal de Piracicaba – 13 de janeiro de 1985.

Como sugere a legenda acima, o termo "esperança" permeou o discurso jornalístico e o Jornal de Piracicaba embarcou no sonho da democracia por duas vias. Primeiro, retratou a desarticulação do partido do governo e a debilidade que envolvia a candidatura de Paulo Maluf. Ao mesmo tempo, Tancredo Neves se

torna nesse cenário o herói nacional, figura imbuída de valores suficientes para consolidar a paz na política brasileira.

A votação aconteceu em 15 de janeiro, mas antes mesmo que 1984 terminasse, a abordagem do JP tratava de construir um cenário extremamente favorável e otimista diante da certeza da vitória de Tancredo. No dia 30 de dezembro de 1984, o JP trouxe uma matéria escrita por Adolpho Queiroz, correspondente em Brasília. Todo o texto, desde a manchete, é caracterizado pelo clima de "Tancredo já ganhou".


Tancredo Neves,
o futuro presidente

JP - manchete do dia 30/12/84.

A matéria é encabeçada pelo samba "Vai Passar", de Chico Buarque. A música convida a "*olhar a cidade a cantar, a evolução da liberdade, até o dia clarear*". Realmente, a ditadura havia passado. A certeza da vitória de Tancredo aparece escancarada logo no primeiro parágrafo:

> *"Botem o último disco do Chico Buarque na vitrola. Abram uma garrafa de Campari - a bebida preferida do nosso futuro presidente - e sirvam se deu uma dose, com gelo e limão. Brindem o Ano Novo.85 será, de verdade um novo ano. Termina, sem festa, um dos períodos mais difíceis de autoritários da história do Brasil. Se não tão participativo como se pretendia, compromissado com um futuro de liberdade e da diminuição das desigualdades na nação"*[152].

A matéria aborda o histórico dos recentes fatos políticos ocorridos no país. Mostra o crescimento das oposições desde a campanha das eleições diretas. Destaca que o PDS, partido do governo, estava em conflito interno. Lembra que as eleições diretas de 82 ganhou as ruas. Argumenta que a candidatura de Maluf

[152] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 12 dez. 1984. 1.cad.

unesp

até cresce, mas não aglutina apoio. Derruba qualquer expectativa repressora afirmando que o então general-presidente Figueiredo declarou "sim" as diretas. O jornalista afirma que a população está cansada e que a derrota da emenda Dante de Oliveira provocou o sentimento do "anti-malufismo".

Ao analisar os candidatos à sucessão de Figueiredo, pouco se fala de Maluf. A matéria do JP trata-o apenas como candidato que, "*contra ele, crescem forças dentro do próprio partido do governo, o PDS, que não endossam nem o nome, nem os métodos do candidato vindo de São Paulo*". Já, para o mineiro Tancredo Neves, não se economizam elogios e predicados indiscutivelmente positivos. Tancredo é "democrata" e vai reconstituir, reordenar o país. O jornalista lembra que Tancredo tem carreira política.

Enfim, da mesma forma que o JP envolvera as figuras dos generais de estrelismo e sabedoria, Tancredo Neves também passou a representar os anseios de uma sociedade. Ganhou *status* de chefe de Estado antes mesmo de ser eleito. A mesma certeza da vitória antecipada, típica da sucessão dos generais, foi alardeada pelo jornal:

Brasília preparada para eleger Tancredo Neves

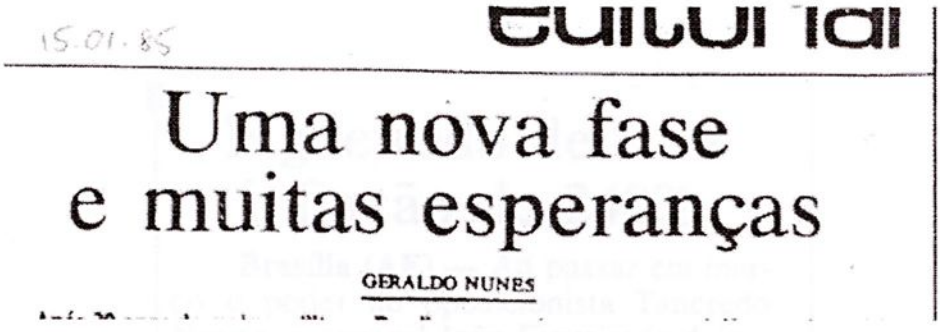
PORTAGEM: GERALDO NUNES

Jornal de Piracicaba – 30 de dezembro de 1984.

Numa entrevista com o jornalista Geraldo Nunes, o repórter Adolpho Queiroz retrata o clima em Brasília e convida os piracicabanos para o que ele mesmo chamou de "festa tancredista": "*Creio que até por volta do meio dia do dia 15, já poderemos erguer um brinde a Tancredo*". A conversa dos colegas de redação é a própria representação da empresa Jornal de Piracicaba. É o JP legitimando o novo presidente na certeza da vitória. Observamos o mesmo entusiasmo e a mesma construção de um clima favorável utilizado quando do golpe em 1964, quando das justificativas dos atos inconstitucionais, etc. O problema esteve antes de Tancredo. O problema esteve na falta de questionamento quando dos abusos de poder e do sufocamento político a que fomos submetidos. Agora, era muito simples apoiar Tancredo.

unesp

E até o dia da votação o JP deu força ao jornalismo opinativo, publicando editoriais e artigos que só reafirmavam a esperança no novo tempo que Tancredo haveria de nos proporcionar. Por resumirem o tom do enquadramento, republicamos apenas alguns títulos daquele janeiro de 1985:



15.01.85

Editorial

Uma nova fase e muitas esperanças

GERALDO NUNES

Jornal de Piracicaba – 15 de janeiro de 1985.



JORNAL DE PIRACICABA

editorial

Tancredo: a grande esperança

GERALDO NUNES

Jornal de Piracicaba – 16 de janeiro de 1985.

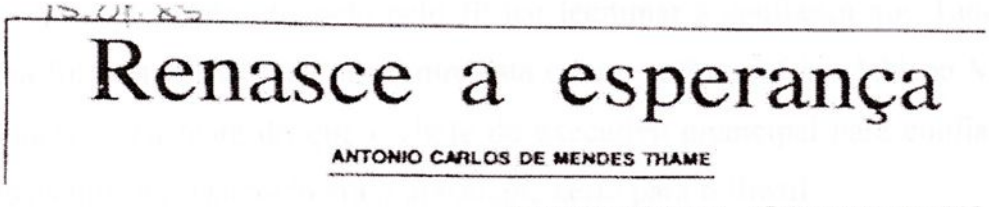


O renascimento da esperança

(EDITORIAL)

CLÁUDIO LACERDA

Jornal de Piracicaba – janeiro de 1985.



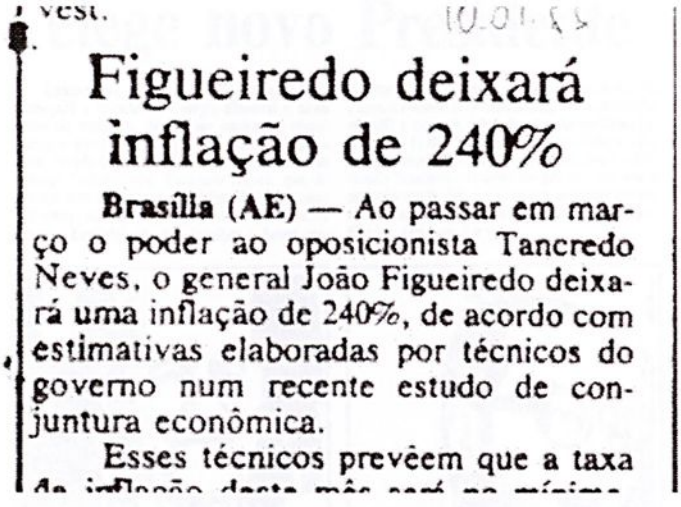
15.01.85

Renasce a esperança

ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME

Jornal de Piracicaba – 15 de janeiro de 1985.

E quanto aos militares? A economia andava mal desde o enfraquecimento do milagre. A passagem do poder para mãos civis era tida como certa. Então, pra que falar dos militares? A não ser se fosse para evidenciar a herança deixada por Figueiredo:



vest.

10.01.85

Figueiredo deixará inflação de 240%

Brasília (AE) — Ao passar em março o poder ao oposicionista Tancredo Neves, o general João Figueiredo deixará uma inflação de 240%, de acordo com estimativas elaboradas por técnicos do governo num recente estudo de conjuntura econômica.

Esses técnicos prevêem que a taxa

Jornal de Piracicaba – 10 de janeiro de 1985.

Além da inflação gritante, outros fatores econômico negativos, como o anunciado reajuste nos preços dos automóveis, só contribuem para amplificar o desejo por um novo tempo. Em editorial do dia 6 de janeiro, Cláudio Lacerda diz que o povo quer que Tancredo prepare o país para votar dali a quatro anos. Outro editorial, desta vez publicado no dia 11, escrito por Olindo de Luca, vem carregado de méritos à figura de Tancredo: "postura digna"; "passado limpo"; "simpático"; "afável"; "capaz"; "justo"; "trabalhador"; "honesto"; "os pobres confiam nele, porque sua humildade vem dos tempos difíceis". Me permito a fazer, diante de inquestionáveis atributos, que o editorial é uma explícita peça eleitoreira, oficial. Como não confiar numa pessoa que reúne tantos predicados?

Outro elemento utilizado pelo JP par legitimar a confiança que Tancredo merecia foi a publicação de uma entrevista com o então prefeito Adilson Maluf. Nada mais consistente do que o chefe do executivo municipal para confiar aos piracicabanos que Tancredo era o presidente certo para o Brasil.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

No dia 13 de janeiro 1985, um domingo, o JP traz na capa a chamada para a eleição que aconteceria dali a dois dias. Mais uma vez, o clima de "já ganhou" predomina:



Nesta terça-feira

Colégio Eleitoral elege novo Presidente

Exatamente às 9 horas de terça-feira próxima, começará a reunião do Colégio Eleitoral e, ainda antes do meio-dia, deverá ser conhecido oficialmente o novo presidente da República. Ninguém mais duvida de que o eleito será o candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, que, de acordo com as últimas previsões, deverá receber 476 votos, contra 186 do deputado Paulo Maluf. O Colégio Eleitoral que vai escolher o futuro presidente é composto de todos os membros da Câmara Federal (479 deputados), todos os senadores (69) e mais os delegados das Assembléias Legislativas (138). Estes privilegiados eleitores, que representam 60 milhões de votantes, que é o eleitorado brasileiro, votarão em pé, em voz alta, e poderão ainda dar o seu voto a qualquer um dos candidatos, independente do partido a que estejam filiados. (Páginas 8 e 9).

Tancredo usou sua experiência política para chegar, mesmo via indireta, à presidência da República.

Maluf não tem o apoio total do partido e vai ao Colégio sem chances.

Jornal de Piracicaba – 13 de janeiro de 1985.

Aliás, a edição do dia 13 é um tributo ao *happy end* que a eleição de Tancredo representava. Em editorial intitulado "O novo governo", Olindo de Luca não tem limites para seus elogios. Faz previsões ufanistas, afirmando que Tancredo passará à História como nosso salvador. Neste dia, o JP publica também uma matéria de duas páginas, de origem da Agência Estado, que segue uma abordagem de reconstituição histórica, além das informações sobre a reunião do Colégio Eleitoral. Enfim, uma crítica nítida ao regime militar:

> *"Ao afirmar certa vez, em seu governo, que é mais fácil entrar numa ditadura do que sair dela, o marechal Castello Branco estava, mesmo sem querer, preconizando que se passariam mais de 20 anos até o país poder contar com a possibilidade da volta de um civil à presidência da república, mesmo assim ainda por via indireta. O objetivo do golpe militar de 64 era extirpar do país a*

subversão, corrupção, a inflação e, em seguida promover a redemocratização. Depois da deposição de João Goulart pelo golpe de março de 1964, a nação apenas assistiu a troca da guarda na sucessão de militares, escolhidas por tipos de acordos e colégios eleitorais moldados a cada circunstância, de forma a garantir a continuidade do regime militar".[153]

Além deste levantamento, a matéria traça o perfil de Tancredo e Maluf. Para Tancredo um espaço de meia página trazendo histórias simpáticas acompanhada do título "o tranqüilo Tancredo". Para Maluf, o título "quem é Maluf", trazendo valores nada favoráveis:

"Mesmo diante das evidências apontam como político voltado para a direita e sem grandes pendores democráticos (haja vista as agressões que promoveu a manifestações no episódio da Freguesia do Ó. As suas constantes denúncias de que nos comícios pelas diretas predominavam os comunistas, o apoio ostensivo recebido do ex-presidente Médici, etc.), Maluf tem conseguido confundir alguns, parecendo que suas ambições pessoais e o gosto acentuado pelo poder prevalecem sobre qualquer matiz ideológico".[154]

Enfim, chega o dia 15 de janeiro e a eleição de Tancredo está na capa do JP mais uma vez. Seguindo as previsões, até mesmo o placar da votação já era anunciado pelo jornal. O artigo "Renasce a esperança", de Antonio Carlos de Mendes Thame (que em 1992 se tornaria prefeito de Piracicaba) mostra como o país reencontra o caminho. Thame destaca o desastre econômico promovido pelos militares e como Tancredo faz renascer nossa esperança ao "*reimplantar a democracia e coordenar a construção da sociedade justa que esperamos*".

Dentro da edição do dia 15, completando o texto de como se daria a movimentação no Congresso, encontramos as caricaturas de Tancredo e Maluf assinadas pelo cartunista Chico Caruso. Lembramos que a caricatura é típica por reforçar traços físicos de uma pessoa, que pelo conjunto acabam por traduzir aspectos até mesmo da personalidade. É intencional nesse tipo de desenho esse jogo com o sentimento. Somos levados pelos traços físicos a fazer julgamento do

[153] JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 13 jan.1985. 1.cad. p. 8.
[154] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

caráter, das ideologias, enfim, somos embarcados a imaginar como seria um encontro com tal pessoa e quem essa figura nos representa. Nitidamente, a figura de Tancredo é simpática, serena e, por que não, traz o semblante de uma pai de família, tranqüilo, um "vovô zeloso". O mesmo não ocorreu com Maluf. Sua face caricaturizada é carregada de mal humor. Seu semblante é a representação de alguém severo, sem diálogo, um pai que não dialoga, etc. Não inspira confiança. O leitor do JP não tem porque se identificar com tal figura. "Preferem" o sorriso mineiro de Tancredo. Esse é o tom do conflito entre as caricaturas.



Tancredo candidato de oposição



Maluf representa o PDS.

Jornal de Piracicaba – 15/01/1985.

Tancredo estava eleito. A chapa que tinha o maranhense José Sarney como vice venceu Paulo Maluf por 480 votos contra 180. A oposição chegava ao poder depois de duas décadas, mesmo que por via indireta. As edições entre os dias 16 e 20 de janeiro do Jornal de Piracicaba apenas confirmavam o *happy end*. Discursos, fotos, o roteiro de viagens do novo presidente, suas intenções em restabelecer a democracia e o anúncio de que o governo não se caracterizaria por revanchismo contra militares.

Finalmente, era o último cenário midiático em que se envolvera os personagens militares de 64. As páginas do Jornal de Piracicaba foram escancaradas nesse último capítulo com uma cobertura diária do processo político. Pelo discurso empregado, a eleição de Tancredo Neves para presidente da República representava o *happy end* de um período obscuro. O conceito de *happy end* se ajusta ao jornalismo aqui analisado. Empregado para caracterizar

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

produções hollywoodianas a partir da década de 30, o *happy end* representa a eternização de um momento, trazendo em sua essência o imaginário da felicidade e a identificação com o herói do roteiro. No caso de Tancredo e do jornalismo que observamos, o paralelo com a linguagem do cinema é válido a partir do momento que os vinte anos de regime militar poderiam levar os "leitores desse roteiro"a imaginar um fim trágico para a história. Mas não. Tancredo simboliza a "irrupção da felicidade"[155], como diz Morin. Pelo enquadramento do JP, somos levados a nos apegar afetivamente com o político mineiro. Herói construído pela mídia, dotado de característica humanas, digno de ser admirado, tal como mostra a abordagem do JP. O sentimento da linguagem, com a eleição de Tancredo, era o sentimento do alívio, da sensação de que realmente estávamos virando uma página da nossa história. E o levantamento histórico nos envolve a crer que se tratou de uma das nossas piores páginas. No cenário de representações em que Tancredo era o herói, a encarnação do bem, o candidato do governo militar, mesmo que homem civil, foi representado como o mais típico dos antagonistas. Maluf é o anti herói. O JP reitera constantemente a inexistência do espírito democrático em Maluf, além de seu envolvimento em episódios "mal explicados" como o da Paulipetro.

A cobertura diária do JP, como já foi dito é, acima de tudo, informativa e opinativa. Os artigos e editoriais completam o imaginário da esperança, da certeza de mudança de mentalidade, enfim, auxiliam objetivamente na construção do clima de felicidade. É euforia, ufanismo, simpatia pelo herói. A felicidade difundida no discurso do JP procura abranger a coletividade, de tão intensa, "dissolve passado e futuro"[156]. Não deveríamos relembrar a escuridão de duas décadas que finalizavam no dia 15 de janeiro de 1985 e não deveríamos duvidar da ventura que nos guardava os próximos tempos. Sem saber que o "herói" Tancredo morreria, sem tomar posse no simbólico 21 de abril do mesmo ano, o leitor, o espectador, o ouvinte, enfim, a população só queria se identificar com seu presidente.

---

[155] MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX. Volume 1: Neurose**. 9ª edição Rio de Janeiro: Forense, 1997. p. 91-97.
[156] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Capítulo 4

Personagens sociais: vozes da história

Histórias de Vida

Ao nos remetermos à memória para representar a história de Piracicaba durante o regime militar pós 1964, nos deparamos com uma tarefa por demais prazerosa. Especialmente nessa etapa do trabalho, na qual nos propomos a buscar relatos sobre essa história, o contato com testemunhas da época nos traz um sentimento inexplicável. Também de sensação de vitória, por ter de fato encontrado essa história ainda viva. É uma espécie de satisfação pessoal, por de fato estar aprendendo além dos livros, trazendo a cada entrevista um sentimento de verdade ou ao menos o alcance de uma história segura.

Protegido de toda maldade que possa carregar o ser humano, não me permito supor que meus vinte e sete "desconhecidos", até o primeiro contato, fossem me receber na intimidade de sua casa ou de seu local de trabalho para mentir, se fazer de heróis ou apontarem vilões. Permito-me afirmar que cada um foi honesto consigo mesmo. Abriram o coração e tiraram a tampa da sua caixa de memória.

Alguns se mostraram emocionados, mesmo que de forma contida, em relembrar uma fase tensa de suas vidas. Outros se mostraram bem humorados, demonstrando presença de espírito por vencerem qualquer trauma ou mágoa do passado. Muitos perdoaram, compreendendo que os erros daqueles tempos se justificavam diante das incertezas que construíam a história do Brasil. Outros condenam a Anistia de 1979, pregando justiça aos repressores.

Falaram de família, de Piracicaba, da vida no trabalho, sobre anos 60, anos 70, AI-5, abertura, generais, Igreja, cultura, política, educação, sindicatos, cultura e imprensa. São histórias de vida se completando e se misturando, formando um banco de memórias individuais que adquire, ao final, o caráter de memória coletiva de uma cidade, durante um certo período.

De fato, muitas perguntas foram respondidas. Tenho a liberdade de dizer que realmente contaram a história de Piracicaba, durante o regime militar, a partir de suas histórias. Não puderam deslocar suas vivências pessoais da realidade da

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

cidade e muito menos do período histórico. As marcas da época se fazem presentes no modo como hoje vivem e pensam. Todos tem na trajetória pessoal o fato de ter vivido durante o governo militar em Piracicaba. E todos guardam fatos, alguns mais significativos, outros apenas anedóticos ou passagens corriqueiras, que registram a influência daqueles tempos incertos.

Mas após tantos encontros, perguntas e respostas, tinha eu a tarefa decisiva de apresentar essas tantas falas que são história de um tempo e de um lugar. Haveria de corresponder ao compromisso que assumi comigo mesmo de contar essa história de forma analítica e crítica. E haveria, acima de tudo, de corresponder ao compromisso que assumi com cada entrevistado de ser fiel aos relatos.

Assim, para trazer as representações deste período, levantadas pelas falas destes senhores e senhoras que gentilmente me atenderam, decidi promover uma fragmentação destes discursos, encaixando-os em textos referentes às classes profissionais dos entrevistados. Dessa forma, utilizei o mesmo critério de seleção dos meus colaboradores, ou seja, as profissões ou atividades em que mais se envolveram ou foram envolvidos pelo regime militar.

Portanto, apresento de maneira gradativa as formas pelas quais jornalistas, educadores, militares, religiosos e operários se embrenharam neste turbulento período histórico, tendo como pano de fundo a cidade de Piracicaba. Justifico essa decisão pelo fato de muitos depoimentos levantarem opiniões e representações sobre acontecimentos variados, resultando numa multiplicidade de falas que transcende as barreiras da realidade de cada entrevistado.

Por exemplo, tivemos como fato significativo durante o período, a cassação de um prefeito em Piracicaba. Em outubro de 1969, Francisco Salgot Castillon teve seus direitos cassados quando cumpria seu segundo mandato como prefeito da cidade. Um fato como este repercute em qualquer setor e cada um tem a sua opinião. Ao trazer da memória sua opinião pessoal, constrói a sua própria representação. Da soma dessas impressões, pode-se inferir a maneira como a cidade encarou o fato. Outro exemplo foram as administrações do MDB que se

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

instalaram em Piracicaba a partir de 1973, em plena repressão do governo Médici.

Não haveria outra forma de trazer as conseqüências dessa retomada da oposição no poder local, sem questionar cada entrevistado. Por isso, cada entrevista traz na esteira dessa memória, fatos que vão além do cotidiano quer seja de professores, sindicalistas ou dos próprios políticos. São fatos que formulam diretamente a memória coletiva, mas que só serão visualizados através da memória individual, dos conceitos e definições particulares. E é justamente dessa sobreposição opinativa, interpretativa e analítica que obtenho a transparência histórica. Mas também é por essa sobreposição que justifico a necessidade de entrar nessa história e burilar cada discurso.

Só assim visualizei a possibilidade de dissecar cada memória e pude tomar a liberdade de apresentar minhas opiniões a partir de inferências dessa história que não vivi. Enfim, dividir as falas por tópicos, por meio das categorias profissionais dos entrevistados foi a forma que encontrei para abrir a porta da memória coletiva.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

4.1. O início: impressões e incertezas

Diante de tamanha incerteza que a política do país gerava naqueles dourados anos 60, nem a grande massa, nem mesmo a sociedade civil organizada, representada por políticos, intelectuais, líderes religiosos, estudantes e sindicalistas conseguia medir com precisão as conseqüências da queda de João Goulart e da subseqüente tomada do poder pelo II Exército.

Se nas grandes capitais, onde as movimentações de tropas e de bastidores da política aconteciam, as informações eram desencontradas, numa cidade do interior, que experimentava o início do processo de urbanização e industrialização, como Piracicaba, os fatos chegavam sem nenhuma precisão, isto quando chegavam. Mesmo diante da desinformação aparente e da euforia representada por veículos da imprensa local, a sociedade civil organizada não aderiu ao golpe por completo em Piracicaba. A professora de História Áurea Alves de Moraes é direta em sua oposição aos militares desde o início, afirmando que Piracicaba não se alinhou com o golpe:

> *"Eu sou contra, sempre fui contra qualquer tipo de opressão. E o piracicabano, em si, sempre foi oposição. Se você estudar a história de Piracicaba, sempre foi oposição, tanto é que Piracicaba sempre foi considerada fim de linha. Ela nunca foi beneficiada. Piracicaba sempre foi às próprias custas"*[157].

O professor Alceu Marozi Righetto, que em março de 1964 se formava em filosofia pela Faculdade de Filosofia de Rio Claro – SP, encarou os acontecimentos com extrema ressalva e representou os fatos com nítida carga de negatividade. Como orador de turma, diante do general Gama e Silva, Righetto relembra o tom do discurso e suas impressões iniciais daqueles dias de 64:

> *"Eu fui escolhido como o orador da minha turma de formatura no dia 16 de março de 1964... claro que a leitura de um discurso de oratória de época, da*

[157] Entrevista concedida em 13 nov. 2001.

juventude, era contra o 'establishmet' que estava sendo arrumado contra todas as tendências de esquerda da época e então tive problemas (...) na época eu fiz um discurso violento, bem violento, com o Gama e Silva assistindo, o José Dias da Silveira...e aí fui me refugiar em Leme, na casa de um colega... então todo este movimento de 31 de março estava escondido em Leme. Até que descobriram e eu fui parar na frente de um major, chamado Ben Hur, mas não teve maiores conseqüências porque teve intervenção do prefeito de Araras, que abrandou a situação e ficou responsável pela minha presença (...) Logo de início os militares já mostraram a que vieram e cada um corre pra lá, corre para cá, cada um se refugia onde podia. Eles estabeleceram uma ditadura e uma ditadura se estabelece sem diálogo, lógico. Vieram para dizer que os comunistas estavam saindo pelos ralos das casas, para comer as criancinhas. Então é óbvio que estavam propondo a caça às bruxas de qualquer maneira"[158].

Dentre os operários de fábricas e indústrias locais, inicialmente a classe mais atingida diretamente em Piracicaba, Antonio Dorival Trevisan, então sindicalista do setor têxtil, afirmava estar ciente da seqüência dos fatos e sua perspectiva não era nada favorável ao golpe:

"Olha companheiro, eu falo francamente: eu sou um cara relativamente bem politizado e sabia da situação que estavam envolvidos. Eu só esperava piora mesmo. Tanto é que aconteceu a piora e que ela está até hoje. O Castelo Branco foi o começo da piora. Primeiro: o Castelo errou quando fez a unificação dos institutos. Ele criou uma lei que para aumentar o salário dos recém aposentados tinha que dar aumento proporcional, o que não era constitucional. Então, o Castelo Branco começou a achatar os salários dos aposentados".

A pressão em cima dos trabalhadores se verificou desde o início. Veremos que a maioria dos representantes sindicais foi presa na iminência do golpe e por isso as primeiras impressões no setor operário não podiam deixar de ser negativas. As dificuldades desde o início, que se traduziam em pressão dentro das fábricas, são retratadas por Octávio Arthur, então tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos:

[158] Entrevista concedida em 20 jun. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"Já esperávamos que não ia acontecer nada. Só iam prender gente. Estava no sindicato e a firma me pressionando para sair de lá. Eles me prejudicavam de todo jeito"[159].

Jaime Cunha Caldeira, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, descreve o cenário de perseguições aos trabalhadores. Definitivamente, os representantes sindicais eram o alvo principal e, como conseqüência, as representações iniciais de Caldeira não poderiam ser piores neste setor:

"[Em] Piracicaba aconteceu o seguinte: quando as notícias começaram a chegar, foram detidas as pessoas dos sindicatos. Aliás, em várias cidades. Então, havia o delegado do trabalho, ligado ao Ministério e ao DOPS. Mas não era somente o DOPS quem mandava prender. Nas cidades, os delegados eram dominados pelo poder econômico. Aqui em Piracicaba, o delegado regional era dominado. E este homem começou a prender"[160].

A preocupação com a ideologia de extrema direita que se colocaria no poder a partir de então preocupou Rubens Funes Nocette, trabalhador ferroviário:

"Eu gostava de acompanhar o noticiário e estar a par de tudo. Pelo menos no meu entendimento, não via com bons olhos desde o começo. Por que eu tinha a impressão de que o caminho que iria trilhar seria muito da direita, embora o governo do Goulart era meio fraco, mas existia a preocupação que, com a tomada dos militares, ia prevalecer o pessoal mais da direita, da UDN..."[161]

No entanto, há também o outro lado da história. Diante da confusão dos fatos e da contradição e ou manipulação das informações, certamente em Piracicaba houve gente que, se de certa forma não se alinhou por completo com o regime, ao menos defendia novos ares políticos, enfim, acreditava que o novo regime botaria ordem no país. O Capitão Alfredo Mansur, delegado de serviço militar por catorze anos em Piracicaba, defendeu a necessidade da tomada do

[159] Entrevista concedida em 4 jan. 2001.
[160] Entrevista concedida em 2 jan. 2001.
[161] Entrevista concedida em 24 jul. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

poder em prol da ordem. Mesmo ainda subalterno na época, Mansur analisa o quadro social, apontando que a revolução foi apoiada pelo povo que queria o fim do "risco comunista":

> *"É muito difícil falar numa situação desta por que o subalterno, ele não tem acesso ao que está acontecendo. Ele tem acesso a algumas informações confidenciais, mas coisa que... o que nós vimos foi o que a maioria do povo acompanhou na imprensa. A situação no Brasil já estava degradando. O povo brasileiro não aceita um regime em que... vamos dizer, um regime comunista. Era essa a idéia que se tinha na época e a coisa estava tão deteriorada que o próprio povo incentivou as Forças Armadas a tomar uma medida desta. A revolução veio para combater a subversão e a corrupção e voltar à normalidade. E durante a revolução é difícil você saber o que vai acontecer, por que você planeja uma coisa e no decorrer do tempo vai mudando o aspecto. Agora, a revolução veio para ficar pouco tempo, mas no fim as circunstâncias fizeram com que ela se prolongasse"*[162].

O jornalista Roberto Antonio Cera é outro que defendeu uma posição que trouxesse calma ao país. Cera não evidencia apoio pessoal aos militares, mas destaca a tensão política da época retratando a Marcha da Família realizada em São Paulo, da qual foi testemunha ocular:

> *"o meu ponto de vista: estava muita bagunça. Muita gente não trabalhava, estava muito atrapalhado o negócio. Tanto é que quando houve a Marcha com Deus da Família pela Liberdade* (sic.)*, o pessoal chegou no banco e disse que ia ter a marcha, que o banco ia fechar, e todo mundo foi para a Marcha. Por curiosidade ou não. Que o povo estava insatisfeito, estava. Foi um colosso. Tinha gente da Praça da República até a Praça da Sé. Foi interessante, porque eu me lembro quando passaram em frente à Igreja de Santo Antônio, no Largo do Patriarca, o pessoal queria que tocassem os sinos e os padres eram contra a Marcha. Ficaram até baterem os sinos e aí seguiu. Na verdade, foi uma grande festa [risos.]. E quando chegou no Anhangabaú eu fui ao cinema. Minha participação acabou aí. E no dia do golpe, a rádio Moscou anunciava que as*

[162] Entrevista concedida em 26 abr. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

ruas de São Paulo estavam ensangüentadas. Havia muita propaganda. E você não sabia quem manipulava quem. Se jogasse uma bomba, não sabia se era do pessoal da esquerda ou do pessoal da direita. Eu não tinha nada com isso, mas eu valorizo, nesse pessoal que lutou contra a revolução, o pessoal que escrevia. Agora, esse negócio de luta armada, eu sou totalmente contra"[163].

Em termos políticos, houve quem defendesse a queda de João Goulart sem mesmo saber o que estaria por vir. É o caso de Antonietta Rosalina da Cunha Losso Pedroso, hoje proprietária do Jornal de Piracicaba, que na época desejava ver Jânio Quadros na presidência do Brasil e afirma que o Jornal de Piracicaba se alinhou de início por cautela e por ser contra Jango:

"Eu não me lembro muito bem. Eu fiquei muito chocada porque eu era muito envolvida com Jânio Quadros. Ao mesmo tempo, eu estava vendo que a coisa estava difícil, quase incontrolável. Então, num primeiro momento, a gente não sabia dizer se era melhor ou pior para o país (...) eu acho que num primeiro momento todo mundo tinha medo do Jango. Não se sabia o que este homem poderia fazer. Ele tinha as piores referências. Quando os militares assumiram, tinha dinheiro à beça do Brizola, coisas horríveis, que eles estavam desviando. O Brizola estava envolvido numa porção de coisas e o Jango também. Todas as coisas que eles faziam era um rio de corrupção. É claro que uma ditadura nunca é boa (...) quando os militares vieram, de certa maneira, foi um alívio pela situação política em que o país se encontrava. Todo mundo achou que eles fossem bons. Eles intervieram numa hora que parecia um caos"[164].

Outro opositor não somente a Jango, mas a todo o grupo getulista que comandava a política nacional desde praticamente 1930, foi o então deputado Francisco Salgot Castillon, um dos fundadores da UDN e representante maior do partido em Piracicaba. Para ele, em meio às incertezas de como caminharia a política nacional, o que importava era a derrubada dos getulistas:

---

[163] Entrevista concedida em 27 abr. 2001.
[164] Entrevista concedida em 25 jul. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"não pensamos nada. Nós queríamos era derrubar o grupo do Getúlio"[165].

A confusão que se estabelece no país é representada em Piracicaba pelo atraso com que aconteceu a versão local da Marcha da Família. Apenas uma semana depois uma Liga formada por senhoras católicas chamou a sociedade para apoiar o novo governo. Os sindicatos locais, com todos os diretores cassados, presos ou fugidos, já eram comandados por diretorias pelegas. Por isso, diariamente as páginas do Jornal de Piracicaba publicavam chamadas e apelos dos sindicatos para o comparecimento ao ato. O jornalista José Antonio Bueno de Camargo, o José ABC, caracteriza a Marcha em Piracicaba:

> *"A marcha da família e tal... e pelo tipo de povo que organizou essa passeata aí, já me antipatizei de cara com este movimento. Tipo de povo... eu sou católico, de família católica, mas essas beatas de Igreja, que são comandadas facilmente, elas dizem vamos rezar três Aves Maria e vamos depor prefeito. O prefeito vai ser deposto pelas Aves Maria. Este tipo de gente então, com aquelas faixas que não sei quem pagou... e foi aí, praticamente no nascedouro, eu já me antipatizei. Quanto ao Diário, onde eu trabalhava, o Diário não se ajustava com este tipo de povo que...muito conservador"*[166].

Independente de quem organizou o ato da Marcha da Família, o fato é que ela só aconteceu dias depois de "resolvida" a situação política do país. O que expressava essa "espera" não pode ser respondido com precisão. Cautela? Oposição? Conservadorismo? Adesão?

O fato é que as representações iniciais do golpe em Piracicaba formam um *mix*. Resultado da exigüidade ou da imprecisão das informações imediatas, a sociedade local reage de forma diversificada. A população aguarda para se manifestar, mesmo com os veículos de imprensa apresentando o cenário desta ou daquela forma. A realidade é que alguns, como os sindicalistas, sentem na pele a perseguição sendo presos no calor dos acontecimentos. Outros defenderam a necessidade de acalmar a convulsão política em que se encontrava o país. E para

---

[165] Entrevista concedida em 31 jan. 2001.
[166] Entrevista concedida em 8 abr. 2002.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

outros ainda, a mudança no poder significava o fim do ciclo getulista. Enfim, apesar da variedade opinativa, pelos depoimentos não podemos afirmar que Piracicaba aderiu com festa ao novo regime como pregou o Jornal de Piracicaba na época. Cautela, adesão e oposição se misturam nas representações contidas nas falas destas testemunhas da história local.

4.2. Política: cassação do prefeito, banquete aos generais e 'socialismo'

Na história da política de Piracicaba, principalmente no que se refere ao Executivo, o alinhamento partidário seguiu muito mais interesses locais do que uma sintonia com o quadro nacional. Para definirmos nossas representações acerca da política piracicabana e sua inter-relação com o regime militar pós 1964, selecionamos três momentos para questionarmos as testemunhas do período: de início, temos os "primeiros anos", de 1964 até 1969, nos quais inclui-se a determinação do bipartidarismo (MDB / Arena) após o AI-2 e a cassação do então prefeito da Arena, Francisco Salgot Castillon. Depois, trabalhamos com os governos municipais do MDB. Em 1972, o engenheiro civil Adilson Benedito Maluf vence as eleições e se torna um dos prefeitos mais jovens de Piracicaba. Seu sucessor, João Herrmann Netto, também do MDB, comanda a cidade a partir de 1978, empregando um discurso de oposição aos militares e governando com um secretariado composto de ex-acadêmicos filiados a partidos e organizações de esquerda como o PCB[167] e o MR-8[168].

Para construir este cenário de representação da política piracicabana, contamos com a valiosa colaboração de professores, jornalistas, operários e, claro, políticos. Dentre eles, vale destacar os depoimentos de dois ex-prefeitos: Francisco Salgot Castillon[169] e Adilson Maluf. Tentamos, por cerca de seis meses, marcar uma entrevista com o ex-prefeito João Herrmann Netto. Por várias

---

[167] Partido Comunista Brasileiro.

[168] Movimento Revolucionário 8 de outubro.

[169] Francisco Salgot Castillon nos concedeu uma entrevista no dia 31 de janeiro de 2001. Ele faleceu um ano depois, no dia 23 de janeiro de 2002 e por isso este capítulo é uma homenagem à simpatia e à lucidez demonstradas por ele em nosso encontro.

oportunidades, agendamos datas com seus assessores, mas que sempre foram sendo desmarcadas com o argumento de incompatibilidade de agenda devido aos trabalhos de Herrmann como deputado federal (PPS-SP). Após tamanha insistência, decidimos por deixar esta etapa sem o seu depoimento, o que não foi de nosso agrado. Mesmo assim, muitos de seus ex-secretários falaram por ele e nem por isso esta análise está prejudicada.

Entre os anos de 1964 e 1968, quando o regime formulava seu projeto de governo, muitas incertezas pairaram nos bastidores da política no que se referia a apoiar ou se opor ao sistema político. Enquanto "aguardávamos" os primeiros sintomas deste projeto implantado a partir do II Exército, poucas foram as manifestações de oposição. O professor Alceu Marozi Righetto aborda o quadro político com certo ceticismo. Para ele, nenhum político da cidade se propôs a questionar o regime, já que com o regime imposto a partir de 64 a cidade "absorve" antigas tendências de direita:

> *"No passado, Piracicaba foi um centro integralista muito forte e o movimento de 64 absorve estas tendências de direita. Quer dizer, tudo que era de direita aqui também ajudou a motivar essa história de comunista, de acabar com o sacrossanto direito da fé, todas aquelas histórias. Aqui em Piracicaba se aceitou facilmente pelos órgãos de imprensa local... aceitaram a ditadura no seu projeto político. Já tinham o respaldo de canavieiros, de famílias tradicionais... criou-se um clima de anti-contestação. Os estudantes se manifestavam, mas o resto acomodou. Ficou em clima de aceitar a ditadura passivamente, obedientemente. Esta é a característica da direita. Você é subalterno a certos projetos de liderança você tem que se conduzir conforme os parâmetros destas lideranças propostas. Então se "respeitava", um respeito antidemocrático. Acomodou-se uma vida em função do que o modelo econômico que eles estavam propondo, debaixo de uma lavagem cerebral muito forte. Para eles, estavam restaurando a dignidade e a moral, os valores da vida, a família, a propriedade..."*[170]

[170] Entrevista concedida em 20 jun. 2001.

unesp

A política em Piracicaba, nos primeiros anos de regime militar, contava principalmente com três lideranças: Francisco Salgot Castillon, líder da UDN, Domingos José Aldrovandi, representante das forças que apoiavam Adhemar de Barros e Luciano Guidotti, que em 1963 vencera as eleições municipais contando com representantes políticos que convergiram ao Partido Renovador (PR) "seguidores" do então vice governador Laudo Natel. O jornalista Cecílio Elias Netto abre sua caixa de memórias e com detalhes descreve o cenário político do período. Cecílio Elias lembra que, mesmo dentro do conflito característico entre as lideranças, o resultado foi de apoio geral ao novo sistema político:

> *"E Piracicaba? Naquele momento, Piracicaba estava dividida, em duas grandes linhas, que eram PSD e PTB e a UDN. Neste momento, Adhemar de Barros se recupera e, em Piracicaba, os ademaristas também se recuperam. Então, de um lado está a UDN, com Salgot Castillon. Do outro lado, o ademarismo, com Aldrovandi [Domingos José Aldrovandi]. Então começou a grande briga do Jango. Eu acho que ninguém, a não ser os pelegos, aquela massa mais ignorante, era a favor do Jango. Não era possível ser a favor do Jango, porque era o caos no país. Naquela época, eu era de esquerda, mas não conseguia me identificar. Tanto é que o Luiz Carlos Prestes, logo começou a se afastar do Jango, percebendo que o Brizola estava levando o país à loucura. Obviamente, isto repercutia em Piracicaba. Para se ter uma idéia, como aqui em Piracicaba as coisas foram diferentes, a UDN, que é direita radical, o líder da UDN em Piracicaba, era o homem ligado ao sindicatos. O Salgot era o líder populista. Então, quando a revolução estoura, Piracicaba estava dividida. (...) Então o Salgot não se dava com o Aldrovandi. O Aldrovandi tinha brigado com Luciano. O Luciano não suportava o Salgot. Eram as três lideranças, mas daqui a pouco os três estavam apoiando a revolução. E quem ficou contra, estava ferrado* (sic.)"[171].

O fato é que o empresário Luciano Guidotti governou a cidade nos primeiros cinco anos de regime militar. Havia vencido as eleições em 1963 e, quando estava para terminar seu mandato, sofrera um enfarto e morrera no dia 7

[171] Entrevista concedida em 26 jul. 2001.

unesp

de julho de 1968. A morte de Guidotti representava uma ruptura na política local. Os "guidotistas" perderiam a força junto ao eleitorado, uma vez que Luciano Guidotti era a grande liderança dentro da coligação que o apoiava. Assim, as eleições de 1968 ficaram nas mãos de seu maior opositor: Francisco Salgot Castillon, representante maior da Arena em Piracicaba e, paradoxalmente, um líder populista com grande aceitação no meio operário.

A política em 1968 já era formulada a partir do bipartidarismo MDB x Arena e em Piracicaba o resultado desta fórmula foi uma disposição ao gosto local. Quem elucida o quadro *sui generis* é Cecílio Elias Netto:

> *"Eu me recordo, nessa época, um pouco antes de estourar a revolução, eu me desencantei com o Partidão (PCB), isso já em 63, e eu estava fascinado pelo Carvalho Pinto. Eu votaria no Juscelino, mas se o Carvalho Pinto fosse candidato a presidente da república, eu votaria nele nem que fosse para perder. Então passei a me dar muito bem com ele. Então ele me convidou para ir oficialmente no PDC (Partido Democrata Cristão) e eu estava no escritório do Carvalho Pinto quando veio o AI-2, quando cortaram os partidos. Carvalho Pinto ficou uma fera. Daí ficou aquela discussão até criarem os dois partidos. Então nos perguntamos: "pra onde vai?". Todo mundo queria ir pro MDB e o Carvalho Pinto disse: "eu vou para a Arena por que eu vou brigar com a revolução dentro da revolução. O MDB não tem chance de brigar". E em Piracicaba? O pessoal que aqui ficou contra a revolução, foi para a Arena. Daí, Salgot foi para Arena, Aldrovandi foi para Arena, entende? O Guidotti viu que não tinha lugar ali e foi para o MDB. Só que quem tinha prestígio junto aos militares era Guidotti. Então o João Guidotti vai para o MDB, ele é amigo do Laudo Natel, que está na Arena. E o Salgot que era líder da Arena, líder do governo Roberto Sodré e depois prefeito eleito de Piracicaba, o MDB consegue cassar"*[172].

Salgot vencera as eleições em 1968, mas seu mandato não completaria um ano de vida, pois em outubro de 1969 fora cassado. Partimos então para as falas de várias testemunhas do período que levantaram suas impressões, suas

---

[172] Entrevista concedida em 26 jul. 2001.

unesp

(in)certezas, enfim, um conjunto de relatos que resulta num cenário de representações. São as razões e conseqüências da cassação do mandato do então prefeito Francisco Salgot Castillon.

De início, o jornalista Cecílio Elias Netto busca desenhar com detalhes os fatos que culminaram na cassação. Em sua fala temos claros indícios de perseguição interna. Na história da cassação levantada pelo jornalista Cecílio Elias, temos a 'vingança' dos guidotistas que haviam perdido as eleições um ano antes, a história envolvendo o estádio do XV[173] e , sobretudo, o apoio de Salgot às greves operárias. Enfim, Cecílio representa como uma sucessão de fatos que, formuladas a partir do desejo barrar a liderança de Salgot, foram levadas ao conhecimento do 5° GCan[174]:

> ***"Fale um pouco mais sobre a questão do Salgot. Ele foi vítima de uma perseguição política interna, que aproveita a situação política do país...***
> *r: foi. Foi vingança política aqui. Porque o Salgot foi denunciado injustamente por corrupção, tanto é que não se comprovou nada, porque houve uma declaração infeliz do Salgot para o Humberto D'Abronzo, que era presidente do XV. O Humberto ia sair candidato a prefeito, em oposição ao Salgot, apoiado pelo Luciano Guidotti. O Luciano queria esmagar o Salgot... quando o Luciano morreu! Mas quando Luciano morre, acredita-se, em virtude do impacto da renúncia do D'Abronzo, ele estava investindo tudo no D'Abronzo, que era um ídolo nos esportes da cidade e o D'Abronzo renuncia. O D'Abronzo tinha pesquisas na mão, dizendo que iria perder. Estava na cara. Então, ele conversou com o Salgot, disse que ia sair e apoiar o próprio Salgot. Mas ele pediu apoio ao Salgot para ajudar o XV. O Salgot disse que ia ajudar, mas o D'Abronzo quis uma declaração por escrito: "Eu me comprometo, tal tal tal (sic.), se for eleito, como prefeito de Piracicaba, a ajudar o XV ". E o que acontece? O Luciano morre e o D'Abronzo apoiando o Salgot. Daí, há uma movimentação dos guidotistas, que lançam o João Guidotti, irmão do Luciano, para enfrentar o Salgot. E ele [João], tinha um " cadáver " [o Luciano]. Mas o Salgot lutou e ganhou. Quando o Salgot ganha a eleição, começa o buchicho. E*

---

[173] Esporte Clube XV de Novembro de Piracicaba – time de futebol local.
[174] 5° GCan – Grupamento de Canhões Anti Aéreos – unidade do exército em Campinas, a qual Piracicaba estava subordinada militarmente.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

vão e denunciam o Salgot. Começa a denúncia aqui no Gcan. Levam documentos e, entre esses documentos, haviam invadido a casa do Humberto D'Abronzo. A polícia invadiu a casa dele e de muitos outros e encontraram a declaração do Salgot dizendo que ia ajudar o XV. E, ao mesmo tempo, pegaram reportagens quando o Salgot, às vésperas da revolução, liderava greves operárias"[175].

Cecílio confirma a representação de simpatia que Salgot tinha junto aos operários e ressalta que Salgot fora a maior vítima do regime na cidade, ao lado do empresário Romeu Ítalo Rípoli:

"Ele realmente ficava do lado dos operários?
r: Sim. O Salgot foi o maior líder populista de Piracicaba. Em todos os tempos. O João Herrmann chegou a se aproximar dele. O Salgot era amado. Não se conseguia falar mal dele pro salgosista.
Ele pode ter sido a maior vítima do regime militar aqui em Piracicaba?
r: de Piracicaba foi. Foi ele e foi o Rípoli [Romeu Ítalo Rípoli[176]*]. O Rípoli foi líder revolucionário antes da revolução. Ele lutou contra o Jango sozinho aqui. Quando veio a revolução, ele botou dinheiro para ajudar a Marcha. Ele era fanático. Ele acreditava naquilo. Vieram para cima dele e prenderam! O caso dele, era porque ele era inimigo pessoal do João Guidotti. A mesma coisa que o Salgot. Só que ele não tinha mandato"*[177].

Com o intuito de verificar o respaldo de Salgot Castillon junto aos trabalhadores, questionamos todos os operários entrevistados sobre a questão do ex-prefeito. A representação positiva em relação a Salgot é unânime entre eles. Rubens Nocette, ex-ferroviário, e Antonio Dorival Trevisan, ex-sindicalista do setor têxtil, acreditam em complô interno. Para Nocette, Salgot fora "vítima de pretexto":

---

[175] Entrevista concedida em 26 jul. 2001.
[176] Romeu Ítalo Rípoli – empresário que durante os anos 70 esteve presidindo o time de futebol do XV de Piracicaba.
[177] Entrevista concedida em 26 jul. 2001

"Eu sou relativamente suspeito, pois já disse que o Salgot era bastante amigo do pessoal da ferrovia. Mas eu acredito que o Salgot era uma pessoa correta, honesta e a cassação dele foi mais uma perseguição por ele ter dado um apoio para as categorias de trabalhadores. E colocaram ele como uma pessoa que dava apoio para grevistas. Ele não deu simplesmente apoio. Ele foi lá tentar dialogar com a polícia e sabia perfeitamente que ninguém era bandido. Tudo pessoas corretas lutando pelo direito de melhorar salários. Mas na época eles queriam qualquer pretexto que indicasse que a pessoa era de tendência de esquerda, eles cassavam mesmo. E os opositores dele, na época, se aproveitaram disso. E ele abandonou de vez. Eu acredito, que no caso dele, ele não tinha maiores pretensões políticas, mas na cidade ele tinha prestígio e poderia continuar como candidato a prefeito ou a deputado. Mas com todos estes constrangimentos, não acabou valendo à pena continuar"[178].

De acordo com a fala de Antonio Dorival Trevisan, apesar da certa "demagogia" de Salgot em deitar nos trilhos durante uma greve dos ferroviários, ele acredita que tudo não passou de uma tentativa bem sucedida de alijar Salgot Castillon da política:

"Fale um pouco sobre a cassação do ex-prefeito Salgot. Os jornais da época falaram pouco. Por que será?

r: Todo mundo se resguardava, porque se o jornal fosse se alongar muito num caso como esse, ele poderia ser enquadrado na justiça posteriormente. Então eles se limitavam a publicar determinada coisa e mesmo porque o Salgot era muito amigo dos proprietários dos jornais da cidade. Agora, sobre o próprio Salgot, veja bem, a política sempre foi demagoga e na época das greves em 1962, 1963, ele Salgot e o Bento Dias Gonzaga chegaram a deitar nos trilhos da Sorocabana para não deixar o trem passar, mas eles sabiam que o trem não ia passar por cima deles. Quando veio o golpe, então o deputado Aldrovandi [Domingos José Aldrovandi], fez um discurso na Câmara dos vereadores dizendo que não era só para pegar os vermelhos. Que o secretário de segurança deveria pegar os vermelhos e também os cor-de-rosa e na nossa avaliação, o objetivo do Aldrovandi era alijar o Salgot da política. Então, no caso, o Salgot

[178] Entrevista concedida em 24 jul. 2001

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

era o "cor-de-rosa" para eles, mas eles no fundo sabiam que o Salgot não era nada disso. E conseguiram atingi-lo através da parte administrativa, finanças.

Então, ele foi vítima da política local?

r: Tenho certeza absoluta"[179].

Celso Camargo Sampaio, ex-sindicalista do setor alimentício, representa Salgot como um "deputado do lado dos trabalhadores" e, questionado sobre a disputa entre Salgot e Luciano Guidotti, Sampaio é enfático ao classificar Salgot:

"o Salgot, além de ser deputado, foi prefeito e era muito amigo dos trabalhadores. Nós tivemos algumas greves sempre contando com apoio do Salgot. Ele foi um deputado que ficava sempre no meio dos trabalhadores e eu só podia lamentar a situação dele. Ele tinha uma liderança e no fim foi afastado por dez anos.

Quem foi o melhor prefeito? Salgot ou Luciano Guidotti?

r: O Salgot, mais humano impossível. Agora, o Guidotti foi um grande prefeito, não tenho dúvida disso".

Entre os metalúrgicos Salgot Castillon também é representado de forma afirmativa. Nas suas falas, só têm a lamentar e a confirmar o apoio dado por Salgot às causas trabalhistas. Seguem, respectivamente, relatos de Jaime Caldeira, Octávio Arthur e Eugênio Belotti, ex-sindicalistas do setor de metalurgia:

"Fale um pouco sobre a cassação do ex-prefeito Salgot? O que o senhor pensa?

r: Do Salgot. Eu posso falar dele o seguinte: eu confiava tanto nele, apoiei ele para prefeito. Depois que foi cassado, ele apagou. Ele se auto exilou".

"Fale um pouco sobre a cassação do ex-prefeito Salgot Castillon.

r: O Salgot participava e pertencia do nosso lado. Ele deitou na linha do trem, fez aquela xaropada toda, mas ele sempre estava do lado do operariado. Foi perseguido por causa disso. No meu ponto de vista, eu acho que ele não cumpriu as determinações do partido.

---

[179] Entrevista concedida em 2 jan.. 2001

unesp

Ele foi um bom prefeito?

r*: foi".*

"O que o senhor pensa sobre o caso do Salgot? Gostava dele?

r: como político e como engenheiro. Tiraram ele por que ele estava apoiando o trabalhadores. A corda sempre quebra do lado mais fraco"[180].

E o reconhecimento a Salgot parte até mesmo da oposição. O jornalista Roberto Cera, ao ser questionado sobre a cassação do ex-prefeito, relata que apesar de ser opositor politicamente, ele acredita que Salgot amava sua cidade:

"Para falar a verdade, eu não tinha simpatia por ele, porque ele derrotou meu tio nas eleições, o Dr. Cera. Mas ele foi um bom prefeito, embora durasse pouco... foi cassado. Mas ele partiu para esse lado popular, de deitar os trilhos. Mas ele procurava cuidar da cidade, tinha amor pela cidade[181]*".*

Mas mesmo diante de tantas falas que já constroem um painel de representações favoráveis acerca da cassação de Salgot Castillon, tivemos a oportunidade de colher o relato direto na fonte. Mesmo já enfrentando dificuldades com sua saúde, Francisco Salgot Castillon nos recebeu em seu apartamento, no centro da cidade e contou a sua versão. Surpreendendo mesmo sua esposa, Ladice Salgot, ele abriu sua caixa de memórias com nítido discernimento para contar a página que marcaria sua vida e encerraria precocemente sua trajetória política. Na nossa conversa, foram valiosas também as inferências da própria Ladice Salgot. Entre silêncios, aborrecimentos e desabafos, as falas de Ladice e Francisco Salgot são marcadas com nítida mágoa.

De início, um histórico do ingresso na política deste espanhol nascido no dia 21 de janeiro de 1921:

"O que levou o senhor para a política?

Salgot*: no Rio de Janeiro, na escola, tinha os colegas mais chegados que quando o Getúlio foi deposto, e se formou um início de uma democracia, nós resolvemos ajudar e formamos um partido, a UDN. Foi o partido de oposição a*

---

[180] Entrevista concedida em 2 jan. 2001
[181] Entrevista concedida em 27 abr. 2001

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Getúlio. Daí tomamos o Clube Germano, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, quando a Alemanha começou a bombardear nossos navios. Tomamos conta daquilo que lá foi criada a UNE [União Nacional dos Estudantes] (...)

O senhor voltou para Piracicaba e logo deu seqüência na carreira política?

***Salgot**: Não*

***Ladice**: mais ou menos em seguida sim. Nós casamos em 48 e em seguida ele foi vereador...*

***Salgot**: não foi nenhuma seqüência...*

***Ladice**: foi uma conseqüência...*

***Salgot**: isso sim...*

***Ladice**: foi uma conseqüência do temperamento dele de quando trabalhava com os pedreiros. Todo mundo vinha, tudo que precisava, era com ele. Ele tinha um jeito para lidar com eles, para aceitar, para conversar e tudo isso foi formando um lado... ele já tinha um lado político e foi crescendo com uma maneira dele conversar com o povo mais sofrido. Eu até brincava com ele, que era sobrinho de padre, mas as pessoas pareciam que vinham confessar com ele. Tudo eles vinham falar com o Salgot. Lá não tinha "Dr. Salgot". Era "Salgot" pra baixo para cima"*[182].

Nas primeiras impressões acerca da tomada de poder pelos militares ainda em 1964, Ladice Salgot acreditava numa melhora. Já Francisco Salgot, então representante da UDN, só queria decretar o fim do grupo getulista:

"Quando os militares entraram no poder, o senhor já era deputado?

***Ladice**: em 1960, ele foi a primeira vez prefeito. Ficou dois anos e foi eleito deputado. Daí, voltou a ser prefeito e foi quando houve a cassação. Tinha o AI-5 e ele foi cassado em outubro de 69 .*

O senhor fazia parte do partido em que os militares se apoiaram. Quando eles assumiram o poder, o que o senhor pensou?

***Ladice**: tivemos uma esperança de que eles vinham só para arrumar e não para ficar como ficaram.*

---

[182] Entrevista concedida em 31 jan. 2001

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

***Salgot**: não pensamos nada. Nós queríamos era derrubar o grupo do Getúlio"*[183].

O casal compartilha da suposição de que a situação ficara mais complicada a partir do AI-5, em dezembro de 1968. Ladice Salgot classifica o período de "caça às bruxas" e lembra da primeira vez que o marido fora levado aos militares em Campinas. Para ela, havia a influência dos opositores políticos do marido:

"***O senhor foi cassado em outubro de 69, depois do AI-5. O senhor acha que esse foi o pior período?***

***Ladice**: Ah foi. O pessoal chama de uma caça às bruxas. Inclusive, nós estávamos aqui sossegados, quando vieram dois "miliquinhos" para pegarem ele. Você lembra, quem é que foi morto em São Paulo, um comunista...*

***Salgot**: Marighella*

***Ladice**: isso, Marighella. Foi perto dos Finados e o pessoal achou que ia haver um levante comunista. Então pegaram a lista de quem eles achavam que era "vermelhinho" e justamente os militares que tinham em Campinas, tinha o Restell que conhecia meu marido e sabia que tinha sido injusta aquela cassação. Mas era feriado e ele não estava lá. Daí, um abaixo dele, que era mancomunado para com o Luciano Guidotti, daqui da cidade, vieram e levaram ele"*[184].

Mas mesmo enfrentando uma certa angústia em relembrar sua história, Salgot Castillon consegue construir a seqüência dos fatos com lucidez. Decretado o AI-5, Salgot teve claros indícios de que teria problemas após a posse, em janeiro de 1969. Através de um colega de Assembléia, soubera que estava sendo observado pelo 5° GCan. Preocupado, se antecipou e foi ao batalhão em Campinas saber os motivos de tais "observações":

"Bom. Em 68 foi decretado o AI-5, eu era deputado. Esse AI-5 nos pegou completamente de surpresa. Não fiz manifesto nenhum. Não elogiei, mas também não critiquei porque não sabíamos no que ia dar. Um pouco antes da

---

[183] Entrevista concedida em 31 jan. 2001
[184] Entrevista concedida em 31 jan. 2001

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

posse [havia sido eleito prefeito], um colega da Assembléia, deputado, disse que não havia gostado de uma conversa de um milico de Campinas. Até aquele instante não havia tido nenhum relacionamento nem bom nem ruim com eles. Esse deputado era amigo do deputado de Campinas, que virou governador, Orestes Quércia, do MDB. Então numa conversa ele perguntou se havia perigo de cassar Quércia. Ficou assustado quando falaram: "Quércia não. Quem nós vamos cassar é o Salgot" . E ele veio me contar. Isso já foi em dezembro. Disse que os militares de lá não gostavam de mim. Mas qual é a razão? Também estranhei. Então fui a Campinas. Mas não tínhamos relacionamento nenhum com os "milico" de Campinas. Nosso relacionamento era com Sorocaba, o alistamento militar, tudo era feito com Sorocaba. Com Campinas, nada. Então fui a Campinas. Tinha o Cerqueira Lima, que era muito forte com os militares, chegou a ser ministro da guerra. Fui para conhecê-lo e saber a razão pela qual haveria de ser cassado. Quando me apresentei, dizendo que era o deputado Francisco Salgot, pediram para ficar sentado num canto, numa sala pequena. Foi um movimento! Tenente com capitão, capitão com coronel, coronel com general, foi um rebuliço! Fiquei uma hora, uma hora e tanto esperando. No fim me chamaram e estava reunido a turma toda. Quem comandava a coisa era o Cerqueira Lima. Eles não me disseram porque eu ia ser cassado, mas deram uma demonstração clara de que não gostavam de mim"[185].

Sobre os interrogatórios em Campinas, o casal argumenta mais uma vez que tudo não passava de uma estratégia local e acredita que o apoio de Salgot aos trabalhadores incomodava:

"Eles perguntaram sobre o seu trabalho?

***Salgot**: Não, não...*

***Ladice**: nós é que deduzimos por que o Francisco sempre esteve ao lado dos metalúrgicos. Cada vez que tinha uma greve, o Francisco ia na qualidade de deputado para defendê-los. Não para defender a causa deles e sim para que não houvessem abusos. Você deve ter visto aquela história que ele deitou nos trilhos do trem. Ele não fez aquilo para fazer arruaça. Ele estava lá para aqueles homens que estavam pedindo alguma coisa, tivessem pelo menos o direito de*

[185] Entrevista concedida em 31 jan. 2001.

pedir e que não fossem maltratados. Não é? Por que você [se referindo ao marido] estava sempre lá, em defesa deles. Eles achavam que porque estava em defesa deles, era "vermelhinho".

***Salgot**: os sindicatos todos gostavam de mim. Metalúrgicos, alimentação... ferroviários.*

Então, se os militares de Campinas nem conheciam o senhor, fica claro que tenha sido uma trama daqui?

Salgot: o que acontece é que eles achavam que eu era muito perigoso"[186].

E dentro das dependências do GCan, o que se viu foi tortura psicológica acima do sofrimento físico, o que representou para Salgot Castillon uma humilhação na mesma medida:

"E quando foi preso em Campinas, como foi?

***Ladice**: ele ficou esperando um pouco na delegacia aqui em Piracicaba e depois foi para o GCan.*

***Salgot**: foram três dias.*

***Ladice**: Daí o Restell ligou para o Cássio Padovani, que era prefeito, e pediu para ir buscar o Salgot.*

Mas não chegaram a tratar mal?

***Ladice**: Não, não. Que eu me lembro que ele contou, foi que deram laranja, mas não deram faca parta descascar e então ele jogou a laranja...que eu me lembro só teve isso. Mas era humilhante, ele estava preso, sem saber porquê.*

Essa é a mesma situação dos trabalhadores que também disseram que não teve nada de bater...

***Ladice**: era só a humilhação de ter sido levado sem dizer porquê.*

Não são histórias de tortura. É justamente esse constrangimento.

***Ladice**: a tortura já é essa, a humilhação de levar sem dizer o porque. Se pelo menos na hora não sabe por que, que explicasse depois"*[187].

Para o casal ficava claro que, nos bastidores, os inimigos políticos de Salgot tiveram participação no caso da cassação. Mais de três décadas se

---

[186] Entrevista concedida em 31 jan. 2001.
[187] Entrevista concedida em 31 jan. 2001.

passaram até nossa conversa com o casal, mas as representações contidas em suas falas traziam ainda um ressentimento explícito:

> ***"Então, o pessoal do poder aproveitou a situação para poder enquadrar estas pessoas. Acho que foi essa a situação do Francisco?***
> ***Ladice**: Foi. Ainda que com Francisco eles chegaram aqui e eu pude fazer uma maleta de roupas. Quando o Restell chegou, ele perguntou: "o que o Salgot está fazendo aqui?". Então, era tudo o pessoal do Guidotti que mandou fazer isso. João Guidotti...*
> ***Salgot**: não mexe com isso...*
> ***Ladice**: não mexe com os Guidotti que vêm as mágoas...*
> ***Salgot**: É"*[188].

A estratégia de alijar a liderança representada por Salgot não fora arquitetada apenas por políticos. Segundo o próprio Salgot relatou, auxiliado pela esposa Ladice, ele fora vítima de uma armação inclusive de empresários da cidade. Era um modo de eliminar um forte aliado de seus operários:

> *"**O senhor era amigo dos operários e muitos deles apontaram os diretores das indústrias como quem denunciavam esses operários. Além dos Guidotti, o senhor acha que esses donos de indústrias também ajudaram a tramar contra o senhor?***
> ***Salgot**: Naquele tempo, o maior industrial era o Mario Dedini, que gostava de mim. Agora o Leopoldo, não.*
> ***Ladice**: Eu tenho a impressão de que como o Francisco ajudava quando o pessoal ficava em greve, então os industriais ficavam "esse cara ta aí só pra me atrapalhar". Ele ficava ao lado do trabalhador. Você falou também [perguntando ao marido] que o pessoal da maçonaria também tramava. E o pessoal da maçonaria, que eu cumprimentava muito alegre...*
> ***Salgot**: os maçons até eram meus amigos. De repente, fui convidado para fazer os Cursilhos...*
> ***Ladice**: mas não tem nada uma coisa com outra!*
> ***Salgot**: mas foi isso!*

---

[188] Entrevista concedida em 31 jan. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

***Salgot**: saí do Cursilho e muitas pessoas que considerava meus amigos...isso da maçonaria ninguém nunca comentou"*[189].

Por fim, a esposa Ladice é quem representa as conseqüências deixadas pela cassação do marido:

*"**Ladice**: a cassação para ele foi uma cacetada na cabeça. Esses problemas de saúde de hoje, a maneira que ele vem enfrentando, eu acho que é psicológico de tudo que ele sofreu. Eu acho que ele se entregou bastante.*

Não foi um exílio externo, mas...

***Ladice**: ele se exilou, nós nos exilamos aqui em casa. Ficou dez anos sem os direitos políticos. Ficamos a pé, ele voltou para a engenharia. Nós nos exilamos. Tem pouca gente que vem nos visitar"*[190].

Enfim, com a saída de Salgot da política, ainda em 1969, encerrava-se um ciclo na política piracicabana. Era o fim da bipolaridade acirrada entre os "guidotistas", que desde os anos 50 apoiaram Luciano e João Guidotti, e os "salgosistas", que também desde meados da década de 50 apostavam na representatividade de Francisco Salgot Castillon.

Porém os novos rumos da política na cidade só puderam ser observados a partir do ano de 1972. Os três anos que separaram a cassação de Salgo Castillon e a eleição de Adilson Maluf ficaram marcados como um período de transição, uma vez que o sucessor de Salgot, seu vice Cássio Paschoal Padovani, também não completara o mandato, pois morrera ainda em 7 de março 1972, alguns meses antes das eleições municipais.

De certa forma, essa sucessão de percalços gerara um clima de ansiedade pelo novo prefeito. O cenário que se construiu a partir de tantos desencontros foi o de anseio por mudança, renovação. Para alguns de nossos entrevistados, a eleição do novato e recém-formado engenheiro civil Adilson Benedito Maluf, pelo MDB, foi o resultado dessa vontade de mudar traduzida nas urnas de 1972.

---

[189] Entrevista concedida em 31 jan. 2001.
[190] Entrevista concedida em 31 jan. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

O então padre José Maria Teixeira representa a vitória de Adilson Maluf como um elemento dentro do processo de reaproximação de grupos contestadores e, principalmente, como resultado do apoio da juventude:

> *"o próprio processo vinha num crescendo. A cidade era fechada, mas chega um momento em que começa haver uma reaproximação. O Adilson aparece com muita força e havia muitos grupos de jovens buscando votos para o Adilson. Jovens de grupo de Igreja e o Adilson era um cara jovem, que passava uma impressão de idéias novas, agora vinha num crescendo, mas não por conta dele. Era ele dentro do processo, das circunstâncias"*[191].

O ferroviário Rubens Funes Nocette também acredita que a eleição de Maluf foi o resultado do descontentamento que se abatia na cidade:

> *"O povo e nisso eu me incluo, as pessoas já estavam tomando certa antipatia pelas atitudes dos militares. Então, em vários lugares, mas aqui em Piracicaba parece que foi mais acentuado, o pessoal passou a ser contra. Começou com o Adilson Maluf. Era jovem, recém-formado, com respaldo dos amigos, se elegeu pelo MDB. Essa tendência do povo tentar mostrar que estava descontente com a ditadura, votaram no Maluf"*[192].

O próprio Adilson Maluf confirma essa representação empolgante que adquiriu sua campanha, conquistando a adesão da juventude. Mais do que isso, a falta de candidato do MDB local e o certo despreparo do partido em formar a chapa que concorreria à prefeitura também acabaram se tornando em fatores que contribuíram para elevar um engenheiro de 28 anos, sem qualquer experiência em ocupar cargos eletivos, a Prefeito Municipal:

> *"Eu tinha calça curta e já falava que ia ser prefeito de Piracicaba. Mas eu sempre trabalhei nas eleições, montava barraquinhas nas esquinas, distribuía material de campanha, eu tinha um tio que era presidente do PSP e então eu sempre ajudei nas campanhas...do Adhemar de Barros, de candidatos a deputado estadual, federal, mas em 1972, eu já era formado, já estava trabalhando na cidade e eu queria me candidatar para prefeito. Era só Arena e*

---

[191] Entrevista concedida em 11 abr.. 2001
[192] Entrevista concedida em 24 jul.. 2001

unesp

MDB. A Arena era uma briga desgraçada, era o partido do governo e não tinha lugar e o MDB estava procurando o candidato para preencher a chapa, que eram três nomes por legenda. Então procurei o presidente do PMDB daqui na época, era deputado Francisco Antônio Coelho (já falecido) e perguntei como fazia para ser candidato. Então me filiei ao partido na hora e quando chegou no dia da convenção eles não tinham candidato e me deram a legenda e só lá na convenção eles me apresentaram ao vice. Era uma excelente pessoa, o senhor Américo Perissinoto. Então fomos eleitos. Eu tinha 28 anos, fiz uma campanha sem gastar dinheiro nenhum...eu consegui empolgar a juventude. Então, a juventude carregou a minha eleição"[193].

O jornalista Adolpho Queiroz lembra que Adilson Maluf fora eleito pelo MDB, mas que suas orientações não poderiam ser caracterizadas como de esquerda:

"O Adilson [Maluf] era um empreendedor, um inovador, mas não era um homem de esquerda"[194].

Mas da euforia traduzida na vitória de Adilson Maluf, o que ficou foi um governo contraditório. Vieram denúncias de corrupção, aberturas de inquérito e um modo de governar priorizando obras e a construção do Distrito Industrial. Muitas empresas, é verdade, chegaram na cidade durante a administração Maluf, entre elas a Caterpillar. Contudo, as dúvidas que pairaram sobre seu governo representaram, para o jornalista Roberto Antonio Cera, uma decepção:

"E o governo do Adilson Maluf, em 1972, representou uma mudança?
r: aí que foi minha grande decepção. O Adilson era jovem. O Diário apoiava o João Fleury e o Adilson era do MDB. É uma loucura Piracicaba. O Cecílio que era contra governo, que vivia sendo chamado, era da Arena. E o Adilson Maluf, que era de família rica, era do MDB. Era questão de oportunidade. Havia mais oposição na Arena do que no MDB. É um fato muito curioso. Mas gostavam muito do Adilson. Ele fez uma campanha aberta, corpo a corpo, mas de repente percebemos que o Adilson começou a usar o cargo em benefício seu. Grupos se

[193] Entrevista concedida em 7 mar.. 2001
[194] Entrevista concedida em 3 mai.. 2001

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

beneficiando, denúncias que chegavam sobre o fato do Adilson fazer pressão para comprar terrenos na cidade, sob ameaça de passar com avenida por cima. E foi o caso da Avenida. 31 de março. Havia muitas denúncias com relação ao enriquecimento dele. Houve sindicância, não provaram nada sobre seu enriquecimento ilegalmente, mas não foi moral"[195].

Para o também jornalista Cecílio Elias Netto, a administração Adilson Maluf pecou pela falta de experiência e pela falta de apoio da Câmara dos Vereadores. Cecílio Elias representa o momento de Maluf como um retrocesso:

"O que representou politicamente a entrada do MDB na prefeitura com o Adilson Maluf?

r: um retrocesso ideológico. A primeira administração do Adilson foi muito mal em todos os sentidos. Ele era muito jovem, não tinha apoio da Câmara, tiveram escândalos. E é o seguinte: ele é de direita. Então, em 1972, eu era o candidato natural para prefeito. Mas eu não tenho vocação para político, não sei pedir votos e não aceitei. E o Adilson queria ser prefeito. Ele era um garoto simpático, atrevido. Aí falei para ele ir pro MDB porque o partido não tinha candidato. A Arena estava uma briga e todo mundo começou a votar no MDB, descarregando os votos no Adilson"[196].

Seria apenas coincidência o fato de dois jornalistas terem representado de forma negativa o governo Adilson Maluf? Questionamos o próprio Adilson Maluf sobre seu relacionamento com a imprensa local. Com o Jornal de Piracicaba, que ele classifica como "comedido", Maluf afirma ter mantido uma boa relação, mas com outros veículo da cidade o cenário é completamente outro. Segundo Adilson Maluf, das intrigas com a Rádio Difusora e com o jornal O Diário surgiram processos, investigações e inimigos:

"Ao se eleger prefeito, como foi o relacionamento com a imprensa local?

r: Eu nunca tive dificuldades com a imprensa séria. Nunca precisei comprar e nunca precisei esconder nada.(...) O Jornal de Piracicaba era e é até hoje, um jornal comedido Se você pegar a história deles, de 100 anos, (inclusive eu tenho

---

[195] Entrevista concedida em 27 abr.. 2001.
[196] Entrevista concedida em 26 jul.. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

um diploma que eles deram a sete pessoas que eles consideraram ter prestado serviços para a cidade)... e sempre me dei bem. Eu, assim que assumi a prefeitura tive problemas para montar o secretariado, devido às brigas políticas, mas com o Jornal de Piracicaba eu não tive problemas. Com a rádio Difusora eu tive problemas com... não sei o termo que você vai usar... não vou dizer achaque... mas acho que queriam... dar dinheiro para imprensa: " dá para acobertar isso ". É complicado, mas eu não precisava fazer isso porque não tinha o que temer, mas tinha uma verbinha (sic.) lá, de propaganda, uma coisa modesta, mas acho que a rádio passou a exigir uma coisa que não foi possível atender e eu tive uma briga tremenda e eu invadi a rádio Difusora em pleno ar... não deixei tirar do ar e falei o que tinha que falar.

Além disso, eu tive problema seríssimos com "O Diário", que era do jornalista Cecílio Elias Netto, uma pessoa que eu acabei processando, condenando e foi trancado na cadeia por difamação, calúnia e injúria. Este cara tentou me atingir moralmente porque até aquela época e até há pouco tempo atrás, as declarações de bens, de imposto de renda, eram os valores de aquisição. Então, você comprava um apartamento de "x" cruzeiros. Passam dez anos e com a inflação esse valor multiplica. Na minha declaração, estava ainda "x", ou seja, o valor da aquisição. Então, o Cecílio pegou a minha declaração na qual eu declarei com valores de aquisição, um total de 300 mil e ele insistiu que eu tinha 4 milhões, que eram meus valores reais. Então falei que devia ter até mais de 4 milhões, 10 milhões, sei lá quanto que era... então, jornalisticamente, ele insinuou que eu roubei, que eu estava roubando. Este cidadão, eu posso falar aqui, ele veio pedir dinheiro para mim e eu não dei. Ele costumava emprestar dinheiro de todo mundo, não pagava, veio pedir para mim e eu disse que não tinha, rompi com ele e acabei o processando. A Câmara tinha dois terços de vereadores da Arena, número suficiente para pedir meu 'impeachment'. Chegaram a propor, mas não tiveram a coragem de votar. Eu não devia nada. Me denunciaram para o Tribunal de Contas, eu recebi isenção. Fizeram uma auditoria na Câmara de todos meus negócios, cheque por cheque, fizeram o que uma CPI faz, quebraram o sigilo bancário e só não quebraram o telefônico porque na época não era muito fácil. E em todas estas investigações, mostraram que eu sempre agi com lisura e quando acabou esta ação, então eu

unesp

processei este jornalista e ele foi condenado a seis meses de prisão. Cumpriu a prisão na casa dele porque era réu primário"[197].

Contraditoriamente, um prefeito do MDB tinha problemas com a imprensa, mas mantinha um bom relacionamento com militares, oferecendo, como o próprio Adilson lembrou, banquetes a generais em visita na cidade:

"E com relação aos militares?

r: aqui em Piracicaba eu me dei bem com os militares, nunca tive problemas.

E sobre os generais?

r: Eu trouxe aqui dois, fiz uma festa para eles. Sempre me dei bem com esse pessoal. Eu trouxe aqui o comandante, eu acho que era do 4º exército, de São Paulo, fiz um banquete, a sociedade era toda a favor dos militares. Eu convidei, ele aceitou e veio. Eu trouxe também o comandante do 5º GCan, mas eu não lembro o nome dele

(neste momento, Adilson Maluf solicita a sua secretária que entre em contato com o capitão Alfredo Mansur para que possa lembrar o nome dos generais que convidou)

E quanto aos generais presidentes?

r: sempre me dei bem. Recebi aqui o Geisel, dei um título de hóspede oficial. Recebi aqui o Figueiredo e fui recebido em audiência pelo Geisel e também pelo Figueiredo. Não tive problemas nem com os ministros"[198].

Dessas situações surgiram os descontentamentos do jornalista Roberto Cera em relação não somente a Adilson Maluf, mas com o próprio MDB:

"E o Adilson recebeu autoridades militares, mesmo sendo do MDB...

r: Isso é que é o curioso e porque eu me desencantei com o MDB. Isso é o MDB? Mudar aquilo por isso? Falavam o que dos militares? Da repressão e da baderna, da roubalheira e de repente, uma dos primeiros prefeitos do MDB foi o Adilson e esse é o exemplo?"[199]

---

[197] Entrevista concedida em 7 mar. 2001.
[198] Idem.
[199] Entrevista concedida em 27 abr. 2001.

unesp

Mesmo assim, Adilson Maluf fora chamado algumas vezes ao 5° GCan. Uma vez foi questionado sobre o Salão de Humor e sua explicação de que apenas cedera infra-estrutura convenceu os militares. Em outras duas, teve que explicar a criação de centros comunitários e resolver a situação da unidade local do Tiro de Guerra. Na fala do próprio Adilson Maluf, notemos como o bom relacionamento com os militares evitou problemas em relação aos centros de bairro e solucionou a pendência no caso do Tiro de Guerra:

> *"Então, quando eu ia, eu levava comigo o comandante do Tiro de Guerra daqui, o capitão Alfredo Mansur, hoje aposentado. Eu fui chamado porque eu criei os dois primeiros centros comunitários da cidade. Construí os prédios e organizei a sociedade. Um na Vila Cristina e outro no bairro do Matão. O que era os centros comunitários? Era um lugar onde os moradores se uniam e discutiam soluções. Era um local que o povo não tinha até então. Nenhuma cidade tinha e eu fui chamado a Campinas para dizer o que eu queria com este projeto. Quando disse que era um lugar para se discutir, eles alertaram: "vão começar a discutir política!". Respondi que eram locais para se discutir os problemas do bairro, um lugar para se receber autoridades, o prefeito... e isso acabou se difundindo. O João Herrmann, que veio depois de mim, também expandiu, o PT também... é um negócio que deu certo (...) teve uma outra coisa muito interessante que aconteceu com os militares onde eu fui chamado no quartel-general, em São Paulo, lá no Ibirapuera, mas aí era um problema que envolvia o exército. Acontece que os Tiros de Guerra são mantidos pela prefeitura. Instalação, manutenção. A prefeitura paga isto para evitar que os jovens de sua cidade se alistassem ou tenham a necessidade de ser alistarem em outro local. Só que eu recebi um parecer do Tribunal de Contas de que o pagamento que eu estava fazendo destas coisas estavam irregulares. Então eu precisava fazer uma lei, que precisava ser votada pela Câmara e eles rejeitaram este projeto de lei e aí iria fechar o Tiro de Guerra daqui. Cheguei lá e disse que não era problema comigo e sim com o próprio pessoal da Arena, que sustentava o governo, mas que aqui Piracicaba era oposição. Então o general marcou um dia para vir à Piracicaba, reunimos todos os vereadores numa sala,*

o general deu uma bronca tremenda, no dia seguinte eu mandei a lei para a Câmara e a lei foi aprovada e o Tiro de Guerra está aí até hoje"[200].

Dentro dessas contradições percebidas na administração Adilson Maluf, o fato é que ser governada pelo MDB fazia, de certa forma, com que a cidade despertasse a atenção dos órgãos de informação e segurança. No entanto, essa atenção se transformaria em desconfiança quando o sucessor de Adilson Maluf, João Herrmann Netto, também do MDB, vencera as eleições municipais de 1976.

Herrmann também era um ex-universitário, se formara agrônomo na ESALQ e, de início, compôs seu secretariado com figuras ligadas a esquerda. Seu governo também teve a marca do paradoxo. No campo político, promoveu uma movimentação baseada num discurso socialista, dando a Piracicaba o rótulo de "ilha da democracia". No campo social, deu continuidade a um projeto iniciado ainda no governo Adilson Maluf de construção de creches e centros comunitários. No governo Herrmann, essas construções se concretizaram em espaços sólidos de participação popular no que diz respeito à discussão de idéias e reivindicação de melhorias e direitos para os bairros. Ao mesmo tempo, em termos administrativos, o governo Herrmann ficou manchado pelo período tachado pelos jornais da cidade de "mar de lama". Colocada em dúvida as finanças da Prefeitura e, ao mesmo tempo, com a ocorrência de escândalos pessoais envolvendo a figura do prefeito, João Herrmann ficou à beira de perder o mandato.

Embora João Herrmann Netto tenha enfrentado crises de governabilidade, seu discurso e sua maneira de fazer política produzem nas falas de nossos entrevistados, representações que ressaltam principalmente a valorização da democracia e da comunidade durante seu mandato.

O cenário aqui exposto, que envolveu o governo João Herrmann Netto, foi construído por relatos de jornalistas e homens que estiveram ao lado de Herrmann como Secretários Municipais. Antes de tudo, Adelmo Alves Lindo, que no fim dos anos 70 era um recém chegado universitário da Unimep e que atualmente é assessor direto do deputado federal João Herrmann Netto, delineia o

[200] Entrevista concedida em 27 abr. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

ambiente e as representações de se ter um prefeito do MDB, com um discurso declaradamente de esquerda:

> ***"Quando você chegou em Piracicaba, a cidade estava agitada devido ao governo João Herrmann?***
> *r: já havia uma agitação, no país todo havia uma marca de falta de liberdade e Piracicaba era um oásis. Se já começavam no Brasil todo, algumas manifestações em busca da liberdade e da democracia, em Piracicaba, no entanto, tinha um prefeito com propostas democráticas. Então aqui terminou sendo um pólo extremamente interessante que influenciou numa série de outras questões tanto regionalmente como em nível local"*[201].

José Maria Teixeira relata a ocasião que "virou" secretário. De tanto "reclamar" nas reuniões, Teixeira bateu de frente com o intempestivo João Herrmann e acabou como Secretário da Educação:

> *"Acho que foi em 1978, me filiei ao MDB. Eu não conhecia o Herrmann. Assumi a área de educação e nas reuniões o que eu via que estava errado, eu "espinafrava", porque eu tinha uma vivência. E o João Herrmann, que pesa todas as bobagens que ele tem pela cabeça, uma coisa ele tem de bom. Ele é decidido. Ele não contemporiza. Se tiver que fazer, vamos fazer. Então, todas as vezes eu tinha críticas e um dia ele se encheu e reclamou: "Toda vez você tem críticas!". Disse: "Eu tenho e é isso". Então, na frente do secretário, ele respondeu: "Então fica você como secretário". Por aí eu cheguei no governo Herrmann"*[202].

Alem disso, Teixeira confirma a configuração de esquerda, mesmo que, multifacetada, da equipe de governo:

> ***"Esse governo tinha até gente do MR-8?***
> *r: Sim, tinha. O governo do Herrmann, ele fez uma composição que tinha de tudo. Tinha MR-8, PC do B. Tinha de tudo quanto é grupo voltado para esquerda"*[203].

---

[201] Entrevista concedida em 30 jul. 2001.
[202] Entrevista concedida em 11 abr. 2001.
[203] Entrevista concedida em 11 abr. 2001.

unesp

Mas essa mescla de discursos e tendências de esquerda não se traduziu numa facilidade de governar. Sérgio Roberto Sigrist, que também atuou na área de educação, recorda que essa conformação gerou muitos conflitos internos:

> *"Teve mais era confusão interna. Muita gente não entendia, ficava brigando, dizendo que fulano era de partido X e outro do Y e aqui tem que rezar a mesma cartilha, aquelas brigas de esquerda que são famosas em todo lugar do mundo. E aqui, como era um monte de gente, cada um de uma tendência. E as confusões aconteciam por questões ideológicas. Você tinha o PC, o PC do B, o MR-8, alguns grupos que hoje estão no PT, grupos ligados a Igreja, Ação Popular, Ação Popular Marxista Leninista e até você botar todo esse povo para discutir um assunto único...e talvez tenha faltado um pouco de clareza na forma de conduzir. Dos secretários, do próprio prefeito e da gente também. Não é uma crítica a essa ou aquela pessoa, mas ao "todo"*[204].

Esta aparente confusão entre tendências esquerdistas não impediu que o governo Herrmann fosse representado como novidade dentro do processo político que se instalara desde 1964. Alceu Righetto, que comandou a Secretaria de Ação Cultural, afirma que com a chegada de pessoas que haviam inclusive sido perseguidas, o valor da democracia começa a ganhar força:

> *"Então o João trouxe para cá várias pessoas que estavam exiladas, que estavam sendo perseguidas...tiveram acolhimento e foi aí que a palavra democracia começou a aparecer antes da contestação direta"*[205].

Sérgio Sigrist é um exemplo dessas pessoas que vieram de fora e tiveram espaço para trabalhar dentro das propostas sociais pretendidas pelo governo Herrmann. Sem conhecer Piracicaba, Sigrist chegou tendo informações de uma cidade que estava sendo representada como um lugar no qual as discussões políticas estavam mais abertas:

> ***"E Piracicaba surgiu de que maneira?***

---

[204] Entrevista concedida em 2 mai. 2001.
[205] Entrevista concedida em 20 jun. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

r: Surgiu de um convite que eu recebi para trabalhar na prefeitura, no ano de 1979, 1980, para trabalhar num dos programas sociais que o prefeito da época resolveu implantar. Era um prefeito do MDB, João Herrmann, e um de seus pontos principais, de plataforma de campanha, de ação política, era o atendimento das necessidades sociais nos bairros, principalmente via planos de educação e saúde. Construção de creches, construção de postos de saúde e programas de habitação popular também. Mas ele queria que fossem pessoas, trabalhando nessas frentes, que tinham um posicionamento político, que tinha uma visão próxima de uma visão social, popular, de modo a contribuir para o nível de consciência política das populações atingidas por esses programas.

Você não conhecia Piracicaba? Qual foi sua visão sobre a cidade?

r: eu não conhecia. Eu tinha notícia através de alguns tablóides, jornais, que em Piracicaba existia um governo que lutava contra o governador Maluf e Piracicaba era um oásis. Você tinha um interior inteiro de São Paulo amordaçado, todos os prefeitos da Arena, subservientes e você tinha um prefeito que era contra, que falava abertamente, etc. Quer dizer, era uma pessoa muito mais voltada aos anseios populares do que os governos municipais de outras cidades, de outras regiões, de outros Estados. Isso eu sabia através da imprensa e como eu era filiado ao MDB eu também tinha conhecimento de como as coisas aconteciam aqui"[206].

E as representações relatadas sobre como Herrmann conduzia a administração são positivas. Newman Ribeiro Simões, que trabalhou diretamente no setor administrativo, lembra que o governo Herrmann atuou de forma a colocar em prática o que vários membros da equipe haviam aprendido no meio acadêmico, "inclusive o prefeito":

"O João Herrmann era prefeito e eu fazia parte do núcleo político da administração. Então, o que você perguntou sobre a mudança de orientação, foi que pela primeira vez Piracicaba passou a ter uma proposta. Um plano de saúde, um plano de educação, um plano de habitação, uma intensificação do movimento cultural com a construção do teatro e a criação de uma secretaria de cultura, a Ação Cultural. Esses planos foram sendo implantados nitidamente

[206] Entrevista concedida em 2 mai. 2001.

unesp

por causa de uma postura política que tinha a mesma visão que tínhamos quando estudantes. Se bem que numa situação que exigia bem mais maturidade. Mas aquele embrião de servir o povo, de colocar na prefeitura um governo voltado aos anseios da população, veio daquele treino universitário que se tinha no combate a ditadura.

Por que a equipe era composta por vários membros vindos do meio acadêmico.

r: o próprio prefeito"[207].

Colocar em prática a participação efetiva dos membros da equipe de governo, trabalhando de forma a consolidar o espaço dado às comunidades de bairro foram virtudes ressaltadas também na fala de Sérgio Sigrist:

"Como funcionário público, eu notava a diferença. Você participava de reuniões no gabinete, com secretários, assistia seminários. Me lembro da vinda do Ulysses Guimarães, Miguel Arraes, Franco Montoro, pessoas expoentes da luta anti repressão que eram convidados a fazer palestras no Teatro Municipal, em algum prédio da prefeitura. Todos nós participávamos disso aí e nisso era diferente. E também as reuniões que fazíamos em bairros eram reuniões que atraíam muito o público, muitos moradores passavam a atuar, a reivindicar os benefícios para seus bairros e as reivindicações se davam principalmente nos Centros Comunitários.

O espaço era dado, mas quais foram os pontos positivos da ação?

r: o próprio fato de você abrir um espaço da Prefeitura para participação popular é um grande mérito"[208].

O jornalista Adolpho Queiroz também ressalta as tendências de esquerda dentro do governo Herrmann e atenta para uma aliança feita com outro setor que contribuiria para efetivar a participação popular: as universidades. Para Adolpho, a conjuntura nacional facilitava essa movimentação:

"O João inovou. Ele trouxe para dentro do governo membros do Partido Comunista Brasileiro, do MR-8... e a Unimep, nas mãos do professor Elias Boaventura, também convocou a sociedade a participar, opinar. Havia uma conjuntura muito favorável também no plano federal para que você tivesse este

---

[207] Entrevista concedida em 2 ago. 2001.
[208] Entrevista concedida em 2 mai. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

espaço de participação política. Então, eu acho que se somaram os esforços destas pessoas. Digamos, por exemplo, os centros comunitários. O Adilson chama para ele ter construído e feito as primeiras reuniões de bairro, mas quem efetivamente modelou o movimento comunitário, o estímulo aos sindicatos para participarem, foi o João. E o Salão de Humor, nesta época, a prefeitura continuou apoiando e foi um período de grande politização do Salão. Porque na época do João, tivemos a inauguração do Teatro Municipal e o departamento de cultura, nas mãos do Alceu Righetto, vira Coordenadoria de Ação Cultural, quer dizer, passa a ter status de secretaria. Então o Alceu teve recursos e possibilidades de fazer o Salão se desenvolver"[209].

O jornalista Cecílio Elias Netto também representa a união entre várias forças como fundamental para a guinada ideológica que se promovera na política local:

"O panorama passou a mudar a partir de João Herrmann?

r: começou mudar no país todo, agora, a vitória do João causa uma guinada muito grande porque ele era um político ideologicamente muito consciente. A origem do João é de direita e eu digo isso porque ele é meu primo irmão, convivíamos desde criança. E o João sempre foi arrojado. Foi um brilhante secretário no governo do Adilson e quando saiu candidato, ninguém acreditava que ele ganharia. Mas a Arena perde outra vez e o João se elege. Ele foi o último a se inscrever, o MDB não queria dar a legenda para ele. Ele entra na prefeitura sem equipe, sem plano de governo, sem nada. Mas ideologicamente firme, tendo contato com ideólogos e traz para Piracicaba uma nova ebulição, coincidindo com a chegada na Unimep do Elias Boaventura. Então, naquele momento, eram três forças agitando a cidade. Era o Diário, era o João na prefeitura e o Boaventura na Unimep"[210].

E na prática, como se efetivaram essas alianças? Sérgio Sigrist fala da educação e dos programas que buscavam não só atender as crianças, mas também seus pais:

---

[209] Entrevista concedida em 3 mai. 2001.
[210] Entrevista concedida em 26 jul. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"Na educação tinha um programa chamado Programa de Educação Complementar de Adultos. Neste programa, uma das vertentes era a alfabetização de adultos. Eles achavam que com isso você colaborava com o nível de consciência política das pessoas. Outro programa no qual participei, que era vertente desse de alfabetização adultos, foi com os pais que tinham filhos nas creches. Então fazíamos reuniões em bairros expondo a importância deles participarem de centros comunitários e com isso conseguir melhorias para os bairros. Foi mais um programa político, de tentar através da participação deles, dos moradores, fazer com que eles participassem mais dos programas da prefeitura, de saúde, de educação e habitação. Eventualmente promovíamos atividades sociais com esses pais, para agregá-los, fazendo se conhecerem e essas iniciativas tinham o interesse de fazer com que essas pessoas se organizassem"[211].

José Maria Teixeira fala da importância de ter se valorizado o cidadão. Para ele, a formação de centros comunitários, no governo João Herrmann, representou, em várias situações, uma ferramenta de reivindicação e crítica ao próprio governo municipal:

"Nós partimos para a comunidade com o seguinte temática: "quem indicava o norte era o cidadão" e cabia ao setor administrativo administrar isso tecnicamente. Eu acompanhei isso com a criação dos centros comunitários e postos de saúde e as creches. Basta ver que nós fizemos, onde há uma creche, há um posto de saúde. Posto de saúde poderia existir sem a creche, mas a creche sem posto de saúde não. E com isso nós formamos os centros comunitários. Agiam mesmo e tinham força. Tanto é que uma vez o preço do ônibus... chegava a hora de decidir uma coisa assim, os grupos populares tinham planilhas. A Unimep veio com o Projeto Periferia, veio o pessoal da ESALQ, foi juntando e disseminou periferia afora, de modo que mobilizar esse povo não era coisa do outro mundo.Também se formou o Comitê dos Direitos Humanos. O José Ribeiro presidiu isso aí. O Comitê interferia junto à comunidade. Tudo que acontecia com o cidadão, ele interferia como um tribunal de pequenas causas. Nesse período criou-se a Associação dos

[211] Entrevista concedida em 2 mai. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Favelados, Asfav, que nasceu com uma força violenta. Foi um movimento social marcante, respeitadíssimo. Isso já na década de 80. Foi uma reação. O governo Herrmann teve um programa que asfaltava a periferia. Mas o entorno, as pessoas que moram próximas às áreas, eram obrigadas a sair. Favorecia o capital. E com isso houve uma reação no sentido de resistir a isso. O pessoal se organizou de tal maneira...isso começou lá no Bairro Morumbi. Ela reunia todos os favelados e tiveram força para exigir do governo"[212].

Entendemos que a conjuntura nacional de certa forma favorecia ações e alianças como as que se formaram durante o governo Herrmann. Vinha direto de Brasília o discurso da abertura política, com a volta do pluripartidarismo, a Anistia, enfim, medidas que traziam confiança de que passaríamos por um novo momento político dentro em breve. Mas tamanha abertura promovida em Piracicaba não teria causado um estranhamento interno? Todos aderiram ao governo Herrmann? Todos embarcaram no discurso de esquerda e na retórica da democracia mesmo antes da efetivação desta nova configuração no resto do país?

Cecílio Elias Netto faz uma retrospectiva e representa o período Herrmann como um "exagero". Tanta resistência não foi bem vista pela classe média e pelas elites locais:

"Mas Piracicaba começa a sentir um clima de democracia antes mesmo do país todo entrar efetivamente na "abertura".

r: não há dúvida nenhuma. O João transforma Piracicaba num centro de resistência. Quando ele "traz" o Congresso da UNE é um escândalo nacional. Uma ousadia nacional. O seu erro foi não ter cooptado as lideranças de Piracicaba. Então, as elites e a classe média não ficaram com João. Nem os intelectuais. Os intelectuais do governo dele vieram de fora. Mas foi um momento brilhante de efervescência ideológica, abertura cultural...

É justamente aí que é mostrado o lado conservador da cidade. Você tem várias instituições com propostas de esquerda...

r: Sabe, eu tenho obrigação de fazer uma revisão e acho que nós erramos. Foi muito para uma cidade. O que nós fizemos aqui em Piracicaba era para acontecer no Rio de Janeiro. Foi um negócio de uma agitação assim,

[212] Entrevista concedida em 11 abr. 2001.

insuportável. Ninguém podia suportar aquele clima. Era o Diário todo dia, era o João todo dia, era Unimep todo dia...

Daí que uma cidade conservadora não tem estrutura pra...

r: mas não resiste. Eu acho que ninguém resiste, porque nós não tivemos bom senso, nós não tivemos moderação. Nós partimos para agressões, para o desafio. Não havia propostas, nós queríamos era "derrubar a ditadura". Aquilo que o Geisel falava, ele estava certo: "lenta e gradual"[213].

E por que tanta pretensão, tanta pressa? Consideramos é claro que não se suportava mais o sufocamento político e a repressão que se desenvolvera por mais de uma década. Mas não teriam calculado esses políticos de Piracicaba que o grau de resistência poderia ter sido "dosado"? Enfim, as representações foram postas e razões para tamanho ímpeto do governo Herrmann também direcionam para o viés do oportunismo político. O jornalista Roberto Cera aponta que dentre os prefeitos de Piracicaba, ao menos os três que foram postos nesta análise, nenhum trabalhou exclusivamente por Piracicaba. Cera não vê com satisfação a "projeção política" executada por Salgot Castillon, Adilson Maluf e João Herrmann:

"***No final dos anos 70, houve o aparecimento dos movimentos sociais e aqui se verifica o governo João Herrmann, que abriu para a esquerda declaradamente...***

r: abriu, fez Congresso da UNE, mas aí que eu acho que o problema é o seguinte. O João Herrmann assumiu a prefeitura e foi uma baderna, mas ele era um cara que queria fazer carreira política. Então ele se preocupava em agredir o governo federal, chamar a atenção, aparecer. Ele trabalhou mais por si próprio do que pela cidade. Ele teve que se fazer politicamente e conseguiu. Você quer ser prefeito de Piracicaba? Então você vai trabalhar por Piracicaba e nós só tivemos um que fez isso até hoje que foi o Guidotti. O Salgot, foi prefeito e deputado, o Adilson foi prefeito e depois deputado, o João Herrmann foi prefeito e depois deputado...não é isso"[214].

---

[213] Entrevista concedida em 26 jul. 2001.
[214] Entrevista concedida em 27 abr.. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

O jornalista José ABC também representa o período Herrmann como propício não só para a construção de centros comunitários, mas fundamentalmente para a consolidação de "núcleos simpatizantes":

> ***"Houve uma abertura de espaço para a população, a partir da criação de centros comunitários?***
> *r: o João Herrmann, ele tinha por princípio, de abrir centros comunitários e formar núcleos de dirigentes. Isso ele tinha mesmo. Inclusive, deve ter politizado muita gente por essa época. E até eu pensava, cá comigo, que boa parte dessa política do João Herrmann estava sendo muito boa para ele por causa de formar núcleos de simpatizantes"*[215].

De certa forma, seria de grande validade as representações do governo Herrmann feitas por um relato do próprio ex-prefeito. Talvez a distância da cidade apontada por Roberto Cera tenha dificultado realmente o seu contato com esta pesquisa, mas esperamos que em uma outra oportunidade João Herrmann possa falar sobre si mesmo, sobre essa tão comentada ebulição política observada nos anos em que governou Piracicaba.

Considerando os três momentos políticos aqui observados, ficam evidentes os desencontros causados pelo sistema político implantado a partir de 1964. Em qual outra realidade política teríamos a oportunidade de ver um prefeito cassado, sendo ele uma liderança local do partido do governo? Aliás, do partido do governo, mas com um considerável respaldo na classe operária. Francisco Salgot Castillon, que esteve na origem da criação da UDN, a legenda que sustentou o golpe em 64, se transforma numa das grandes vítimas do regime militar. Os motivos, apontados pelo próprio Salgot, se justificaram principalmente por uma perseguição interna, das forças políticas de Piracicaba que se opunham à ele. Deste pressuposto, há que se considerar a falta de coerência estabelecida na política a partir de 64. Interesses locais influíram de forma decisiva no agrupamento partidário. Só mesmo por este argumento podemos entender porque, por exemplo, Adilson Maluf, um político representado como de "direita", seria eleito prefeito pelo MDB, que na época agrupava as

---

[215] Entrevista concedida em 8 abr. 2001.

unesp

principais figuras da esquerda nacional. Além disso, oferecer banquetes a militares em passagem por Piracicaba seria uma atitude muito mais condizente se tivesse partido de políticos da Arena. Havemos de considerar também que o bom relacionamento com militares não impediu que Adilson Maluf sofresse processos administrativos. Sendo da Arena ou do MDB, o fato é que adotando um discurso trabalhista, conciliador ou esquerdista, os três prefeitos aqui representados por testemunhas do período tiveram problemas para governar.

4.3. Lideranças cassadas

Dentro do contexto em que sustentamos esta pesquisa, o operariado piracicabano contribui e representa com clareza como se deram as relações sociais em Piracicaba durante o regime militar. Retomando 1964, visualizamos um processo de urbanização e industrialização em várias cidades do interior paulista que, futuramente, se efetivariam como centros da economia estadual e formariam um dos mais ricos pólos econômicos do país.

Inseridos nesse desenvolvimento, surgiram novas lideranças locais a partir das classes financeiramente menos abastadas. A possibilidade de se organizarem em sindicatos fazia dos líderes sindicais pessoas importantes, não somente na cena fabril, mas na comunidade como um todo. Pessoas simples, de origem humilde, que nasceram numa realidade brasileira ainda rural, mas que ingressaram no mercado de trabalho num contexto urbano no qual os valores da modernidade e do progresso eram usualmente privados.

E, de certa forma, nas décadas de 50 e 60, as lideranças operárias traziam essa modernidade no discurso, mas uma modernidade que embutia a luta pelos direitos trabalhistas. O direito por greve, as negociações salariais e os demais itens da CLT eram exigidos como nunca desde sua criação na era Vargas. Experimentavam uma liderança de fato e saboreavam uma rara liberdade de expressão, o que facilitava a tarefa de convocar o operariado para qualquer reivindicação e ou discussão.

Talvez por esses tantos argumentos é que essas mesmas lideranças tivessem sido alijadas do processo político que eclode em abril de 1964.

unesp

Observando de um outro ponto de vista, talvez por essa representatividade dos líderes de sindicatos, o empresariado tenha visualizado na motivação "revolucionária" a alternativa possível de barrar essa oposição que vinha de dentro da sua propriedade. Como fazer isso?

Para explicar como se deu esse combate às lideranças operárias em Piracicaba, conversamos com seis trabalhadores da época. Utilizando como critério os setores que já se organizavam em associações e sindicatos no período, entrevistamos Jaime da Cunha Caldeira e Octávio Arthur de Eugênio Belotti, que nos trazem os questionamentos e pressões sofridas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba. Além deles, dialogamos com o ex-presidente da Associação das Indústrias de Alimentação, Celso Camargo Sampaio, que fora preso e processado por subversão e agitação. Também contribuíram para representar o discurso operário local o ex-presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis, Antonio Dorival Trevisan e o ex-ferroviário Rubens Funes Nocette, que nos relatou a tensão das greves dos anos 60.

Nos depoimentos desses trabalhadores, fica evidente a estratégia de desqualificar essa liderança representada pelos sindicatos logo no início do regime. Tachá-los de comunistas e subversivos, ou seja, empregando um discurso em sintonia com a retórica da comunização foi uma saída que de fato funcionou.

O resultado dessa perseguição teve dois efeitos possíveis: prisão ou impedimento de seguirem na presidência do sindicatos. Quando nenhuma das duas vias se concretizou, a fala de cada trabalhador ressalta um clima de insegurança, medo e preocupação, não somente com os rumos da política nacional, mas sobremaneira com a sua própria condição de operário, ameaçado de perder o emprego e sem muitas possibilidades de reivindicação.

Sendo cassados ou aprisionados, o fato é que o operariado passaria a ser representado por um sindicalismo pelego. Desta forma, a versão em Piracicaba da Marcha da Família contou com a participação dos trabalhadores que, incentivados pelas novas diretorias, foram à praça apoiar o regime.

Antonio Dorival Trevisan recorda aqueles primeiros dias de abril de 64, representando a Marcha como um engano com o qual os padres católicos

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

contribuíram, e confirma que naqueles dias o Sindicato das Indústrias Têxteis já era comandado por uma interventoria:

> ***"Mas se as pessoas não fossem politizadas como o senhor, apoiariam o golpe, como aconteceu na maioria do país, devido à forte propaganda feita pelos militares de que precisava varrer os comunistas... tanto que aqui em Piracicaba teve também sua versão da passeata da família...***
> *r: o que eu acho, infelizmente, é que os padres, em vez de cumprir a missão deles de apoio aos mais pobres e necessitados, eles foram apoiar o golpe militar. Era a passeata "com Deus pela Liberdade", mas que liberdade? Que liberdade você está me dando? Está colocando você na cadeia, está acabando com meu serviço, está acabando com tudo isso. Para mim aquilo lá foi um engodo, foi só para enganar, traíram o povo.Quer dizer, a Igreja traiu o povo ...*
> ***Mas naqueles dias, próximo da passeata, a maioria dos sindicatos publicou anúncios no jornal chamando a população. O "seu" o sindicato fez isso?***
> *r: não, nós não fizemos nada disso. Mesmo porque não estávamos no sindicato mais. Já estava a interventoria. Então, o sindicato nosso não se envolveu muito com isso. Eu me lembro bem quando os militares fizeram aquela campanha de "doe ouro para o bem do Brasil". Lá, não foi nada mais do que* [arrecadar doações] *para pagar os "papagaios", as dívidas que eles fizeram para dar o golpe militar nos bancos"*[216].

Questionados sobre a participação na Marcha da Família, dois outros operários, Celso Sampaio e Octávio Arthur só puderam nos relatar a tensão que resultou na prisão de ambos. Celso Sampaio recorda sua prisão e a nítida intenção de separar as lideranças sindicais mesmo dentro da cadeia:

> ***"Quando teve a Marcha aqui, o senhor apoiou?***
> *r: eu estava preso já. Estourou, eu fiquei uns dias fora, mas não adiantava. Aí me pegaram...*
> ***Onde?***
> *r: primeiro, me afastei e fiquei na casa de uns parentes, voltei para responder e entre os interrogatórios e tudo deu uns quinze ou vinte dias. Depois que saí da*

[216] Entrevista concedida em 2 jan. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

delegacia, ficamos vigiados, não podíamos sair da cidade, tinha que se apresentar na delegacia.

E como foi o tratamento? O que perguntavam?

r: era cela comum, né. Tinha os dirigentes e mais presos. [Eu e] *vários líderes de sindicatos como de Limeira, Piracicaba, de Santa Bárbara, ficamos incomunicáveis. Nós ficamos numa cela separada. Cada um numa cela, incomunicável. Qualquer coisinha tinha a ameaça que iam nos transportar de navio. Enfim .., aquela pressão e nervosismo"*[217].

Celso Sampaio gentilmente nos concedeu uma cópia do inquérito policial no qual ele foi autuado no dia 14 de abril de 1964. O inquérito foi instaurado nos moldes da "Lei de Segurança Nacional", usando o argumento "atividades subversivas". Respeitando seu pedido de que não publicássemos a cópia, mas apenas citássemos o ocorrido sem "comprometer nomes", transcrevemos aqui apenas o motivo da autuação:

"vem orientando os trabalhadores sindicalizados, principalmente da Usina Tamandupá, a não voltarem ao trabalho"[218].

Segundo Celso Sampaio, sua movimentação sindical era fundamentada em reivindicar direitos, sem um pano de fundo político. Mas como já afirmamos, toda movimentação sindical foi tachada de subversiva para que houvesse uma justificação na representação negativa que foi atribuída a esses trabalhadores.

Octávio Arthur, então tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos e kardexista[219] da Metalúrgica Dedini também não escapou à prisão. Sua fala marca a pressão patronal para que deixasse o sindicato:

"Quando entraram os militares, o que o senhor achou de início?

r: já esperávamos que não ia acontecer nada. Só iam prender gente. [Eu] *estava no sindicato e a firma me pressionando para sair de lá. Eles me prejudicavam de todo jeito. Chegaram a oferecer cargo de chefia.*

Tudo só para sair do sindicato?

---

[217] Entrevista concedida em 9 mar. 2001.
[218] Idem.
[219] kardexista: controlador de estoque.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

r: Me prejudicavam de todo jeito. Inclusive, tinha uma barraquinha de salgados em frente do Dedini e o Leopoldo Dedini disse um dia: "você vai ficar aqui na frente, marcando quem vem comprar salgadinhos". Eu não disse nada a ele. E avisava aos que vinham comprar, que eu estava a mando do Leopoldo Dedini.

Por que ele queria que o senhor anotasse?

r: para jogar eu, Octávio Arthur (sic.), contra os operários. É isso que ele queria. Mas a notícia espalhou e não apareceu mais nenhum. Daí ele me chamou e eu disse que não tinha vindo nenhum. "Mas como isso?", ele perguntou. "Como eu não sei", respondi"[220].

Mas dentro das cadeias em que foram presos, encontramos nos relatos desses trabalhadores algo que nos abriria caminhos para que compreendêssemos o processo como um todo. Ao perguntarmos sobre as situações na prisão, fora a pressão psicológica, não encontramos nenhum indício de sofrimento físico. Octávio Arthur nos surpreende com a afirmação de que nem mesmo o delegado de Itirapina, cidade para qual fora levado, sabia o motivo de estarem ali:

r: não perguntaram nada. Ainda perguntei pro delegado se não tinha nenhum serviço pra fazer. Se precisava trabalhar, varrer, limpar. Ele disse que de nós não queria saber nada, porque nem sabia porque estávamos lá"[221].

Antonio Dorival Trevisan, do sindicato das Indústrias Têxteis, apesar de não ter sido preso, também nos descreve as estórias de seus conhecidos presos e nos conta uma cena inusitada na qual um trabalhador piracicabano cantava cururu[222] para "distrair" os guardas:

"no meu setor, nós tivemos: Mario Teixeira, que era presidente; Antonio Aires Nogueira, que era secretário; e o Santos Fidélis, que era tesoureiro. No metalúrgico, que eu me lembro: Luiz Nunes, já falecido; Milton da Silva, o "Miltinho"; o Belotti; Octávio Arthur. No setor de alimentação, teve o Celso Camargo Sampaio, Benedito Cândido e teve o José Trevisan, que eu me lembro. Estes três sindicatos eram os mais atuantes.

O senhor sabe se judiaram deste pessoal?

---

[220] Entrevista concedida em 4 jan. 2001.
[221] Entrevista concedida em 4 jan. 2001.
[222] Cururu: música típica caipira; uma espécie de repente.

r: não. O mais perseguido deles era o Mário Teixeira, que era por eles tachado de comunista. Ele ficou detido, se não me falha a memória, 25 dias. Ele procurava orientar o pessoal. Dizia ele, que era meio gago: "cuidado com o que você vai falar, não vai ficar dedando o pessoal aí". Mas quando chegava o Major, chegava nele e dizia: "esse que é o perigoso?!". E quando chegava no Benedito Cândido, ele tinha um irmão que cantava cururu e ele também cantava, gostava de brincar. E este Major gostava de ouvir o Cândido cantar cururu. Então quando ele vinha, o Cândido dizia: "vamo cantar um cururu!"[sic.]*; e levavam assim. Mas bater, levar no DOPS, isso parece que não aconteceu com ninguém"*[223].

Celso Sampaio também confirma que na cadeia não passou por sofrimento físico. O complicado era o sofrimento da família, que desconhecia o paradeiro dos pais e maridos. Além disso, voltar à vida social não era tarefa das mais fáceis e muito menos das mais agradáveis:

"Não chegaram a maltratar fisicamente. Mas tinha uma pressão?

r: não, fisicamente não. Mas, interrogatório, um atrás do outro. Um ia fazer uma declaração e logo depois vinham buscar a gente... foi um sacrifício tremendo. Para quem nunca havia entrado numa delegacia, depois sofrer uma série dessa aí.

A família ficou num desespero só?

r: a gente não sabia nem porque estava lá.

Sofreu preconceitos de outros trabalhadores?

r: geralmente, atrapalhava tudo. Não somente não podia concorrer a cargos como também os adversários iam e pegavam as fichas no DOPS e na ficha dizia que eu era agitador, que eu era comunista, subversivo. Então, os cargos que a gente concorria era tudo perdido porque não havia condições. Foi um complexo muito grande, moralmente, foi muito difícil"[224].

Jaime Cunha Caldeira, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, que na época se refugiou em São Paulo, lembra que as movimentações se davam com o apontamento dos patrões e com a conivência dos delegados locais:

---

[223] Entrevista concedida em 2 jan. 2001.
[224] Entrevista concedida em 9 mar. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"[Em] Piracicaba aconteceu o seguinte: quando as notícias começaram a chegar, foram detidas as pessoas dos sindicatos. Então, havia o delegado do trabalho, ligado ao Ministério e o DOPS. Mas não era somente o DOPS que mandava prender. Nas cidades, os delegados eram dominados pelo poder econômico. Aqui em Piracicaba, o delegado regional era dominado. E este homem começou a prender. Você veja o Belotti, homem simples, vários outros que já morreram, ninguém era comunista. Simplesmente, esses homens acreditavam no sindicato. Acreditavam na causa. Não havia agitação. Mas havia um dedo do patrão que indicava: "-esse preso!","esse preso!". No dia quatro de abril, eu fui chamado num telefonema, era uma pessoa marcando um encontro. Fui lá e era o agente de seguros que nós faziamos as construções, chamado Geraldo Resende. Ele disse: "-eu vou confessar para vocês: sou agente do DOPS, serviço secreto". Disse que estava lá para nos vigiar, se éramos corruptos... e falou que éramos "gente séria". Ele continuou: "-partindo desse princípio, eu vou com vocês no DOPS ver se tem... se estiver[o nome] na lista, vamos tirar". Aí fomos para o DOPS. Tinha barricada...Daí tiraram o nome. Eu aproveitei e disse que o delegado em Piracicaba, em Itu, em Catanduva, Ribeirão, estavam cometendo injustiças. O delegado deu um salvo-conduto e ligou para o delegado de Piracicaba, que disse que não tinha ninguém preso. Ele mandava tudo para Itirapina! [risos.]"[225].

Jaime Caldeira lembra da vigia que era feita nas assembléias realizadas pelo sindicato. Ainda que apenas com ameaças, essa pressão enfraquecia psicologicamente o movimento operário, que entrava em descrédito frente aos próprios trabalhadores. Era o resultado do medo e da incerteza:

"Era o DOPS e o exército, com o capitão Alfredo Mansur, que uma vez ameaçou de fechar o sindicato caso continuasse fazendo assembléias. E toda assembléia o DOPS mandava um tal de Paulinho. Mas nós não estávamos pregando a revolução, mandando matar ninguém. Nós queríamos os nossos direitos"[226].

[225] Entrevista concedida em 2 jan. 2001.
[226] Entrevista concedida em 2 jan. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Se não houve sofrimento físico, o que de mais prejudicial traziam as experiências da prisão? De acordo como os relatos dos operários, a tentativa de barrar a liderança sindical era concretizada quando os trabalhadores voltavam ao trabalho. Em outras palavras, as ações partiam de dentro das fábricas. Havia uma nítida estratégia de desqualificar esses trabalhadores colocando-os numa posição de dúvida e conflito perante seus próprios companheiros. Rotulados de "comunistas", "subversivos" e "perseguidos", estaria em franca decadência a liderança anteriormente conquistada. Toda a representatividade daria lugar à desconfiança, ao distanciamento e, muitas vezes, ao preconceito. Enfim, voltar à vida social, trabalhar simplesmente, se tornara uma tarefa árdua, angustiante. Jaime Caldeira também diz que desconhece casos de sofrimento físico por parte dos operários presos e afirma que o grande mal era causado às famílias e ao próprio trabalhador que retornava tendo que enfrentar a vergonha da prisão:

> *"apanhar, não apanhou. Mas deixava sem comer, sem colchão. Na cadeia de Itirapina era aberto, ventava, fazia frio. O maior sofrimento eu acho que não foi o físico, foi a família, por que família pobre é muito unida, é muito sentimental. O chefe vai ser preso, é uma vergonha ser preso. Depois ficava aí sofrendo, perguntavam o que tinha feito ... o pessoal sofreu muito e a família sofreu muito mais. A discriminação foi muito grande porque infelizmente esse bicho que é a televisão, os Diários Associados, marretavam vinte e quatro horas: "Ouro para o bem do Brasil!". Dirigia a cabeça do povão e quem eram os marginais? Era aquele coitado que foi preso, do sindicato. O pior de tudo era depois. O sujeito era afastado da sociedade, excluído. Era do sindicato, era excluído"*[227].

Octávio Arthur, que passou nove dias preso, lembra que depois que saiu da prisão era chamado diariamente à delegacia. Para ele ficava clara a perseguição interna na fábrica, que encontrava respaldo nas autoridades policiais da cidade:

> ***"Na sua época, o delegado Adir da Costa Romano foi o que mais pegou pesado aqui em Piracicaba?***
> *r: foi. Ele ganhou dinheiro pra fazer isso daí e eu tenho como provar.*

[227] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"Então foi só uma perseguição de dentro da empresa?

r: foi. Depois que saímos de lá, o delegado Adir Costa Romano me chamava toda semana pra prestar declaração. Fazia uma perguntinha de nada e dispensava.

O que ele perguntava?

r: nada. Qualquer perguntinha. Só pra irritar a gente (sic.)"[228].

Mas a irritação de Octávio Arthur se misturava com o sentimento de medo. Ser preso novamente era um risco real. E diante de tantas ameaças, ele nos relata com detalhes seu enfrentamento diante do delegado e dos próprios patrões para que seu inquérito fosse cancelado. A falta de opções e alternativas de defesa levaram-no a utilizar sua "papelama" com objetivo de se salvar. Octávio Arthur poderia ter causado um estrago maior, mas optou, compreensivelmente, em se ver livre da pressão:

"E no decorrer dessa temporada que ele chamava, eu era o kardexista do Dedini e recebia papéis do Leopoldo Dedini, assinado por ele, pra que doasse pro Dr. Adir Costa Romano[229]*, cem sacos de cimento, uma tonelada de ferro e assim por diante. Materiais de construção. O pessoal aprontava, entregava, mas eu baixava no meu kardex e guardava uma cópia no bolso. No outro dia tirava cópia e arquivava. Fiquei com tudo aquilo. Eu vou citar nomes para contar certo o que aconteceu. O senhor Paulo Freitas era funcionário antigo, chefe do almoxarifado, e quando ele aposentou o senhor Narciso Gobim pediu pra ele desocupar a casa em quinze dias. Um alto funcionário. Ele se "queimou" com aquilo e me chamou e disse: "-o médico falou que eu tenho mais sessenta dias de vida e então vou contar pra você tudo que está acontecendo contra vocês. Você não deve nada, mas como eles fizeram comigo, eles vão fazer com vocês. Mas não fale no meu nome enquanto estiver vivo". Não demorou trinta dias e ele morreu. Aí subi lá com o senhor Narciso e falei um monte. Não demorou meia hora o delegado me chamou. Eu já ciente disso, levei toda a "papelama". Cheguei lá e o delegado queria me mandar prender: "-Desacato à autoridade, "-leva ele pro DOPS, em São Paulo!". Respondi:"-Com licença doutor, não dá*

[228] Entrevista concedida em 4 jan. 2001.
[229] Delegado de polícia.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

para o senhor mandar pra Brasília?!". Disse que queria levar a "papelama" que dizia que ele estava recebendo do Dedini para mandar prender os metalúrgicos. "-Você tem prova disso?". Respondi: "-Tenho. O senhor sabe ler, doutor?". Disse bem assim: "-De quem é essa assinatura aqui?". Ele confirmou que era do Leopoldo Dedini e eu: "-então Leopoldo Dedini doou para o senhor cem sacos de cimento. Doou para o senhor uma tonelada de ferro. Enfim, doou...". Aí ele abaixou a cabeça e falou: "-Acho que é melhor prender você mesmo". Mandou eu sair da presença dele e dali meia hora veio o investigador e disse que a coisa estava feia do meu lado. "-Tá feia a coisa do seu lado", eu respondi. Disse que tinha provas suficientes e que ia colocar no jornal. "-Se o jornal não publicar, vou soltar panfleto para esclarecer quem são essa gente- disse a ele. Daí fizeram acordo para cancelar o processo"[230].

Octávio Arthur não vacila em falar sobre o delegado Adir da Costa Romano, que no início do regime militar foi quem comandou a "caça aos comunistas" em Piracicaba. A história é inusitada e a fala de Octávio Arthur não traz nenhuma hesitação:

"Ele já morreu?

r: vou contra uma história. Ele deixou o Mario Teixeira preso por dois meses. Quando saiu, o Mario foi até a sala e disse que queria agradecer: "-Doutor, quero agradecer por ter me prendido por dois meses, estragou com a minha família e eu não desejo nada para o senhor. Desejo que dê um câncer assim no seu estômago. Só!. Tchau!". Não demorou seis meses e o homem morreu de câncer no estômago"[231].

A narração de Octávio Arthur não deixa dúvidas. O envolvimento entre empresários e o delegado de polícia, visando o favorecimento de ambos, em detrimento das lideranças sindicais, confirma a perseguição interna tendo como pano de fundo a argumentação política. Era a revolução a serviço do mandonismo. Utilizando a polícia, barraram a atividade sindical que naqueles anos iniciava um processo de fortalecimento dentro da sociedade. Participavam de fato e essa participação incomodava somente porque queriam seus direitos

[230] Entrevista concedida em 4 jan. 2001.
[231] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

cumpridos. E foram fundo esses patrões. Conseguiram o que queriam, mesmo que temporariamente, mesmo que por alguns anos, enquanto a conivência policial deu o auxílio necessário. O que fica dessas falas e confirma o "sucesso" dessa suja estratégia patronal é a humilhação social a que foram lançados os trabalhadores.

Eugênio Belotti, ex-membro do Sindicato dos Metalúrgicos, relata a primeira das suas duas prisões, destacando a conivência dos patrões e lembrando que voltar à fábrica era como se sentir um "doente", devido à suspeição com que o olhavam:

> ***"O senhor foi preso em que ano?***
>
> *r:Em 1973. Pegaram a gente no serviço. Pediram para ir ao escritório conversar. Perguntavam quantos anos eu tinha de serviço. Aí eles falavam um para o outro: "- que pena, vai perder tudo isso". Diziam que ia mandar embora. Colocavam a gente na perua do Dedini e levava para a delegacia.*
>
> ***Nessa perua foi soldado junto?***
>
> *r: Soldado nada! Nem sei se era investigador. Eu fiquei por aqui mesmo em Piracicaba [nesse instante, a esposa de Eugênio Belotti interrompe: "-Mas nós não sabíamos onde levava eles!"].*
>
> *Quantos dias ficou preso?*
>
> *r: fui preso segunda, saí quinta. Quatro dias.*
>
> ***O que perguntaram lá?***
>
> *r: perguntaram se eu fazia parte do sindicato. Eu disse: "Faço". "-Que parte o senhor fazia no sindicato?" E eu: "-Conselho fiscal". Aí perguntaram se eu não fazia ou participava de reunião subversiva e eu: "-Tô aprendendo a falar subversão agora, porque nós nunca conversamos sobre isso aí". Na verdade, o patrão ficou com raiva de uma assembléia que teve e nós ficamos em greve, mas então seria todo mundo do sindicato, porque a diretoria propõe e a assembléia decide.*
>
> ***E no dia seguinte, como era voltar ao trabalho?***
>
> *r: parecia doente. Aí um dos Dedini chamou pra perguntar por que tinha sido preso, tinha sido levado naquela perua...e eu disse que tinha visto ele quando me levaram..disse o que tinha acontecido lá e disse que eu tinha sido preso*

unesp

porque fazia parte do sindicato dos metalúrgicos. Aí ele disse que a diretoria gostava de pessoas sindicalizadas, pessoas do sindicato, diretores e eu respondi que não, insistindo que minha prisão era porque tínhamos feito greve e porque eu era do sindicato"[232].

Já os ferroviários, em Piracicaba, naqueles primeiros anos do regime se encontravam de certa forma enfraquecidos. A cidade era fim de ramal e a categoria via diminuir o número de funcionários. Piracicaba sentia os primeiros sintomas da política de transportes implantada pelos militares, onde a rodovia veio solidificar o definhamento e ou sucateamento de todo o sistema que servia de base até então no transporte de cargas e passageiros. Mesmo assim, a categoria não deixou de aderir ao movimento grevista que já nos anos 60 lutava contra este inevitável processo. Rubens Funes Nocette, ex-ferroviário que conheceu os anos dourados da ferrovia e vivenciava naqueles dias o favorecimento das rodovias, relembra o movimento grevista que, em Piracicaba, sentiu o peso do autoritarismo, mesmo quando o movimento contava com o respaldo de políticos da cidade:

"Nas greves, o pessoal tinha receio porque eles pegavam os chefes do sindicato e sumiam com eles (...) Foi a ferrovia todinha que ficou em greve. Primeiro ficou quatro dias. O governador, que era o Ademar de Barros, não cumpriu o que ele tinha concordado. Aí voltou a greve e ficamos dezoito dias parado. De fato o Salgot [Francisco Salgot Castillon] *era muito ligado. Na eleição dele, ele visitava os ferroviários, era amigo de freqüentar a casa dos representantes do sindicato. Aqui em Piracicaba era o Nascimento. Nessa época dessa greve dos dezoito dias, quem liderou aqui fui eu e o Salgot deu bastante força para impedir que o trem saísse. Quisemos impedir e veio polícia, o Salgot dialogou com a polícia, mas a polícia forçou a barra e soltou bomba, gás lacrimogêneo, levou gente presa..."*[233]

Segundo Nocette, a repressão funcionou e as greves não mais aconteciam pelo medo de prisões e da violência da polícia. Na fala de Nocette, fica claro as

---

[232] Entrevista concedida em 2 jan. 2001.
[233] Entrevista concedida em 24 jul. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

duas frentes estratégicas implantadas para inibir, com sucesso, o "ímpeto" operário. Além da repressão direta aos movimentos de rua, Nocette conheceu a intervenção dentro das repartições da empresa. Com a fiscalização direta, o sufocamento de qualquer contestação estava concluído:

> *"Depois que se instalou o regime militar, já nem condições de greve você tinha. O pessoal não tinha nem coragem. Depois não saiu mais greves na ferrovia.Não tinha como sair porque o pessoal temia a reação da polícia. Depois, eu fiquei conhecendo melhor, em 1975, quando prestei um concurso para auditor operacional em São Paulo. Daí que eu via melhor ainda que o Exército tinha colocado militares em quase todos os postos importantes da ferrovia. Inclusive o departamento em que eu fui trabalhar, o departamento de auditoria, era chefiado por um coronel. E todo serviço de segurança era chefiado por tenente, coronel, capitão..."*[234]

Dessa forma, ouvindo a fala desses operários, o que observamos é que a falta de informação da sociedade como um todo gerou uma sucessão de fatos que no final resultaram num enorme prejuízo às lideranças sindicais. A desqualificação dos líderes sindicais através da atribuição de rótulos como "comunistas"e a prisão desses líderes com conivência das autoridades policiais locais desenvolveram um cenário de medo e incerteza.

Até mesmo alguns croquis sobre um projeto de ampliação da rede de coleta de águas pluviais virou motivo de perseguição. É a famosa história do "bueiro subversivo", contada por Octávio Arthur:

> *"Ah! Uma outra coisa. Nessa época em que estava esse alvoroço, saiu no jornal publicado que estavam construindo um bueiro pra fuga dos comunistas e que ia dinamitar o Dedini. Eu tinha feito uma solicitação pro Luciano Guidotti canalizar a Vila Nho Quim. Inundava tudo! E o Luciano pediu pra fazer um croqui. Eu fiz e dei pro Miltinho, que era suplente de vereador. No dia que entreguei, prenderam o Miltinho lá no centro da cidade. Ele estava com o papel e no outro dia saiu no jornal sobre o "bueiro subversivo". Daí o Salgot entrou*

---

[234] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

no meio pra esclarecer. A polícia prendeu o Miltinho e veio aqui, levaram tudo. Isso foi antes de me prenderem"[235].

As representações negativas acerca do movimento operário enfraqueceram as manifestações de contrariedade ao sistema político. A luta por direitos trabalhistas passou a ser representada como uma onda subversiva. Inibida essa oposição, o apoio aos sindicalistas desaparece em meio ao preconceito e ao sofrimento moral resultantes das prisões. De acordo com os relatos, o sofrimento moral superou o sofrimento físico, mas foi doloroso como qualquer sessão de tortura.

Prova de que essa situação carregada de incertezas da política nacional trouxe a nível local um cerco aos movimentos de oposição foi a resposta de Octávio Arthur ao ser questionado quando ele sentiu que começaram aliviar. Octávio Arthur demonstra um certo descaso com a atitude do patrão, mas como poderíamos conceituar tal postura? Sincera ou irônica?:

"Quando aliviou a situação?

r: logo que viram que não era ninguém comunista. Segundo o que fiquei sabendo, o Sr. Leopoldo Dedini foi ao sindicato pedir desculpas antes de morrer. Como ele morreu eu não sei e nem quero saber"[236].

Pois quando "viram que ninguém era comunista", o movimento operário já estava desacreditado. O sufocamento promovido com base na Segurança Nacional interrompia a ascensão das lideranças que se fizeram nas camadas populares e desmantelava qualquer projeto de consolidação da luta trabalhista.

Enfim, Piracicaba evidenciou todas essas representações. Os fatos que marcaram de forma lastimosa a cena operária durante o regime militar por aqui também foram sentidos. A perda do direito de greve, a pulverização do sindicalismo, transformado num conjunto de associações pelegas como conseqüência da prisão e ou impedimento das diretorias anteriores ao regime.

---

[235] Entrevista concedida em 4 jan. 2001.
[236] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

O que restou aos operários? Humilhação, preconceito e vergonha. O sofrimento das famílias, a moral desgastada e o caráter posto em dúvida. A dificuldade de voltar à vida social de forma digna era o efeito mais devastador e imediato. À longo prazo, a causa operária estaria comprometida e impossibilitada, em termos de reivindicação, por no mínimo quinze anos.

Somente no final da década de setenta, com a abertura política em voga e com as lutas sindicais retomando sua força através dos movimentos sociais, o operariado voltaria a vislumbrar novas vias de ação e participação.

Após anos e anos de silêncio forçado, o sindicalismo voltaria a ter expressão política e, de certa forma, reconquistaria o respeito e o respaldo de seus representados. Mas isso não apagaria a carga de negatividade e desgosto representadas nas falas aqui expressas.

4.4. Jornalistas: conservadores x contestadores

Durante o regime militar, a imprensa teve um papel fundamental na seqüência dos fatos. Em determinados momentos, ela funcionou como um termômetro dos acontecimentos. Muitas vezes, as primeiras páginas dos grandes jornais eram o sintoma da vigilância de informações promovida pelos órgãos de segurança oficiais. Quando a censura cerceava as redações, era preciso buscar alternativas para preencher os espaços em branco provenientes de notícias censuradas. Ficaram famosas as receitas de bolo e as poesias de Camões emplacadas nas capas do jornal "O Estado de S. Paulo", por exemplo.

Mas no início do regime militar, quando as transformações políticas lançaram um conjunto de incertezas sobre os rumos do país, a imprensa não apresentou uma uniformidade no discurso. Muitos apoiaram, mas várias redações pelo país se mostraram em oposição aos militares.

Em 1964, Piracicaba contava com três matutinos diários. Dois deles, Jornal de Piracicaba e O Diário, eram mais tradicionais na cidade e já tinham uma existência mais longa do que a "jovem" Folha de Piracicaba.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Começando pela Folha, ela surge no início da década de 60 e se apresenta como resultado das intrigas políticas locais. Cecílio Elias Netto, que de início chefiou a redação e posteriormente se tornara proprietário do matutino, relata a origem política da Folha de Piracicaba:

> *"em 1961, foi lançado um jornal chamado "A Folha de Piracicaba", que era de oposição ao "Jornal de Piracicaba" e ao "Diário". Era do grupo ligado ao Luciano Guidotti, que se sentia prejudicado pela oposição política adotada pelos dois jornais, que apoiavam o grupo da UDN"*[237].

Mesmo funcionando como uma espécie de tribuna a serviço de determinados setores da política local, a Folha adota, a partir do golpe de 64, uma postura de abordar os assuntos da esfera nacional. Enfim, Cecílio Elias Netto passa a opinar, em seus editoriais, sobre a movimentação política que toma conta do Brasil. Cecílio Elias Netto é o jornalista piracicabano que mais se expôs ao cerceamento ideológico que pairou nas redações. O preço, foi uma seqüência de processos e chamadas ao 5° Grupamento Anti Aéreo (Gcan), em Campinas. Desde o início, no calor do golpe, Cecílio diz ter se posicionado contra:

> *"Eu queria a saída do Jango, mas a nossa meta era "JK 1965". Na verdade, queríamos que Jango terminasse o governo, parasse com a encrenca, porque a meta era eleger Juscelino em 65. E a UDN [fica] na oposição aqui em Piracicaba. Era uma loucura! Quando estoura revolução, você vai encontrar na Folha, acho que foi no dia 3 de abril... há um editorial meu que se chama "O caminho da frustração". Eu previ ali, a cassação do pessoal. Eu já estava contra"*[238].

O posicionamento de Cecílio Elias gerou um mal estar na direção do jornal. Os políticos que comandavam a empresa e que naquele momento aderiram aos militares, não viam a necessidade dos ataques de Cecílio e o resultado foi o repasse do jornal para as mãos do jornalista. Ser oposição explicitamente, a partir de 1964, se tornou economicamente inviável:

---

[237] Entrevista concedida em 26 jul. 2001.
[238] Idem.

unesp

"Eu tive uns sete processos de Segurança Nacional. O primeiro deles foi devido a um artigo que eu escrevi, chamado "O Marechal da banda", que era o Castelo Branco. E ainda um amigo meu disse: "-bota aí: 'da banda de lá'". Então saiu: "O marechal da banda de lá". Foi uma loucura. O Luciano [Guidotti] assumiu, foi lá depredar a Folha, disse que eu estava contra ele. Imagine, eu brigando com os donos do jornal. De tal maneira que todo mundo acabou caindo fora e o jornal ficou comigo. Ficaram em pânico e quando perceberam que não conseguiram me derrubar, que eu não ia mudar a posição, eles começaram a vender. Alguns deram para mim as ações"[239].

Mas a postura editorial de combate declarado da Folha de Piracicaba representaria sua queda. Ou por receio ou por convicção ideológica, leitores e assinantes abandonaram o jornal. Não o compravam, não mais o assinavam e muito menos tinham confiança para anunciar seus produtos no veículo. Segundo Cecílio Elias, houve um boicote, um sufocamento econômico que fez o jornal fechar as portas em 6 de junho de 1968:

"Mas eu fechei a Folha porque não havia mais condições. Foi sufocado, sufocado, sufocado, não tinha mais capital. Mas assim mesmo eu fiz uma sociedade com Sebastião Ferraz e nós compramos o Diário.

Então o fechamento da Folha está diretamente relacionado com o período político?

r: Foi. Foi um massacre. Depois, o Diário foi a mesma coisa. Chega um momento em que eu não resisti mais"[240].

O período da Folha de Piracicaba marca o início dos processos e recebidos pelo jornalista Cecílio Elias Netto. Ele mesmo diz não saber exatamente quantas vezes teve de se explicar aos generais em Campinas:

"Eu, por exemplo, perdi o número de vezes que fui pro DOPS, pro Gcan de Campinas, as prisões 24 horas, as torturas psicológicas"[241].

---

[239] Entrevista concedida em 26 jul. 2001.
[240] Idem.
[241] Entrevista concedida em 26 jul. 2001.

unesp

A perseguição a Cecílio Elias Netto se explica não somente por ser oposição ao regime, mas pela forma e caminhos traçados na sua carreira jornalística. Quando do fechamento da Folha de Piracicaba, Cecílio já engatava num outro projeto mais arrojado: "Diário de Piracicaba".

O Diário de Piracicaba era um jornal surgido ainda em 1935. A história deste matutino está contada no livro "O Diário: a saga de um jornal de causas"[242], de autoria do professor Gustavo Alvim. Procuramos o professor, que atualmente ocupa o cargo de vice-reitor administrativo da Universidade Metodista de Piracicaba.

Não conseguindo obter um contato como aconteceu com os demais entrevistados, decidimos utilizar sua obra para complementar a representação do veículo dentro do contexto local. Assim, além dos escritos de Alvim, lembramos que vários depoimentos de jornalistas que fizeram parte da equipe do Diário nos auxiliaram nesse propósito de destacar as representações construídas no discurso do jornal.

Como o próprio título da obra de Alvim sugere e como confirmam os relatos dos jornalistas, o "Diário de Piracicaba" ficou marcado como um jornal de causas. Para facilitar a leitura, adotamos o título "O Diário", que passou a ser impresso no alto da sua primeira página a partir de 18 de julho de 1968. Antes, havia sido "Diário de Piracicaba". E a marca de lutar por causas, que era uma constante desde seus primórdios, se confirma mesmo com o novo nome e sob nova direção:

> *"O Diário de Piracicaba, lembrando muito o espírito aguerrido dos antigos pasquins do século passado (XIX), pode ser considerado, tal como aqueles, um "jornal de causas". Essa característica, presente em toda sua existência, foi mais aguda e saliente em dois períodos: em seus primórdios, quando dirigido editorialmente por um dos seus fundadores, Jacob Diehl Neto, e outro a partir da segunda metade da década de 60, sob direção de Cecílio Elias Netto".*[243]

---

[242] ALVIM, Gustavo. **O Diário: a saga de um jornal de causas.** 1. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1998. 267 p.
[243] ALVIM, G. Op. cit. p.35.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Na redação de "O Diário" surge uma equipe combativa. Muitos jornalistas como Roberto Antonio Cera encontraram o espaço para exercer a profissão com rara liberdade nas redações das décadas de 60 e 70. Cera nos relatou a importância do Diário e destacou o respaldo que a direção do jornal dava para a utilização de uma abordagem mais crítica:

> *"quem escrevia mais era o Cecílio. Mais uma vez o padre José Maria Teixeira, disse que queria aproveitar a efervescência do Pasquim. Então começamos a escrever uma página de dicas e recados. Então eu fiquei editor desta página. Mas isso já foi no Diário de Piracicaba. Todo mundo escrevia assuntos de variedades. Mas a gente sempre dava umas cutucadas. Mas cutucada mesmo era o Cecílio quem dava. O João Maffeis foi chamado algumas vezes em Campinas, mas ele era redator-chefe, e era chamado mais pelo que o Cecílio escrevia"*[244].

Gustavo Alvim também confirma que, com Cecílio Elias na direção do jornal, a postura editorial mudaria em relação ao regime militar. Segundo seus escritos, Alvim afirma que a presença de Cecílio reforçava a representação de jornalismo combativo, que abraçava causas, uma vez que defendia abertamente as ideologias com as quais se identificava e fazia isso de maneira aberta e sem maiores precauções. Para Alvim, essa atitude resultava num paradoxo no que diz respeito à recepção do jornal e principalmente no que se refere à pessoa do jornalista Cecílio Elias Netto:

> *"Durante os primeiros anos de governo ditatorial, iniciado com o golpe de 1964, o Diário de Piracicaba evitou confrontos, eximindo-se de tomar uma posição clara, colaborando, no entanto, na campanha do "Ouro para o bem do Brasil". Publicava matérias de interesse do governo militar, porém, editorialmente, deixou de abordar temas políticos. Concentrou-se nas questões locais, caindo sensivelmente, a partir desse ano, em conteúdo e combatividade. Essa posição de afastamento da política foi mudada radicalmente quando o Cecílio Elias Netto assumiu a direção do jornal, em 1968 (...) o Diário sempre foi um jornal de denúncias e campanhas. Essa característica esteve bastante*

[244] Entrevista concedida em 27 abr. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

presente durante praticamente toda sua existência e, especialmente, sob direção de Cecílio Elias Netto, a partir de 1968. Quando lhe faziam uma denúncia, não media conseqüências nem lhe interessava que fosse o alvo. Apontava sua metralhadora giratória contra tudo e contra todos, amigos ou inimigos, poderosos ou marginais. Pagou caro por suas ousadias, pois, se era aplaudido por muitos, colecionava também um batalhão de descontentes, que passavam a criar toda sorte de dificuldades para o jornalista e para sua empresa, com processos e boicotes".[245]

Uma demonstração que resume a postura do Diário frente aos acontecimentos da política nacional a partir do ano de 1968 foi a edição seguinte ao decreto do AI-5, no dia 13 de dezembro. A edição do dia 15 de dezembro, bem como várias seguintes, trouxeram as principais colunas do matutino em branco.

Era uma autocensura ou, como ficaria evidente com a postura de outros jornais como O Estado de S. Paulo, era uma forma de protesto. Assim entenderam os órgãos do Sistema de Informações, que proibiram espaços em branco, fato que resultou na publicação de receitas de bolo e poemas até mesmo na primeira página. Deixar espaços em branco passa a ser uma atitude de proteção, buscando evitar prejuízos com tiragens possivelmente proibidas ou ainda impedir mais processos e prisões de jornalistas. Cecílio Elias descreve o fato:

"O Diário, historicamente, foi o primeiro jornal do Brasil a se auto-censurar. No dia seguinte ao AI-5, eu escrevi um artigo que se chamava "O país do Chacrinha", "O país do carnaval", uma coisa assim. No dia seguinte, o Diário saiu com todas as colunas assinadas em branco. Daí começou a perseguição total. Eu me lembro que os meus redatores não queriam soltar o jornal de medo. Eu estava numa fase de alta politização, lecionava na faculdade e não me conformava com a perda da liberdade"[246].

---

[245] ALVIM, Gustavo. **O Diário: a saga de um jornal de causas**. Piracicaba: Editora Unimep, 1998. pp. 83-161.
[246] Entrevista concedida em 26 jul. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Gustavo Alvim também tece seu comentário acerca da postura diante do AI-5. De acordo com Alvim, temos aqui um sintoma da relação entre a autoridades policiais de Piracicaba e a unidade militar em Campinas:

> *"(...) a reação de O Diário foi imediata e simbolicamente forte. Em 15 de dezembro, o editorial e as colunas "Diálogo", "Coluna do Padre", "Política & Políticos", "Bom dia, leitor" e "Opinião" saíram em branco. No dia seguinte, e por várias semanas, o jornal também não as publicou. Essa corajosa atitude de repúdio à censura antecedeu a do próprio jornal O Estado de São Paulo, que também se manifestara dessa forma, valendo ao diretor do órgão e ao jornalista Aloísio Alberto, por seus respectivos artigos, uma intimação para comparecerem perante as autoridades do 5º GCan, a unidade do exército sediado em Campinas, onde foram ouvidos e admoestados. Em sua defesa, Cecílio Elias Netto apontou o delegado de Piracicaba, Joseph Cella, como testemunha, para provar que não era subversivo, mas, no 5º GCan, o delegado negou-se a confirmar isso"*[247].

Questionamos o jornalista Cecílio Elias sobre o tratamento recebido em tantas chamadas ao 5º Gcan. Cecílio relata que, embora não tenha sofrido maiores danos físicos, a tortura psicológica era tão penosa quanto a tortura física.

Além disso, as palavras de Cecílio confirmam que as ações dos delegados locais se davam em sintonia com os objetivos da Lei de Segurança Nacional. De acordo com Cecílio, uma vez decretado o AI-5, as delegacias de polícia passariam a desempenhar, de forma não oficial mas com nítida eficiência, um papel de repartição militar, onde delegados representavam agentes da censura na vigilância à subversão:

> ***"Nas idas ao Gcan, como era o tratamento?***
>
> *r: violência física, eu não sofri. Mas a violência psicológica, foi um horror. Por exemplo, eu era fumante e o sujeito não me deixava fumar, e todo mundo fumando na minha frente e tomando cafezinho. Uma vez, eu fiquei depondo 12 horas, em São Paulo, não podia tomar água, ir ao banheiro, tomar um café...*
>
> ***Quem mandava o pessoal para lá?***

---

[247] ALVIM, G. Op cit. p.191.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

r: a revolução fez o seguinte: como ela não podia colocar censura em todos os jornais, depois do AI-5, ela mandou ordem para os delegados vigiarem os jornais"[248].

Roberto Antonio Cera afirma desconhecer casos de tortura física e destaca a importância da luta no campo das idéias:

"(...) a cidade estava... eu ouvi falar que tinha havido no período de 64, que tinha havido movimentação estudantil, a Marcha teve aqui também... a Igreja trouxe os padres progressistas, o José Maria Teixeira, o Pe. Otto, mas esse pessoal escrevia. Era um combate de idéias. Houveram prisões, o Cecílio mesmo, cada artigo que ele escrevia, era chamado no GCan. Mas violência física eu não fiquei sabendo de ninguém. Tortura psicológica sim. Não sei, mas quando ouço falar em caso de tortura, eu fico pensando como esse pessoal se comportou diante dos militares, o que eles disseram..."[249]

Dentro da esfera editorial, Piracicaba comportava um cenário no qual se apresentavam forças declaradamente antagônicas. Consideramos de um lado a "Folha de Piracicaba" e "O Diário" e de outro lado o centenário "Jornal de Piracicaba", no que se refere ao enquadramento jornalístico em relação à política nacional das décadas de 60 e 70.

Dentro dessa distinção, os relatos levantam representações opostas, mas ambas se declaram por um mesmo objetivo: o bem público. Obviamente a divergência está na forma em que ambos os jornais postulam seu discurso. Como podem ser diferentes numa proposta equivalente?

A disparidade está justamente na representação que fazem deste público que afirmam "defender". Regido pelas denominações contidas nos depoimentos, de um lado temos os "conservadores". Do outro lado temos os "opositores". Para os conservadores, o leitor teria que ser poupado de sofrimento e preocupação. Sobretudo, o receptor desse discurso deve então ser protegido de más notícias para que a tensão da época não deflagrasse um movimento social com proporções catastróficas. Para os opositores, o discurso aberto, marcado por

[248] Entrevista concedida em 26 jul. 2001.
[249] Entrevista concedida em 27 abr. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

críticas explícitas, mesmo que recebendo as penalizações dos órgãos de segurança, foi a opção adotada.

Como já tratamos da abordagem da Folha de Piracicaba e considerando seu fechamento ainda nos primeiros anos do regime, ficamos então com o contexto onde atuaram "O Diário" e o "Jornal de Piracicaba". Este último já vem sendo estudado na outra frente desta pesquisa, numa análise discursiva baseada nas suas edições. Mesmo assim, para entender e ou evidenciar as representações de "O Diário", propomos um confronto com o discurso do Jornal de Piracicaba. Esse embate é possível uma vez que tivemos a valiosa colaboração dos jornalistas José Antonio Bueno de Camargo e Adolpho Queiroz. Ambos transitaram nas duas redações e permitem assim levantar as diferenças e possíveis semelhanças discursivas. Além desses dois relatos, as falas de Cecílio Elias Netto, proprietário e editor chefe do "Diário", e de Antonietta Rosalina da Cunha Losso Pedroso, uma das proprietárias do Jornal de Piracicaba, completam a revelação do cenário midiático em Piracicaba durante o regime militar.

Adolpho Queiroz, jornalista e professor de comunicação na UNIMEP, fala com segurança sobre o Jornal de Piracicaba. Na sua carreira, teve a possibilidade de interagir com o veículo na teoria e na prática. No campo acadêmico, destinou sua tese de doutorado à história do JP quando este completou 100 anos. Na prática, Adolpho Queiroz trabalhou como correspondente do jornal em Brasília durante a campanha para as eleições diretas, em 1984.

Dessa combinação entre a reportagem e a academia, onde se fundem e se completam suas impressões e representações acerca do veículo, Queiroz destaca o papel do jornal e sua auto-proclamação de porta-voz da população de Piracicaba:

> *"O Jornal de Piracicaba tem uma postura pluralista. Ele jamais será um veículo a serviço da esquerda (...)o Jornal de Piracicaba presta-se a este papel amplo de ser um porta-voz da cidade. Como foi porta-voz da revolução, em 1964, e foi a porta voz das diretas, em 1984. Quer dizer, se amanhã vier a revolução tecnológica, o porta-voz será o jornal (...) O objetivo do Jornal de Piracicaba é fazer Piracicaba crescer e nisso ficam escondidas algumas lutas...*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

as organizações populares acabam tendo menos espaço de reflexão. Não é um jornal de reflexão. É um jornal de notícias. O jornal se presta a ser um jornal que noticia as coisas da cidade. Ele não pretende ser um jornal opinativo. Os políticos passam e o jornal fica. Está aí há 100 anos cumprindo seu papel e todo mundo acaba respeitando este tipo de postura"[250].

De fato, essa simbiose entre o discurso, sua abordagem editorial e a população, é muito utilizada como chamariz, buscando a efetivação do processo de identificação com o receptor local. Antonietta Rosalina da Cunha Losso Pedroso, herdeira e uma das proprietárias do Jornal de Piracicaba, traz em sua fala a constante marca dessa relação. Seu relato reafirma a cada resposta os objetivos do veículo desde seus primórdios:

"os fundadores não eram políticos. O jornal foi fundado a 4 de agosto de 1900 e já nesta época ele era um jornal diário e que pretendia defender os interesses da cidade. Receber as reclamações da população e procurar ir a quem é de direito para resolver os problemas dos cidadãos piracicabanos"[251].

Indagamos Antonietta Rosalina acerca do fato de o JP ter apoiado o golpe militar, em 1964. Na sua resposta, ficam declaradas as bases políticas com as quais o JP se alinhara:

"no início talvez. Exatamente, eu acho que num primeiro momento todo mundo tinha medo do Jango. Não se sabia o que este homem poderia fazer. Ele tinha as piores referências. Quando os militares assumiram, tinha dinheiro à beça (sic.) do Brizola, coisas horríveis, que eles estavam desviando. O Brizola estava envolvido numa porção de coisas e o Jango também. Todas as coisas que eles faziam eram um rio de corrupção. Os militares, neste ponto, quando eles assumiram, eles tinham as melhores impressões da época. É claro que uma ditadura nunca é boa"[252].

Mesmo com a proprietária da empresa assumindo o alinhamento do JP às forças políticas que comandaram o país a partir de 64, perguntamos se ao longo

---

[250] Entrevista concedida em 3 mi. 2001.
[251] Entrevista concedida em 25 jul. 2001.
[252] Idem.

do regime não houveram fatos nos quais o JP sofrera alguma censura. Apesar de lembrar de telefonemas "pedindo" a não publicação de determinados assuntos, suas palavras não trazem qualquer sentimento de preocupação. Para Antonietta Rosalina, simplesmente "era necessário retirar as matérias". Mais uma vez, o argumento de preservar o povo:

> ***"A redação do JP recebeu alguma ameaça durante o regime militar?***
> *r: num período maior de censura, a redação recebia telefonemas que diziam: "olha, esses assuntos estão proibidos!". Eu não sei se era censura, mas a redação recebia telefonemas das pessoas que tinham poder para isso, para censurar. Então, "o assunto, assim, assim (sic.), não se pode comentar". Era preciso então retirar as matérias.*
> ***O que eu já pude pesquisar é que o Jornal de Piracicaba trazia um discurso cuidadoso, para tentar não se comprometer com a censura. Havia essa recomendação de tomar cuidado?***
> *r: não, não houve exatamente isso. Não houve uma censura tão forte assim. No interior não houve. E não houve essa preocupação de não se comprometer. Somente houve, talvez, um cuidado para não levar a nação ainda para um trauma maior. Ele [seu pai, Fortunato Losso Neto] poderia até prejudicar a cidade. Quer dizer, ele procurou manter as coisas de uma maneira que pode até ser interpretada como cuidadosa ou cautelosa, mas não foi neste sentido, [porque ele] não tinha medo de ninguém. Ele sofreu muitos processos na vida por dizer o que pensava. Mas na ditadura não houve nenhum problema mais sério"*[253].

Tomei a liberdade de comentar com o jornalista Cecílio Elias Netto a respeito dos tais telefonemas recebidos pelo JP. Sua expressão, tanto quanto sua resposta, trouxeram um estranhamento. Para Cecílio Elias, o JP era mais do que conservador, era adesista por convicção política. Cecílio falava sobre a pressão sofrida na Folha e no Diário e então perguntei porque o JP não havia sofrido tanta coação:

> ***"E porque o Jornal de Piracicaba não sofreu tudo isso?***

[253] Entrevista concedida em 25 jul. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

r: por que era adesista. O Jornal de Piracicaba nunca fez oposição.

O máximo foram alguns telefonemas para a redação.

r: no Jornal de Piracicaba?

É.

r: Pra quê? Só se foi a esquerda que telefonava ou estudantes telefonavam. O Dr. Losso era meu amigo pessoal, nós tivemos muitas polêmicas, mas ele era um líder do Rotary e líder da UDN em Piracicaba. Então, o Dr. Losso se viu "órfão do Jânio Quadros", que era a "paixão" dele e a esperança dele passou a ser o Carlos Lacerda, da UDN, que era um homem brilhantíssimo. Mas quando o Lacerda fica contra a revolução, o Losso rompe com o que Lacerda"[254].

Outro jornalista, José Antonio Bueno de Camargo, o José ABC, também marcou sua trajetória profissional trabalhando nas redações de "O Diário" e do Jornal de Piracicaba. Entre os anos de 1962 até 1967, foi redator-chefe do Diário. Depois, entre os anos de 1968 até 1975, período em que a censura foi mais ostensiva, José ABC chefiou a redação do JP. Ainda em 1975, ele voltaria a trabalhar no Diário. Nesse trânsito, José ABC vivenciou como poucos as diferenças entre os dois jornais e por isso tem a possibilidade de nos relatar como era a relação com os "comandantes" das duas redações. No seu discurso fica evidente que, apesar de empregar uma equipe, ambos os matutinos foram administrados e construíram seu discurso, principalmente no que se refere à política nacional, de acordo com o alinhamento político de seus proprietários.

Neste contexto, Cecílio Elias Netto, do Diário e Fortunato Losso Neto, do JP, se efetivaram como lideranças inquestionáveis dentro de suas empresas. Ditavam o enquadramento, mediam as conseqüências e chamavam para si as responsabilidades e os métodos de abordagem empregados em suas publicações. Mas José ABC consegue habilmente distinguir as diferenças na maneira de Cecílio Elias e Fortunato Losso Neto comandarem "suas" redações:

"a diferença, para mim que trabalhei com os dois campos, é que o Cecílio não se satisfazia em simplesmente ficar no noticiário, ele queria ir a fundo nas coisas, nos problemas e é o que fazia realmente. Ao passo que o Jornal de

[254] Entrevista concedida em 26 jul. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Piracicaba fazia o registro dos acontecimentos e tinha um grupo de colaboradores, que o "Dr. Losso" selecionava, entre médicos, professores e, advogados, e esses colaboradores podiam tocar nos assuntos políticos, mas de leve. No fundo, eram apenas crônicas da vida diária e coisa assim. Essa era a diferença, o dr. Losso, não costumava escrever diariamente, mas quando ele escrevia, ele vinha para derrubar. Não derrubar pela agressividade, derrubar pela credibilidade e pelo respeito que tinham por ele"[255].

Mas trabalhar com a ostensividade de Cecílio Elias não poderia significar problemas naqueles tempos de censuras e proibições? Será que a "sombra" do "Dr. Losso" ajudava como escudo em relação à problemas com a Lei de Segurança? José ABC é direto e não titubeia em afirmar que no JP o desgaste era menor:

"o negócio é o seguinte. São duas coisas completamente diferentes. No Diário você precisava estar sempre sintonizado e sempre atento para sugerir e para analisar por causa das pendências que o Cecílio arrumava. E no Jornal, era mais tranqüilo neste aspecto. Quanto ao dr. Losso, a sombra do dr. Losso, como você diz, não era uma sombra que se fizesse pesada sobre a turma. Apenas você sabia que existia essa figura que sabia ponderar, sabia raciocinar, sabia expor e que era uma pessoa muito respeitada na comunidade. Então, você não precisava se preocupar com esse pormenor de analisar e colocar para o povo o que poderia ser. O Dr. Losso fazia isso. Na realidade, a responsabilidade nossa, no Jornal de Piracicaba, era menos desgastante. Você não precisava ficar correndo muito atrás de coisas para saber o que ia por ali"[256].

A credibilidade de Fortunato Losso Neto também é evidenciada por sua filha, Antonietta Rosalina. Para ela, os "critérios" utilizados pelo pai na seleção das matérias contribuía para evitar problemas. Antonietta Rosalina destaca a liderança que o pai exercia na redação e mais uma vez ressalta as intenções de "proteger a população":

---

[255] Entrevista concedida em 8 abr. 2002.
[256] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"Houve caso de algum jornalista usar um discurso mais radical?

r: não me lembro de coisas dessa natureza porque nesta época o meu pai era uma pessoa que ainda não estava doente, ele tinha todo o gás, comandava a redação, de modo que a parte política estava sob o comando do meu pai. Ele nunca sofreu nenhuma ameaça. Pode ter sofrido alguma pressão neste sentido de não publicar isto ou aquilo e ele usava de critério, que se era uma coisa que não tinha tanta importância, ele não ia deixar de obedecer porque ia prejudicar a população"[257].

Mas um certo dia, aliás, numa certa noite, quando a edição do JP estava "entrando nas máquinas de impressão", José ABC recebe uma visita: um professor e um militar da cidade. O assunto era uma notícia sobre a política nacional, mas que o jornalista não se recorda com precisão. Segundo José ABC, o fato se deu assim:

"a visita foi à noite, deveria ser umas nove ou dez da noite, naqueles tempos a redação trabalhava até onze horas, meia noite. A visita não se fez com anúncio de que pretendia se vetar alguma coisa. Mas no fundo no fundo, era um policiamento do que iria sair publicado, para saber se seria ofensivo ao regime ou não. E foi assim. As duas pessoas que me visitaram, um professor e um militar, poderia até dizer que ambos amigos meus. Não amigo de cama, mesa e banho, mas amigo de longa data, de se conhecer e cumprimentar, de conversar. E pediram então para ver a notícia que já tinha sido mandada para a oficina.

Sobre o que era notícia?

r: sabe que eu não consigo me lembrar. Não me lembro desse detalhe. Não me lembro mesmo. Mas certamente não era coisa local e sim coisa nacional. Aí, eu, tomado de um súbito arrebatamento de coragem, aliás não é tanto assim... é que era parte da minha índole, da minha filosofia de jornalista. Eu sempre levei coisas de jornal muito a sério. Para mim não é uma brincadeira, não era ganha-pão, não era nada. Era uma instituição, quase uma religião. E não gostei nada disso, não achei que estava certo. Então disse para os dois: "olha, o problema é o seguinte, a matéria já foi para a oficina e vocês vão ficar sabendo dessa matéria amanhã de manhã quando o jornal estiver circulando. Aí vocês

---

[257] Entrevista concedida em 25 jul. 2001.

unesp

vão na banca, compram, ou passa aqui mesmo e leva um exemplar, mas antes disso não. Antes disso eu não cedo para ninguém o que vai sair e como vai sair". E foi assim. Os dois se desculparam e foram embora

O assunto não chegou a ir para a diretoria?

r: nada. Morreu ali."[258].

E porque o assunto morrera ali? Por que a direção do JP não sofrera pressões maiores? Poderíamos supor que a credibilidade e a inserção social de seu proprietário abrandariam possíveis intervenções em matérias que pudessem trazer algo de negativo em relação ao regime. Sua própria filha, Antonietta Rosalina, fala do papel desempenhado pelo pai. Ele se fazia representar e utilizava da sua influência:

"O jornal recebia pedidos de ajuda de familiares que foram presos?

r: nesta ocasião, o jornal fez o que pode para ajudar os que precisassem. Naturalmente, usando de influências, conversando com pessoas ligadas, procurando falar com delegados de polícia ou quem conhecesse alguém de Campinas. Então, meu pai sempre procurou interferir, usar a influência pessoal"[259].

Mas essa influência seria capaz de impedir processos e proibições? Preferimos ficar com a representação que o jornalismo produzido pelo JP adquire desde o início do processo político a partir de 1964. O apoio, o chamamento aos populares para participarem da Marcha da Família e o "alívio" das primeiras edições seguintes à tomada do poder pelo II Exército, quando deixou representar uma satisfação pelo suposto fim da ameaça comunista. Enfim, as representações construídas com base numa positividade em relação aos comandantes da nação formaram este respaldo e essa credibilidade em relação à figura do "Dr. Losso". José ABC, que por sete anos trabalhou com o amparo que a personalidade de Fortunato Losso Neto representava, não economiza em ressaltar o significado dessa figura dentro do jornal:

---

[258] Entrevista concedida em 8 abr. 2002.
[259] Entrevista concedida em 25 jul. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"Eu falo família Losso, Jornal de Piracicaba, mas entenda-se sempre "Dr. Losso Neto" (Fortunato Losso Neto). Ele era a alma, o espírito, o corpo e tudo do Jornal de Piracicaba"[260].

Então é claro que assim como Cecílio funcionava como anteparo para sua equipe no Diário, este mesmo papel é desempenhado por Fortunato Losso Neto no JP. As representações traduzidas no texto jornalístico de cada veículo eram imediatamente identificadas com seus responsáveis.

O que fica depois de tantas definições, comentários e conceitos elaborados por nossos colaboradores é que a imprensa piracicabana apresenta discursos antagônicos durante o regime militar. E dentro deste antagonismo, o discurso que a todo momento se mostra contestador, acabou por sofrer as sanções que na época assolaram as redações pelo país. Enquanto isso, a redação que se auto-define com porta-voz do povo, traz um discurso assumidamente comedido, sem demonstrar qualquer insatisfação com os rumos da política nacional e por isso, mesmo quando houvera pequenas tentativas de coerção ao seu discurso, essas tentativas se resolveram dentro da normalidade. Enquanto outros jornais de Piracicaba como a Folha de Piracicaba e O Diário tiveram jornalistas presos, processados, interrogados, resultado da ostensividade e da combatividade que sua abordagem representava, a equipe do JP, "protegida" pela figura de seu responsável, ficara menos desgastada. Em outras palavras, o conservadorismo como receita de tranqüilidade e continuidade.

4.5. Religião: o bispo na passeata e o padre vermelho

Dentro do processo político que se instalara no Brasil a partir de 1964, muitas das movimentações sociais que se deram durante o regime militar tiveram na religiosidade um mote para o protesto ou mesmo para angariar apoio, dependendo da seqüência dos fatos históricos e das questões em voga. Sempre mantendo uma postura de opinar ou mesmo negociar questões políticas, a Igreja Católica de início esteve dividida quanto à sua posição ideológica frente os

[260] Entrevista concedida em 8 abr. 2002.

unesp

acontecimentos de abril de 1964. Veja o que relata o padre Oscar Beozzo, membro da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA):

> *"Você encontra a Igreja no golpe profundamente dividida. Então, a Igreja está rachada no momento do golpe. O que acontece? Ela não tem como se pronunciar (...)Então, acontece a primeira reunião depois do golpe 31 de março, no fim de abril, e ocorrem dois projetos de declaração. Um do Dom Sigaud, que dizia que a Igreja "dá graças a Deus por que os militares salvaram o país do comunismo". E tinha um texto de Dom Hélder Câmara, dizendo que a Igreja "está comprometida com o projeto de educação de base, com a sindicalização e não vai arredar pé disso e de um compromisso com os pobres e também com a atuação política dos leigos". E denunciava as prisões que estavam sendo feitas, o arbítrio que estava acontecendo... bom. Os dois textos foram discutidos durante três dias e não se chegou a um acordo. No fim se fez uma colagem. Então, você tem a primeira parte do texto, que é do Dom Sigaud, a segunda parte é de Dom Helder Câmara, e todos assinaram embaixo. Alguns por causa da primeira, outros por causa da segunda parte. Então, tem muita gente que diz: "ah, aquela declaração de apoio à revolução". São pessoas que não leram com cuidado e não conhecem a história do texto".*[261]

Mas mesmo dentro dessa divisão descrita pelo Pe. Beozzo, em Piracicaba a Igreja de início parece ter ficado do lado conservador, o que se pode afirmar devido ao apoio dado à versão local da Marcha da Família. Pelo que se registra, a manifestação de apoio ao novo regime se deu em frente à Catedral de Sto. Antonio, no centro de Piracicaba.

O que mudaria a partir dali? O que faria mudar essa postura adesiva? A resposta é D. Aníger. O até então padre Aníger Francisco Maria Melilo, que se tornara bispo diocesano em Piracicaba no início dos anos 60, foi uma figura polêmica e ao longo de seu bispado não hesitou, segundo pudemos constatar em nossas entrevistas com pessoas próximas e contemporâneas a ele, em mudar suas representações acerca do momento político e não fugiu ao papel de atuar na

---

[261] DINES, Alberto, FERNANDES JR., Florestan, SALOMÃO, Nelma (orgs.) **Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil**. São Paulo: editora 34, 2000. V.1 pp.61-62

unesp

história de Piracicaba utilizando palavras e atitudes. Para evidenciar a postura da Igreja em Piracicaba e suas representações durante o regime militar, contamos com os relatos do Pe. Otto Dana, pároco da Catedral de Sto. Antonio em Piracicaba, do ex-padre José Maria Teixeira e de tantas outras falas que tiveram proximidade nessa relação da Igreja com a história.

O jornalista Cecílio Elias Netto descreve a mudança de comportamento de D.Aníger a partir das novas idéias que vinham do pontífice, o Papa João XXIII. Para Cecílio, D. Aníger foi uma surpresa e uma inovação:

> *"O D. Aníger era um homem, inicialmente, ultra conservador. Mas depois, ele mudou e toda aquela fidelidade ortodoxa foi rompida e virou uma figura deslumbrante. Tirou a batina, andava de camisa, de fusquinha pela cidade, ia procurar os estudantes, começou a ir à cadeia procurar quem estava sendo perseguido, liderou passeata, acolheu os estudantes na cripta da Catedral. Houve uma passeata que saiu lá de dentro. Ele foi o primeiro a falar em ecumenismo. Os padres jovens que vieram, vieram porque ele abriu a Igreja"*[262].

Aliás, a fala de Cecílio faz menção a dois fatos que seriam fundamentais para o papel desempenhado pela Igreja em Piracicaba durante o regime militar: a vinda dos padres jovens e a já mencionada passeata que saiu da "cripta da Catedral". Em primeiro lugar, pela ordem, a vinda dos "padres novos". Falamos com dois deles: Otto Dana e José Maria Teixeira.

Ambos chegaram em Piracicaba nos primeiros anos do regime, eles confirmam que o aceite ao convite de D. Aníger se deveu aos novos ares que o bispo representava. José Maria Teixeira explicita as esperanças que depositou em D. Aníger:

> *"a tendência nossa era sair. Havia na época o D. Aníger. Ele esteve na saída nossa de Aparecida onde havia uma efervescência por parte desses alunos, levado por esse espírito do golpe. Ele disse que a nossa inquietude era a ação do Espírito Santo. Então, com um negócio desse aí, você põe fogo! Ele virou o*

[262] Entrevista concedida em 26 jul. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

nosso "farol". "Vamos por aí", pensei. Aí viemos para Piracicaba acolhidos dentro dessa ótica. Ficamos aqui participando desse processo"[263].

E os padres jovens chegaram, de certa forma, para desempenhar uma função social que não se restringia somente aos "serviços de paróquia". Incentivado pelo bispo, Teixeira lembra da primeira função desempenhada aqui:

"quando cheguei aqui, o bispo queria me por para ensinar a criançada. Eu disse que não me propunha porque iria influenciar a criançada. Ele insistiu e me colocou no Colégio Seminário Diocesano"[264].

D. Aníger e seus "padres novos" passaram a representar uma força social na cidade e, ao mesmo tempo, essa força encontrava barreiras políticas e divergências ideológicas acerca de seus modos de ação. A aproximação dos padres junto às escolas e também às fábricas gerava mal estar devido ao respaldo dado pelos religiosos às queixas de operários. O jornalista Roberto Antonio Cera relata um fato acontecido em uma missa celebrada pelo bispo Aníger Melilo na Igreja do Bom Jesus. De repente, adentra no recinto o empresário Mario Dedini, um dos mais ricos industriais da cidade e dá-se o pitoresco, mas significativo, episódio:

"Por sinal, o Mário Dedini detestava o D. Aníger. Um dia, eu estava na missa da Igreja do Bom Jesus, bem lá atrás e o D. Aníger estava rezando a missa e o Mario Dedini veio assistir a missa e ficava fazendo sinais de arrepio, de que não gostava"[265].

Talvez esse calafrio do Mario Dedini tivesse sido fruto das denúncias provocadas por um certo Pe. Gil. Não conseguimos nenhum contato com o referido padre. A única citação desse episódio foi obtida na conversa com o ex-padre José Maria Teixeira de forma superficial:

---

[263] Entrevista concedida em 11 abr. 2001.
[264] Idem.
[265] Entrevista concedida em 27 abr. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"Nós tínhamos aqui, tentativas desse gênero, a questão da ação católica, grupos de JUC, JEC... agora me lembro do Pe. Gil, que passou um aperto. Ele denunciou uma morte aí no Dedini, interveio pesado e o D. Aníger pegou o Gil a tiracolo, como se fosse assessor dele e foi embora"[266].

E por esse respaldo dado por D. Aníger e seus discípulos é que os estudantes da ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) foram buscar apoio para sair às ruas da cidade, protestando contra o governo militar. Por que o clero local haveria de apoiar? O então universitário Newman Simões acredita que o descrédito geral fora a razão:

"Eu vou contar o que eu lembro. Eu não sei quem foi falar. Mas o movimento tinha a noção de que o bispo estava descontente com os atos do governo. Não que ele fosse contra o governo, mas estava descontente. A Igreja era contra o comunismo, mas também começou a agredir demais os direitos humanos e nós tínhamos noção de que um setor do clero, que tinha dado apoio ao movimento, estava descontente com o rumo que estava tomando"[267].

As movimentações da tal passeata, em outubro de 1966, são relatadas pelos então padres jovens. A postura do bispo Aníger não deixa dúvidas quanto à sua força política no contexto local. O bispo abriu as portas da Catedral para a concentração dos estudantes e depois, quando os rumos da manifestação ficou incerto, ele toma a frente nas negociações e garante o ato. Para José Maria Teixeira, só o bispo poderia dar essa garantia:

"A passeata foi uma daquelas proibições que o DOPS impunha. Ninguém sai, ninguém faz movimento de coisa nenhuma. Havia uma imposição. Mas a prova da juventude é enfrentar. Eu me lembro que o Newman, o Fausto e mais outro que não me lembro [todos da ESALQ], chegaram comigo e queriam fazer a passeata. Eu disse que a única forma era movimentar o bispo."Se vocês convencerem o bispo, sai a passeata", eu disse. Aí o bispo topou. Eles conseguiram convencer o bispo"[268].

---

[266] Entrevista concedida em 11 abr. 2001.
[267] Entrevista concedida em 2 ago. 2001.
[268] Entrevista concedida em 11 abr. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Segundo o padre Otto, a passeata e a posição combativa do bispo teve repercussão na mídia do país:

> *"A ESALQ fez uma grande passeata de protesto contra a ditadura, vieram aqui na praça e no fim a polícia queria interromper a passeata. O bispo saiu na frente da passeata e abrigou todo o pessoal dentro da Igreja. E como a Igreja era um território mais ou menos neutro de asilo político, então os estudantes ficaram aqui dentro, até que houve as negociações com a polícia e eles puderam então sair. O bispo esteve na vanguarda e inclusive os jornais, na época o Estadão, a Folha, publicaram fotografias de D. Aníger à frente da passeata e ele abrigando aqui na Catedral os estudantes"*[269].

O resultado desse comando ativo da Igreja Católica, com D. Aníger se posicionando em relação à política nacional de forma contestatória ao regime, resultou em dois fatos: primeiro, o bispo obteve êxito na tentativa de formar novas lideranças dentro da própria instituição católica e, segundo, D. Aníger movimentaria os Cursilhos da Cristandade. Os Cursilhos formavam grupos de pessoas vindas da sociedade civil e tinha como principal objetivo a formação de lideranças políticas a partir do pensamento cristão. Portanto, obtendo o interesse de representantes da sociedade para os Cursilhos, a Igreja tinha como meta mudar o coletivo a partir do individual. O Pe. Otto Dana dedicou, inclusive, sua tese de doutoramento, "Os Deuses dançantes", à essa discussão. Mas segundo ele, a tentativa dos cursilhos não obteve tanto sucesso:

> *"É uma análise sobre a questão do reavivamento espiritual e o que significava, em termos de resposta social, aquela efervescência dos Cursilhos da Cristandade, que na época pegavam sempre as lideranças da sociedade da cidade, partindo daquele princípio de que se você converte a pessoa, muda a sociedade. Eu tentei mostrar na tese que isso não acontece. Que a cidade, em termos sociais, de trabalho, de emprego, das relações de produção, continuou tal e qual era antes e que no máximo, o Cursilho modificava situações*

[269] Entrevista concedida em 9 set. 2000.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

particulares, de família ou individuais, mas que não atingia uma transformação social"[270].

Além dos "cursilhistas", os padres jovens, seguindo os passos e sob a "proteção" do bispo, tornavam-se figuras conhecidas e o segundo efeito da liderança e da postura de D. Aníger decorre daí. Por se tornarem notados, ou notáveis, como queiram, eles também acabaram atraindo a atenção dos órgãos de segurança. Por conseguinte, enfrentavam a mesmas impugnações em relação aos seus discursos. Missas vigiadas, chamadas ao 5° Gcan (5° Grupamento de Canhões Anti Aéreos), em Campinas e, no caso do padre Otto, merecedor de anotações no DOPS e, por aqui, apelidado de "padre vermelho". Otto explica o motivo do apelido:

"Sempre vigiado e sob suspeita. Tanto assim que o apelido era de "padre vermelho". "Padre vermelho", "padre comunista". Dentro desse espírito conservador da cidade, um dos sintomas era justamente isso. Colocar as pessoas sob suspeita. "Esse aí é vermelho"[271].

Aliás, ficar sob suspeita virara rotina naqueles tensos anos 60 e 70. A vigia aos sermões, mesmo que de forma discreta, era sabida por José Maria Teixeira, que mesmo assim dizia não se intimidar:

"tinha um locutor de rádio que acho que tinha ligações com a polícia e pediam para me cuidar. Eu cheguei a vê-lo nos meus sermões. Quer dizer, a vigilância, mas não houve nada. Nem por isso deixávamos de falar o que tinha de falar"[272].

Mesmo não sendo preso pelos seus sermões, Otto Dana também tinha juízo dos cuidados que tomavam contra ele:

"E soube também que sempre que vinham autoridades, havia elementos destacados para me policiar. Também tive que pegar os meus livros mais de esquerda e levar lá para outra Igreja longe daqui para evitar possíveis visitas e

---

[270] Entrevista concedida em 8 set. 2000.
[271] Idem.
[272] Entrevista concedida em 11 abr. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

prisão. Mas nunca passei assim por aprisionamento ou uma perseguição mais pública"[273].

Mas embora não tenha havido nenhuma perseguição pública mais declarada, Otto e Teixeira relatam chamadas ao Gcan por seus trabalhos de paróquia. Teixeira teve que se explicar por duas oportunidades por auxiliar trabalhadores rurais na luta por seus direitos:

"eu fui interrogado duas vezes no Gcan, mas eu fui chamado lá pelo meu trabalho em paróquia, de Igreja. Qual era o drama? Em 1967, eu já era ordenado e fui trabalhar em Capivari – SP. Sentindo o drama da população, eu fui reprimido várias vezes pela minha pregação. Quem fazia as pregações era o vigário, um holandês, que recebia tudo da usina. Ele era ligado com o esquema. Mas tudo vinha de lá, o óleo do carro, a gasolina. Lá, você tinha meia dúzia de famílias que mandavam no povo. E acabamos formando um sindicato rural. Era um pessoal disperso, sofriam muito. E nós fomos tirados de lá porque estávamos incomodando. E levado pela fala do vigário, o bispo mandou um bilhete assim: "venha embora com todas as suas coisas por que precisamos de você aqui". Tudo bem, mas pelos trâmites canônicos, isso não se faz assim.

Viemos embora, chegou aqui, ficamos como capelão de freira...vai de cá vai de lá (sic.) e daí fui para Saltinho[274]*. Lá também tem muito problema com exploração e começamos organizar o povo. E isso incomoda! Por que você puxava esse pessoal e fazia eles enxergarem para que a coisa funcionasse. Com isso, levantamos uma série de irregularidades. O governo passava o dinheiro para os usineiros, mas os coitados não viam esse dinheiro. Só no reajuste da safra, por volta de agosto. Eles não sabiam de nada. E nós começamos criar confusão. E um dia aparece um chamado para o Gcan. Antes, eles estavam me procurando. Encontrei o José Bom, presidente do sindicato, que disse que havia levado uma "esfrega". Meu nome apareceu, ligaram uma coisa com a outra e disseram: "o diabo está lá!" [risos.]. Ele me avisou que estavam atrás de mim. Fui para o Gcan e depois das identificações, um tal de Fragoso começou a me perguntar...eles são muito hábeis. "Como é que o senhor está incitando esse povo?", perguntaram. Disse que não estava incitando ninguém e falei o que*

[273] Entrevista concedida em 8 set. 2000.
[274] Saltinho era distrito de Piracicaba. No início dos anos 90 teve sua emancipação efetivada.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

ocorria, que o governo repassava o dinheiro, que o usineiro não repassava. Disseram que estava tudo certo, vim embora e continuei. Uma segunda vez, houve pressão, uma ameaça para parar, mas não podíamos parar"[275].

Já o padre Otto fora chamado no Gcan por seu serviço de professor de História na escola Sud Mennucci. Mesmo assim, ele faz referências à vigia de seus sermões:

"Depois, eu sabia que os meus sermões, na Igreja, todos eles eram gravados e tínhamos duas rádios que transmitiam missas aqui. Mas além dos sermões da rádio, que ela mesma gravava, havia gente com gravadores dentro da Igreja"[276].

Além disso, a jornalista Beatriz Elias encontrou no DEOPS, documentos que faziam referências ao padre Otto. Constava que Otto "era merecedor de atenções do serviço local, na área política e social". Sobre isso, o pároco ressalta mais uma vez a estratégia de rotular os inimigos, uma espécie de divisão ideológica resultante da Guerra Fria e da retórica da comunicação:

*"**São coisas que escreviam na época, que pintavam pessoas como...***
r: o demônio. Na época, o demônio morava na Rússia e Deus nos Estados Unidos e qualquer coisa que cheirava a comunismo era coisa do diabo. E sobretudo pelo clero que nós tínhamos aqui: noventa e oito por cento eram pessoas que viam no comunismo... [Era] sempre aquela perspectiva de comunista que bebe sangue de criança e o medo do comunismo ateu... E nos sermões a linha era esta, declaradamente. De que o país estava à beira de se transformar num país comunista e que os católicos deviam se empenhar para que isso não acontecesse"[277].

Os motivos que poderiam levantar essas suspeitas no DEOPS sobre o Pe. Otto eram seus sermões e o fato dele ter, de certa forma, herdado a liderança e, por conseqüência, os obstáculos enfrentados pelo bispo D. Aníger. Mas na conversa que tivemos com Otto Dana, questionamos sua posição frente à luta

[275] Entrevista concedida em 11 abr. 2001.
[276] Entrevista concedida em 8 set. 2000.
[277] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

armada. Sua sorte na época foi que, mesmo suas ações tendo sido quase inofensivas, essas poderiam ter lhe causado problemas mais sérios se os órgãos de segurança soubessem do que ele nos relatou:

> *"Inclusive eu dei apoio, na medida do possível. Eu me lembro que eu já era padre e era vigário numa paróquia lá em Analândia, próxima a São Carlos. E a UNE fez um congresso de cúpula lá na minha paróquia. Era um lugar escondido e nós simulávamos, diante da aproximação de qualquer estranho, como sendo um curso bíblico, um curso religioso. Eles tinham lá umas bíblias e livros de religião ao lado. Qualquer coisa eles engavetavam os papéis da discussão. Depois, quando a repressão começou pra valer, alguns elementos que estavam fugindo a gente abrigava na casa paroquial [por] alguns dias até ele conseguir contato para um outro lugar"*[278].

Mas se as posições tomadas por padres como Otto Dana e José Maria Teixeira causavam mal estar em alguns setores da sociedade, não seria dentro da própria instituição na qual serviam que conseguiriam unanimidade. Os questionamentos surgiram internamente na Igreja e o conflito entre o discurso aberto e o conservador foi traduzido em denúncias internas e inimizades. Otto Dana relata sua versão. Ele não deixa claro como ocorreram certas denúncias. Opta por não citar nomes, mas deixa evidente a resistência enfrentada dentro da instituição:

> ***O senhor chegou a saber de padres que denunciaram outros?***
> *r: suspeita-se, mas não sei concretamente de dados. Agora, pelas fontes e daquilo que eu ouvia nos interrogatórios, a gente sabe que só poderia sair de um padre ou de uma pessoa muito ligada a Igreja. Talvez o padre não, mas talvez ele possa ter instruído alguém para fazer essas denúncias.*
> ***No caso do senhor...***
> *r: é. Havia mesmo uma oposição cerrada. Inclusive uma insistência aos bispos para que me tirasse, pelo menos, da Catedral. Mas por sorte, os dois bispos tinham uma mentalidade muito aberta. Tanto D. Aníger quanto D. Eduardo. Eles tinham uma mentalidade mais social (...) Tanto é que os próprios padres,*

[278] Entrevista concedida em 8 set. 2000.

unesp

quando viam as minhas tomadas de posição, os sermões, eles viravam a cara. Era como se eu fosse agente do comunismo em Piracicaba.

Muitos desses padres ainda estão aqui?

r: a maioria.

Eles reataram com o senhor?

r: em termos de amizade, tudo bem...mas sempre fica...principalmente com esse último episódio, da camisinha, que alvoroçou a todo mundo a entrevista que foi dada no Fantástico em apoio a camisinha quando justamente um desses padres da antiga e o bispo se recusaram a dar entrevista"[279].

José Maria Teixeira também cita os problemas do Pe. Otto e ressalta uma crítica ao então bispo D. Eduardo Koaik:

"Isso foi em 1964-1965. A caça aos comunistas passou rondando a cabeça do Otto, mas foi uma denúncia interna. Do padre com o bispo e do bispo com o Otto. Fora isso, já próximo de 1980, teve também uma briga minha com o bispo D. Eduardo Koaik. Nós estávamos mexendo com a Cooperativa, e houve uma colocação de que nós agíamos de má fé e o bispo não nos apoiou. Ele foi pra cima do muro. Eu me lembro que alguém chegou e soprou na orelha do bispo que eu era comunista, apontando os caminhos. Em função disso aí, o bispo me tinha na conta de "vermelho"[280].

Mesmo enfrentando uma considerável objeção dentro da Igreja, o fato é que o Pe. Otto se tornara uma figura importante nas lutas sociais contra o regime militar em Piracicaba. A partir de meados dos anos 70, ele se efetiva como liderança religiosa, não economiza nas críticas em seus sermões e abre definitivamente a Igreja Católica para o povo. Eram os tempos da "Igreja do Povo". Aliás, questionamos Otto Dana sobre as fases da Igreja Católica durante o regime militar de acordo com a postura ideológica adotada. Utilizamos as definições de Ralph Della Cava[281] e lançamos a questão ao Pe. Otto:

---

[279] Entrevista concedida em 8 set. 2000.

[280] Entrevista concedida em 11 abr. 2001.

[281] CAVA, Ralph Della. **A Igreja e a abertura, 1974-1985**. In STEPAN, Alfred (org.). "Democratizando o Brasil". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp. 231-274.

unesp

> ***"Estudiosos indicam quatro fases sobre a postura da Igreja. De 64 a 68, ele fica retraída, meio apoiando. A partir de 69, ele começa a ser considerada subversiva e adota uma postura de oposição. A partir de 74, se intensificou uma luta contra a tortura e a Igreja abriu um diálogo de oposição. A partir de 1978, ela entra nos movimentos sociais, com as comunidades eclesiásticas e surge a "Igreja do Povo". Isso também ocorre aqui? Da para fazer essa associação com Piracicaba?***
>
> *r: no começo, eu me lembro inclusive de um documento oficial da Igreja, apoiando, de certa forma, o golpe. De início, para a Igreja, dava a impressão que era um golpe que vinha sanear. Nos primeiros anos ela se manteve na espera. Apoiou no início, mas aos poucos ele foi se retraindo. Ela só começa vir a público, abertamente, quando começa a mexer com a hierarquia, quando começa a mexer com bispos. Foi como a classe média. Enquanto era só com estudantes, ela até apoiava. Quando começou com prisões de professores, aí a classe média começa...e acho que essas fases podem se atribuir perfeitamente. E por aqui, é lógico que respinga também pro lado de cá"*[282].

Em seguida, procurando explicitar como o Pe. Otto pôde contribuir com o surgimento dos movimentos sociais em Piracicaba, questionei como se deram as ações da "Igreja do Povo" em Piracicaba. De forma ativa, a Igreja passa por uma transição. Seu discurso "abandona" o assistencialismo buscando despertar a conscientização:

> *"aqui nós tivemos um congresso da UNE e oficialmente o bispo me mandou participar, falar em nome da Igreja. Ainda nesta época, o movimento da JUC não havia sido cassado totalmente e a Igreja se fez presente. Depois, acho que era o D. Eduardo, publicava artigos que eram lidos nas missas e isso com a aceitação de alguns padres e a relutância de outros. A Igreja apoiava movimentos do pessoal dos sem-teto. Numa invasão de casa populares a Igreja se fez presente, intermediou o diálogo pra resolver a questão. Houve uma grande atenção aos favelados e a Igreja passa do cunho assistencialista para um cunho de promoção da pessoa humana, inclusive de conscientização. Cada eleição que havia, a Igreja fazia uma cartilha, que era distribuída e discutida*

[282] Entrevista concedida em 8 set. 2000.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

em grupos, os movimentos ecumênicos, eu me lembro de passeatas feitas com os metodistas, com a Igreja Presbiteriana. Então, houve uma abertura geral. A abertura política ensejou a abertura de trabalhos em conjunto"[283].

Depois de tantas dificuldades em desenvolver sua liderança, tendo seu trabalho questionado entre colegas de batina, perguntei ao Pe. Otto qual era o sentimento que ficava daqueles tempos. Perguntei se ele se arrepende de alguma forma de sua maneira contestadora:

"absolutamente. Me arrependo de não ter feito mais. Não que eu ficasse naquele desejo de heroísmo, de bancar o herói e ser preso, ser morto, mas diante daquilo que aconteceu com outros, bem próximos, a gente achou que foi pouco"[284].

Mas o quê o Pe. Otto poderia ter feito? Ele responde:

"Ter participado, por exemplo, de um grupo como aconteceu com alguns frades dominicanos em São Paulo, que estiveram lado a lado com Marighella e com outros líderes de esquerda. Aqui, está certo que cheguei a ter essa aventura de abrigar lá em casa uns três quatro dias, um padre que estava sendo perseguido e que tinha que andar com codinome e também um dos líderes não sei se era do MR-8, um desses movimentos de luta. Acolhi por alguns dias. Foram gestos meio temerários, mas que não deram em nada. Eu poderia estar mais exposto e sofrer alguma coisa a mais"[285].

Se Otto Dana pensa que poderia ter sido mais ativo naquela época, o fato é que mesmo sob dúvidas e oposições, ele se manteve como pároco na Catedral de Sto. Antonio e empregando um discurso nem sempre afinado com a CNBB ou com o Vaticano. Sua liderança alcançada em mais de duas décadas lhe deu a liberdade, por exemplo, de no ano de 2001, dar uma entrevista ao "Fantástico", da Rede Globo, defendendo o uso da camisinha. A repercussão, dentro do espírito conservador da instituição Católica, foi mais uma vez de silenciar e ninguém apareceu para respaldar as palavras de Otto. Segundo Otto, esse silêncio

---

[283] Entrevista concedida em 8 set. 2000.
[284] Idem
[285] Ibiem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

acontece porque "a maioria dos padres depende da Igreja para sobreviver. Então, mesmo que, pessoalmente, discordem de certas posições, eles não são capazes ou não tem a coragem de chegar num veículo de mídia e dizer em voz alta aquilo que pensam particularmente".

A Igreja Católica teve, no Brasil, durante o regime militar, um papel importante dentro do processo político. Desde as primeiras movimentações em março de 64, temos notícias de que os católicos tomaram posição nas discussões. Mas a questão é: quais posições foram tomadas e de que lado a Igreja Católica preferiu lutar.

Analisando a realidade de Piracicaba, podemos observar que a Igreja Católica local de certa forma manteve uma sintonia no que se refere ao discurso e às representações evidenciadas acerca da cena política. No primeiro momento, os católicos em Piracicaba adotaram uma posição de apoio ao golpe. No entanto, logo nos primeiros anos de regime militar, a Igreja em Piracicaba, liderada pelo bispo D. Aníger, assume uma postura de crítica ao governo. O bispo se efetiva como líder local e articula a formação de outras lideranças que possam engrossar o movimento de oposição. Para isso, D. Aníger aposta no movimento dos Cursilhos da Cristandade e, além disso, vai buscar em outras cidades jovens padres que se encaixaram neste discurso de combate à ideologia vigente. Dentre as tentativas de D. Aníger, o padre Otto Dana se efetivou como uma nova liderança local, dando seqüência ao posicionamento de oposição.

Entretanto, muito embora as lideranças católicas em Piracicaba tivessem a nítida intenção de utilizar o poder da palavra para convencer seu público de que a política do país não mantinha uma afinidade com os direitos humanos e não promovia o desenvolvimento social, esse discurso não foi unanimidade dentro da instituição. Como pudemos observar houve denúncias internas e tentativas de tirar o padre Otto da Catedral. Além disso, tanto o padre Otto como esse padre José Maria Teixeira foram chamados para prestar esclarecimentos diante dos órgãos de segurança. Em outras palavras, assim como muitos bispos e lideranças católicas foram perseguidos em todo país, este tipo de conduta também pôde ser notado em Piracicaba.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Diante de pressões e de não obter o apoio total da sociedade ao seu discurso, a Igreja reformula seu procedimento opositor e transita do assistencialismo à tentativa de conscientização das massas. Em meados dos anos 70, surge a denominação "Igreja do Povo". Se não fora possível ter convencido os representantes da sociedade, então o partido busca a adesão dos representados. Nas conversas que tivemos com o padre Otto Dana e com o ex-padre José Maria Teixeira, vimos que a aproximação com o povo se efetivou também Piracicaba e a Igreja Católica assumiria a partir daquele momento um papel de liderança dos movimentos sociais que se efetivaram como instrumentos de aceleração da abertura política.

4.6. Cultura: o riso a serviço do social

Como genuína forma de expressão do pensamento, a cultura no Brasil foi diretamente atingida pelo golpe militar de 1964. O que se viu a partir dali e principalmente a partir do AI-5, promulgado em dezembro de 1968, foi a manutenção de um processo de esgotamento da linguagem de protesto nas várias formas de expressão cultural.

O que aconteceu foi que a década de sessenta assistiu o ápice de um movimento cultural que se iniciara ainda nos anos 50. Ridenti descreve o significado deste florescimento cultural e a relação dessas manifestações com o golpe de 64:

> "*O golpe de estado de 1964 não foi suficiente para estancar o florescimento cultural diversificado que acompanhou o acesso do movimento de massas a partir do final dos anos 50. O Cinema Novo, o Teatro Oficina, a Bossa Nova, os Centros Populares de Cultura (CPCs) ligados à UNE (que promovia diversas iniciativas culturais para 'conscientizar o povo'), o Movimento Popular de Cultura em Pernambuco (MPC) , que alfabetizava pelo método crítico de Paulo Freire, a poesia concreta e uma infinidade de outras manifestações culturais desenvolveram-se até 1964. A partir desta data, os donos do poder não puderam, ou não souberam, desfazer a movimentação cultural que tomava conta do país e só teria fim com o AI-5, em dezembro de 68. As artes não*

poderiam deixar de expressar a diversidade e as contradições da sociedade brasileira da época, incluindo por exemplo a reação e o sentimento social ante o golpe de 64. Seria possível escrever para teses só sobre relação de cada uma das artes com a oposição ao regime militar".[286]

Mas em Piracicaba essa efervescência não acontecia. A vida cultural na cidade não se mobilizava com esse trabalho de época, que tinha na linguagem contestatória, sua motivação. Em resumo, no primeiros anos de regime militar não se manifesta em Piracicaba nenhum movimento que pudesse despertar a atenção dos órgãos de segurança. Basicamente, a veia artística local se mostrava apenas nos tradicionais e 'inofensivos' "Salão de Belas Artes" e o "Salão de Arte Contemporânea".

E o panorama cultural só iria mudar a partir de meados da década de 70. Dentro do jornal "O Diário" surgia um grupo de intelectuais que tinha o desejo de promover algo de inovador, tanto no que tange à técnica de produção, como no que diz respeito à linguagem empregada em determinada manifestação cultural. O incentivo para se estabelecer esse 'novo' que se buscava era o jornal "O Pasquim". O então jovem jornalista Adolpho Queiroz relata tal influência do combativo jornal carioca:

"E trabalhando no jornal, numa época de efervescência política, fui conhecendo as pessoas... nós gostávamos muito de ler o Pasquim, que era onde você podia expressar opiniões contrárias com maior liberdade, embora se conheça o preço que isso custou para aquela equipe. Como os grandes jornais estavam censurados, então nós escapávamos com estes jornais... Os alternativos como "Pasquim", o "Opinião" e "O Movimento"... eram opiniões inovadoras para a época"[287].

Só havia uma maneira de obter êxito nessa tentativa de inovar a cena cultural: ir direto na fonte dessas opiniões contrárias. E foi que fizeram os jornalistas Alceu Marozi Righetto, Carlos Colonese e Adolpho Queiroz. Foram ao Rio de Janeiro. Adolpho retoma o sentimento que havia na época pela falta de

---

[286] RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. Unesp, 1993. p. 75
[287] Entrevista concedida em 3 mai. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

opções culturais e relembra como foi o primeiro contato com o pessoal do Pasquim:

> *"Mas o Pasquim foi o grande inspirador para o Alceu Righetto, Carlos Colonese e para mim, para fazermos o Salão. Havia também um certo cansaço da cidade em relação às duas mostras de arte que eram muito...eram feudos que se auto promoviam às custas do poder público e impediam outros tipos de manifestações culturais nas cidade. Então nós entramos modestamente com uma proposta de fazer um Salão de Humor. Fomos até o Pasquim e conseguimos apoio do Jaguar, do Ziraldo, do Millôr...O Zélio*[288]*, que foi quem abriu as portas para a conversa. Eles toparam a idéia de fazer o salão até porque também os cartunistas se sentiam sacaneados pela crítica especializada em artes. O humor gráfico era tido como uma coisa marginal. Não era respeitado como uma manifestação de arte. Então, eles sentiram no salão uma oportunidade de valorizar e não somente o sentido político, mas também o estético"*[289].

O contexto da época não era nada favorável. Como descreve Moacyr Cirne, em seu ensaio "O bicho e outros bichos", "*havia o medo, a censura, a autocensura, a alegoria, o recuo das vanguardas (políticas e artísticas), a repressão simples. Contudo, criava-se no meio do sufoco, e das incertezas*".

Mas o que possibilitou então a criação de um evento que trouxesse uma linguagem libertária, de contestação mesmo? De início, de uma maneira, geral, considerando o contexto nacional, tínhamos na metade dos anos 70, um panorama político que dava os primeiros sinais da abertura política. A "revolução" completava 10 anos e a sociedade civil dava nítidos sinais de desapontamento. Roberto Schwartz reafirma em seus escritos "O pai de família e outros estudos"[290] que, no que se refere à cultura, *"a canção libertária do homem, entoada por vozes diversas entre 1964 e 1968, seria calada pela força do AI-5, e só viria a ser ouvida novamente alguns anos depois, quando as ilusões do milagre entravam em declínio e reorganizava-se a resistência"*.

---

[288] Zélio Alves Pinto, cartunista, irmão do artista gráfico Ziraldo.
[289] Entrevista concedida em 3 mai. 2001.
[290] SCHWARTZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Definitivamente, o descontentamento resultaria na origem do processo dos movimentos sociais e foi dentro dessa ótica que surgiu o Salão Internacional de Humor de Piracicaba. O Salão representava o resultado da inquietação dos jornalistas de "O Diário" que foram ao encontro dos cartunistas do Pasquim. A resposta à tentativa de convencer a administração local a promover o evento foi uma surpresa, relatada pelo próprio prefeito da época, Adilson Benedito Maluf:

> *"Eu sofri alguns questionamentos. Por exemplo, eu era do MDB. Quando me trouxeram a idéia de criar o Salão de Humor, eu não imaginava a repercussão que pudesse ter este evento. Lançaram a idéia e eu respondi: "mas o quê que é isso?"*[291].

Enfim, sem ter a noção exata do que seria o evento, o prefeito aprovou a verba e o Salão foi inaugurado em agosto de 1974. Ameaças, pressões? Uns dizem que sim, outros dizem que não. O jornalista Roberto Antonio Cera, que me recebeu em sua residência, disse que tudo ocorreu normalmente e para comprovar a tranqüilidade em que se deu a inauguração do Salão, ele nos mostra um filme produzido em "super 8" onde ele mesmo faz a filmagem da abertura das duas primeiras edições, em 1974 e 1975. As imagens estão um pouco tremidas, mas nada que comprometa tanto a qualidade. Conforme vai passando o filme, Cera vai apontando: "olha o Pe. Otto, o Capitão Mansur, o Zélio, O Cecílio, o Alceu...". Enfim, pelas imagens pudemos comprovar que as autoridades locais marcaram presença, inclusive a autoridade militar local, o capitão Alfredo Mansur. Mas de qualquer forma perguntei a Roberto Cera se não houve nenhuma ameaça e ele me respondeu sem demonstrar dúvidas:

> *"Nunca. Quem falar é mentiroso. Não houve nada, tanto é assim que foi uma festa. O Alceu Righetto escreveu que enquanto um pessoal distraía os órgãos de repressão, era inaugurado o Salão de Humor. Depois ele fala que o clube Coronel Barbosa não queria sediar o Salão porque estava com medo. O Mario Terra, que era diretor social do clube na época, dizia que não cedia porque não estava na programação. No primeiro Salão, os desenhos eram basicamente de*

---

[291] Entrevista concedida em 7 mar. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

motivos ecológicos. O único que ganhou foi o do Laerte, que por sinal tinha aspecto político"[292].

Mas ao contrário de Cera, o professor e jornalista Alceu Righetto, um dos criadores do evento, afirma que na época houve pressões e conta um "encontro" com um certo agente do DOPS:

"Não. Nada foi normal. Nós éramos observados, analisados (...)Havia uma conversa de que um agente do DOPS estava atrás de mim. Então ele encontrou comigo e eu estava apavorado. Pensei que ia ser preso, já que eu era o responsável pelo Salão. Ele entrou, perguntou se eu era o Alceu e disse: "- que dia vai terminar o Salão?". Disse que domingo acabava. Então ele emendou: "- Graças a Deus, vai ser um alívio para mim!". "-Alívio por que?", eu perguntei. O agente então finalizou: "Eles querem que eu venha , que eu feche o Salão, que prenda todo mundo, mas eu não quero fazer nada disso!". Então eu 'consolei' o agente do DOPS garantindo que domingo fechava o Salão e que ele podia voltar para casa"[293].

Talvez a abertura do Salão de Humor não tenha encontrado tanta resistência, pois poucos tinham a noção do que iriam ver ali. Poderiam imaginar os "afinados com o regime" que se depariariam com uma mostra de cartuns que haviam sido censurados pelos órgãos de informação? Poderiam supor que o trabalho vencedor trouxesse o então iniciante Laerte Coutinho denunciando uma cena de tortura em um indeterminado porão?

[292] Entrevista concedida em 27 abr. 2001.
[293] Entrevista concedida em 20 jun. 2001.

unesp



charge de Laerte – premiada no Salão de Humor de 1974.

Na opinião do jornalista Adolpho Queiroz, o Salão de Humor não representou um perigo eminente talvez por se originar dentro de um grupo de pessoas que não tinha na política suas maiores pretensões. Embora o evento fosse idealizado dentro de um jornal presidido pelos chefes da Arena local, isso não inviabilizou o aspecto cultural do acontecimento:

> *"Acho que o pessoal não deu muita bola para o Salão de Humor no seu nascimento. Acho que isto é coisa de jornalista destrambelhado! Nós não éramos filiados a partidos políticos e o jornal onde trabalhávamos, o Diário, era presidido pelo Cecílio Elias Neto, que era presidente da Arena local e o João Maffeis, diretor da redação, era o secretário da Arena"*[294].

E desde sua primeira edição, o Salão explicita sua linguagem de protesto à questões políticas, aos maus tratos ao meio ambiente e por isso se caracteriza como ponto de convergência de toda uma geração de cartunistas e artistas gráficos que buscavam um canal de expressão não só artística, mas também política. Vale ressaltar como elementos que contribuíram para a consolidação do evento, a busca original, a vontade de pessoas da cidade de promoverem algo inovador, que unisse o artístico e o político numa só manifestação cultural.

Em segundo lugar, mas não menos importante, a adesão das principais figuras do meio, que desde o início prestigiaram e participaram do evento. O apoio de cartunistas como Henfil, Jaguar, Millôr Fernandes, Fortuna, Ziraldo foi

[294] Entrevista concedida em mai. 2001.

unesp

fundamental para dar respaldo e dizer aos céticos que ali nascia, não somente uma oportunidade de expressão da cultura, mas sim um movimento social. Mesmo com os indícios da abertura política se anunciando no Planalto, ainda eram tempos de censura e o Salão de Humor tem esse valor de possibilitar a aglutinação de mentes insatisfeitas com a ordem em vigor. Sobre todos os aspectos de expressões culturais, essa foi a representação levantada por muitos dos nossos colaboradores. Um deles, o professor e ex-padre José Maria Teixeira:

> *"Eu digo que sim e falei isso numa das aberturas do evento realizadas no Engenho. Eu disse que a Anistia se inicia em Piracicaba e eu vejo no Salão uma crítica aberta, que era muito incidente (sic.). Eu entendo que o início de buscar essa liberdade democrática, ela começa com essa temática da crítica do Salão de Humor. Eu me lembro que já naquela altura passavam por aqui o Henfil, esses caras...Eu vejo dessa maneira. Começa-se criar um espaço para a aproximação desses grupos. Nós tínhamos aqui, tentativas desse gênero, a questão da ação católica, grupos de JUC, JEC... eu vejo que o Salão de Humor abre caminho e essas organizações todas começaram a se agrupar. Os elementos delas começaram a se aglutinar"*[295].

Além de Teixeira, o Pe. Otto Dana também visualizou no Salão uma maneira de "castigar" os costumes da época. Enfim, para Otto, o riso foi um recurso para criticar:

> *"Eu me lembro do primeiro, participei da inauguração. Eu sei que foi um grande avanço no sentido de que "é pelo humor que você castiga os costumes". Rindo, você castiga os usos e costumes. Foi mais um recurso que o pessoal teve de fazer as críticas ao que estava acontecendo. Não houve nenhuma repressão, mas foi uma maneira de começar a abrir a cabeça dos piracicabanos"*[296].

E de fato o Salão se consolidaria no cenário local e se projetaria país afora. Adolpho Queiroz quantifica a repercussão do evento ao longo dos anos:

> *"o Salão de Humor engoliu o Salão de Belas Artes, o Salão de Arte Contemporânea ele engoliu outras manifestações. Ele se transformou numa*

[295] Entrevista concedida em 11 abr. 2001.
[296] Entrevista concedida em 8 set. 2000.

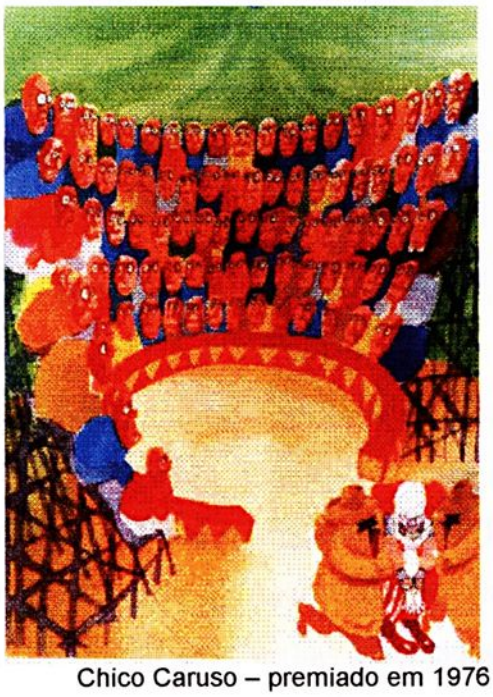
cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

referência local, regional, nacional e especialmente, uma referência internacional que os outros salões nunca conseguiram"[297].

Além de ser uma oportunidade de se expressar num país que vivia a tanto tempo sob censura, o valor máximo que o Salão poderia representar era a possibilidade da vitória. Mostrando seus desapontamentos com saborosa imunidade frente a censores e quem quer que personificasse a repressão, os artistas tinham a concreta possibilidade de vencer:



Angeli – premiado em 1975



Chico Caruso – premiado em 1976

A temática política foi uma constante nos trabalhos premiados desde as primeiras mostras. Quando o evento começava a se consolidar, partindo para sua quinta, sexta edição, o país também vivenciava sua abertura política de forma mais concreta. Já iniciava as discussões sobre pluripartidarismo, eleições estaduais e principalmente nos anos de 1978 e 1979, a palavra "anistia" entrara em voga com força máxima. Para não deixar passar em branco esse debate, os organizadores do Salão de Humor davam seu recado através dos cartazes oficiais do evento. Faziam rir e, porque não, provocavam:

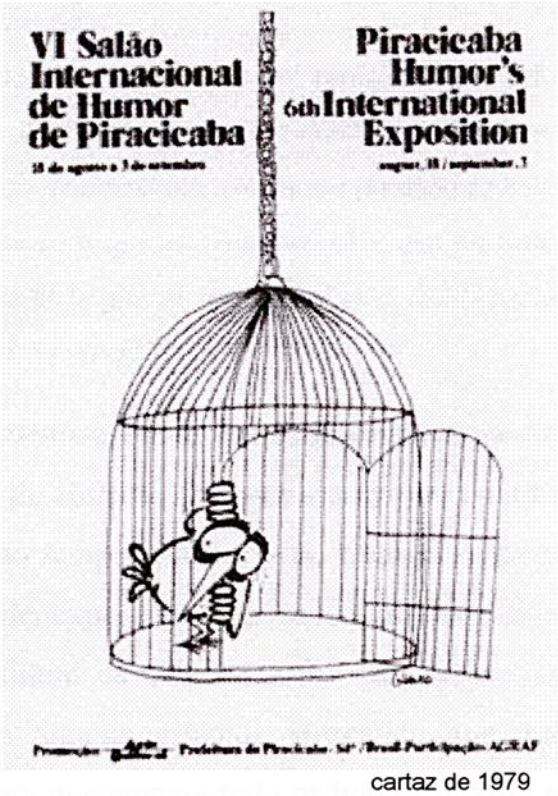
---

[297] Entrevista concedida em 3 mai. 2001.

unesp



cartaz de 1978



cartaz de 1979

No final da década de 70, um fato político em Piracicaba contribuiria para a efetivação do Salão de Humor. Não só o próprio evento humorístico, mas a cultura de um modo geral passa a contar com apoio oficial institucionalizado. É criada no governo João Herrmann, do MDB, a secretaria de Ação Cultural. Na prática, a cultura seria respaldada no orçamento oficial com verbas planejadas, sem depender do acaso e do interesse de administradores. O primeiro secretário da Ação Cultural foi Alceu Marozi Righetto, que já havia contribuído na criação do Salão de Humor e a partir dali desenvolve um projeto cultural na cidade visando a conscientização. Righetto relata a importância da Ação Cultural citando trabalhos realizados em praça pública e apontando o valor da democracia como forma de possibilitar a participação social:

> *"Eu fui o secretário da Ação Cultural. Imagine que no dia 21 de abril nós fizemos o "Auto da Libertação", em plena praça, com o Tiradentes preto, quer dizer, mostrando para os meganhas que não era bem daquele jeito que eles queriam. Pouquíssimas cidades têm uma história de ação cultural como nós temos. Iniciamos no governo do João[Herrmann] e está aí até hoje. Quer dizer, no orçamento municipal você tem a cultura. Que cidade tem isso? Nenhuma.*

Houve resistência? Começaram a olhar feio?

r: Claro. Lógico que olharam muito feio, tanto que as manifestações não aconteceram mais em praça pública. Não era uma crítica indireta à ditadura, mas uma tentativa de criar um espaço democrático, em busca da democracia. Então o João trouxe para cá várias pessoas que estavam exiladas, que estavam sendo perseguidas...tiveram acolhimento e foi aí que a palavra democracia começou a aparecer antes da contestação direta"[298].

E de fato a Ação Cultural se estabiliza como entidade auxiliadora da cultura local e passa a organizar o Salão de Humor. Em outras palavras, a Ação Cultural não foi apenas uma manifestação temporária, fortuita, fruto do ímpeto de uma geração que queria liberdade de expressão. Ela se solidifica e fica responsável por regular todo o mapa cultural da cidade. Enfim, se caracteriza como instrumento de apoio. De forma alguma estamos afirmando que em Piracicaba existe uma Secretaria de Cultura que ampara todo pedido de auxílio e financia qualquer forma de projeto. O que procuramos destacar é que a Ação Cultural, bem como o Salão de Humor, são ações nascidas nas discussões da abertura política, no final dos anos 70 e, ao longo dos anos, se mostraram capazes de se sustentar fora daquele clima de luta por democracia.

Mas procurando entender os motivos, condições e valores representados por esses sintomas da oposição ao regime militar. Por que a cultura, que em Piracicaba foi uma atividade que não incomodava o sistema de informações do governo, de repente renasce com um evento como o Salão de Humor? Primeiro, acreditamos que alguns fatores locais contribuíram para isso. Em 1974, ano de criação do evento, Piracicaba contava com um governo do MDB. Se isso foi fundamental não se pode afirmar, mas a falta de informação do próprio prefeito acerca da linguagem que se aplicaria nos cartuns com certeza "ajudou". Além disso, muitos afirmam que o fato disso acontecer numa cidade do interior não chamou muito a atenção. Mas se não chamou a atenção do regime, por quê então cartunistas renomados deram bola para o grupo de intelectuais que saiu de Piracicaba para propor o evento?

---

[298] Entrevista concedida em 20 jun. 2001.

unesp

A resposta é clara e vem na esteira das representações embutidas no discurso do Salão. A adesão da classe artística, bem como respaldo de figuras locais que de alguma forma queriam contestar a ordem política, podem ser explicados pela novidade que o Salão representava. Eram os valores buscados desde 1964, dentro de uma década em que se vivera um sufocamento nas mais variadas formas de expressão. O Salão de Humor era o "novo", a "mudança", a "liberdade" e a "vitória".

Por esses valores representados é que o Salão se efetiva como um movimento não só artístico, mas também social.

4.7. A educação e a onipresença do regime

Com a implantação de um governo que procurava impor uma nova ideologia política, econômica e social, nem que para isso tivesse que utilizar meios arbitrários, os militares avançaram seus planos até o sistema educacional para que o controle pretendido fosse alcançado com maior eficiência. As estratégias foram construídas para que se atingisse desde a infância, ainda no primeiro grau escolar, até o cerceamento ideológico-punitivo na instância do ensino universitário.

Enfim, no sistema educacional o regime se faz onipresente, regulando a atividade de professores, incentivando a denúncia gratuita de qualquer "suspeita de subversão" e promovendo reformas de ensino que mudavam os eixos da política pedagógica em prol de um tecnicismo que, por conseqüência, resultava numa deterioração do espírito crítico na sala de aula.

Para trazer à tona as representações e sintomas do regime militar, no que se refere às questões da educação, dentro da realidade de Piracicaba, tivemos a colaboração de uma dezena de pessoas. Professores, ex-professores, ex-universitários, enfim, testemunhas de um período que viram escolas se transformarem num ambiente hostil, no qual colegas se denunciaram em prol de um favorecimento pessoal ou mesmo pela falta de informações.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Nesta história, pudemos perceber, num primeiro momento, em vários relatos, os sintomas de castração do pensamento, resultante da eficiente tentativa de deterioração das Ciências Humanas. José Maria Teixeira, ex-professor do segundo grau, defende a idéia de retração do pensamento, o que se traduzia na preocupação, dentro da sala de aula, em não comentar certos assuntos para que os próprios alunos não "atuassem" como agentes de segurança:

> *"...Tanto é que o aluno perguntava: "O que o senhor acha disso, professor?". Então o pessoal respondia: "Eu não acho nada. O outro lá achava e agora ninguém acha ele!". Sumiam com o cara! Havia isso. Era o cuidado com a fala. Havia muita...um trabalho a parte..havia a presença de alunos orientados para fazer a denúncia. Havia uma retração muito grande"*[299].

Esther Sylvestre da Rocha, atual chefe de gabinete da Prefeitura Municipal, lecionou História também no segundo grau e para ela a escola passou a funcionar como espaço para formar um "cidadão acomodado", fruto e representação do sistema educacional adotado pelo regime militar:

> *"eu vim para Piracicaba como professora efetiva de História. O que a gente sentia, obviamente, era todo o esquema que existia por dentro da ditadura, no sentido de um controle da educação como um instrumento para atingir determinados objetivos, que eram os objetivos traçados dentro do projeto de Brasil que os detentores de poder na época da ditadura tinham. Era "Brasil potência do ano 2000", enfim, óbvio que a educação forma o cidadão. Que cidadão queremos? É a partir daí que você tem um projeto político e pedagógico para a educação. Então, que cidadão a ditadura queria? Um cidadão cuja consciência crítica fosse mínima e que trabalhasse doutrinariamente para que aceitasse aquela forma como estavam conduzindo o país. Que aquilo era o melhor para o Brasil, etc, etc. Então formar esse cidadão foi uma preocupação de quem conduzia o país naquele momento e tinha no Ministério da Educação gente para implantar um projeto educacional que desse conta de formar este cidadão: um cidadão acomodado"*[300].

---

[299] Entrevista concedida em 11 abr. 2001.
[300] Entrevista concedida em 12 jun. 2001.

unesp

O então professor Alceu Righetto, que atualmente é delegado de ensino em Piracicaba, destaca que em 1964 a educação foi utilizada para "sustentar a ditadura", num processo de tolhimento da consciência:

> *"Da parte do ensino secundário, a consciência desapareceu. Na parte educacional, a lavagem cerebral foi violenta. O ensino primário sempre foi manipulado desde o tempo da ditadura de Getúlio Vargas, por um projeto integralista de Plínio Salgado. Então, quais eram as bases: classes numerosas; o professor como autoridade suprema, nunca parceiro, condutor de uma moral nacionalista, ou 'nacionalóide'; culto à bandeira, ao hino; culto aos símbolos nacionais e obviamente ao presidente. Então isso aí foi ligado para 64 e a educação entrou para sustentar a implantação da ditadura. O secundário foi sumarizado. As entidades foram extintas e os centros acadêmicos viraram diretórios, centralizados em Brasília"*[301].

Ao ser questionado sobre as denuncias feitas por professores e até mesmo diretores, Righetto afirma que não havia uma "deflagração do dedo-duro". De acordo com sua fala, o clima era favorável pela conivência institucional como um todo e, principalmente pelo respaldo que o regime tinha solidificado na família:

> *"Na escola, a força não era o diretor, era qualquer um. O diretor às vezes era o que menos falava. Eram aqueles arautos da boa moral e dos bons costumes que se achavam no direito de representar a ditadura. Mas, na verdade, eles não faziam tanto como se pode imaginar. Não havia uma deflagração de dedo-duro. O clima era favorável. A APEOESP*[302] *não existia, o CPP*[303] *era conivente. Havia uma acomodação de interesses. Não havia levantes, mas sim um clima favorável de implantação da ditadura. Se você mexe com a religião e esta mexe com a família, então você tem o pai e a mãe favoráveis e você não precisa de dedo-duro. Você tem a sustentação no interior do Estado sedimentada na família. A ditadura fez duas coisas: silenciar e não se manifeste"*[304].

---

[301] Entrevista concedida em 20 jun. 2001.
[302] APEOESP – Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.
[303] CPP – Clube do Professorado Paulista.
[304] Entrevista concedida em 20 jun. 2001.

unesp

A doutrina estava imposta, mas isso não significava obediência e ou conivência absoluta. No entanto, os que ousaram se indispor contra ela, sofreram as devidas sanções: processos, interrogatórios, chamadas na madrugada, etc. A princípio, perguntando sobre situações pessoais ou de conhecidos, fomos levados ao nome de uma 'tal' professora Áurea. José Maria Teixeira, Otto Dana e Esther Sylvestre da Rocha fizeram menção ao caso da então professora de história Áurea Alves de Moraes. Áurea não estava em nossa lista de nome previamente selecionados, mas entrou sem questionamentos. Era um caso nítido de perseguição e punição. Encontrávamos o sinal de que em Piracicaba o regime militar e sua ideologia coercitiva se fizera presente na teoria e na prática. Encontramos a professora Áurea por intermédio de José Maria Teixeira, que nos deu a dica de que ela se tornara advogada. Ligamos para o escritório da OAB em Piracicaba e pronto.

Se mostrando muito simpática e apresentando uma fala marcante, sem maiores ressentimentos, Áurea Alves de Moraes nos recebeu em sua residência, no centro da cidade. Seu relato confirma que todo o transtorno enfrentado nos tempos de magistério aconteceu por intrigas e desavenças pessoais ocorridas dentro da escola onde lecionava suas aulas de História. De início a Professora Áurea também representa o sistema educacional implantado pelo regime como responsável pela castração do pensamento:

> *"eles estavam fazendo uma castração do próprio pensamento. Eu não posso pensar por vontade própria. Eu tenho que pensar aquilo que os outros estão mandando que eu pense. Era concordar com o pensamento alheio. Isso não é certo. Nem que seja contrário ao meu, você tem todo direito. Você é uma pessoa, um indivíduo, como é que eu vou impor a você? Mas nem aos meus filhos eu impus"*[305].

Ela lembrou que os livros adotados em sua disciplina eram selecionados dentro de um rol de publicações elencadas no próprio Diário Oficial. Segundo a professora, a falta de informação, aliada à questões de divergências ideológicas internas, resultou num processo que a desgastou por dois anos e meio:

---

[305] Entrevista concedida em 11 nov. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"eu tive alunos que me procuram até hoje e sempre me consideram como a "mestra" deles. Eles acham que eu antecipei o futuro. Alguns dizem que fui profeta. Digo não! Eu era professora de História e fazia um tipo de análise a partir do que estava acontecendo. Acontece que, ao mesmo tempo, o diretor se afastou e houve um concurso para substituição do diretor. Aí a coisa complicou, porque eu também me inscrevi e estava muito bem colocada porque eu tinha muitos títulos. Eu estava muito bem colocada e isso induziu a uma maneira de me tirar do jogo. Aí houve uma denúncia a respeito do material bibliográfico que eu usava, que era um material, inclusive, oficial. O desconhecimento era tão grande que todo mundo ignorava que o próprio Diário Oficial trazia a lista de livros que deveriam ser adotados e nenhum deles estava fora da lista. Não eram adotados, normalmente, mas não estavam fora da lista. E isso foi longe. Foram dois anos e meio"[306].

De uma denúncia feita por um professor "colega" seu, Áurea Alves de Moraes relata que seus alunos do segundo grau, de dezesseis anos, foram chamados ao DOPS para testemunhar:

"os alunos foram chamados no DOPS. Adolescentes de dezesseis anos estiveram no DOPS. Tiveram que prestar depoimento. Por que o que aconteceu: essa professora, assim que assumiu o meu lugar, ela deu uma prova, me substituindo, ela deu uma prova e disse para os alunos que ele podiam dizer tudo que eles pensavam e que não ia mostrar a prova pra ninguém. Adolescentes! Eles escreveram o que pensavam da situação, da ditadura, etc. Eles tinham lido tudo aquilo que eu citei e aí ela entregou as provas e disse que eu tinha passado essas idéias. E juntaram como provas contra mim. Que eu estava tornando as pessoas subversivas. Que eu era subversiva. E o processo foi por subversão.

Isso foi em que ano?

r: 1970, 1972"[307].

Depois, a professora faz um detalhamento de como se deram os fatos. Após interrogatórios, tortura psicológica, ameaças a seus filhos que estudavam

[306] Entrevista concedida em 11 nov. 2001.
[307] Idem.

em outras cidades e de muita "ignorância" por parte de seus algozes, o resultado foi a absolvição e, além dela, o preconceito e a hipertensão:

> *"Foi de um professor que estava concorrendo e continuou. Depois ele ficou como substituto. Ele utilizou uma professora substituta para fazer a denúncia, tanto é que eu não pude atacá-lo. Não pude fazer nada contra ele porque ele não usou o nome dele. Ele prometeu que se eu fosse exonerada, ela ficaria com meu lugar e ela fez a denuncia. Foi uma denuncia no DOPS, um processo administrativo e uma CEI. Fui torturada, fui. Fisicamente, não. Dessa época em diante, foi muito desagradável. Quando tomei contato com a comissão dos militares, às vezes ligavam de madrugada dizendo que estava sendo convocada para estar tal hora lá em São Paulo e não podia ser acompanhada de advogado. Numa ocasião, fiquei das duas da tarde até sete da noite, sentada, sem levantar. Sem tomar uma água, um café, ir ao banheiro. O que me assustou? A profunda ignorância do assunto deles. A primeira coisa que pensei: 'estou roubada! Eles não entendem nada e isso vai ser um jogo pesado e eu vou ter que estar alerta'. Foi um jogo de xadrez. Então a tortura no sentido de perguntarem: "como vai seu filho que estuda em Ribeirão? Ontem ele esteve em tal lugar, assim assim". Eles queriam dizer que estavam acompanhando os passos. "E o seu filho que nada no Mogiana? Ontem ele esteve numa competição e tal dia ele vai para tal lugar". A tortura foi esta. Não era comigo. Eles se utilizaram dos meus filhos. Foi uma situação muito desgastante, tanto é que eu fiquei hipertensa. Sou hipertensa até hoje e isso apareceu naquela época. A outra parte que eu considero terrível foi quando eu me considerava leprosa, porque ninguém chegava perto. Sumiu todo mundo e se dava certo de encontrar na rua, muda de calçada. Os processos correndo e as pessoas aterrorizadas. Aquele medo de serem vistos conversando e serem envolvidas.*
>
> ***Qual foi o fim desses dois anos e meio de processo?***
>
> *r: Improcedente. Não acharam nada. Fui ao DOPS para tomar conhecimento do resultado. Fui preocupada. Daí eles disseram: "Seu caso foi considerado improcedente. Nós achamos a senhora uma professora excelente e que deve permanecer no magistério fazendo o seu trabalho". Eram coisas curiosas como numa reunião na escola, esse professor [o mandante da denúncia] foi prestar depoimento. Perguntaram por que ele achava que eu era comunista. Ele falou*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

que um dia, na sala dos professores, eu estava falando sobre a socialização da medicina. Perguntaram o que era comunismo e o que era socialismo. Ele disse que não podia responder porque era professor de Geografia! [irônica]. Umas coisas desse tipo. Um profundo desconhecimento. Então, o perigo, pra mim, foi a ignorância daqueles que estavam me julgando"[308].

Esther Sylvestre da Rocha cita o caso da professora Áurea, lembrando do cuidado necessário ao se propor determinadas reflexões aos alunos. Havia o risco do "dedo-duro", que poderia estar dentro da sala de aula:

"eu pretendia refletir com meus alunos de que a História serviria como instrumento para que cada aluno se percebesse como cidadão e reconhecesse o seu papel dentro do sistema e adquirir política crítica para que se tornassem agentes dessa história e não pacientes. Claro que naquele momento você tinha que fazer isso com cuidado. Muitos professores que arrojaram, passaram maus pedaços. Aqui em Piracicaba mesmo, a professora Áurea, foi chamada no GCan, em Campinas... e nós tínhamos em Piracicaba, como todos os outros lugares, em todas as atividades profissionais, o chamado "dedo-duro". E dentro do magistério também tinha. Na verdade, ao você querer fazer reflexões com os alunos e que eles percebessem o que existia no país naquele momento, você tinha que encontrar vários caminhos para driblar, mesmo usando aquele livro de Educação Moral e Cívica, com aquele texto, do jeito que estava, era possível você fazer debates"[309].

Questionado sobre problemas de censura no magistério, José Maria Teixeira também aponta o exemplo da Professora Áurea. Teixeira descreve a confusão que se estabelece dentro da escola a partir de então:

"Veja bem. Na verdade, pequenos problemas, mas as coisas vinham direto prá gente e eu desfazia, desmontava. O problema que eu enfrentei mais tarde, na escola Gerônimo Gallo[310]*. Eu estava dando aula para o terceiro colegial. Houve um drama lá no seguinte sentido: tinha a professora Áurea, que dava aula de História. Ela lecionava e usava muito o Celso Furtado. Só que ela tirou*

---

[308] Entrevista concedida em 11 nov. 2001.
[309] Entrevista concedida em 12 jun. 2001.
[310] EEPSG Monsenhor Gerônimo Gallo.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

licença e veio uma outra professora, a Giselda. Ela aplicou uma prova e os alunos colocaram resposta ligadas ao que aprendiam. Ela se assustou e achou que era subversão. Ela se espantou e levou para o diretor, na época o Lineu Cardoso. O Lineu também se assustou com a prova, achou que os meninos já eram tudo vermelho e pegou esse pacote [as provas] e levou para o GCan, em Campinas. Você queria ver "periquito", a partir daquele dia era no Gallo! Eram os pais de alunos, os professores assustados. Isso deu uma confusão muito grande e a Áurea só se safou porque o marido dela tinha alguns conhecimentos em Brasília e ela conseguiu se safar. No fundo, não tinha nada. Apenas a visão do momento sócio econômico"[311].

Já o Pe. Otto Dana, que também lecionava História para o segundo grau, citou sua própria situação, vivida na escola Sud Mennuci[312]. Naqueles tempos, aproveitar um feriado como 7 de setembro (no qual o regime tinha um excelente oportunidade para inflamar um patriotismo parvo) para discutir a independência do país e, mais ainda, colocar em dúvida nossa independência econômica, era instigar a repressão e a perseguição onde quer que estivesse. E o Pe. Otto fez isso:

"Eu passei por uma chamada do delegado do DOPS. Tive que prestar um depoimento a eles de mais de quatro horas, na delegacia. Eles fizeram mil recomendações para que suspendesse as atividades. Eu lecionava numa escola de formação de professores, o Sud Mennucci e lá, logicamente...eu tenho a impressão que num desfile de 7 de setembro, cheguei a comentar com os alunos que afinal a independência ainda não havia se completado no Brasil e isso foi chegar aos ouvidos do delegado e tive que responder inquérito (...) Aproveitei a oportunidade para falar sobre Independência. Eu coloquei que estava proclamada, mas não estava completada. Era uma independência política, mas a econômica não aconteceu. Ainda éramos dependentes, uma espécie de quintal das grandes potências. Depois descobri que foi uma aluna que anotava tudo que eu falava em aulas que foi me entregar para a delegacia. No fim do ano, como eu não era contratado como efetivo, tinha que ir ver se tinha sobrado aulas e o

[311] Entrevista concedida em 11 abr. 2001.
[312] EEPSG Sud Mennucci.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

diretor mandava voltar no outro dia até que ele abriu o jogo e disse que tinha ordens da delegacia para não me contratar por questões ideológicas. Ele até disse que concordava com as posições minhas, mas tinha ordens de cima"[313].

As discussões das matérias escolares relacionadas às humanidades ficariam mais restritas com a implantação da disciplina Educação Moral e Cívica (EMC). Com argumento de levar aos alunos uma consciência cívica, essa disciplina é apontada como mais um instrumento da coerção ideológica promovida pelos militares. Uma espécie de doutrinamento feito pela base, diretamente na orientação de cada criança, uma vez que a EMC era introduzida a partir da terceira série do primeiro grau, ou seja, quando o aluno tinha apenas nove anos de idade e estaria apenas com sua alfabetização concluída.

Esther Sylvestre da Rocha lembra dos instrumentos adotados pela disciplina EMC. Segundo Esther, pela Educação Moral e Cívica ficara cerceado o trabalho do professor através da listagem prévia de livros e textos "possíveis" de serem utilizados em sala de aula. Tudo com a justificação de "formar a consciência cívica", que Esther Sylvetre classifica como patrulhamento ideológico:

"Você sentia também todo um esquema por dentro da escola que era um esquema de patrulhamento. Patrulhamento ideológico. Havia um temor muito grande por que o controle você sentia concretamente. E a disciplina que eles implantaram no currículo para dar conta principalmente de formar este cidadão foi a disciplina que depois levamos uma luta muito grande para extinguí-la, que foi a disciplina Educação Moral e Cívica. Com ela, você não poderia trabalhar da forma que você quisesse, trabalhar com livros, buscar textos. Você era obrigado a ter os livros selecionados para essa disciplina. E os livros que eram admitidos eram os livros trabalhados na linha da ditadura, na linha de formar a consciência cívica desse cidadão"[314].

Mas até agora estamos falando somente das situações e relatos referentes ao ensino de segundo grau. Apenas uma opção de tornar o texto mais claro.

---

[313] Entrevista concedida em 8 set. 2000.
[314] Entrevista concedida em 12 jun. 2001.

unesp

Queremos dizer que a pressão do regime, traduzida nas perseguições, cassações e reestruturações, se fez presente em todas as esferas da educação. No ensino universitário a história de Piracicaba foi também "movimentada". Tanto nas salas de aula, quanto nos "bastidores", Piracicaba demonstrou os sintomas do clima tenso que envolveu a rede de ensino do país. Mais do que isso, logo em 1966, o estudantado local, tido como uma das poucas representações sociais que podiam ainda saborear uma relativa liberdade de expressão, se utilizaram deste "privilégio" e ganharam as ruas.

Envolvidos pelas turbulências da nossa política, os alunos da ESALQ[315] desejaram dar vazão ao seu ímpeto de se manifestarem contra a repressão que dava seus primeiros sinais. Mas em tempos de proibições, como obter êxito na tentativa de ganhar as ruas e promover um ato público? Primeiro, através de uma organização interna, nas reuniões de diretório. Newman Ribeiro Simões, então recém chegado na ESALQ, lembra que o ambiente universitário possibilitava a reflexão. Para Simões, a classe universitária se tornara uma das únicas válvulas de escape para quem quisesse resistir ao regime e, conseqüentemente, ainda gozava de um ambiente no qual as idéias podiam se conflitar sem maiores traumas:

> ***"Foi dentro da universidade que começou a participação em movimentos políticos, culturais... a ESALQ proporcionava isso?***
> ***r:*** *proporcionava. O centro acadêmico tinha uma vida rica. Em 1966 eu já participei de uma chapa no centro acadêmico e já se sabia pra qual direção o governo militar estava tomando. O Costa e Silva estava assumindo... o estudante universitário, o movimento secundarista era o que sobrava como resistência para a classe média gritar, denunciar. Basicamente, o estudante era a voz da resistência contra a ditadura, contra o regime.*
> ***A passeata de 1966 foi onde extravasou essa representatividade?***
> *r: eu tenho uma lembrança mais emotiva e ideológica dessa passeata. Primeiro, a assembléia que determinou esta passeata. Você via nitidamente a divisão dos que queriam e dos que não queriam que a passeata saísse. E a passeata foi uma*

[315] Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – USP.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

reivindicação, uma necessidade de você gritar contra certos atos de arbítrio que estavam ocorrendo já entre os estudantes. Então, na assembléia, eu estava exatamente na divisão entre os três quartos que eram a favor, o pessoal aguerrido, que queria a passeata contra um quarto que era contra, que não queria que acontecesse baderna, que apoiava o governo instalado. Eu me lembro que fiquei atônito. Levaram cachorros, apitos e eu comecei a me definir porque achava um absurdo não deixar que alguém defendesse sua idéia"[316].

Aprovada a passeata, faltava definir toda a logística do ato e, além disso, solicitar um aval da própria diretoria da universidade. Simões descreve os passos que anteciparam o ato, e mesmo não presenciando o contato da comissão de estudantes com a diretoria, sua representação se alinha com um ato de cidadania:

"aí foi aquele movimento de articulação nas repúblicas, quem ia fazer faixa, as palavras de ordem que iam gritar, como ia fazer piquete na ESALQ para aqueles que não participaram da assembléia aderirem à manifestação (...)Então foi aquela agitação, mas não tenho conhecimento de como foi o contato da comissão com a diretoria. Mas era um exercício de participação política, realmente de cidadania".

Mesmo assim, os estudantes conseguiriam um apoio ao ato que seria fundamental para garantir a tal passeata: a Igreja Católica. Já discutimos a figura de D. Aníger, bispo que abrigara na Catedral de Santo Antonio padres jovens, que representavam um discurso nitidamente de oposição ao regime militar. A representatividade de D. Aníger foi decisiva. O então "padre jovem" José Maria Teixeira fez primeiro contato com os estudantes e os aconselhou a convencer o bispo. Para Teixeira, "convencer o bispo" era sinônimo de que a passeata sairia. Teixeira relata os fatos com detalhes e reafirma a importância do papel da Igreja:

"a passeata foi uma daquelas proibições que o DOPS impunha. Havia uma imposição. Mas a prova da juventude é enfrentar. Eu me lembro que o Newman, o Fausto e mais outro que não me lembro [todos da ESALQ], chegaram comigo e queriam fazer a passeata. Eu disse que a única forma era movimentar o bispo. "Se vocês convencerem o bispo, sai a passeata", eu disse. Aí o bispo topou. Eles

[316] Entrevista concedida em 2 ago. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

conseguiram convencer o bispo. Organizaram o dia e fizeram o seguinte: era um dia normal. A entrada para fazer a concentração do pessoal foi lá por trás. Foram entrando e encheram todos os espaços, o corpo no meio, lá em cima. Aquilo estava regurgitado. Toda a estudantada (sic.). Estava programada para as 19:00h e tinha um pelotão que ficou de plantão. Quando bateu sete horas, as portas da Igreja abriram, o bispo na frente e desceu aquele povão na praça e ferveu a coisa. A Rádio Difusora ali, começou a noticiar. Os policiais começaram a negociar com o bispo. A praça começou encher de gente e entraram em acordo. Daí que eu dizia que se há algum órgão que pode processar a revolução que queríamos é a Igreja"[317].

Newman Simões também nos relatou com rico detalhamento as movimentações da maior manifestação estudantil local da época. Para ele, ficou a vitória, "sem sangue" e, como lembrança da presença do exército, sua representação é encarnada no "cheiro do cavalo":

"Foi um comissão falar com o bispo e na hora da organização veio a notícia de que a cavalaria de Campinas viria reprimir a manifestação. Na articulação é que uma parcela dos estudantes entraram na cripta da Catedral, porque lá o cavalo não entraria. Poderia entrar um sargento, um capitão, mas lá eles dificilmente agrediriam estudantes. Depois, ficou uma parte de estudantes impedidos de entrar. Ficou um clima que eu me lembro até hoje aquilo que o Figueiredo falou no final do governo que preferia o cheiro do cavalo. Eu lembro do cheiro do cavalo. Aquilo mais alto que eu. O peito do cavalo mais alto que eu e eu gritava pro soldado: "Pô (sic.), é uma manifestação que o seu filho deveria ter, nós estamos lutando por vocês" e o cavalo, juntamente com o cavaleiro, vindo pra cima, pra afastar (...) Eu me lembro que pouco antes tinha ido até o centro acadêmico e quando eu voltei, eu vi o bispo na escadaria, chamando o capitão pra conversar e, depois de conversarem, aquele silêncio, aquele clima de tensão e, de repente, o bispo avançou e todo mundo que estava dentro da Catedral avançou com ele e a passeata começou a se organizar empiricamente. Ficamos impressionados com a quantidade de gente que tinha dentro da Catedral. Depois foi uma festa porque era uma vitória sem sangue,

[317] Entrevista concedida em 11 abr. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

vamos dizer assim, mas de qualquer forma foi uma resistência diante do ato anti democrático de tentar impedir a manifestação"[318].

Mas se os alunos da ESALQ "tomaram as ruas" do centro da cidade, dentro da sua realidade acadêmica muitos universitários sofreram a pressão por optarem por um discurso de esquerda. O então aluno, descendente de alemães, Rodolfo Hoffmann, sentiu na pele a perseguição que vinha de dentro do próprio gabinete da diretoria. Sua busca por propor discussões lhe rendeu logo nos primeiros anos de faculdade o rótulo de "aluno subversivo":

"Eu me lembro que eu tinha uma formação ideológica, estudava livros de literatura marxista e na época cresceu muito a Ação Popular. Aqui nem existia e apesar de eu não ser partidário, eu me dei o trabalho de ir a São Paulo, pegar o material referente a Ação Popular e trazer aqui para divulgar. Tinha uma coleção de cadernos, chamados "cadernos do povo", que eram análises muito boas sobre a situação econômica e social no Brasil, etc. Eu vendia esses livros, oferecia aos colegas e isso me tornou conhecido como estudante subversivo".

Hoffmann foi um dos poucos entrevistados nos quais a fala fluiu com facilidade. Sem maiores questionamentos, ele nos proporcionou um relato detalhado, citando situações que auxiliaram na compreensão de como se desenrolavam os fatos e como era disseminada a idéia de tachar as pessoas como "subversivas":

"Uma coisa muito boa, que foi importante pra mim e que foi indicador do que ocorria na época, foi que em 1964, entrou um aluno. Chegou de São Paulo e um grupo de veteranos começou a dar trote nele e ele segurando uma pastinha. Pediram a pastinha e, quando ele recusou, os veteranos arrancaram e ele tinha material de uma reunião que ele participado do PC do B. Num dos papéis tinha anotado o meu nome: "Hoffman" Os veteranos tiraram esse material de uma forma que, se você analisar, foi ilegal. Os veteranos não tem esse direito. Entregaram para a diretoria do centro acadêmico e a diretoria, numa atitude que na época me espantou, achou que devia encaminhar esse material para as autoridades competentes. Significava DOPS. Isso foi logo em março de 1964.

[318] Entrevista concedida em 2 ago. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Significava que em 1964 a polícia tinha algum indício de que eu seria membro do PC do B, o que era totalmente falso, mas enfim. Eu até conversei com esse aluno, e depois veio o golpe e ele desapareceu da escola e eu não sei que fim levou"[319].

Hoffmann pagou o preço e muito embora se recorde dos cinqüenta dias em que estivera preso com irônico bom humor, ele tem a noção exata de como quem estava no poder poderia mandar e desmandar, desde que argumentasse ser contra a subversão. Ficar era um risco a se correr, mesmo que ao final tudo estivera "solucionado":

"Alguns colegas mais notórios do movimento estudantil, mais da esquerda, ficaram, um mês, sei lá eu, fora. Foram pra fazendas, se retiraram e eu achei que não tinha cabimento eu fazer isso. Eu fiquei na escola e aí não me lembro bem que dia, uma semana depois do golpe, eu estava assistindo aula, inclusive, e um bedel foi me chamar dizendo que o diretor, que era o professor Hugo de Almeida Leme [que depois foi ministro da agricultura no governo Castelo Branco], queria falar comigo. Quando eu entrei no gabinete do diretor aqui da ESALQ, tinha um delegado da polícia local aí me esperando e me considerou preso, me levando direto pra delegacia, com a roupa do corpo. Eu passei cinqüenta dias preso, numa delegacia, com bons camaradas...

Aqui em Piracicaba?

r: é. Com bons camaradas, um ladrão de galinha, um maconheiro, fiquei conhecendo eles...até uma experiência interessante na minha vida e não causou nada de aterrorizante. Passei cinqüenta dias lá numa cela com três beliches, outros cinco colegas presos, fiz até amizade com essas pessoas e passado cinqüenta dias, o negócio já estava mais amainado, o próprio Hugo de Almeida Leme, entrou em contato. Eu ia perder o ano por faltas e não sei que mais (sic.)...e foram falar com o delegado e eu fui liberado com a condição de que não saísse da cidade sem avisar. Isso então foi sendo esquecido e acabou. Teve depois o IPM (Inquérito Policial Militar), organizado pelos militares. Teve um coronel que me interrogou prolongadamente. Foi coisa de passar uma manhã inteira, uma tarde inteira sendo questionado pelo coronel. A minha lembrança

[319] Entrevista concedida em 9 fev. 2001.

unesp

do coronel é que era uma pessoa muito razoável, estava cumprindo uma obrigação da qual ele tinha sido encarregado de investigar a subversão em Piracicaba. Ele estava perguntando do movimento de alfabetização de adultos, que tinha um grupo que fazia, com método Paulo Freire, que eu também tinha participado. Era um processo válido, nada contra as leis do país, mas ele queria saber e me perguntou quais eram os outros estudantes que tinham participado. Eu falei que não ia começar dedar gente e aí o coronel ficou bravo comigo. Mas nada de tortura. Ele ficou só bravo. A pressão era só psicológica. Eles querendo saber tudo da minha vida [risos.]. Mas eu fui absolvido, porque não foi caracterizado, na minha atividade, nada subversivo"[320].

E dentro da universidade cada vez mais o ambiente se tornaria menos propício para a oposição ao regime. Por receio em apresentar um posicionamento crítico ou mesmo por interesses que se explicam apenas internamente, o fato é que o regime trataria de oferecer vias que atraíssem esses receosos. Newman Simões se recorda que em 1968, após um Congresso da UNE, o diretório acadêmico da ESALQ propõe uma divisão, aos moldes da Guerra Fria, com apenas dois lados, sem misturar ideologias. Como resultado, vencera a chapa da direita. Para Simões, eram os primeiros resultados dos programas de auxílio financeiro como o acordo MEC – Usaid[321], por exemplo:

"Aliás, em 1968, um pouco antes do Congresso da UNE, foi eleita uma chapa reacionária para o Centro Acadêmico. Havia uma necessidade de divisão. Antes de 1968, você votava por cargos. Embora você apresentasse um programa, propostas para serem analisados, os estudantes votavam em pessoas para determinados cargos que iriam compor a diretoria. Em 68, a esquerda montou uma chapa e fez campanha ideológica para que se votasse na chapa inteira ou em ninguém, porque não tinha nenhuma condição de implantar uma proposta de adesão a UNE, por exemplo, para um centro que tinha uma

[320] Entrevista concedida em 9 fev. 2001.

[321] COUTO, Ronaldo Costa . **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record,1999. p. 89. O autor cita o referido acordo e as repercussões no meio estudantil: "*Trata-se de entendimento celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura - MEC e a USAID (United States Agency for International Development), agência cultural do governo americano, no governo Castelo Branco, com o objetivo declarado de agilizar e melhorar o ensino universitário. Envolvia recursos financeiros, material de ensino, etc., e também a mudança da concepção vigente de ensino universitário. A idéia chave é a de universidade-empresa, a abordagem de que o objetivo do ensino superior é formar técnicos para o desenvolvimento. As lideranças estudantis de oposição viram o MEC - USAID como um atentado à cultura e à soberania do país*".

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

diretoria que era contra isso aí. Então, foi eleita uma chapa de direita, houve uma divisão nítida. Resumindo, havia uma classe média, que era maioria dos alunos, com medo do comunismo, da UNE, da Rússia, e medo de perder um apoio prometido pelos americanos através do MEC-Usaid. Aí na ESALQ tinha um convênio direto com a Usaid dando dinheiro. Então, isso fazia a cabeça do pessoal"[322].

Gradativamente o regime ia "propondo" as medidas que na prática representavam uma coerção aos questionamentos. Colocava-se a UNE na ilegalidade, decretavam-se leis que aposentavam professores antes do tempo, enfim, reformava-se o ensino com verba estrangeira e com um conjunto de leis e decretos que resultariam numa política pedagógica tecnicista, que valorizava o ensino profissionalizante em detrimento de uma postura reflexiva e argumentativa. Era a profissionalização do ensino, lembrada pela professora Esther Sylvestre da Rocha:

"aí, a reforma de 1971, a "5692", que trouxe uma reforma no ensino, esta reforma que eles fizeram e chamaram os professores para serem treinados. Treinaram monitores, que depois reproduziram. Então, haviam muitos cursos de formação dos professores dentro da nova lei. Não era a formação profissional. Era treinamento. Como se fosse cavalo sendo treinado não só para entender a lei, mas para concordar, para serem seduzidos de que aquilo era o melhor, naquele momento para o país, enquanto sistema educacional, etc, etc. Houveram várias mudanças, uma delas foi a questão dos cursos profissionalizantes, da formação de mão-de-obra barata. O objetivo era fazer a sua cabeça. Quer dizer, o Brasil não precisa de doutores, precisa de mais técnicos, então vamos formar técnicos.Veja bem, isto é casado com o projeto de desenvolvimento que eles tinham para o país e você não atinge este objetivo se você não formar o cidadão a partir da educação"[323].

Em 1975, Piracicaba via nascer um centro acadêmico que sentiria os efeitos dessa política educacional implantada pelo regime: a UNIMEP, Universidade Metodista de Piracicaba. Antes de tudo, a Unimep surge como

[322] Entrevista concedida em 2 ago. 2001.
[323] Entrevista concedida em 12 jun. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

resultado de um projeto educacional representado desde o ano de 1881 pelo Colégio Piracicabano, instituição gerenciada por metodistas. A partir de 1964 a instituição passaria a oferecer alguns cursos em ensino superior, mas somente em 1975 chegaria o reconhecimento do MEC.

Segundo o ex- reitor entre os anos de 1978 e 1986 da Unimep, Elias Boventura, a origem da universidade está diretamente vinculada às estratégias de barrar a resistência vinda de outros centros acadêmicos:

> *"um rápido histórico. A Universidade Metodista de Piracicaba recebeu autorização para funcionar, foi reconhecida, a partir de um acordo, que ela formaria um tripé com a PUC-Campinas e com a Universidade de Mogi das Cruzes, que estaria em defesa do regime militar, para neutralizar a PUC de São Paulo, São Carlos e Unicamp, que eram universidades consideradas subversivas na época. Então, a nossa história está presa àquilo lá. Nós fomos autorizados, ganhamos espaço, pelo nosso convívio com o governo militar. Nós nunca devemos negar isso. Todavia, como o processo é dialético, a Unimep traiu este compromisso. As forças internas levaram a direção a assumir uma postura de esquerda. Então, no lugar de nos somarmos a PUC Campinas e Mogi, nós nos somamos a São Carlos e a PUC de São Paulo, que eram universidades efervescentes"*[324].

O primeiro reitor da Unimep foi Richard Senn, um americano que sofreria uma forte oposição do DCE local. Adelmo Alves Lindo, ex-aluno e presidente do Diretório no final dos anos 70, representa a origem da instituição como uma "dádiva do regime":

> *"a Igreja metodista (a universidade)...a sua nascente é uma dádiva do regime, quando o regime autoritário começa a conceder o controle de tudo e que praticamente abre a universidade para a Igreja"*[325].

Mas embora a Unimep tenha surgido com essa perspectiva, as forças internas fariam a universidade mudar o rumo da sua política pedagógica. O reitor Richard Senn fora impedido de continuar depois de uma conjunção de forças

---

[324] Entrevista concedida em 1 set. 2000.
[325] Entrevista concedida em 30 jul. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

entre estudantes e professores que faziam oposição ao discurso em vigor. Os estudantes tiveram na figura de Adelmo Alves Lindo seu representante. Adelmo lembra do movimento do qual foi líder. Para ele, era um ressurgimento do movimento estudantil:

> *"Quando eu entrei na universidade, a estrutura era idêntica da sociedade. Tinha um reitor, um americano... e nós fizemos após o regime de 64, o primeiro movimento que derrubou um reitor no Brasil e foi aí que eu comecei a participar do movimento estudantil.*
>
> ***O reitor era o Richard Senn?***
>
> *r: era o Dr. Richard Senn... era o cara que projetou a Unimep, mas apesar de sua competência administrativa, a Unimep vinha num processo de crescimento muito grande, mas era muito autoritarismo dentro da universidade e a juventude naquela época estava muito envolvida com a questão da democracia e da liberdade... e nós tivemos uma chance numa greve e derrubamos ele numa pressão junto ao conselho diretor, que era composto pelos metodistas, era a autoridade máxima dentro da universidade e conseguimos pôr o professor Elias Boaventura... então a partir daquele momento deu-se uma ampliação, ou seja, você já tinha as lutas democráticas passando por dentro da prefeitura, na sociedade, a Igreja se manifestando e aí você ganha mais um aliado na luta, na medida em que você derruba o autoritarismo que tinha implantado dentro da Unimep"*[326].

Como Adelmo antecipa, o professor do departamento de Educação, Elias Boaventura, foi o representante do movimento docente que se conflitou com o primeiro reitor da Unimep. Nas palavras de Boaventura, sua gestão seria marcada pela oposição ao tecnicismo:

> *"Foi uma história de resistência, por longos anos. [a Unimep] Se opôs ao tecnicismo e foi uma universidade humanizada. Depois da minha saída, ela se deixou muito mover pela força do mercado"*[327].

---

[326] Entrevista concedida em 30 jul. 2001.
[327] Idem.

unesp

E de fato, no período em que a Unimep fora dirigida por Boaventura, muitos fatos constroem um cenário no qual ficam evidentes uma postura de oposição ao regime político do país. Foi um período de intensa movimentação. A universidade abriu as portas para discussões que extrapolaram qualquer Lei de Segurança. Dentro da Unimep foram abordadas as questões da Palestina, Cuba, entre outras iniciativas originadas da própria reitoria. Boaventura relata esses atos com grande satisfação, representados por Boaventura como "os melhores momentos":

> *"**Aqui em Piracicaba, quais foram os momentos mais difíceis para o senhor?***
> *r: vamos dizer que os momentos mais difíceis foram os melhores momentos (...)momento perigoso também foi quando nós apoiamos os palestinos, fizemos um encontro, um seminário com eles e os judeus do país todo reagiram, fizeram publicar manifestos nos jornais do Sul, no Estadão, Folha, contra a Reitoria, por que nós apoiamos abertamente a OLP [Organização pela Libertação Palestina] e o pessoal da OLP foi quem fez o seminário aqui. Coisas semelhantes também aconteceram quando resolvemos apoiar um encontro de educação popular com Cuba, Nicarágua e El Salvador. Ele foi feito no Salão Nobre. Durante aquele encontro, a universidade ficou extremamente tensa por causa das pressões recebidas"*[328].

Mas o que de fato representa o auge da "ousadia" dentro da administração Boaventura se deu entre os anos de 1979 e 1982, quando a universidade apóia a realização de dois Congressos da UNE. Nos entendimentos entre DCE e Reitoria, ficara acordado que a universidade abrigaria o primeiro deles. Adelmo Alves Lindo, presidente do DCE representa o Congresso como um importante passo no processo de reconstrução das entidades estudantis:

> *"na verdade foi o seguinte: as entidades estudantis tinham sido extintas e havia um processo de reconstrução dessas entidades. Nós, estudantes de Piracicaba, participamos do congresso de reconstrução na Bahia e aqui em Piracicaba, depois da queda de Senn, nós criamos o Diretório Central dos Estudantes. Então nós sugerimos que o próximo congresso fosse realizada em Piracicaba.*

[328] Entrevista concedida em 1 set. 2000.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Nós fizemos uma consulta à universidade (ao reitor Elias Boaventura), fizemos uma consulta ao prefeito (João Herrmann Neto) e os dois abraçaram a idéia. Então debaixo de um regime autoritário, nós realizamos o congresso. Foi o primeiro ato de legalidade da UNE desde a sua extinção, porque ela foi reconhecida pelo poder constitucional, pois a prefeitura deu toda a infra-estrutura, inclusive de segurança. Nós estávamos acostumado com os setores de segurança nos perseguindo e aqui nós tivemos a guarda municipal nos guardando..."[329]

Realmente ter a guarda municipal "resguardando" estudantes era algo de novo dentro da realidade brasileira do período. E de fato a "novidade" teve apoio dentro da cidade, através do então prefeito João Herrmann Netto, que pregava uma administração socialista, e de outras entidades apontadas por Boaventura. Mas os efeitos 'fora da cidade' foram mais negativos:

"O primeiro foi mais tenso porque era uma novidade. A UNE estava na clandestinidade, ninguém queria hospedar o congresso e nós os hospedamos. Fizemos uma boa articulação. Visitamos autoridades, tivemos apoio de maçonaria, Lyon Clube. Foi um negócio muito difícil e o golpe militar reagiu também tentando impedir. As ameaças mais contra a escola do que contra nós, pessoas. De fato, nós não tivemos mais nada do governo. Depois do congresso, cortaram tudo. Verbas, mais nada"[330].

Para Adelmo Alves Lindo, o Congresso "ganhou a cidade". Na sua fala, a representação que sintetiza as duas reuniões foram de um "marco democrático":

"Teve alguém contra o congresso?

r: olha, eu acho que a gente ganhou a cidade. Não teve ninguém contra, não. É claro que para o regime não era importante, mas foi uma marca de um ganho democrático. A UNE vem, é recebida por uma prefeitura oficialmente, é recebida por uma universidade que acolhe e é o começo de um processo para discutir a distensão democrática...

Mesmo dentro da universidade, professores ou alunos foram contrários?

---

[329] Entrevista concedida em 30 jul. 2001.
[330] Entrevista concedida em 1 set. 2000.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

r: um ou outro setor metodista, um pessoal mais reacionário, algumas manifestações, mas que não foram... não tiveram a competência de criar nenhum problema. Na Igreja metodista, houveram manifestações de repúdio de setores isolados, mas no geral decidiram pelo apoio ao congresso.

Esses setores conservadores tinham a noção de que os alunos estavam apoiando a administração de Elias Boaventura...

r: havia um misto de pessoas com medo, de covardia e outros de convicção, mas eu acho que a Unimep entrou no cenário nacional e passou a ser respeitada ao ter uma atitude democrática recebendo o congresso da UNE. Eu acho que foi o maior marco que a escola pode ter"[331].

Mas em tempos de repressão, mesmo que com a abertura política em franca caminhada, os efeitos de tantas concessões por parte de uma universidade acabaria por despertar a atenção do regime. O próprio Elias Boaventura relata perseguições a estudantes e professores. Do relato, ressaltamos que a Unimep passaria a representar um centro de resistência:

"O que havia era muita pressão sobre os alunos, sobretudo sobre os líderes estudantis e sobre os professores. Por exemplo, em relação aos líderes estudantis, nós recebíamos sistematicamente pedidos de Campinas e até de Brasília, para que enviassem as listas dos que eram líderes dos estudantes... que estavam trabalhando nos diretórios e assim por diante, mas nós nunca enviamos. Nem eu, nem o reitor que me antecedeu. Quanto aos professores, foram efetuadas algumas prisões, mas nós procuramos neutralizar isso montando um esquema de aviso a eles, que funcionou bem.

Teve algum caso mais sério?

r: os casos mais sérios foram de 3 professores. Um caso foi do professor Neidson e da mulher dele. Ele ia dar aula à noite e a mulher também e os militares montaram uma campana para pegá-los. Mas como eles tinham um certo respeito em relação à universidade, eles montavam a campana na porta da instituição, lá na rua Boa Morte, no nosso campus, no centro da cidade. Mas na própria polícia militar, nós tínhamos conseguido nos infiltrar e fomos avisados que eles viriam naquela noite para tirar a professora Maria Lucia

[331] Entrevista concedida em 30 jul. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Estrada, e o professor Neidson. Então, nós fomos até a casa deles e conseguimos evitar que eles fossem presos. Assim, vários casos, eles chegavam, mas nós estávamos avisados.

Quem estava infiltrado? Era gente da universidade?

r: nós tínhamos pelo menos dois professores que ajudaram muito nesse sentido. Eles tinham ligações com a polícia e eram professores nossos. Então, eles funcionaram, nos ajudando para que não permitisse a prisão de alunos e professores. Alunos, alguns nós tivemos presos, presidentes dos DAs, alguns nós tivemos de tirar dentro da própria cadeia. Chegaram a ser presos, mas não teve nenhum caso de espancamento"[332].

Ainda nas palavras de Boaventura, a Unimep se consolidaria como centro de referência na luta pela democracia. Abordar temas polêmicos a embarcar em causas e lutas em oposição ao regime faria da Unimep um pólo de movimentos sociais. Para Boaventura, "movimentos de resistência":

"No final dos anos 70, a Unimep, a prefeitura, com administração do João Herrmann e a Igreja Católica trabalhando com as comunidades eclesiásticas, se constituíram em movimentos sociais de fato?

r: eu diria mais que movimentos sociais. Movimentos de resistência. Piracicaba teve um período curto, é verdade, que foi considerada uma cidade de oposição ao regime militar. Vários movimentos ajudaram para isso. Essa efervescência que houve Piracicaba foi muito contundente. Naquele relatório que foi feito, me parece que pelo II Exército, que apontava a Unimep como ponto de perigo, veja a desinformação do exército. Eles mencionavam a Unimep influenciada pelo bispo católico. É verdade que o bispo católico sempre transitou aqui e nós temos por ele uma estima muito grande, mas atribuir a ele a tendência da Unimep é uma desinformação muito grande. Mas voltando à questão, essa conjunção de forças entre Igreja Católica, a prefeitura e Unimep, trabalhou com o mesmo objetivo: oposição ao regime militar. Nós trabalhamos a despoluição do Rio, com passeatas, defesa da Anistia, reatamento com Cuba, defesa da UNE. Eram temas polêmicos que mobilizavam a cidade. Eu creio que

[332] Entrevista concedida em 1 set. 2000.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Piracicaba, pode hoje se sentir honrada de ter sido uma cidade suspeita pelos militares. Eu acho que isso deve servir de motivo orgulho histórico"[333].

E toda essa polemicidade institucionalizada pela administração Boaventura traria uma intervenção direta da Igreja Metodista em relação à pessoa do reitor. Com rico detalhamento, Boaventura recorda as reuniões nas quais lhe prometeram uma promissora carreira nos EUA em troca de sua saída. Sua postura era tida como um entrave nas ambições mercadológicas que a instituição poderia almejar. Toda a história relatada à seguir pelo próprio Boaventura, com extrema serenidade, fora atrelada a um grande financiamento que tinha como "cláusula" não oficializada, sua saída da Reitoria:

"Por exemplo, um detalhe: quando eles fizeram uma intervenção, tentaram fazer uma intervenção na Reitoria, fizeram em nome de um financiamento que só viria se nós saíssemos. Esse financiamento, quem fez a mediação, foi o Jânio Quadros. Ele mediou em Brasília um financiamento que seria dado para que a Unimep saísse de sua crise financeira, que era grave. Os partidários dele aqui conseguiram isso. O financiamento sairia e a única exigência era que o reitor saísse.

Era uma exigência para uma espécie de "exílio interno"?

r: é. E era muito difícil realmente não sair. Eu não iria sair para ficar desempregado. O mesmo grupo que fez esta mediação, quando eles me disseram, eles me comunicaram o seguinte: "você não perde nada. Os seus salários continuam e você receberá uma bolsa para os EUA. Você vai para lá com todos os seus vencimentos e mais a bolsa". Foi um negócio atrativo!

O senhor foi?

r: não fui. Eu fiquei, primeiro porque não tinha domínio do inglês. Segundo porque eram uma oferta imoral. "Nós queremos é você fora!". É uma oferta que não podia ser aceita e eu não aceitei. Eu disse que ia ficar e que eles poderiam não me deixar na Reitoria. Disse que eles podiam articular. Eles articulavam de lá e eu daqui. Disse que ia ser um confronto e que pacificamente eu não sairia.

E qual foi o resultado?

---

[333] Entrevista concedida em 1 set. 2000.

unesp

r: a Igreja sempre muito diplomática. "Olha, você já serviu por muitos anos, Deus te abençoou muito e nós temos que estar disponíveis para cumprir a vontade de Deus. Neste momento, Deus precisa de você em outro lugar. Então, nós estamos comunicando a você que você sairá da Reitoria. Nós vamos destituí-lo. Nada contra você. Você deve aceitar isso porque é resultado de várias orações que nós tivermos..." Disse tudo bem. A minha resposta, disse que eles não precisavam dar tantas voltas. "Vocês são patrões e eu sou empregado. Vocês estão me demitindo e eu vou tentar reagir". Para um deles eu disse que também ouvia a voz de Deus dizendo que eu devo continuar, que minha missão aqui ainda não acabou. Então, foi um diálogo muito cínico. Neste confronto, nós perdemos muito e eles também perderam porque a intervenção foi feita. Nomearam um reitor, nós entramos na justiça, ganhamos e continuamos, mas tivemos que pagar aquele reitor que ficou mais de um mês à toa. Então, se você perguntar quem perdeu, eu digo que quem perdeu foi a instituição, aparentemente, porque ela sofreu abalos, desgastes...agora, isto é dialético porque neste desgaste ela cresceu, ela criou a sua identidade. Como estava dizendo, momentos de crise são muito bons"[334].

Na entrevista com Newman Simões, que no final dos anos 70 fazia parte do secretariado municipal, ele sintetiza a representatividade da Unimep como fonte de movimentos sociais. De fato, a universidade havia crescido dentro deste contexto de debates:

"O movimento foi sufocado e com a UNE na clandestinidade ficou impossível. Ela só veio se mostrar como um direito legal de ser representante dos estudantes em 1979, junto com a Unimep, que tinha uma diretoria que dava apoio, era simpatizante do movimento estudantil. A Unimep precisou mostrar a cara não só como uma universidade que oferecia alguns cursos. Ela tinha uma posição frente o movimento institucional"[335].

Elias Boaventura resgata o papel da Unimep com orgulho pela universidade ter sido considerada "ponto perigoso" pelo regime:

---

[334] Entrevista concedida em 1 set. 2000.
[335] Entrevista concedida em 2 ago.. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"Aquilo foi arrancado à fórceps. A ditadura não cedeu por bondade. Cedeu pela força dos movimentos populares. Isso não há a menor dúvida e neste sentido eu mergulho de que a Unimep participou ostensivamente. Nós ficamos quebrados, sem dinheiro, mas participamos de tudo isso. Foi uma conquista. Existe um documento dos militares, ai de Campinas, que eu tenho muito orgulho, que considerava pontos perigosos do estado de São Paulo o ABC, São Carlos e Unimep"[336].

A posição conquistada pela Unimep motivava não somente as pessoas ligadas ao ensino superior. A educação de segundo grau também entrava nessa onda de luta contra o regime militar, levantando principalmente a defesa de seus próprios direitos trabalhistas. E desse ímpeto que representavam os movimentos sociais em todo o país, nascia o movimento pela retomada da diretoria da APEOESP, que desde as primeiras medidas do governo militar havia sido colocada numa posição inofensiva, sem qualquer poder de reivindicação junto às secretarias de educação e demais órgãos do setor. Esther Sylvestre da Rocha, uma das líderes locais desse movimento contra a diretoria pelega da APEOESP, relata o clima de insatisfação que culminaria nesta batalha:

"Mas os professores começaram a sentir, a partir de um determinado momento, dentro do magistério, começou a ter uma junção de vozes, com sentimento de que era necessário fazer alguma coisa. E começou um movimento que ficou mais forte em 1977, 1978, 1979, no início do processo da abertura. Então, muitos professores que atuaram em movimentos clandestinos, professores de nível superior, da rede estadual, vieram para esse movimento no qual eu me engajei a partir de 1978. O nosso movimento era para desmontar, desconstituir a então diretoria da APEOESP, que era aquela diretoria que casava com a vontade do sistema. Uma diretoria pelega, que estava em harmonia com o que estava acontecendo no país. A APEOESP sempre existiu, só que ela era desta forma e começou este movimento de oposição. Esse movimento foi ficando mais forte a partir dos confrontos que fazíamos com a diretoria, porque nós entendíamos que era preciso tomar a APEOESP, que ela viesse para as nossas mãos para estarmos com um encaminhamento diferente, na linha da

[336] Entrevista concedida em 1 set. 2000.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

conscientização do magistério com um todo e sobre a necessidade de reagir não apenas com relação à questão dos salários, mas na questão da educação, no questionamento de tudo que estava errado e o engajamento na luta maior que era a luta contra a ditadura"[337].

Alceu Righetto também confirma o ostracismo em que fora colocada a entidade até o final dos anos setenta. Peregrinar em várias as cidades foi a estratégia adotada para vencer essa luta:

"Nós restituímos a APEOESP numa batalha para reconstruí-la. Fomos a outras cidades, fomos nas escolas fazer uma peregrinação para que os professores restaurassem a representatividade da APEOESP. Até então ela ficou dizimada, ausente como representação dos professores"[338].

Esther Sylvestre também relembra da jornada de conscientização para convencer outros professores. Além disso, recorda com aguda negatividade o governo estadual de Paulo Maluf, que segundo ela "tentou arrasar"com o movimento:

"Esse movimento se encaixa dentro do panorama dos movimentos sociais...

r: isso. E aí, o fortalecimento do movimento dos professores coincidiu com o dos metalúrgicos. Em 1979 nos tomamos a APEOESP. Foi uma luta atroz. Tentaram nos por para baixo de tudo quanto é jeito, impedir de tomar posse, trazer gente da justiça, mas nós tomamos posse a duras penas com essa nova proposta. Era governador do Estado o Paulo Maluf, que tentou arrasar conosco. Parou com o desconto em holerite da contribuição dos professores para a APEOESP. Nós ficamos sem um tostão. Dedicamos todo nosso tempo extra, largamos a família e fomos para a luta porque era uma luta que tínhamos que tocar para frente. Nós penamos nas mãos do Maluf, mas saiu nossa primeira greve em 1979"[339].

---

[337] Entrevista concedida em 12 jun.. 2001.
[338] Entrevista concedida em 20 jun.. 2001.
[339] Entrevista concedida em 12 jun.. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Esther lembra com detalhes da luta quase que corporal para destituir a diretoria afinada com o governo. Ela lembra que o grande obstáculo era vencer o medo, pois sabiam da vigia que o DOPS fazia na assembléias da classe:

> *"Foi uma luta danada para assumir, inclusive fomos empurradas...foi uma luta quase que corporal. Foi um trabalho de conscientização nas escolas, de ir devagar, eliminando o medo que os professores tinham. Se você não elimina o medo, não acontece nada. Era um medo construído pela ditadura, claro. Ele foi fortemente construído nestes vinte anos. Era preciso vencer esse medo e dar confiança aos professores de que eles estavam amparados por lei. Na época, nós sabíamos que as nossas assembléias, realizado na Câmara dos Vereadores, eram vigiadas por gente ligada ao DOPS"*[340].

E da vigia do DOPS ou DEOPS[341], enfim, do sistema de informação e repressão institucionalizado, surge a última página da história relacionada à educação em Piracicaba durante o regime militar. Tudo já estaria escrito, com todos os capítulos contados e vividos. Histórias de prisões, perseguições internas, processos e políticas pedagógicas, congressos da UNE, etc. Já seria suficiente para preencher um artigo, um livro, enfim, estaríamos satisfeitos. Mas antes que o século XXI chegasse os arquivos do DOPS foram abertos a pesquisadores e curiosos de plantão. Foram retiradas as cortinas do medo, abanada a poeira do obscurantismo e veio à tona histórias que antes só eram "supostas", devido à falta de provas oficiais. E diante desse explicável interesse despertado em profissionais e pesquisadores de diversas áreas, Beatriz Elias, uma jornalista piracicabana, utilizou-se do mar de informações que ficara encoberto durante décadas.

O jornal "A Província", que circulou quinzenalmente em Piracicaba na segunda metade da década de noventa, retratou o trabalho da jornalista Beatriz

---

[340] Entrevista concedida em 12 jun. 2001.
[341] DEOPS/SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo.

unesp

Elias[342], que em suas pesquisas trouxe mais uma página da história do regime militar:

> *"**Título**: 'Prêmio Herzog confirma a seriedade de reportagens'*
> ***Subtítulo**: 'vitória do jornalismo feito em casa interiorana'*
> *Com uma reportagem que comprova o envolvimento de vários reitores da Universidade de São Paulo, ao longo de décadas, em processos de colaboração com órgãos de informação e de segurança que atuavam no sentido de garantir o controle ideológico da instituição, a jornalista Beatriz Elias recebeu, na última terça-feira, 27 de outubro, em cerimônia realizada no Parlatino, em São Paulo, uma menção honrosa concedida pelo prêmio Vladimir Herzog instituído vinte anos atrás, como homenagem ao jornalista morto quando era interrogado por suas atividades comunistas - e cuja responsabilidade do Estado a própria justiça já determinou (...) A matéria da jornalista Beatriz Elias, objeto da menção honrosa na categoria relativa a jornais e revistas, foi publicada em abril passado, na revista da associação dos docentes da USP e que é parte do resultado de pesquisas que vêm sendo por ela desenvolvidas, nos últimos dois anos, juntou aos arquivos do DOPS São Paulo. A matéria comprova, através de documentos oficiais, que reitores como Linneu Prestes e Ernesto Leme, ainda nas décadas de 40 e 50, atendiam a procedimentos regulares de denunciar os professores da instituição, por eles considerados subversivos e de "esquerda" (...) no jornal "A Província", Beatriz tem registrado várias reportagens, também nascidas a partir das pesquisas junto aos arquivos do Deops, relacionadas a forma como os organismos policiais acompanharam os "primeiros comunistas" da cidade, como os estudantes e professores foram monitorados, e até mesmo a maneira como desaparecidos durante o regime militar tiveram suas relações desenvolvidas na região".*[343]

Dentre tantas matérias e descobertas feitas nos arquivos do DOPS, a que mas repercutiu foram as denúncias de subversão por parte de professores da ESALQ. Os depoimentos foram feitos por diretores da escola, em 1975, que apontaram professores do Departamento de Economia. Vinte e dois anos depois,

---

[342] Além do jornal "A Província", as pesquisas de Beatriz Elias também resultaram numa reportagem de capa na Revista ADUSP, sob o título "**A USP nos arquivos do DOPS**". Revista Adusp – Associação dos Docentes da USP – Seção Sindical da Andes - SN – Abril 1998. nº 13.
[343] A Província, novembro/1998.

a jornalista Beatriz Elias traz esta história à tona e provoca um mal-estar dentro da universidade. Duvidaram da autenticidade dos documentos e da palavra da jornalista.

A dúvida decorreu do seguinte: estiveram presentes no DOPS o então diretor da escola, Prof. Salim Simão e o também professor e chefe do Departamento de Economia, Joaquim José de Camargo Engler. Os depoimentos foram feitos, mas em seguida fora pedido para que os papéis que registraram as falas de ambos fossem rasgados. No entanto, os professores não podiam contar que uma cópia, guardada pelo escrivão, pudesse ter sido arquivada e encontrada tanto tempo depois.

Quanto aos "acusados", foram apontados os nomes dos professores Rodolfo Hoffmann, Oriowaldo Queda, Ondalva Serrano e Roberto José Moreira. Quanto aos dois últimos, não foi possível manter contato. Já Hoffmann e Queda nos atenderam com muita atenção. Quanto aos professores que estiveram no DOPS depondo, também não foi possível manter nenhum contato, nem mesmo por telefone. Então, decidimos pelo seguinte: os relatos dos professores Queda e Hoffmann nos auxiliam na representação dos professores "apontados". A transcrição do documento encontrado pela jornalista Beatriz Elias é a prova de que os depoimentos ocorreram. Quanto aos acusadores, ficamos com os seus depoimentos feitos na reunião da congregação da Universidade que discutiu o assunto. Como não pudemos trazer as suas versões, num contato mais próximo, dando-lhes a oportunidade de se aprofundarem na questão, suas interpretações ficam baseadas nestes documentos oficiais.

Assim, obedecendo a ordem dos fatos, primeiro apresentamos a transcrição da cópia dos depoimentos feitos em 1975. Gentilmente, o professor Rodolfo Hoffmann nos cedeu sua cópia e, apesar da qualidade do documento estar muito prejudicada por se tratar de uma cópia de outra cópia, as palavras embaçadas do "esquecido" documento estão sob o cabeçalho de "Termo de Declarações". Depois das formalidades jurídicas, consta no termo datado de 10 de julho de 1975, referente ao depoimento prestado pelo Prof. Salim Simão:



"(...) que o declarante, há dois meses aproximadamente, tomou conhecimento de que alguns professores (quatro) do Departamento em questão estavam a criticar duramente, em aula, as autoridades constituídas em geral, bem como tecendo várias críticas ao regime. Que também tais professores, com suas críticas procuravam "jogar" os seus alunos contra os demais professores da escola e do departamento (...) Soube que o professor Joaquim Engler, chefe do departamento, recebeu várias reclamações de alunos a respeito dos atos de seus professores, sempre ridicularizando a conjuntura universitária, política, econômica atual de nosso país, mas tais alunos tiveram temor de formalizar tais queixas por escrito, pois poderiam ver se prejudicados pelos professores do citado departamento (...) trata-se dos seguintes professores: Rodolfo Hoffmann, elemento que já em 1964 esteve preso por subversão, conforme informações recebidas pelo declarante; Oriowaldo Queda, Roberto José Moreira e Ondalva Serrano. Que, os dois últimos são professores contratados, digo, três deles são contratados, sendo que o professor Oriowaldo Queda é professor estável (...) que, também pregam a reforma agrária de forma violenta, conforme consta de apostilas em poder da reitoria da USP (...) que, para o citados professores apenas deve ser adotado modelo de sociedade marxista..."[344]

Da mesma data, 10 de julho de 1975, consta também o "Termo de Declarações" assinado pelo Professor Joaquim:

"que, há um ano, aproximadamente, o declarante começou a receber reclamações de alunos que sempre se esquivaram de formalizar suas queixas, com medo de represálias, referindo aos citados professores e que, em aulas, ridicularizavam o regime de governo brasileiro atual, pregando a reforma agrária de maneira violenta, além de outras formas de subversão (...) que, então, procurou o declarante, em reunião com os quatro professores supra-citados, fazê-los ver que as atitudes que tomavam eram de incitação aos alunos, também contra o regime atual, tendo os mesmos respondido que dentro da autonomia universitária isto lhes seria facultado, isto é, poderiam expor suas opiniões..."[345]

---

[344] Termo de Declararações prestado ao DEOPS, 10 jul. 1975.
[345] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

São apenas dois trechos que selecionamos não somente para ilustrar. Ambos já representam com eficiência o tom dos documentos. Além disso, como já afirmamos, a qualidade do texto está altamente prejudicada, o que não permite a identificação na íntegra. O que vale, ao final dos "Termos de Declarações", é que estão assinados pelos professores. Pelo que apresentamos até aqui, fica claro a aceitação dos dois professores de que no Departamento de Economia havia quatro professores que apresentavam críticas ao regime político vigente e que pregavam, entre outras coisas, a reforma agrária "violenta". Concordaram ainda que alunos se sentiam intimidados com a postura de tais professores e que temiam represálias caso registrassem suas queixas por escrito.

Valia para os órgãos de segurança que tais acusações fossem apuradas, o que poderia representar cassação ou outra forma de barrar o "quarteto subversivo", uma vez que assinavam e concordavam com o texto os dois chefes diretos dos professores do Departamento de Economia: o chefe do departamento e o diretor da escola.

Passados vinte e dois anos, então a jornalista Beatriz Elias toma conhecimento dos documentos e os traz a quem é de direito saber: acusados e acusadores. Segundo a própria Beatriz nos relatou informalmente, dos professores que estiveram no DOPS, ela também não conseguiu qualquer declaração, que não fossem as oficiais, ou seja, seus discursos apresentados na reunião da Congregação, ocorrida em fevereiro de 1998. Mesmo com a "dica"de Beatriz Elias, tentamos um contato com ambos, mas o resultado foi o mesmo obtido pela jornalista. Assim, justificamos a utilização também de suas versões oficiais, o que talvez perca um pouco da emoção e da informalidade de uma conversa, mas não deixa de registrar como os professores Salim Simão e Joaquim Engler representaram o acontecido. Assim, consideramos que a publicação de seus discursos dá a esta pesquisa a devida imparcialidade.

O pronunciamento do Prof. Salim Simão traz uma retrospectiva de vários fatos, lembrando inclusive que o Prof. Rodolfo Hoffmann já havia sido preso e processado por subversão. Encabeçando sua declaração, que o fez em forma de documento, encaminhando cópias aos professores Queda e Hoffmann, Simão se

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

utiliza do título "A VERDADE SOBRE "PROFESSORES E ALUNOS QUE TERIAM SIDO DENUNCIADOS PELA DIRETORIA DA ESALQ" e ressalta que "Diretor não critica, defende sua Unidade":

"Piracicaba, 27 de janeiro de 1998

Ilmo. Sr.

Dr. Evaristo Marzabal Neves

DD. Diretor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"

NESTA

Senhor Diretor

Tendo lido duas reportagens do jornal "A Província" que, jornalisticamente altera fatos ocorridos há duas décadas, sobre declaração do Diretor da ESALQ ao DOPS, venho à sua presença para esclarecer o que realmente ocorreu, uma vez que minha pessoa está diretamente envolvida por ser o Diretor á época. Diretor não critica, defende sua Unidade. Em anexo minha declaração a respeito. Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me com a mais alta consideração.

A VERDADE SOBRE "PROFESSORES E ALUNOS QUE TERIAM SIDO DENUNCIADOS PELA DIRETORIA DA ESALQ"

OS FATOS:

1)- Em 1970, informe da 4ª Zona Aérea, reafirma que Hoffmann" esteve seriamente implicado em inquérito de 1964, por ser considerado elemento militante. "Ao que tudo indica, aproveita a função de Professor para pregar ideologia comunista entre os alunos"

2) dia 21/11/1974

Da Delegacia de Policia de Piracicaba:

Assunto: Movimento de cunho subversivo entre Professores da ESALQ.

Informante: Serviço de Informações da Seccional de Policia - SI

D D Dr Ivan Almeida Pantaleão

"Dos implicados, dois deles quando estudantes da ESALQ estiveram envolvidos em movimento estudantil de cunho subversivo: Rodolfo Hoffman e Ondalva Serrano.

Hoffmann foi detido e indiciado em inquérito policial, mas por falta de

provas o inquérito foi arquivado.

Segue o Delegado, afirmando que:

"outros dois elementos são Oriowaldo Queda e Roberto Moreira, também professores do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da ESALQ, que juntamente com os dois elementos acima citados formam o "quarteto" que, em companhia de outros professores da Unicamp estão num movimento subversivo"

3) Segundo o Jornal "A Província", em 1972 o Delegado Seccional de Piracicaba, em questionário reservado, caracterizou Hoffman como estudante de Agronomia: "suspeito de subversão atualmente formado e Professor da ESALQ, leciona Economia Rural. Casou-se, está acomodado. Nada foi apurado contra ele".

4) Do mesmo Jornal:

"Em dezembro de 1975, entretanto, uma denúncia "Anônima"- ou quase, já que sua autora", faz referência a Hoffmann e continua, "A mesma pessoa referindo-se ao professor Oriovaldo Queda "a quem conhece pessoalmente, sendo amiga de sua esposa e de quem minha irmã foi aluna" como tentando doutrinar os estudantes de suas classes, ao afirmar que o comunismo era "o único sistema que serviria para o Brasil".

O Jornal procurou transferir para o Diretor da ESALQ e ao Prof. Engler as denúncias contidas no processo policial, na informação da 4ª Zona Aérea e na denúncia "anônima".

5) A ida do Diretor da ESALQ ao DOPS - 10/07/1975

O Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva Magnífico Reitor da USP solicitou ao Prof Salim Simão que fosse até o DOPS verificar denúncias feitas contra Professores da ESALQ.

Atendendo à solicitação do Reitor convidei o Prof. Engler, que freqüentemente me acompanhava em viagens a São Paulo como assessor da Diretoria, para me acompanhar até a Reitoria da USP. De lá, por ordem do Magnífico Reitor, fomos conduzidos ao DOPS em veículo da Reitoria.

Lá tomamos conhecimento das denúncias já citadas. O Prof Engler, apenas pela sua presença ao meu lado, foi também forçado a assinar uma declaração, elaborada pelo escrivão, sem que se permitisse fazer qualquer alteração no texto apresentado.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

O Delegado Dr. Romeu Tuma ao examinar os termos das declarações que havíamos assinado devolveu-nos os documentos originais, declarando-os incompatíveis com o que nos fora perguntado e respondido. Os documentos foram rasgados.

Ao sair do DOPS fiquei tranqüilo por ter sido a minha presença de defesa da nossa Escola, e o assunto devidamente encerrado. O Diretor não foi ao DOPS para "Delatar", ele foi para conhecer das denúncias contra os nossos professores (denúncias citadas no início). O caso foi dado por encerrado, porém, 22 anos depois vem à baila uma noticia de que teríamos feito declaração contra professores da ESALQ, em 1975, assunto que estava encerrado.

O escrivão, com ou sem conhecimento do Dr. Tuma, deve ter tirado antes uma cópia xerox pois o original que nos foi devolvido, foi rasgado. Assim, quando o documento se refere a declaração minha ou do Dr. Engler é fruto de denúncia encaminhada pela policia de Piracicaba e da denúncia "anônima". Prossegue "que o declarante tomou conhecimento há 2 (dois) meses aproximadamente, que alguns professores, quatro do Departamento em questão, estavam criticando". Estas são palavras do relator da Policia de Piracicaba e continua: "os outros elementos são Oriowaldo Queda e Roberto Moreira, que formam o quarteto". Nunca mencionamos sistema de avaliação, tanto que o documento diz: "O chefe do departamento, não advertiu os citados Professores". A avaliação é responsabilidade de cada departamento. A declaração continua: "o declarante tomou conhecimento através da Reitoria da USP da existência de apostila contendo teor subversivo". Se o Diretor não tinha conhecimento das apostilas e ficou sabendo de sua existência por informação da Reitoria, como ele, que nada sabia, teria levado as apostilas ao DOPS? A denúncia contida nos processos pela Delegacia de Piracicaba, pela 4ª Zona Aérea e pela "denúncia anônima", passaram a ser nossa, isto é, minha e do prof Engler, cuja presença nem sequer fora solicitada. Se a própria Policia tinha arquivado o Processo contra o Prof. Hoffmann, que sempre se portou com dignidade e personalidade, por que iriam o Diretor da Escola e o Prof Engler denunciar o que não tinha mais razão de ser? O Professor Queda foi denunciado pela amiga de sua mulher e não pelo Prof Engler ou por mim.

Os alunos, afirmaram terem sido doutrinados pelo Professor Queda, denúncia que partiu dos alunos e não de mim e do Prof. Engler, como o jornal

unesp

"A Província" quer fazer crer.

Após a ida ao DOPS não houve mais citação de professores da ESALQ. O assunto foi encerrado definitivamente, eliminando-se qualquer suspeita sobre professores da ESALQ.

DOPS - Assunto Encerrado.

Diretor não Delata, Diretor defende os seus professores e sua Escola, tanto que na declaração final está dito: "A Escola funciona normalmente em ótimo ambiente universitário". Onde pois, a acusação do Diretor contra professores se ele próprio diz que ela funciona "em ótimo ambiente universitário em paz e sem perturbação da ordem".

Salim Simão
Em 28/01/1998".

O pronunciamento do Prof. Joaquim Engler, que transcrevemos da reunião da Congregação da ESALQ do dia 2 de fevereiro de 1998, também transfere, de certa forma, uma parcela da responsabilidade à Reitoria da USP, que de acordo com sua fala teria marcado a "reunião" no DOPS sem o conhecimento dos professores da ESALQ:

"sobre o mesmo assunto, o Prof. Joaquim José de Camargo Engler apresentou a seguinte manifestação: "Esclarecimentos sobre matéria publicada no Jornal "A Província" na segunda quinzena de novembro de 1997 e na primeira quinzena de janeiro de 1998. O tempo decorrido e o resumo dos fatos apresentados no jornal podem levar a conclusões errôneas sobre o sucedido na ocasião (1975). Na noite do dia 09 de julho de 1975, recebi um telefonema do Prof. Salim Simão, dizendo-me que estava retornando de São Paulo e que o Prof. Paiva, Reitor da USP, me convocava para uma reunião no dia seguinte. Na manhã do dia 10 de julho de 1975, fui a São Paulo em companhia do Diretor da ESALQ; no Gabinete do Reitor, fomos informados de que o Prof. Paiva tivera outro compromisso, mas o seu motorista nos levaria ao local da reunião. Saímos da USP e, para minha surpresa, o carro do Reitor nos levou ao DEOPS. Quando lá chegamos, perguntei ao Prof. Salim o que iríamos fazer e ele disse que não sabia. Fomos recebidos por um Delegado, auxiliar do Diretor do DEOPS (Dr. Tuma), que fez algumas perguntas ao Prof. Salim e, a seguir, a mim. Disse o Delegado que o DEOPS havia recebido relatos de alunos da

ESALQ sobre atividades desenvolvidas por alguns docentes do Departamento de Ciências Sociais. Perguntei que atividades eram essas, O Delegado me disse que os alunos acusavam os Professores Hoffmann, Queda, Roberto Moreira e Ondalva Serrano de criticar o governo e pregar a reforma agrária violenta. Perguntou se eu confirmava essas denúncias. Respondi que não, dizendo-me ele que os alunos afirmavam que já haviam me procurado como Chefe do Departamento e relatado o assunto. Frisei que, realmente, fora procurado pelos alunos, porém eu não assistia às aulas dos citados professores, o que me impossibilitava de confirmar as denúncias. Insistiu o Delegado, acusando-me de passividade em relação às mesmas denúncias, ao que respondi que os docentes tinham autonomia na sala de aula, sendo incabível qualquer interferência minha. Perguntou-me o Delegado se havia falado sobre o assunto com os docentes citados. Respondi que conversara com esses professores por solicitação do então Diretor da ESALQ, Prof. Galli, que também recebera denúncias de estudantes. Perguntou-me também se sabia que o Prof Hoffmann fora envolvido em inquérito em 1964, o mesmo acontecendo com o Prof. Roberto Moreira quando este era docente em Jaboticabal. Respondi que soubera, na ocasião, do inquérito envolvendo o Prof. Hoffmann e ouvira comentários, sem detalhes, sobre o Prof. Moreira. Ao final da entrevista, o Delegado solicitou minha assinatura no documento elaborado pelo escrivão. Após a leitura do texto, ponderei que não correspondia ao que eu havia dito. O Delegado disse que se tratava de um resumo dos principais pontos abordados, condicionando minha liberação a essa assinatura. Saindo do DEOPS, manifestei ao Diretor da ESALQ minha indignação por ter sido levado àquele local sem informação prévia, onde fui obrigado a assinar um "termo de declaração" elaborado pelo escrivão de forma distorcida. Voltei a Piracicaba sozinho, enquanto o Prof. Salim Simão foi à Reitoria. Na noite desse mesmo dia, o Prof. Salim, retornando a Piracicaba, me telefonou para dizer que transmitira meu protesto ao Reitor e que este queria falar comigo no dia seguinte, a fim de esclarecer o ocorrido. Voltamos, então, a São Paulo e o Reitor se desculpou pelo que acontecera no dia anterior, dizendo que houvera um mal entendido, acrescentando que o Dr. Tuma queria esclarecer o assunto pessoalmente. Fomos novamente a DEOPS, sendo recebidos pelo Dr. Tuma, que se desculpou pela atitude de seu auxiliar, informando que apenas pedira ao Reitor para



conversar com o Diretor da ESALQ, informalmente, objetivando melhor esclarecer as denúncias de estudantes daquela Escola. Como prova do que dissera, devolveu-me o documento que, no dia anterior, assinei sob protesto dando assunto por encerrado. Embora o Dr. Tuma me devolvesse o original do documento, perguntei-lhe, profundamente irritado, que garantias eu teria de que não havia cópia de tal documento. Ele garantiu que não havia cópia do documento que estava me devolvendo. Magoado com tudo o que acontecera, rasguei o documento e o joguei no cesto de lixo da sala do Dr. Tuma, retirando-me. Infelizmente, minha desconfiança tinha razão de ser, pois cópia desse documento foi encontrada. Preocupado com a situação conversei com o Prof. Queda e o aconselhei a solicitar 'estabilidade' como Professor, pois tinha ele mais de cinco anos na função como contratado podendo pela legislação vigente, requerer tal beneficio, o que ele fez e obteve. O momento no Brasil era difícil; somente para exemplificar relato o que aconteceu quando o Departamento recebeu da Congregação incumbência de se responsabilizar pela disciplina 'Estudos de Problema Brasileiros', que vinha sendo ministrada por um Coronel, da Escola Preparatória de Cadetes de Campinas contratado pela Diretoria da ESALQ. Como Chefe do Departamento, informei à Congregação que assumiríamos referida disciplina, desde que ela fosse coordenada por um docente do próprio Departamento, em vaga a ser criada. Aprovada a vaga, foi instaurado concurso para o seu preenchimento, sendo selecionado o Prof. Antonio Carlos de Mendes Thame. Em conseqüência, não foi renovado o contrato do mencionado Coronel. Após encaminhar a documentação relativa à contratação do prof. Thame à Reitoria, fui procurado por um militar de São Paulo, que queria saber o porquê da dispensa do antigo professor de EPB. Argumentei que, tendo o Departamento aberto concurso público, se ele, uma vez inscrito, tivesse sido selecionado, poderia permanecer na função, mas isso não acontecera. Depois de alguma demora na tramitação da documentação na Reitoria, o Prof. Thame foi contratado. Como disse foram momentos dificeis; o Departamento possuía docentes com ideologia diferentes e me cabia, como Chefe, orientá-los dentro da filosofia pluralista de trabalho que adotei, procurando dar a todos eles condições para o melhor exercício de suas funções. Com relação às declarações recentes do Prof. Queda, relacionadas ao convênio com a Fundação Ford e ao curso de pós graduação em Sociologia Rural, são

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

necessários também alguns esclarecimentos. O convênio com a Fundação Ford iniciou-se enquanto eu estava no exterior e tinha prazo determinado de vigência, quando este prazo terminou, encontrava-me na Chefia do Departamento e lutei pela sua prorrogação, o que foi conseguido, porém dentro dos limites de prazo e valor estipulados pelas normas vigentes na Fundação Ford. A interrupção do curso de pós-graduação em Sociologia Rural ocorreu em 1986 por iniciativa dos próprios docentes da área, em face de sucessivas avaliações da CAPES requererem providências para sua melhoria qualitativa. Aa. Joaquim José de Camargo Engler, 19.02.98". [346]

Analisando apenas os pronunciamentos, podemos inferir alguns itens em comum. Aliás, praticamente na íntegra os depoimentos estão afinados, lembrando aos membros da Congregação que não foram previamente avisados de que seriam levados ao DOPS, recordando que os "Termos de Declarações" não foram escritos por eles, ou seja, não estavam em sintonia com o que havia sido dito durante a permanência dos dois nas dependências do DOPS. Em outras palavras, os professores Engler e Simão defendem a posição de que jamais estiveram ali com a intenção de delatar. Simão representa sua ida ao DOPS apenas para tomar ciência das acusações que envolviam professores da faculdade da qual era diretor e Joaquim Engler fora apenas acompanhar o diretor como habitualmente fazia nas viagens à Reitoria.

Mas se as declarações dos professores que foram levados ao DOPS estão de certa forma em convergência, nossas conversas com os professores Queda e Hoffmann mostram reações e sentimentos opostos. Ambos concordam que se surpreenderam com o fato dessa história ter permanecido oculta por tanto tempo, mas ao contrário de Queda, o Professor Rodolfo Hoffmann não demonstra maiores ressentimentos em relação ao acontecido. Falando do seu relacionamento com o professor Salim Simão e da repercussão do fato dentro da universidade, Hoffmann afirma não concordar, mas de certa maneira diz compreender a atitude de seus chefes:

---

[346] Pronunciamento feito na reunião da Congregação da ESALQ, fev 1998.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

"Eu nunca tive nenhum relacionamento mas...o Salim Simão até foi curioso, quando nessa ocasião ele me procurou, queria que eu demonstrasse, de maneira clara, que eu não fiquei com mágoa [risos.]. Eu posso até compreender a atitude que eles tomaram, do ponto de vista ideológico deles, mas outra coisa é concordar. Eu acho muito mais bonito, na época, o Zeferino Vaz, que quando a polícia foi querer prender estudante dentro da Unicamp, ele falou, "dentro do campus, a responsabilidade é minha". Agora o Almeida Leme mandou o bedel me chamar e eu fui preso dentro do gabinete do diretor. Bonito por bonito, historicamente eu acho a atitude do Zeferino Vaz. Mas não fiquei com nenhuma mágoa pessoal. Era a atitude dele. Estava cumprindo a obrigação dele.

Como ficou essa questão aqui dentro da universidade?

r: as pessoas não querem saber. É a minha interpretação.Então, [dizem] que as coisas que falaram na época foram meio forçadas, as circunstâncias eram outras, ninguém está querendo saber. E eu não esperaria coisa diferente. E qual outra pessoa, no mesmo lugar, faria algo diferente?"[347]

Talvez a postura de Hoffmann diante dessa descoberta se explique pelo fato dele já ter enfrentado processos e prisão durante seu período como aluno dentro da própria ESALQ e digamos que agora, passado tanto tempo e tendo ele conseguido enfrentar tantos obstáculos, não se abateria psicologicamente em saber de algo que talvez desconfiasse ou pudesse supor. Aliás, Hoffmann lembra da resistência que sofrera quando seu nome fora indicado na Congregação como assistente do professor Érico da Rocha. Além desse fato, Hoffmann também se recorda do caso envolvendo o Prof. Roberto Moreira (também citado no DOPS), que teve negado sua renovação de contrato depois de ter sido aprovado dentro da própria ESALQ. Hoffmann elucida os acontecimentos como resultantes dentro de um processo mais amplo, que envolvia toda a estrutura da USP:

"Depois você vira professor. Não enfrentou problemas com a diretoria da escola?

r: existem os comentários. Os catedráticos convidavam seus professores assistentes e levavam o nome para a Congregação. Tinha uma vaga e ia tudo bem. No meu caso, diz que excepcionalmente, quando o professor Érico da

[347] Entrevista concedida em 9 fev. 2001.

unesp

Rocha apresentou o meu nome na Congregação para ser contratado como assistente dele, levantaram problema. Não passou em brancas nuvens não. Isso já em 1966. Foi posto em votação secreta e parece que houve um ou dois votos contra. Note que numa Congregação, dois votos é óbvia minoria, mas chamou atenção o fato que foi um dos poucos casos em que um catedrático, indicando o nome de alguém, houve dúvidas se era conveniente realmente a escola contratar essa pessoa. Isso sim. Isso piorou depois de 1968. Não aqui internamente. O que piorou assim: teve uma ocasião em que eu sentia que, se fosse fácil, me punham para fora, mas nem era coisa da escola. Teve um colega aqui do departamento, que por volta de 1972, ele estava contratado, estava fora fazendo Phd, autorizado pela escola e o contrato dele simplesmente não foi renovado. Quando foi se procurar saber o que tinha acontecido, o contrato dele que tinha passado pelo departamento e pela Congregação, aprovado por unanimidade, quando chegou em São Paulo, o reitor deu um despacho: "arquive-se". E a explicação que deram, as pessoas até falavam em voz baixa, estavam com medo. A situação era de medo. Funcionários da USP tinham medo e a explicação que veio é que existia dentro da reitoria da USP, um militar a serviço do SNI (Serviço Nacional de Informações) e que ele tinha poder de veto sobre contratações. Então, no caso do Roberto Moreira, ele vetou e o reitor não tinha outra alternativa. Em lugar de mandar contratar, ele mandava arquivar o processo [risos.]"[348].

Já Oriowaldo Queda demonstra um nítido ressentimento, lembrando que lutara inclusive pela eleição do professor Joaquim Engler para a chefia do departamento, mas que depois se estabelecera uma oposição ideológica:

"Nesse tempo todo, eu tinha uma boa convivência com o professor Joaquim Engler. Nos EUA, nós nos comunicávamos muito. Duas pessoas aqui se candidataram para ser chefe e eu saí por aí conversando com outros professores, que faziam parte da Congregação, para aprovar o Engler. Eu só estou dizendo isso porque toda a carreira burocrática do professor Engler, teve uma participação minha. Eu lutei para que ele se tornasse o chefe e depois ele me denuncia. Uma vez se transformado em chefe, é evidente que ele começou a

[348] Entrevista concedida em 9 fev. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

ter uma relação diferente comigo. Ficou mais ou menos aberto que eu, o Rodolfo, a Ondalva Serrano, Roberto José Moreira [outros professores denunciados], nós éramos uma oposição aqui dentro, mas uma oposição aberta. Discutíamos em sala de aula textos e livros que não haviam sido censurados e aí se criou realmente um certo atrito entre alguns professores do departamento e nós quatro. Mas jamais eu esperaria que ele pudesse fazer aquela denúncia que você tem notícia e da forma como foi feita. Como você sabe, ele fez isso em 75 e só com o trabalho da Beatriz [em 1997] nós ficamos sabendo que ele tinha feito aquilo. Nesse tempo todo, eu continuei lecionando, fazendo trabalhos, participando da vida acadêmica. É claro que sempre sofrendo recomendações para ir devagar, não fazer isso, não fazer aquilo. Eu nunca fui chamado a depor, nunca fui pressionado, nunca recebi telefonema, mas o que não quer dizer que foi um período fácil. Foi um período muito tenso, principalmente porque era o velho problema. A maior parte das pessoas importantes haviam sido proibidas de dar aula, outros foram embora e eu trabalhava do jeito que achava que tinha que trabalhar. Participava de movimentos de trabalhadores quando era chamado e isso nunca foi feito de forma escondida"[349].

Queda também se recorda do bom relacionamento que mantinha com o então diretor, Salim Simão. Para ele, a denúncia foi uma surpresa que ele jamais pode imaginar. Queda afirma que Simão poderia ter dito que as acusações eram indevidas:

"E como era o contato com o Prof. Salim Simão?

r: Eram freqüentes. Quando o Prof. Salim Simão se candidatou a professor titular, era na época em que eu estava fazendo o curso e minha turma saiu em defesa dele, porque se dizia que o concurso estava preparado para uma outra pessoa ganhar e não o Salim. Fizemos manifestações em frente ao prédio principal...e nunca imaginei que ele pudesse fazer uma ação desse tipo. Ele deve ter sido não só pressionado pelo reitor, não sei por quem, mas pura e simplesmente ele podia ter dito que as acusações eram indevidas. Mas ele encampou as acusações sem nenhuma prova. Eu realmente, com o Prof. Salim, já que você perguntou, eu nunca tive nenhum momento que sentisse que ele

[349] Entrevista concedida em 6 mar. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

pudesse fazer alguma acusação política ideológica. Ele era daqueles que faziam brincadeiras com a cor das minhas coisas, enfim. Houve sempre isso, era a forma mais sutil de me acusar de ser vermelho"[350].

Queda explicita sua representação negativa em relação ao acontecido, lembrando que afinidades pessoais foram prejudicadas:

"Nós sabíamos que na USP tinha um escritório do centro de informações do Exército que fazia triagem em muitos professores. O dramático foi isso. Nós tínhamos uma acusação formal feita em 1975 e passamos todo esse tempo, hora com mais atrito, hora com menos atrito, mas você convivendo com dois acusadores sem saber que eles tinham feito isso. Foi a coisa que mais me machucou e machucou minha mulher. Mas ela talvez, que era chegada ao Joaquim e a mulher dele. Tínhamos envolvimento em questões pessoais e foi um choque muito grande"[351].

Para Queda, esses apontamentos no DOPS se deram justamente porque não havia o que dizer do seu trabalho. Segundo Queda, ele desenvolvia um trabalho ideológico, mas não havia provas de seu envolvimento com partidos ou organizações de esquerda e daí a "necessidade de forjar provas" contra ele:

"Eu procurei, nesse período difícil, não saber quem era quem e a quem estavam ligados. Se alunos pediam orientação, eu procurava orientar, independentemente se eles estavam fugindo, se eles estavam...porque é o velho problema. Se eu fosse preso, eu não sabendo, eu não ia denunciar ninguém. Você sabendo, num momento de tortura, você não pode dizer como você vai reagir. Esse talvez tenha sido ao mesmo tempo fonte de atrito com o Joaquim, quer dizer, como ele não era capaz de produzir nenhuma prova de que eu era comunista, que fazia isso e aquilo, mas ao mesmo tempo criticava as ações de professores, no que eles ensinavam na sala de aula, fazia crítica ao governo, enfim, como que alguém com ausências de ligações com movimentos guerrilheiros, políticos, continue querendo ser crítico e criticar uma situação? E daí a dificuldade. Como não tinha provas, você tinha que forjar provas e

---

[350] Entrevista concedida em 6 mar. 2001.
[351] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

forjar foi nesse sentido, dizendo que alunos tinham apostilas, pegar depoimentos de alunos. Apostilas nunca apareceram, nunca existiram"[352].

Além disso, Queda também destaca que a descoberta da presença de professores no DOPS desvendou, por exemplo, o mistério da não renovação do contrato do Prof. Roberto Moreira. Enquanto a fala de Queda trazia um embargo na voz, nas palavras observamos um nítido desapontamento pelo diretor não ter explicado o ocorrido ainda nos anos 70:

"Um dos quatro professores citados, o Roberto Moreira, ele tinha ido aos EUA fazer o pós doctor e era extremamente elogiado. Ele tinha feito doutorado em Osasco, orientado pelo Joaquim Engler e ele foi para os EUA achando que a USP iria reconhecer o titulo defendido em Osasco. Quando ele estava nos EUA, seis meses depois, ele não recebia o salário e minha mulher era procuradora dele e fomos perguntar ao Salim o que estava acontecendo. Ele disse que não estava acontecendo nada e que eu e o Hoffmann devíamos ficar calados: "- Ele pura e simplesmente não é mais professor da Universidade. O contrato dele não foi renovado". Só que a renovação tinha sido sugerida pelo Conselho, no qual o Joaquim era o presidente, o Salim era o diretor e a Congregação também mandou com elogios a primeira avaliação do contrato dele. E ficamos sabendo que o contrato não tinha sido renovado por causa dessas acusações que já pesavam sobre nós e o Salim não fez nenhuma manifestação"[353].

Questionado sobre as discussões geradas a partir da descoberta, dentro da universidade, Oriowaldo Queda mais uma vez representa um discurso de desapontamento, manifestando a desgastante sensação de que, em tantos anos, continuaria sendo visto como uma pessoa que apenas incomoda. Para ele, a falta de solidariedade de outros colegas e o "silêncio mortal" após seu pronunciamento na Congregação, resumem seu dissabor:

"Quando foram descobertas as denuncias, como foram as discussões, as respostas?

---

[352] Entrevista concedida em 6 mar. 2001.
[353] Idem.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

r: Acho que foram poucas as manifestações de solidariedade que eu recebi. Na reunião da Congregação, quando eu apresentei meu relato, falei da minha indignação de ter acontecido isso dentro de uma universidade, num ambiente que tem que ser aberto, na qual deveriam existir linhas teóricas diferentes, ninguém na Congregação manifestou apoio. Todos ficaram calados. Extremamente silenciosos. Um silêncio mortal. Na saída, alguns vieram se solidarizar, mas passado isso, muita gente achou que eu fiz coisas erradas. Que essa manifestação não deveria ter sido feita, que era coisa do passado, que estava tudo acabado, que já tinha uma Lei de Anistia, que já havia perdoado todo mundo, etc, etc. Eu achei que não por várias razões. Uma que fizeram uma denúncia, acreditaram que havia sido rasgada, tanto que a Beatriz teve acesso a uma cópia de carbono, já que realmente o original foi rasgado a pedido dos dois. E eles se valeram dessa estratégia. "Fizemos a denúncia, depois fomos pedir para tirar". Mas a denúncia já estava feita e o DOPS se resguardava. Isso é que deixou a situação para eles extremamente comprometedora. Fica difícil argumentar. Eles fizeram e negaram até achando que a Beatriz estava forjando documentos. Mas o fato aqui acabou sendo logo absorvido, esquecido e pra todo mundo tá encerrado. Mais uma vez a sensação que eu tenho que sempre fui colocado como um cara muito chato, muito crítico, que incomoda todo mundo"[354].

Pelo exposto, podemos dizer que os educadores se apresentaram como a classe em que mais encontramos receptividade. Conta também o fato de a educação abrigar várias ramificações em que pudemos direcionar nossa análise. E assim partimos ao ensino de segundo grau, ao ensino universitário, ao ensino público e particular, aos professores, aos alunos, aos diretores. E em todas as direções encontramos pessoas com enorme senso crítico, resultando num conjunto de falas que pondera as condições do período, que compreende dificuldades e que nos apresenta um panorama bastante preciso de como sua atividade profissional fora influenciada, por cerca de duas décadas, pelo regime político.

[354] Entrevista concedida em 6 mar. 2001.

unesp

Nos deparamos diante de um clima de muita perseguição interna, no qual todos poderiam personificar a figura que apontava a "subversão". E isto aconteceu em todas as camadas do ensino, sob todas as formas. Os relatos nos trazem um quadro onde se teve medo do colega de profissão, do chefe, do aluno e dos pais dos alunos. É bem verdade que os estudantes, por um certo tempo, principalmente nos primeiros anos do regime, representaram uma das poucas classes que tiveram a possibilidade de protestar. Como exemplo, tivemos a passeata de outubro de 1966, mas esses momentos onde puderam saborear o gosto da vitória foram raros. E todo o clima de preocupação se fazia justificar nos processos, nas prisões e perseguições que encontramos em cada depoimento.

Como aconteceu também em outras atividades profissionais, a educação só deu os primeiros sinais de reação a partir de meados dos anos 70, quando intensificou-se a luta pela reintegração da diretoria da APEOESP, além da presença significativa da Unimep apoiando movimentos sociais e questionando o discurso político em vigência.

Desta colcha de retalhos construída a partir das narrações desses professores e alunos, escreve-se a página da educação em Piracicaba durante o regime militar. Acima da boa vontade em cooperar com o pesquisador, notamos uma intensa necessidade de falarem. A possibilidade de escreverem a sua versão pareceu-lhes a oportunidade que esperavam, mas jamais podemos afirmar que a evidente mágoa que muitos apresentam poder-se-á um dia ser superada.

4.8. Militares: revolução necessária e continência ao GCan

Quando pensamos em contar a história de Piracicaba durante o regime militar pós-64, traçamos como objetivo buscar todos os ângulos de visão possíveis. Partimos do pressuposto que as representações sobre este período são construídas em todos os discursos envolvidos na cena política. Como não propomos aqui um estudo unicamente de oposição, acreditamos que valorizar as representações constituídas e elaboradas na gênese da questão política poderia assim fundamentar a pesquisa em seu intuito de ser um relato seguro. Dar voz às

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

testemunhas é dar vez também aos militares. Assim, tivemos contato com três militares. Dois deles, o capitão Alfredo Mansur e o capitão Carlos Gomes da Silva, vivenciaram Piracicaba durante o governo militar. Atuaram na cidade como delegado do exército e comandante do Tiro de Guerra local, respectivamente. Outro colaborador da nossa pesquisa, o general Yvens Ely Monteiro Marcondes, chegou em Piracicaba apenas nos anos 90, mas sua longa carreira militar, construída em mais de trinta cidades do país, nos auxilia com um discurso institucional, possibilitando um contato mais estreito com planos de governo, intenções políticas, erros e acertos do regime. A voz desses militares nos trazem representações particulares e ao mesmo tempo generalizadas. São opiniões, contextos e conjecturas da realidade local e da cena nacional. Pelo discurso do general e dos dois capitães, o relato do Brasil e de Piracicaba, contidos nestas falas, constituem a memória da "revolução" a partir de dentro do "processo revolucionário". São falas que se constroem na intimidade da ideologia que se fez comandante entre 1964 e 1985.

E para não contrariar a cronologia dos fatos, indagamos nossos entrevistados sobre as impressões iniciais da tomada do poder em abril de 64. As representações contidas nas falas são dotadas de nítida semelhança. Para ambos, as ações militares foram necessárias devido ao panorama político conturbado. O capitão Mansur, num primeiro instante se defende das incertezas que possuía como subalterno, mas fica evidente sua adesão à tomada do poder como necessária ao combate à subversão e à corrupção:

> *"é muito difícil falar numa situação desta por que o subalterno, que está numa oposição pequena, ele não tem acesso ao que está acontecendo. Ele tem acesso a algumas informações confidenciais, mas coisa que... o que nós vimos foi o que a maioria do povo acompanhou na imprensa. A situação no Brasil já estava degradando. O povo brasileiro não aceita um regime em que...vamos dizer, um regime comunista. Era essa a idéia que se tinha na época e a coisa estava tão deteriorada que o próprio povo incentivou as Forças Armadas a tomar uma*

medida desta. A revolução veio para combater a subversão e a corrupção e voltar à normalidade"[355].

O capitão Gomes também acabava de ingressar na carreira militar e diante da confusão que se instalara nos quartéis, Gomes ficou do lado do exército, mesmo isso tendo lhe causado uma situação de certa forma delicada:

"Houve até um momento pitoresco, em que esse oficial [Gal. Luiz Gonzaga] perguntou para os graduados o que achavam e cada um deu sua opinião. Nós tínhamos um subtenente antigo, era o subtenente Waldomiro, respondeu que estava do lado da Constituição. Não estava a favor nem contra o presidente. Estava com a Constituição. A Constituição garante o presidente. Quer dizer, hoje a gente enxerga isso como "em cima do muro". E assim foram respondendo: "- eu estou com a Constituição", "- eu estou com a Constituição". E quando chegou em mim, eu era o mais "moderno". Então eu disse "- olha capitão, eu entrei no exército para cumprir ordens. Se o senhor mandar fazer eu faço, se mandar não fazer eu não faço". Aí foram todos para casa e ficou eu, o capitão e mais um tenente. Eu fui muito criticado pelos colegas, mas dei sorte de estar do lado certo do capitão. Se ele tivesse do outro lado, eu estava frito"[356].

Já o general Yvens, que em março de 1964 se encontrava num dos pontos de ebulição do exército, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, também enxergou como necessária a tomada de posição dos militares. Em sua fala, Yvens evidencia os valores da segurança, da defesa da pátria e da família. Enfim, de dentro do exército não havia como desenvolver uma representação contrária aos comandantes:

"[eu estava]na Escola de Comando do Estado Maior, na Praia Vermelha. Eu vivi dentro do quartel general onde o presidente Castelo Branco fez a sua locução a respeito do que estava se passando naquela época, no Brasil, e quais as medidas que deveriam ser tomadas. Então, a partir daí se formou um comando, tendo ele como chefe, para poderem responder a uma possível

---

[355] Entrevista concedida em 26 abr. 2001.
[356] Entrevista concedida em 6 jun. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

revolução. Por isso que nós dizemos muito, nós que participamos da Revolução de 64, que foi uma "anti-revolução". Não foi um golpe militar. Foi uma tomada de posição para evitar uma revolução, naquela época, por comunistas, que estavam utilizando o vice-presidente João Goulart para ocupar o poder pela força. Então, foi uma época que hoje é mostrada a força dos sindicatos, a pressão do povo. Mas houve a pressão do povo a favor do João Goulart, mas houve a pressão do povo contra o João Goulart. Então nós tivemos, por exemplo, a marcha das mulheres, das senhoras em São Paulo, houve também no Rio, pedindo que houvesse uma providência com relação aos descalabros que estavam acontecendo. Então, por exemplo, eu, capitão, 33 anos, jovem como vários daqueles que participaram daquela balbúrdia, durante a Revolução ... a minha preocupação era escolher o caminho certo. O caminho certo seria defender a minha pátria, defender a minha família, porque estava deteriorando de tal forma o governo que os costumes e valores estavam sendo colocados por água abaixo e havia a necessidade de uma providência"[357].

Mas logo em seguida, questionamos nossos colaboradores sobre essa relação que se estabelece entre as Força Armadas e o poder. Deveriam as Forças Armadas assumir o poder de fato? Não era possível apenas contribuir para neutralizar os conflitos, atuando de forma a deixar de lado a postura de comandar as ações? Ou seja, participar, mas não pela força, de maneira impositiva. O capitão Mansur mais uma vez argumenta com a conjuntura, com o contexto e opta em defender a necessidade de tomar o poder devido às "circunstâncias":

"E durante a revolução é difícil você saber o que vai acontecer, por que você planeja uma coisa e no decorrer do tempo vai mudando o aspecto. Agora, a revolução veio para ficar pouco tempo, mas no fim as circunstâncias fizeram com que ela se prolongasse"[358].

O general Yvens também argumenta pela necessidade de se postar no poder em razão dos rumos políticos. Sua fala é segura em afirmar que o exército

---

[357] Entrevista concedida em 19 jun. 2001.
[358] Entrevista concedida em 26 abr. 2001.

não poderia deixar o país ser tomado pelo comunismo e que neste tipo de situação há uma espécie de papel a ser desempenhado:

> *"As Forças Armadas, eu vou explicar. Um país pode se modificar ou por revolução ou por reforma. Reforma seria o caso normal. Um governo estabelece e faz as suas reformas para alcançar os objetivos determinados. Quando não há essa condição de fazer reforma, então há um apelo da força para ocupar o poder. E naquela ocasião havia essa ameaça"*[359].

Aguardamos um pouco para aprofundar nessa questão e resolvemos conversar sobre Piracicaba com nossos entrevistados. Sobre a cidade e o contexto do regime militar, somente os capitães Gomes e Mansur puderam contribuir com seus relato, uma vez que o Gal. Yvens só chegara em Piracicaba já na década de noventa.

O capitão Mansur vem indicado como delegado de serviço militar em 1967. O capitão Gomes chega um pouco depois, em 1971, para servir como comandante na unidade local do Tiro de Guerra. Apesar da efervescência política e social do fim dos anos 60, Mansur descreve Piracicaba como um porto seguro, uma cidade tranqüila:

> *"A cidade é excelente, muito boa. Um povo muito bom. Ideal para você morar e criar a família. Não havia uma situação difícil aqui. Um povo pacato, trabalhador... e o que havia era algumas divergências políticas da época, mas isso é normal. Um partido de oposição, um atacou o outro. Uns não gostam da revolução, outros gostam, mas eu achei a cidade excelente para manter a família"*[360].

Aliás, essa representação de calmaria também é ressaltada pelo capitão Gomes. Diante das incertezas, Piracicaba é representada como um lugar agradável:

> *"esses dias mesmo eu estava conversando com a minha esposa. Parece que quando eu cheguei em Piracicaba, Piracicaba era mais viva, tinha mais*

---

[359] Entrevista concedida em 19 jun. 2001.
[360] Entrevista concedida em 26 abr. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

movimento. Eu passo na rua Governador [Rua Governador Pedro de Toledo, a principal rua do comércio], vejo aquele movimento, mas parece que Piracicaba não evolui. É uma cidade evoluída, mas eu acho que naquela época, era uma cidade mais gostosa, mais agradável"[361].

E essa calmaria acabou se refletindo, segundo os relatos dos dois capitães, no serviço que desenvolveram por aqui. Segundo eles, a revolução não impediu um trabalho sem grandes confusões, caracterizado por uma estranha normalidade. Perguntado sobre o seu relacionamento com a Igreja Católica, que nos anos 60 e 70 em Piracicaba apresentava um discurso de oposição ao regime, o capitão Mansur é enfático ao apontar o diálogo que desenvolvera não somente com a Igreja Católica:

"olha, o relacionamento nosso tanto com a Igreja como com qualquer outro órgão não podia ser melhor. Foi excelente porque eu cumpria a minha função dentro do regulamento, a Igreja fazia o papel que tinha que fazer ... D. Aníger nunca me deixou de convidar para qualquer sessão solene ... depois dele veio o bispo atual, o D. Eduardo Koaik, muito gentil... e nunca deixamos de participar de qualquer solenidade que a Igreja promovia na época. O relacionamento nosso com a sociedade sempre foi excelente. Não podia ser melhor"[362].

Com o capitão Gomes, as relações públicas também se deram, segundo seu relato, dentro do respeito, inclusive com o polêmico jornalista Cecílio Elias Netto:

"(...)Eu, quando cheguei em Piracicaba, o jornalista Cecílio Elias Neto era tido como um elemento explosivo, polêmico. Ele escrevia nos jornais, mas eu nunca vi críticas diretas ao nosso trabalho. Um dia fui conversar com ele e ele me recebeu muito bem e não houve aquele distanciamento entre a minha pessoa como militar e ele. E hoje é um grande amigo meu"[363].

Mas não nos satisfizemos e insistimos com o capitão Mansur, afinal ele foi a figura principal das Forças Armadas em Piracicaba por catorze anos. Se vários

---

[361] Entrevista concedida em 6 jun. 2001.
[362] Entrevista concedida em 26 abr. 2001.
[363] Entrevista concedida em 6 jun. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

entrevistados nos disseram que denúncias ocorreram em Piracicaba com a característica de perseguição aos desafetos pessoais, não teria o capitão Mansur presenciado nenhuma delas?:

> *"É muito difícil. O que acontece o seguinte: numa época dessa, o político ou o não político, pessoas querem se aproveitar para atingir o seu desafeto e tendo ou não amizade com a gente, ele acha uma forma de vir falar que o fulano de tal... mas o militar tem uma experiência muito grande nessa área e não é porque um elemento vem aqui dizer uma coisa que nós já vamos acreditar nele. Existe uma série de órgãos de informações que procuram checar o que você está dizendo e é justamente por causa deste bom senso que (...) na época, tanto aqui como em outras unidades militares, o exército estava sendo muito bem visto pela sociedade. Então, qualquer denúncia de alguma coisa, antes era verificada"*[364].

Insistimos: Então com certeza haviam pessoas denunciando?:

> *"Ah, isso! pessoas que querem se aproveitar do poder, isso existe até hoje"*[365].

E de fato encontramos em várias outras falas, sem ser a dos militares, elementos que apontam essa relação entre regime militar e perseguição pessoal dentro das instituições. Enquanto Piracicaba esteve subordinada ao Comando de Sorocaba, a situação parece ter sido tranqüila. Mas a partir do momento que o exército na cidade passa a responder ordens e recomendações do Gcan (5º Grupamento de Canhões Anti Aéreos) em Campinas, o panorama, segundo nossos colaboradores, mudou sensivelmente. Inúmeras situações fora relatadas sobre a relação entre Gcan e o poder local. A sintonia é ao mesmo tempo preocupante, para as oposições, e afinada ao gosto de quem comandava as instituições na cidade. Veja este trecho da entrevista com o jornalista José Antonio Bueno de Camargo, no qual ele relata um certo almoço realizado nas dependências do Gcan:

---

[364] Entrevista concedida em 26 abr. 2001.
[365] Idc,.

unesp

"Já estava instalado o regime, parece que foi em 68 que saiu o AI-5 ... antes disto ainda, houve um almoço em Campinas, no 5º GCan (5º Grupamento de Canhões Anti Aéreos) e os principais líderes da cidade foram nesse almoço, mas foi gente pra burro (sic.) de Piracicaba, para dizer da aceitação da sociedade para com o regime e foram apresentados ao coronel, que eu não lembro o nome, e toda a oficialidade do 5º Gcan, teve demonstrações de combate anti aéreo...para submeter a sociedade...

Para mostrar que estava perto...

r: que era importante aqui "tomar a benção" deles lá, qualquer coisa. Mas normalmente a cidade já era submissa. Quer dizer, era um estado amorfo, inodoro...e a instalação, a implantação, a arregimentação do novo regime, não fez muita diferença para a cidade.

Mas isso porque quem estava comandando se alinhou. Por exemplo, quem estava nesse almoço no Gcan?

r: tinha umas duzentas pessoas.

Mas tudo gente que comandava...

r: exatamente. O objetivo era esse aí.

O senhor foi junto?

r: fui.

Tinha gente da Igreja, dos jornais...

r: de Igreja, jornais, empresa, tudo, sindicatos. Então, não houve, de fora pra dentro, não houve assim, a gente não sentiu uma pressão muito grande porque talvez fosse aquilo de nem haver necessidade de pressão. Ao passo que perseguição não política, (dita política, mas não política), aproveitando a oportunidade pra se livrar de concorrentes, de inimigos, desafetos, houve muito disso aí."[366]

Notemos que na fala do jornalista ele argumenta que não houve necessidade de pressão externa. Talvez aí se explique a calmaria apontada pelos capitães Gomes e Mansur. Como o poder local, nas mais variadas instâncias, estava numa posição confortável, de adesão aos militares, não haveria outro cenário a ser representado. Diante da impossibilidade de opções, tínhamos a ausência de oposições. Em outras palavras, calmaria, tranqüilidade, normalidade,

[366] Entrevista concedida em 8 abr. 2002.

unesp

como queiram representar. Mas essa adesão completa e irrestrita perdura até meados dos anos setenta, quando a política local passa por uma transição partidária, elevando o MDB a prefeitura e quando começam a se manifestar os movimentos sociais, incentivados por órgãos de imprensa, pela Igreja Católica e pelas universidades. Mas por enquanto nos reservemos aos militares e seus relatos.

Voltando às relações sociais do capitão Mansur, questionamos o capitão sobre a inauguração do Salão de Humor, em agosto de 1974. Lembramos que o Salão hoje está próximo de completar três décadas de existência e desde o início se caracterizou por um evento de sátira e protesto inclusive e principalmente à política nacional. Mais uma vez Mansur nos surpreende, afirmando não ter havido recomendações superiores acerca do evento e reafirmando seu bom relacionamento com as pessoas envolvidas:

> ***"Em 1974, foi inaugurado o Salão de Humor. Quando inaugurou, as caricaturas tinham críticas ao poder.***
> *r: e se não tiver isso, não tem o Salão de Humor...*
>
> ***Mas no começo do Salão de Humor, não teve nenhuma preocupação?***
> *r: não, nenhuma. Os fundadores do Salão de Humor eram meus amigos. Um foi o Righetto [Alceu Righetto], que era supervisor de ensino, o Cera [Roberto Antonio Cera] também tomou parte naquilo, de maneira que nós íamos visitar todas as aberturas. Essa crítica é normal.*
> ***Quanto ao senhor, eu entendo, mas em relação ao Salão, não veio nenhuma ordem de cima?***
> *r: Não, não. De jeito nenhum. Não tem nada disso"*[367].

E seguimos tentando encontrar problemas com o capitão Mansur. Ele não traz em sua fala qualquer indício de confusão com qualquer instituição local. Ele parece ter sido acolhido pela cidade. Uma figura simpática, que estava em eventos culturais, recebendo homenagens, que mantinha relações de forma cordial e recebia respeito em troca. Congressos da UNE, sindicalistas, jornalistas, ninguém é apontado por Mansur como problemático. E quando era questionado

[367] Entrevista concedida em 26 abr. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

sobre algum fato local pelos seus superiores, a receita encontrada por ele é simples demais:

> *"A preocupação deles é sobre as informações do que está acontecendo. Então, para não distorcer nenhuma palavra, você pega o jornal e manda pra lá"*[368].

Mas onde estava a revolução, onde estava a confusão, a tensão, enfim, a turbulência política e social? Piracicaba passara alheia à história? Segundo nossos colaboradores, sim. Por seus relatos, Piracicaba viveu o regime militar de forma pacífica, de forma que procuramos então representações mais gerais.

Mudamos de estratégia e buscamos a cena política em esfera nacional e aí conseguimos uma unânime mea culpa. Foi uma ardilosa tarefa. Começamos de certa forma provocando nossos experientes militares com uma dolorida decisão imposta em dezembro de 1968: o AI-5. O Ato não foi um abuso? Na ordem, Mansur, Gomes e o general Yvens respondem. Para Mansur, mais uma vez a necessidade da situação impõe medidas de exceção:

> *"é difícil falar sobre isso. Mas abuso não, porque ou você toma medidas necessárias ou você não consegue atingir o seu objetivo. Estava-se numa época revolucionária. Aqui no Brasil, na França e outros países. Embora com muitas cassações, se houve excessos, se houve injustiça, eu não posso dizer isso aí porque eu não sei dos motivos, eu não li os processos, mas se você vê a atuação destes que foram cassados, um ou outro você vai achar injusto porque você está num período em que ou você toma uma medida ou seu projeto vai por água abaixo. Então, existe um projeto revolucionário. Nós precisamos atingir nosso objetivo e você fica trabalhando contra. Alguma medida tem que ser tomada contra você. É isso o que acontece. É difícil falar sobre isso, mas eu concordo. Houve necessidade"*[369].

A fala do Capitão Gomes evidencia a necessidade de se respeitar quem estava na tomada da decisão:

---

[368] Entrevista concedida em 26 abr. 2001.
[369] Idem.

unesp

"Eu não tinha críticas por que na realidade eu me dedicava a instruir. No exército é assim. O exército é "apolítico". Eu não posso, dentro do quartel, falar de política. Eu falo agora porque eu sou um civil, estou na reserva. Eu acho, particularmente, que em função daquele momento, houve aquela necessidade. Houve um confronto entre o governo e o bloco oposicionista, que aliás hoje está no poder (FHC, Mário Covas, Genoíno). Na política é assim. Os bandidos de ontem são os heróis de hoje. Ontem, o exército era herói e hoje é visto como bandido. Mas queira ou não queira, é uma instituição ainda que tem um respeito da população. Então, sinceramente, não posso dizer para você por que não vivi dentro da caserna"[370].

Para o general Yvens, havia um açodamento do poder civil. Ele defende a exceção imposta pelo AI-5 e descreve fatos que segundo ele justificaram uma ação repressiva:

"Em 68 era o Costa e Silva, que teria condições de seguir, mas adoeceu. Houve uma reação. Tudo aquilo que resultaria numa passagem do poder para os civis gradualmente, mas houve um açodamento do poder civil. Daí também entra o jovem, querendo participar, querendo se manifestar e iniciar uma carreira política. Era uma juventude participante, mas que não tinha muita visão do que estava se passando. Houve uma reação tão grande e nestas ocasiões houve excessos de um lado e de outro. Nós perdemos gente também. Companheiros casados (...) naqueles "aparelhos" estourados. Eles queriam isso, ir contra a autoridade do presidente, contra a revolução... falam que o exército queria ocupar o poder, mas nunca. A ditadura militar foi uma ditadura necessária, na ocasião, porque era uma ocasião de exceção. Havia a necessidade de uma mão forte e todos aqueles que entravam e tentavam prejudicar, naturalmente levaram mal, porque é uma força contra um grupo que não está preparado. (...) A ação da polícia deve ser preventiva. Depois que chama para ação, o sujeito não pode tratar o fulano com luva de pelica. Você tem que agir porque senão é desmoralizado. Por isso é que eu digo que a Revolução foi uma necessidade, na ocasião. Mas nunca passou, pode ter certeza, na cabeça de algum militar, de um chefe militar ocupar o poder definitivamente. (...) desde Castelo a idéia era

[370] Entrevista concedida em 6 jun. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

passar paulatinamente, mas em 1968 a coisa chegou a um determinado ponto que houve necessidade de dar aquele ultimato com o AI-5. Desagradou e desagradou a todos. Houve exceção mesmo"[371].

Então, diante dessa defesa inquestionável do regime de exceção, dei aos nossos entrevistados o contraponto da repressão. Ter sufocado demais a sociedade, com ações como o AI-5 e, principalmente, ter prolongado o regime militar por mais de duas décadas, não teria sido um exagero? Não teria sido esse o maior "erro"? Não houve excesso no tempo de poder? Mesmo seguindo com seu discurso de "necessidades", o capitão Mansur assume apenas uma ditadura política, mas não social, e não se descuida em apontar benefícios trazidos pelo regime:

"É difícil você saber a hora de sair. Quando o Castelo estava no poder, ele queria logo a abertura, mas não foi possível por motivos que eles [o Alto Comando] devem saber. No Costa e Silva, foi mais difícil ainda, foi um período mundial de ebulição. No Médici... é difícil saber quando. Poderia ter deixado antes? Não sei. Durante a revolução, o que eu acho vendo de fora, houve um regime forte. Eu não concordo com esta palavra, "ditadura". Poderia até haver uma ditadura política, mas não uma ditadura social. O Brasil, ninguém pode negar que se desenvolveu muito durante o período militar. Ninguém pode negar isso, mas os adversários da revolução só mostram as falhas. Em 1967,1968, eu estava aqui em Piracicaba e não conseguia falar com Limeira. Não conseguia fazer uma ligação, ficava esperando 1 hora e tinham que pedir para a telefonista. Então, esta modernização das telecomunicações deve-se ao exército, deve-se ao governo revolucionário que imediatamente implantou esse sistema e em pouco tempo você estava falando com o Amazonas, estava falando com o mundo inteiro. Agora, a parte política sim, porque no começo teve que fechar os partidos. Mas depois voltou e embora com dois partidos só, o Congresso estava aberto, funcionando, então não se pode dizer que é uma ditadura"[372].

---

[371] Entrevista concedida em 19 jun. 2001.
[372] Entrevista concedida em 26 abr. 2001.

unesp

Mas se o capitão Mansur foi cuidadoso, ponderando a ditadura política com o legado das telecomunicações, o capitão Gomes assume que, se o regime tivesse "passado a bola antes", hoje estaria desfrutando de um grande prestígio:

> *"Cada um tem uma característica. O Castelo Branco, na minha opinião, foi o melhor. Ele pegou o país degringolado e colocou ordem na casa. Eu acho que a hora certa para passar o poder para mãos civis era naquela hora. Hoje o exército estaria com a bola toda junto da população. Diriam que o exército colocou ordem e passou o bastão (...) o poder é corrupto e corruptor, a verdade é essa. Quando o homem chega no poder, ele não quer perder o poder. Infelizmente, aconteceu isto. Eu acho que o exército faria muito mais pelo país, se naquela época tivesse passado [o poder para mãos civis]"*[373].

O general Yvens, embora também defenda as necessidades de cada momento, admite que o poder poderia ter sido passado às mãos civis antes:

> *"Poderia ter sido...poderia ter passado o poder antes, agora, eu não vivi, eu não estive lá para sentir. As vezes você quer passar [o poder] mas não pode. Não é o momento. O presidente Geisel poderia ter passado, mas a nação estava num momento difícil (...)eu acho que deveria ter passado quando estávamos ótimos. Agora, você vai pendurar a chuteira quando está na queda? Tem que dar na ascendência (sic.). Mas acho que naquela época não deu para passar. Depois veio o Geisel, teve o problema do petróleo, teve que dar uma fechada, mas já chamou o presidente Figueiredo dizendo...eu acho que o presidente Figueiredo recebeu como missão a abertura. Ele poderia fechar mais, mas teve como obrigação fazer aquilo. Agora aquela pressão que houve, a campanha das "Diretas já!", isso é normal, porque naquela época os políticos foram castrados. Os políticos eram biônicos, designados e todo aquele conjunto que não participava do governo, era natural que procurassem um lugar ao sol. O exército é uma instituição moderadora e conservadora, a partir de Caxias, o "pacificador"*[374].

---

[373] Entrevista concedida em 6 jun. 2001.
[374] Entrevista concedida em 19 jun. 2001.

unesp

Enfim, depois de passado tanto tempo e encerrado o processo militar no poder da nação, talvez seja mais tranqüilo para esses representantes do exército fazerem uma auto-crítica. Pelos relatos obtidos, observamos de início dois elementos marcantes entre as falas: coerência e coesão. Todas as respostas apresentadas pelos três representantes que aqui resultam no foco de visão militar, trazem entre si uma afinidade fluente. Nossos encontros foram realizados em datas e locais diferentes, mas o enredo embutido nos discursos trouxeram representações em sintonia. Os valores, julgamentos, opiniões, enfim, as falas evidenciam uma uniformidade no discurso e nos mostram tomadas de posição em comum.

Primeiro, Piracicaba é enquadrada como um local agradável, seguro e, dentro do processo histórico discutido e analisado, não sofreu grandes traumas políticos. Dentro desse contexto de normalidade, observamos que nossos representantes das Forças Armadas foram inseridos no convívio social de forma plena. As relações sociais, segundo principalmente os capitães, se deram da melhor forma possível. Raras foram as denúncias, sempre sem grandes repercussões. Homenagens e convites para festas e eventos. Este foi o cenário apresentado pelos militares. Sem pressões, sem conflitos, seus depoimentos nos levam a olhar e ou representar Piracicaba como uma cidade que apenas observou a história. Teria sido esta cidade tão passiva e tão pacífica? Para estes militares, sim. E quando questionados sobre a "revolução" em si, quando levantamos o pano da normalidade local e pedimos posições sobre feridas como o AI-5? E quando sugerimos que vinte e um anos no poder foram demais? Aí foram unânimes como nunca. Pelos discursos apresentados, as mudanças políticas, econômicas e sociais foram justificadas dentro das necessidades históricas. De certa forma admitem como erro de estratégia, terem ficado tanto tempo no comando das ações políticas do país, mas não fazem essa *mea culpa* com tanta convicção. Como marca constante no discurso, tudo se explica e se perdoa devido às exigências do contexto, aos percalços da história.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

4.9. Por que contar?

A cada entrevista, para finalizar a conversa, deixávamos o entrevistado a vontade para falar sobre a importância de estar contando histórias de sua vida, que ao mesmo tempo se convertiam em histórias de sua cidade. Questionávamos se o entrevistado ou a entrevistada se sentiam incomodados em estar prestando seu relato. Era apenas uma forma de concluir a participação das "testemunhas de Piracicaba" do regime militar pós-64.

A conversa já havia produzido o conteúdo desejado, mas neste arremate, nossos colaboradores mais uma vez demonstraram, acima de boa vontade, um discernimento para analisar sobre o que fizeram no seu passado e porque resolveram contá-lo tantos anos depois. Era a última resposta, não precisavam se empenhar tanto, mas o fizeram. Em suas conclusões, professores, religiosos, políticos e operários produziram representações importantes acerca da validade dos seus relatos.

Alguns evidenciaram os valores da democracia e da liberdade. Outros tantos ressaltaram a importância de dar novas possibilidades às futuras gerações de conhecer a sua própria história de uma maneira a poderem conflitar a história oficial e a história de fato produzida nos seus depoimentos. Acreditam os nossos entrevistados que suas respostas são lições de história, de maneira a justificar o resgate da memória aqui proposto.

Enfim, representaram como válida a tentativa de documentar suas vivências, de modo a "tornar a história mais realista e meninos e especulativa", como acredita o jornalista José Antonio Bueno de Camargo. Não há porque interferir em suas falas agora. Listamos à seguir algumas das declarações e damos apenas o crédito das palavras:

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

José Maria Teixeira:

> *"eu creio que é fundamental, sabe por que? São ações, que dependendo das circunstâncias, elas inibem as pessoas (...)precisa falar. Eu acho muito importante porque a história não pode ser considerada obra de heróis, porque esses dados são fundamentais porque mostram o dia-a-dia, o cotidiano"*[375].

Adelmo Alves Lindo:

> *"é importante porque quem não tem falta de liberdade e de democracia, nem sabe qual o valor que ela tem. O jovem de hoje, quem não passou esse problema de autoritarismo, não sabe o que é a falta de liberdade. Você não pode julgar aquilo que nunca te faltou e portanto é importante que se mostre na história o que é a falta de liberdade, de democracia"*[376].

Adilson Benedito Maluf:

> *"eu acho que deve estar documentado"*[377].

Adolpho Queiroz:

> *"Eu acho que todo levantamento que esclarecer este tipo de situação, quem é que lutou efetivamente, por que tipo de causa... isto é sempre bem-vindo, porque as gerações que estão vindo, como elas estão vendo a vida ser construída do ponto de vista democrático, com alternância de poderes, com discussão de idéias, para essas novas gerações, isto parece uma coisa absolutamente normal. Então, tem um pouco este sentido de história (...)Então, eu acho que quanto mais nós pudermos difundir... e hoje temos ampla liberdade de fazer isto sem nenhum tipo de constrangimento, as novas gerações vão estar sabendo que para elas votarem livremente hoje, no PT ou no PFL, houve uma porção de malucos que lá atrás botaram um tijolinho para que esta parede ficasse bem feita. Se a democracia brasileira hoje não é perfeita, mas é melhor a cada dois anos você ir lá, num domingo e dizer: " - Olha, eu quero este tipo de situação para minha cidade, para meu Estado, para o meu País", do que ser isso dirigido por meia dúzia de iluminados em Brasília"*[378].

---

[375] Entrevista concedida em 11 abr. 2001.
[376] Entrevista concedida em 30 jul. 2001.
[377] Entrevista concedida em 7 mar. 2001.
[378] Entrevista concedida em 3 mai. 2001.

Alceu Righetto:

"Eu acho que isso aí resgata. Você faz parte de uma geração que precisa disto. Há também uma tendência hoje de não ter esta memória. Há uma memória escondida. Então eu vejo hoje empresários que alimentaram a ditadura, hoje batendo nas costas dos petistas. São oportunistas que se não tiverem uma juventude estabelecida, em busca da verdade, você não vai ter nunca a oportunidade de criar uma história. E todo povo que não tem uma história, ele naturalmente fica com versões. Acho que tem que se constatar com pessoas que fizeram, na época, a redemocratização do país. Se a democracia, a duras penas, que se conquistou, teve seus agentes que eram jovens na época, mas se você esconder, colocar debaixo do tapete, não se pesquisar, você não está construindo a história do país. A construção de um país vai primeiro pelo lado da memória, colocando as pessoas no seus devidos lugares"[379].

Antonio Dorival Trevisan:

"Eu acho importante falar não só pelo fato de não acontecer mais, mas pelo menos para dar motivação, se nem tanto a mim, mas àqueles que ficam sabendo que existe uma democracia e que o povo tem que participar dela, quer seja dentro de uma luta sindical, quer seja como cidadão, tem que participar"[380].

Celso Camargo Sampaio:

"Eu acho importante. Eu acho que deve divulgar para saber o que foi feito e pode-se melhorar muito mais, mas deve-se pensar sempre nos cinqüenta anos atrás, no começo. Eu, se tivesse que fazer tudo de novo, faria porque não fiz nada de errado. Eu queria apenas garantir o que era direito do trabalhador. E paguei um pouco caro, mas não tem problema. Era coisa da vida. Então, eu acho que deve ser contado todo esse movimento para que os futuros dirigentes que vierem saibam que aquilo lá não caiu do céu, que foi trabalhado. Eu acho que deve continuar a história"[381].

---

[379] Entrevista concedida em 20 jun. 2001.
[380] Entrevista concedida em 2 jan. 2001.
[381] Entrevista concedida em 9 mar. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Otto Dana:

"Eu acho que você lembrando a história do passado é capaz de evitar que ela se repita no presente. E também não é simplesmente para se matar a saudade. É o que está acontecendo com o nazismo. Como se passaram várias gerações, a tendência é de que "como não vivi isso" dá a impressão de que "não tenho nada com isso", então você vê esses movimentos neonazistas que estão surgindo, inclusive aqui em São Paulo. Então, nada supõe que o Brasil esteja isento de que isso se repita futuramente."[382].

Rodolfo Hoffmann:

"Não tenho dúvida disso. A história deve ser contada e é bom conhecer a história porque ela dá lições. Mesmo pessoas que não querem muito saber, mas o que é uma atitude, historicamente fica mais bem definido. Eu acho que tem coisas que a própria corporação militar, na época...havia uma tendência em achar que estavam fazendo um serviço à pátria, mas à posteriori, depois que tudo isso foi amadurecido, acho que predomina a idéia de que foram cometidos abusos desnecessariamente. Não havia razão para isso. E isso envolve muita gente"[383].

Áurea Alves de Moraes:

"Eu acho que todo passado deve ser contado. Não só esse. Como professora de História, eu acho um absurdo o desconhecimento que se tem. E muita coisa foi levada ao desconhecimento e esse desconhecimento é condicionado. Como é que cobram patriotismo de um povo sem identidade histórica. Isso é construído pelo conhecimento, mas não mentiroso. Eu acho que as coisas devem ser contadas como são realmente. Por que desconfiar que se eu contar a verdade, eu vou gostar menos? Se você sabe que o seu país tem problemas, você se volta para ajudar. Dizem que está tudo bem e porque então você vai ajudar? O brasileiro é alienado em termos de História (...)a maior parte das pessoas não conhece a ditadura. Pensam que é mentira, que não existiu, que é montagem, que está longe, que não viu. É bom tomar conhecimento"[384].

---

[382] Entrevista concedida em 8 set. 2000.
[383] Entrevista concedida em 9 fev. 2001.
[384] Entrevista concedida em 11 nov. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Octávio Arthur:

"Tem que contar. Tem que fazer o povo saber"[385].

Esther Sylvestre da Rocha:

"Eu acho que tem que ser contadas sim. A história oficial é uma. A história oficial do Brasil é a história de quem dominou. Aquilo que você quer passar como se fosse a verdade. Agora, não dá para você trabalhar com os alunos a história oficial. Você tem que ter à sua mão o outro lado da história. Para você fazer com que o cidadão seja realmente um cidadão consciente, crítico e se liberte da manipulação tanto da manipulação da direita como da manipulação da esquerda ou da religião...você precisa fazer em sala de aula com que ele perceba cada situação da história, em cada fato, qual é a posição de cada um dos atores. Você faz o aluno tirar a conclusão. Ele vai aprendendo a ler. Você abre o leque e ele tira a conclusão. É o cidadão livre para fazer suas opções. Então, desta forma, o outro lado da história é fundamental. Como é que você leva para o aluno o outro lado da história? Recuperando documentos, recuperando uma quadrinha popular, uma literatura de cordel, uma charge...é o relato do oprimido. E o relato oral entra aí. Você está pegando o outro lado de gente que viveu"[386].

Roberto Antonio Cera:

"Lógico que é importante. Mais é preciso tomar cuidado. Hoje o cara acha bonito falar que foi exilado, mas quanta gente se beneficiou com a Anistia, com indenizações, sem merecer. Quem era bandido e quem era idealista? O cara era assaltante de banco e "Ah, não, lutava contra revolução, era idealista!". Mas é interessante levantar dados sobre a cidade, sobre o ocorrido, o que aconteceu em Piracicaba, os nomes. Eu posso desconhecer o valor de certos líderes sindicais que foram presos..."[387]

---

[385] Entrevista concedida em 4 jan. 2001.
[386] Entrevista concedida em 12 jun. 2001.
[387] Entrevista concedida em 27 abr. 2001.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Antonietta Rosalina da Cunha Losso Pedroso:

> *"Claro, tem que divulgar. Muitos professores iam lá no DOPS. Eu sei de muitos casos, um verdadeiro absurdo. Eu fiquei completamente abismada porque na época é claro que eu não soube de nada"*[388].

Carlos Gomes da Silva:

> *"Devem ser contadas sim. Eu acho que cada um tem que contar aquilo que viveu. Eu estou contando com toda a naturalidade e com toda sinceridade aquilo que eu vivi. Eu não posso inventar o que eu apenas ouvi. Eu não vi, dentro do meu quartel, ninguém ser preso, torturado (...) Essa é a oportunidade que a gente tem de saber o que aconteceu. Que o seu trabalho sirva para essa garotada conhecer a história do país"*[389].

Newman Ribeiro Simões:

> *"Não incomoda. Pessoalmente, eu tenho um orgulho muito grande em não ter vacilado e ter participado disso. As posições diferentes daquelas que eu achava como verdadeiras, que eu vim a perceber depois, devido a um amadurecimento, eu vejo como um saldo muito positivo. Então valeu a pena participar. Eu falo com muito orgulho dessa participação e acho que deve ser divulgado. Não no sentido mesquinho. Mas por exemplo, quando um torturador assume posições importantes na organização da sociedade de hoje, você tem que denunciar. Por que ele está assumindo essa postura não por aceitação da sociedade, mas por esconder o que ele realmente é. Pode ser que ele mude, mas tem alguns traços no caráter da pessoa que você não muda participando deste ou daquele partido. Meu pai falava que o determina a prática do homem nas suas relações, na sociedade, é o caráter íntimo que ele tem"*[390].

Sérgio Sigrist:

> *"Perfeitamente. Uma coisa é a história oficial dos vencedores e outra é a história que aconteceu de fato"*[391].

---

[388] Entrevista concedida em 25 jul. 2001.
[389] Entrevista concedida em 6 jun. 2001.
[390] Entrevista concedida em 2 ago. 2001.
[391] Entrevista concedida em 2 mai. 2001.

Rubens Funes Nocette:

"Eu acho que tem porque é uma maneira de se conhecer o que se passou. A história tem a validade de registrar o que ocorreu de bom e de mal pra gente aprender e pro futuro não permitir que essas coisas ocorram. Eu sei que tem muita dificuldade hoje, que muitas pessoas não concordam, mas tem algumas pessoas até achando que deveria voltar o militarismo. Eu acho um absurdo. Uma ditadura, você só sabe quando você entra nela, mas está mais do que provado, no mundo inteiro, que pra você sair dela é bem difícil e no geral é bem amargo. E a democracia, por mal que vá, sempre tem a chance de melhorar, de trocar periodicamente. Então, qualquer coisa que registre as dores desse tempo, eu acho válido. É bom porque os da época se recordam e os de hoje ficam sabendo. Se bem que tem gente que fala que as dificuldades que ocorreram muito distantes, vão sumindo, o pessoal não sente tanto. E por isso que tem a necessidade de frisar bem"[392].

Elias Boaventura:

"Eu acho que todas as mazelas, todos os equívocos, devem ser contados para que a população tome conhecimento, discuta e analise. Não querer dizer que o passado não conta. Na minha opinião, o passado não passa. Ele continua caminhando com o presente e contamina o futuro. Se nós não contarmos o passado, trazermos da nossa memória os equívocos que nós cometemos e, sobretudo, que o poder cometeu, nós não teremos um futuro muito claro. Então a minha opinião é: "- Vamos contar tudo!". Tem que bater na memória do povo tudo que foi feito de bom e de ruim. Tem que manter. Não devemos partir para o esquecimento. Vamos manter. Manoel Fiel Filho, Herzog, Lamarca, vamos manter esse pessoal todo vivo na memória. Sem ódio, sem desejo de vingança, nada disso. É analisar esse sacrifício que foi feito e os equívocos cometidos"[393].

José Antonio Bueno de Camargo:

"Eu acho, para ficar mais realista e ficar menos especulativo, mais documentário"[394].

---

[392] Entrevista concedida em 24 jul. 2001.
[393] Entrevista concedida em 1 set. 2000.
[394] Entrevista concedida em 8 abr. 2002.

unesp

Considerações Finais

Ao iniciar esta pesquisa procurávamos responder algumas inquietações relacionadas a maneira como Piracicaba, uma cidade do interior paulista, viveu e representou fatos relevantes previamente selecionados sobre o período em que os militares governaram o país, entre os anos de 1964 e 1985. Para isso, partimos desde a óptica do principal jornal local, o Jornal de Piracicaba e os possíveis desdobramentos dessas interpretações. A utilização dos estudos sobre a representação e a consulta a outras fontes nos permitiram concluir que o jornal de Piracicaba construiu uma interpretação em total sintonia com o regime militar imposto ao país depois de 1964. Ao mesmo tempo, os relatos de testemunhas do período caracterizam um cenário de perseguição interna, luta e resistência contra o regime militar. As falas dos colaboradores evidenciam que o esquema de segurança e cerceamento ideológico praticado pelo regime fez com que o momento político fosse usado como mote para a coerção nas relações sociais.

Destacamos as formas usadas na construção do seu alinhamento com os militares. Já no calor da "revolução", logo no início daquele tenso mês de abril de 1964 o JP representa as mudanças em andamento com euforia e satisfação, inclusive deixando transparecer um certo "alivio" diante do caos, identificado pelo JP na figura de João Goulart e seus seguidores. Ainda na consolidação da nova situação o JP aplica a estratégia da legitimação gradativa que sugere uma forma de persuasão destinada a cativar e identificar seus leitores com seu posicionamento. Também essa adesão lenta serviu para garantir e evitar a censura presente, como é sabido, em outras redações inclusive na própria cidade de Piracicaba. Basta lembrar o percurso contrário seguido pelos concorrentes do Jornal de Piracicaba, a Folha de Piracicaba e o Diário que sofreram sanções dos censores ocasionando um sufocamento econômico em razão das criticas ao regime manifestadas nas suas páginas.

Pelo menos outro elemento pode ser apontado na hora de constatar como o JP se livrou da censura. Esse componente, trazido por jornalistas que trabalharam no próprio jornal, diz respeito à forma como seu proprietário, Fortunato Losso

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Netto, conduzia a administração do seu veículo. As falas de José Antonio Bueno de Camargo e Adolfo Queiroz elucidam a marcante presença do "Dr." Losso dentro da redação, que atuava de forma a preservar não somente a empresa em si, mas também sua equipe de jornalistas. O fato de Losso Netto se fazer representar como figura de respeito dentro da sociedade local, foi apontado pelos jornalistas como ponto favorável ao JP. Aliás, este favorecimento obtido pela diretoria do veículo no contexto da cidade se traduziu numa postura editorial comedida, o que caracteriza nosso segundo fundamento de garantia de proteção contra a censura.

O tom comedido pode ser notado, por exemplo, em dois momentos: na abordagem do AI-5 e no enquadramento durante a cassação do prefeito Francisco Salgot Castillon, em outubro de 1969. Nestes dois casos, também observamos outro instrumento ao qual o JP recorreu com freqüência na hora de construir sua representação: a omissão. Essa omissão diz respeito tanto à adoção de textos opinativos como no "recorte" na elaboração das noticias. O espaço destinado á publicação de noticias vindas de Brasília e reproduzidas integralmente garantiu a aparente neutralidade do JP e, conseqüentemente, do não comprometimento.

Na ocasião do AI-5, o JP se limita a publicar o Ato, na inteira, na primeira página. Além disso, não trouxe opiniões e questionamentos sobre o endurecimento do regime. Em outras palavras, o jornal cedeu espaço ao governo e não se posicionou explicitamente.

Já no caso da cassação do prefeito Salgot Castillon, o JP também adota uma postura comedida ao minimizar a importância de um fato que afetara diretamente a política local. Pelos relatos obtidos e pelas edições do período analisadas, fica evidente que o veículo não aprofunda a questão. Isso dá margem a suspeitarmos da estratégia de auto-proteção ou, como se costuma dizer nos bastidores da notícia, o JP praticou auto-censura. Não questionou a ruptura no cenário político com a nítida intenção de se preservar. Nas palavras do então editor chefe José Antonio Bueno de Camargo, o JP "não mexeu no vespeiro". Ao seguir esta linha de não se envolver em questões delicadas da política, o JP deixa de lado todo o processo social que envolvia líderes operários, religiosos e estudantes. O jornal preferiu, na maioria dos casos, respaldar ou se alinhar ao discurso vindo de Brasília, não registrando as

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

perseguições relatadas no meio fabril, por exemplo. Contudo, há que se fazer uma ressalva e considerar que o acesso à informação não era tão simples como no mundo *on line* de hoje. Por isso lembramos que dedurar um aluno, um professor, apontar um companheiro, etc., eram atitudes feitas sob a retórica da comunização, na qual a subversão era vista até mesmo no simples fato de irem trabalhar com uma camisa vermelha. Em outras palavras, esse processo de coerção contava com a legitimidade institucional, inclusive dentro da própria família. O relato da professora Áurea levanta a questão dela ter sofrido preconceito mesmo entre seus familiares por ter sido processada de subversão. Esta era uma questão que corria em paralelo ao processo na Justiça, não havendo como, por exemplo, a imprensa evidenciar este tipo de situação.

As entrevistas realizadas desmascaram o posicionamento do JP e oferecem outras representações sobre os mesmos acontecimentos. As entrevistas comprovam que Piracicaba sofreu conseqüências semelhantes às ocorridas no Brasil durante a vigência do regime militar imposto pelos militares. Os casos dos jornais, aos quais poderíamos acrescentar outros analisados no corpus desta dissertação, ilustram bem o sentido do posicionamento do JP: legitimador do regime.

Bem ilustrativo nos pareceu a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" e a maneira como o JP a descreveu. Diariamente, o jornal publicou chamadas convidando a população a participar. O ato realizado no dia 9 de abril de 1964 foi um sucesso. Nas linhas do JP, foi "um exemplo de civismo". Mas quem participou e ou organizou esta manifestação de apoio aos militares ou, como preferirem, ao "governo revolucionário"? A resposta é: sindicatos, empresários e o M.A.F., Movimento de Arregimentação Feminina, que em síntese era um grupo de senhorás católicas. Depois de ter realizado as entrevistas entendemos a razão pela qual não encontramos, entre nossos entrevistados, ninguém que tivesse na época apoiado ou participado da versão local da marcha da família. Na conversa com ex-sindicalistas, por exemplo, fica evidente que os sindicatos já eram comandados por diretorias pelegas e daí se justificam os inúmeros anúncios conclamando a população para a "festa de civismo". Quanto aos empresários, estes sim tinham motivos para apoiar o regime recém imposto, pois como observamos em nossas

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

entrevistas, o endurecimento político e o ambiente de "caça aos comunistas" favorecia o impedimento da projeção das lideranças sindicais que se formavam no meio operário. Apoiar o golpe representava para os empresários enfraquecer o processo de reivindicação de direitos trabalhistas que estava em franca ascensão. Enfim, o JP não discutiu essa questão e representou a "Marcha" como uma festa inclusive dos trabalhadores de Piracicaba, não mencionando que naqueles dias muitos diretores de sindicatos já estavam presos e ou impedidos de desempenharem suas funções, enfrentando processos e o preconceito de serem considerados comunistas, como fica marcado nos relatos.

Ao percorrermos a abordagem do JP, em relação as duas décadas de regime militar, notamos que a linguagem do jornal só dá uma guinada quando a partir do final da década de 1970. Durante o percurso em que estivemos observando as representações produzidas em suas páginas, sua linguagem acompanha a trajetória originada dentro do próprio regime militar. Enquanto os generais precisaram ou exigiram uma postura adesista, o JP assim atuou, rejubilando-se com o golpe em 1964, legitimando e enfatizando a importância dos Atos Institucionais, condenando veementemente a luta armada e os seqüestros políticos e caracterizando o processo sucessório da presidência da República com impertinente naturalidade. Neste momentos, o JP não esmiúça qualquer questão que tivesse a possibilidade de produzir efeitos contrários ao discurso militar. Somente quando a abertura política já era tida como processo irreversível, podemos observar no JP uma quantidade maior de textos opinativos.

A pesquisa trouxe à tona o conflito entre o discurso jornalístico e o relato oral. O objeto de estudo nos permitiu ressaltar evidências, semelhanças e diferenças entre as linguagens observadas. E estas constatações que formam a síntese deste trabalho surgem dos dois pontos abordados: da postura editorial de um centenário jornal do interior diante de um regime político caracterizado pela exceção e das falas dos colaboradores que, no conjunto, constroem um cenário em sintonia com a realidade nacional. Enfim, acreditamos ter contribuído no sentido não apenas de aproximar duas representações, mas que trabalhadas em conjunto nos aproximaram mais dos acontecimentos e do que pode ser denominado de construção da realidade.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Bibliografia

• Livros

- ABREU, João Batista. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil: (1965-1979)**. 1. ed. Niterói: EduFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000. 272 p.

- ALVIM, Gustavo. **O Diário: a saga de um jornal de causas.** 1. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1998. 267 p.

-ARENDT, Hannah. **Da violência**. In: Crises da república. 1. ed. São Paulo: Perspectiva,1973. p. 91-156.

- _____ **Reflexões sobre Política e Revolução**. 1. ed. In: Crises da república. 1. ed. São Paulo: Perspectiva,1973. p. 171-201.

- BENEDITO, Mouzar. 1. ed. **Ousar lutar: memórias da guerrilha que vivi**. São Paulo: Viramundo, 2000. 231 p.

- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre linguagem e história da cultura**. 1. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. 253 p.

- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. 166 p.

- CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 494 p.

- CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. CD-ROM.

- CALVINO, Ítalo. **A palavra escrita e a não-escrita**. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p. 139-148.

- CAVA, Ralph Della. **A Igreja e a abertura, 1974-1985**. In: STEPAN, Alfred (org.). "Democratizando o Brasil". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 231-274.

- CIRNE, Moacy. **O bicho e outros bichos**. In: MELLO, Maria Amélia (org). Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986. p.107-121.

- CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1995. 74p.

- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. 3. ed. São Paulo: Record, 1999. 517 p.

- _____ **Memória viva do regime militar: Brasil: 1964-1985**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. 391 p.

- CUNHA, Luiz Antonio & GÓES, Moacyr. 8. ed. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 94 p.

- DARNTON, Robert. **O grande massacre do papel**. Folha de S. Paulo, 20 de maio de 2001. Caderno Mais! p. 18-20.

- DECCA, Edgar de. **1930: o silêncio dos vencidos / memória, história e revolução**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 209 p.

- DINES, Alberto. **O papel do jornal**. 6. ed. São Paulo: Summus, 1986. 157 p.

- DINES, Alberto, FERNANDES JR., Florestan, SALOMÃO, Nelma (orgs.) **Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil**. 2. ed. São Paulo: editora 34, 2001. 2 v.

-ELIAS NETTO, Cecílio. **Piracicaba Política: a história que eu sei (1942/1992)**. 1. ed. Piracicaba: Prefeitura Municipal de Piracicaba/Ação Cultural, 1992. 270 p.

- _____ **Memorial de Piracicaba: Século XX**. 1. ed. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba; Jornal de Piracicaba; UNIMEP, 2000. 416 p.

- ELIAS, Beatriz. **Sombras no passado**. Revista Tempo, Piracicaba, ano 3, n. 22, p. 4-7, jul. 1996.

- _____ **A USP nos arquivos do DOPS**. Revista Adusp, São Paulo, n.13, p.6-19, abr. 1998.

- EISENSTEIN, Elizabeth L. **A Revolução da Cultura Impressa: os primórdios da Europa Moderna**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1998. 320 p.

- ENTMAN, Robert M. **Framing US Coverage of International News: contrast in narratives of the KAL and Iran Air incidents**. Journal of Communication, 41 (4), Autumn, 1991.

- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Edusp, 2000. 660 p.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

- FERREIRA, Marieta de Morais (coord.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas,1994. 172 p.

- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Ática,1990. 87 p.

- FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964: discurso e ideologia**. São Paulo: Atual, 1988. 158 p.

- FON, Antonio Carlos. **Tortura: a história da repressão política no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global, 1979. 79 p.

- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Amigo e inimigo na luta política.** FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, 3 de junho de 2001. Caderno Mais! p. 15-17.

- GERMANO, José Wilington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 279 p.

- IANNI, Octavio. **Lembrar é resistir.** s/ed. 1999. 8 p.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coleção de monografias**, 2. ed. n.377, 1967.

- _____ **Censo Demográfico 2000: características da população e dos domicílios, resultados do universo**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 2001.

- JUNQUEIRA, Lília. **Representações sociais, identificação e cidadania nos media: sexualidade nas novelas e violência nos jornais**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS , GT MÍDIA OPINIÃO PÚBLICA, 23, Brasília, 1999. 16 p.

- KURZ, Robert. **Populismo Histérico**. Folha de S. Paulo, 18 de março de 2001. Caderno Mais!, p. 12.

- LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: História e Memória. Campinas. 4. ed. Ed. Unicamp, 1996. p. 423-483.

- LIMA, Venício A. de. **Os mídia e o cenário de representação da política**. Lua Nova - revista de cultura e política. nº 38, 1996.p. 239-271.

- LOPES, Dirceu Fernandes. **Em busca de um perfil do jornal do interior de São Paulo (pesquisa)**. In: LOPES, Dirceu Fernandes, SOBRINHO, José Coelho, PROENÇA, José Luiz (orgs.).A evolução do jornalismo em São Paulo. 2ªed. São Paulo: EDICON: ECA/USP, 1998. p. 103-118.

- MAINWARING, Scott. **Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Iguaçu**. 1. ed. Tradução de Alana Madureira Barros. In: STEPAN, Alfred (org.). "Democratizando o Brasil". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 633 p. p. 275- 314.

- MAGALHÃES, Manoel Vilela de. **Produção e difusão da notícia**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1979. 147 p.

- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 3. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1996. 111p.

- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX. Volume 1: Neurose**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 202 p.

- NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB: história oral de vida política**. 1. ed. São Paulo: editora Paz e Terra, 1998. 398 p.

- OLIVEIRA, Maria Rosa de. **João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem**. 1. ed. São Paulo: Anna Blume, 1993. 149 p.

- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. 1. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1988. Coleção passando a limpo. 118 p.

- ORTET, Fernando. **A realidade do jornalismo do interior é desconhecida**. 2. ed. In: LOPES, Dirceu Fernandes, SOBRINHO, José Coelho, PROENÇA, José Luiz (orgs.).A evolução do jornalismo em São Paulo. São Paulo: EDICON: ECA/USP, 1998. p. 119-134

- ORWELL, George. **1984**. 23. ed. Tradução de Wilson Velloso. São Paulo: Editora Nacional, 1996. 277 p.

- PETRY, André. **Porão Iluminado**. Revista Veja, p. 42-53, 9 de dezembro de 1998.

- PREEFITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA. **Edição Comemorativa dos Jogos Abertos de São Caetano do Sul,** 1964, p. 17-35.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA. **Relatório de Estatística**. [1964].

- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de Comunicação.** 2. ed. rev. e atualizada Rio de Janeiro: Campus, 2001.795 p.

- REIS FILHO, André Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 200 p.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 1. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1993. 284 p.

- RIOS, Dermival Ribeiro. **Dicionário de sinônimos, antônimos e homônimos**. São Paulo: Rideel,1990.

- ROUSSO, Henri. **A memória não é mais o que era**. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). Usos e abusos da história oral. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p. 93-102.

- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329 p.

- SCHWARTZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- SKIDMORE, Thomas E. **A lenta via brasileira para ar democratização: 1974-1985**. In: STEPAN, Alfred (org.). "Democratizando o Brasil". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 633 p. p. 27- 82.

- SOUZA, Percival de. **Eu, Cabo Anselmo**. 1. ed. São Paulo: Globo, 1999. 262 p.

- _____ **Autópsia do medo**. 1. ed. São Paulo: Globo, 2000. 650 p.

- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**.2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 385 p.

- TODOROV, Tzvetan**. Ascensão do homem público**. Folha de S. Paulo, 18 de março de 2001. Caderno Mais! p. 4-10.

- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. Serviço de Referência. Catálogos de Universidades. Apresenta endereços de Universidades nacionais e estrangeiras. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br>. Acesso em: 15 de agosto de 2002.

- VELHO, Gilberto. **Autoritarismo e violência no Brasil Contemporâneo.** In: SCHWARTZ, Jorge & SOSNOWSKI, Saúl (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória.*São Paulo: Edusp, 1994. 232 p. p. 31-40.

- VIEIRA, Carlos Alberto Adi. **O fato jornalístico como fato histórico**. Tese de mestrado apresentado ao departamento de jornalismo editoração da escola de comunicação e artes da universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

- WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988. 181 p.

• Jornais

- JORNAL A PROVÍNCIA. Piracicaba, 2ª quinzena set. 1997.
- _____. Piracicaba, 1ª quinzena out. 1997.
- _____. Piracicaba, 1ª quinzena nov. 1997.
- _____. Piracicaba, 1ª quinzena nov. 1997.
- _____. Piracicaba, 2ª quinzena nov. 1997.
- _____. Piracicaba, 1ª quinzena dez. 1997.
- _____. Piracicaba, 1ª quinzena jan. 1998.
- _____. Piracicaba, 2ª quinzena jan. 1998.
- _____. Piracicaba, 1ª quinzena fev. 1998.
- _____. Piracicaba, 2ª quinzena fev. 1998.
- _____. Piracicaba, 1ª quinzena set. 1998.
- _____. Piracicaba, out.1998.
- _____. Piracicaba, nov. 1998.
- JORNAL DE PIRACICABA. Piracicaba, 13 de março - 12 de abril de 1964.
- _____. Piracicaba, out. 1965.
- _____. Piracicaba, nov. 1965.
- _____. Piracicaba, set. 1966.
- _____. Piracicaba, out. 1966
- _____. Piracicaba, dez 1968.
- _____. Piracicaba, set. 1969.
- _____. Piracicaba, out. 1969.
- _____. Piracicaba, nov. 1969
- _____. Piracicaba, mar. 1970.
- _____. Piracicaba, jun. 1970.
- _____. Piracicaba, dez. 1970.
- _____. Piracicaba, mar. 1974.
- _____. Piracicaba, ago. 1974.
- _____. Piracicaba, ago. 1975.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

- _____. Piracicaba, ago. 1976.
- _____. Piracicaba, ago. 1977.
- _____. Piracicaba, ago. 1978.
- _____. Piracicaba, out. 1978.
- _____. Piracicaba, ago. 1979.
- _____. Piracicaba, jan. 1984.
- _____. Piracicaba, fev. 1984.
- _____. Piracicaba, abr. 1984.
- _____. Piracicaba, jan. 1985.
- _____. **100 anos de história**. Piracicaba, 4 de agosto de 2000. Suplemento.

ANEXOS

ANEXOS

Entrevistados

• entrevistado(a): **Adelmo Alves Lindo**

- área de colaboração: Educação. Foi chefe do DCE na Unimep e responsável por trazer o Congresso da UNE na Unimep no fim dos anos setenta.
- ocupação atual: chefe de gabinete do deputado federal João Herrmann Netto .
- data da(s) entrevista(s): 30/07/2001
- local: Piracicaba-SP.

• **entrevistado(a): Adilson Benedito Maluf**

- área de colaboração: Política. Prefeito de Piracicaba pelo MDB entre 1973-1977 e 1983-1988.
- ocupação atual: engenheiro civil.
- data da(s) entrevista(s): 07/03/2001
- local: escritório do entrevistado, no centro de Piracicaba-SP.

• entrevistado(a): **Adolpho Carlos Queiroz**

- área de colaboração: Jornalismo. Cultura. Escreveu para o Jornal de Piracicaba no período da campanha por eleições diretas. Ajudou a organizar o Salão de Humor de Piracicaba, em 1974.
- ocupação atual: Chefe da assessoria de comunicação da Prefeitura Municipal e professor da Faculdade de Comunicação da Unimep.
- data da(s) entrevista(s): 03/05/2001
- local: Departamento de Comunicação na Unimep / Piracicaba-SP.

• entrevistado(a): **Alceu Marozi Righetto**

- área de colaboração: Educação. Cultura. Professor secundarista, Alceu é um dos criadores do Salão de Humor de Piracicaba.
- ocupação atual: supervisor de educação na delegacia de ensino de Piracicaba.
- data da(s) entrevista(s): 20/06/2001
- local: Delegacia de Ensino de Piracicaba-SP.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

● entrevistado(a): **Alfredo Mansur**

- área de colaboração: Militar. Comandou a delegacia do exército em Piracicaba nos anos setenta.
- ocupação atual: militar na reserva.
- data da(s) entrevista(s): 26/04/2001
- local: residência do entrevistado / Piracicaba-SP

● entrevistado(a): **Antonietta Rosalina da Cunha Losso Pedroso**

- área de colaboração: Jornalismo. Proprietária do Jornal de Piracicaba.
- ocupação atual: juíza.
- data da(s) entrevista(s): 25/07/2001
- local: residência da entrevistada em Piracicaba-SP.

● entrevistado(a): **Antonio Dorival Trevisan**

- área de colaboração: Sindicalismo. É ex-membro do sindicato das indústrias têxteis da região.
- ocupação atual: membro da associação dos pensionistas de Piracicaba-SP.
- data da(s) entrevista(s): 02/01/2001
- local: residência do entrevistado no bairro da Vila Rezende / Piracicaba-SP.

● entrevistado (a): **Áurea Alves de Moraes**

- área de colaboração: Educação. Lecionou História em escolas na cidade e sofreu perseguição e processo por subversão.
- ocupação atual: advogada.
- data da(s) entrevista(s): 13/11/2001
- local: residência / Piracicaba – SP.

● entrevistado(a): **Carlos Gomes da Silva**

- área de colaboração: Militar. Foi comandante do Tiro de Guerra em Piracicaba. Seu depoimento auxilia na visão militar sobre o período dentro e fora de Piracicaba.
- ocupação atual: militar na reserva.
- data da(s) entrevista(s): 06/06/2001
- local: residência do entrevistado em Piracicaba-SP.

● entrevistado(a): **Cecílio Elias Netto**
- área de colaboração: Jornalismo. História. Chefiou os jornais O Diário e Folha de Piracicaba, veículos atuantes nas décadas de sessenta e setenta com discurso em oposição ao regime. Além disso, Cecílio foi o proprietário do jornal "A Província", que na década de noventa publicou uma série de matérias da jornalista Beatriz Elias sobre casos referentes à Piracicaba, encontrados nos arquivos do DOPS-SP. Cecílio escreveu "Piracicaba Política" e "Almanaque de Piracicaba", obras referentes à história local.
- ocupação atual: jornalista e escritor
- data da(s) entrevista(s): 26/07/2001
- local: residência do entrevistado em Piracicaba-SP.

● entrevistado(a): **Celso Camargo Sampaio**
- área de colaboração: Sindicalismo. É ex-membro do sindicato da alimentação. Foi preso por participar de movimentos grevistas e indiciado por crimes de subversão.
- ocupação atual: aposentado.
- data da(s) entrevista(s): 09/03/2001
- local: residência do entrevistado no bairro da Vila Rezende / Piracicaba-SP.

● entrevistado(a): **Elias Boaventura**
- área de colaboração: Educação. Foi reitor da Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba) no final da década de setenta. Apoiou, enquanto reitor, a realização de dois Congressos da UNE dentro da Unimep.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

- ocupação atual: professor da Faculdade de Educação / Unimep.
- data da(s) entrevista(s): 01/09/2000 e 30/03/2001
- local: Faculdade de Educação / Unimep / Piracicaba-SP.

● entrevistado(a): **Esther Sylvestre da Rocha**

- área de colaboração: Educação. Liderou o movimento de tomada da diretoria da APEOESP (Associação de Pais e Mestres) local no final dos anos setenta.
- ocupação atual: chefe de gabinete do Prefeito José Machado, em Piracicaba.
- data da(s) entrevista(s): 12/06/2001
- local: Prefeitura Municipal de Piracicaba-SP.

● entrevistado(a): **Eugênio Belotti**

- área de colaboração: Sindicalismo. É ex-membro do sindicato dos metalúrgicos de Piracicaba. Foi preso duas vezes e tachado de subversivo.
- ocupação atual: aposentado.
- data da(s) entrevista(s): 02/01/2001
- local: residência do entrevistado no bairro da Vila Rezende / Piracicaba-SP.

● entrevistado(a): **Francisco Salgot Castillon**

- área de colaboração: Política. Foi prefeito de Piracicaba por duas vezes e deputado estadual pela Arena. Em seu segundo mandato como prefeito, foi cassado logo no primeiro ano, em 1969.
- ocupação atual: aposentado.
- data da(s) entrevista(s): 31/01/2001
- local: residência do entrevistado no centro de Piracicaba-SP.

● entrevistado(a): **Jaime da Cunha Caldeira**

- área de colaboração: Sindicalismo. Foi presidente do sindicato dos metalúrgicos de Piracicaba.
- ocupação atual: aposentado.
- data da(s) entrevista(s): 02/01/2001
- local: residência do entrevistado no bairro da Vila Rezende / Piracicaba-SP.

● entrevistado(a): **José Maria Teixeira**

- área de colaboração: Educação. Igreja Católica. Política. É professor secundarista e ex-padre católico, chegado em Piracicaba no fim dos anos sessenta. Participou na administração municipal João Herrmann Netto, no fim dos anos setenta.
- ocupação atual: presidente da EMDHAP (Empresa Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba), órgão ligado a Secretaria Municipal de Planejamento.
- data da(s) entrevista(s): 11/04/2001
- local: EMDHAP / Prefeitura Municipal de Piracicaba.

● entrevistado(a): **Newman Ribeiro Simões**

- área de colaboração: Educação. Cursou Agronomia na ESALQ-USP.
- ocupação atual: professor de Matemática do 2° grau (colégio CLQ)
- data da(s) entrevista(s): 30/07/2001 e 02/08/2001
- local: CLQ/Objetivo / Piracicaba-SP.

● entrevistado(a): **Octavio Arthur**

- área de colaboração: Sindicalismo. É ex-membro do sindicato dos metalúrgicos de Piracicaba.
- ocupação atual: aposentado.
- data da(s) entrevista(s): 04/01/2001
- local: residência do entrevistado no bairro da Vila Rezende / Piracicaba-SP.

● entrevistado(a): **Oriowaldo Queda**

- área de colaboração: Educação. Como professor na ESALQ, foi acusado de subversão junto com o prof. Hoffmann e outros dois professores.
- ocupação atual: professor do departamento de Sociologia da ESALQ-USP.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

- data da(s) entrevista(s): 06/03/2001
- local: departamento de Sociologia da ESALQ-USP.

• entrevistado(a): **Otto Dana**
- área de colaboração: Igreja Católica. Chegou a Piracicaba no final dos anos 60 e ficou conhecido na época como "padre vermelho".
- ocupação atual: pároco da Igreja da Catedral / Piracicaba-SP.
- data da(s) entrevista(s): 08/09/2000 e 21/04/2001
- local: paróquia Sto. Antonio / Piracicaba-SP.

• entrevistado(a): **Roberto Antonio Cera**
- área de colaboração: Jornalismo. Foi jornalista do jornal "O Diário"
- ocupação atual: jornalista.
- data da(s) entrevista(s): 27/04/2001
- local: residência do entrevistado no Bairro Alto / Piracicaba-SP.

• entrevistado(a): **Rodolfo Hoffmann**
- área de colaboração: Educação. Cursou Agronomia na ESALQ-USP entre 1964 e 1968, sendo preso durante este período. Mais tarde, já como professor na mesma instituição, foi acusado, em 1975, de subversivo por seus diretores.
- ocupação atual: professor do departamento de Sociologia da ESALQ-USP.
- data da(s) entrevista(s): 02/02/2001
- local: departamento de Sociologia da ESALQ-USP.

• entrevistado(a): **Rubens Funes Nocette**
- área de colaboração: Operário. Trabalhou na empresa Sorocabana como telegrafista. Contribui expondo o panorama desta classe em Piracicaba, relatando greves ocorridas no período.
- ocupação atual: aposentado.
- data da(s) entrevista(s): 24/07/2001
- local: residência do entrevistado em Piracicaba-SP.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Biblioteca – UNESP – Bauru – 01/10/2002
Aquisição: D Proc. 094/44/01/02
Depto. : FAAC R$ 10,00
Procedência: Caio Rodrigo Albuquerque
Incorporado em: 15/10/02

● entrevistado(a): **Sérgio Sigrist**

- área de colaboração: Política. Participou da administração João Herrmann Netto, tendo atuado na área de educação.
- ocupação atual: funcionário da ESALQ-USP.
- data da(s) entrevista(s): 02/05/2001
- local: ESALQ-USP.

● entrevistado(a): **Yvens Ely Marcondes**

- área de colaboração: Militar. Chegou em Piracicaba já na década de noventa. Seu depoimento dá sustentação sobre as estratégias adotadas pelos militares em todo país, já que o general Yvens trabalhou em mais de vinte cidades.
- ocupação atual: militar na reserva.
- data da(s) entrevista(s): 19/06/2001
- local: residência do entrevistado em Piracicaba-SP.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

0810001037